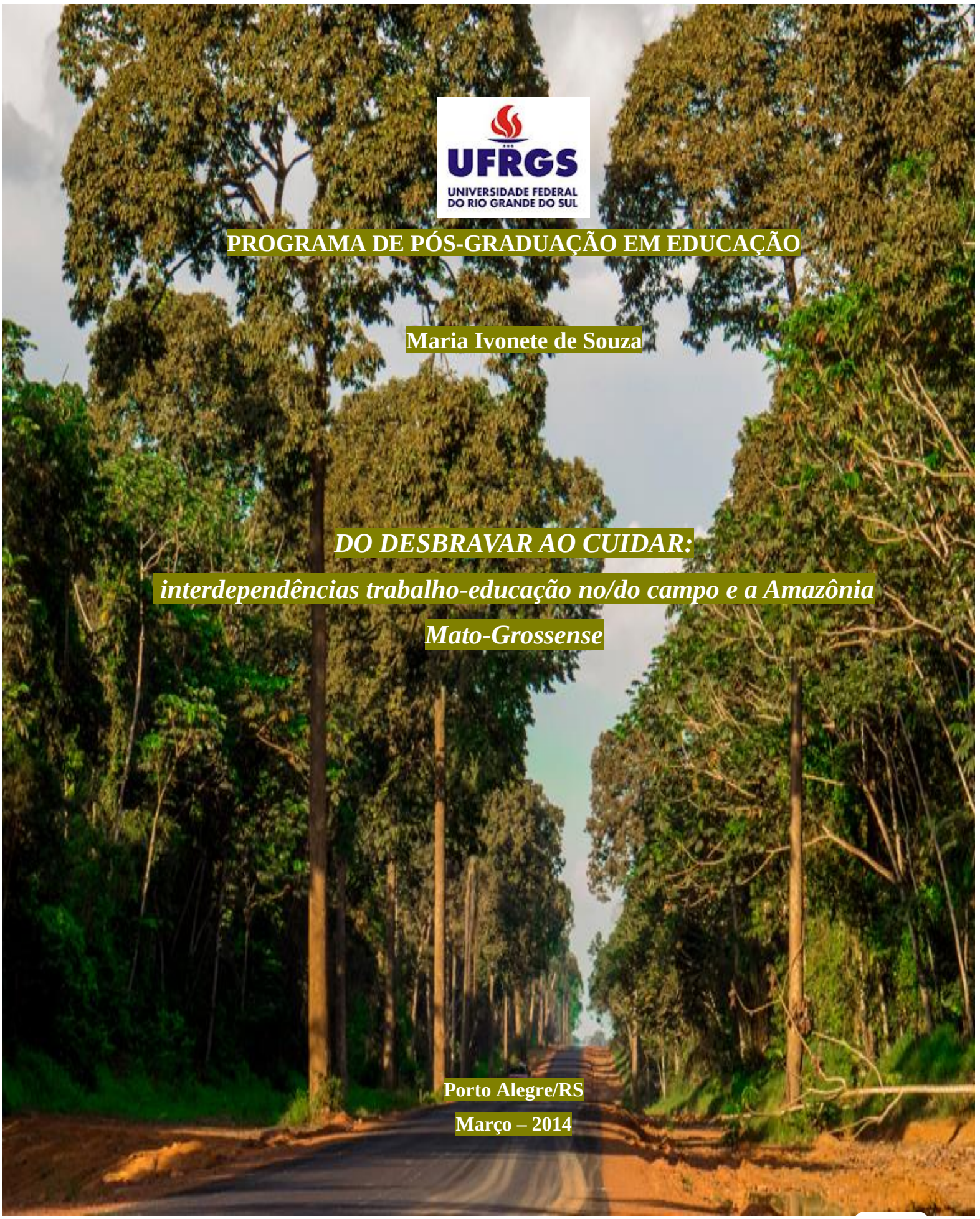

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Maria Ivonete de Souza

DO DESBRAVAR AO CUIDAR:

interdependências trabalho-educação no/do campo e a Amazônia Mato-Grossense

Porto Alegre/RS

Março – 2014

DO DESBRAVAR AO CUIDAR:

interdependências trabalho-educação no/do campo e a Amazônia Mato-Grossense

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profª. Dra. Marlene Ribeiro

Porto Alegre/RS

Março - 2014

Maria Ivonete de Souza

DO DESBRAVAR AO CUIDAR:

interdependências trabalho-educação no/do campo e a Amazônia Mato-Grossense

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em educação, Faculdade de Educação, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

BANCA EXAMINADORA:

_____
Dra. Marlene Ribeiro
Orientadora – PPGedu/UFRGS

_____
Dra. Ilma Ferreira Machado
PPGEedu – UNEMAT

_____
Dr. Luiz Armando Gandin
PPGEdu. UFRGS

_____
Dra. Michèle Sato
PPGE – UFMT

CIP - Catalogação na Publicação

SOUZA, Maria Ivonete de
DO OBSERVAR AO CUIDAR: interdependências trabalho-educação no/do campo e a Amazônia Mato-Grossense / Maria Ivonete de SOUZA. -- 2014.
275 f.

Orientadora: Marlene RIBEIRO.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Trabalho e Educação do Campo no Bioma Amazônia;. 2. Movimento Camponês;. 3. Assentamentos Sustentáveis.. I. RIBEIRO, Marlene, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DEDICATÓRIA

Às trabalhadoras e aos trabalhadores que, na luta pela terra, se vêm se constituindo como camponeses agroflorestais e, com isto, nutrem com seu trabalho a matriz produtiva que possibilita à perpetuação da floresta, e com ela, das vidas todas.

Aos "intelectuais orgânicos" da classe trabalhadora que constroem os nexos necessários à compreensão da realidade e agem no sentido da emancipação necessária.

Às amigas e amigos que seguiram amparando-me durante todo esse processo de estudos oferecendo-me abrigo físico, afetivo e intelectual.

À minha mãe, Geni Ramos de Souza, e ao meu pai, Fernando Ferreira de Souza cujos olhos sempre me falaram "vá em frente, minha filha", mesmo na impossibilidade de pronunciar a palavra.

Ao meu irmão Gilmar Fernandes de Souza e sua família - Loaci, Fernanda, Diogo e Miguel - que amorosamente assumiram os cuidados de nossos pais para que eu pudesse concluir este trabalho.

Enfim, aos meus companheiros principais Mauricio Ernandes de Souza Lima, Victória Maria Ramos de Souza Oliveira e Ernandez José Ramos de Souza Lima, esposo, filha e filho amados, que nestes quatro anos todos me sustentaram com o sentimento de que o trabalho coletivo, a ternura e o compromisso com as causas socioambientais é a melhor forma de dizer: "eu amo você".

AGRADECIMENTOS

À Divindade, na transcendência da relação recíproca dos elementos naturais e dos seres humanos.

Às universidades do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que nos oportunizou a realização desse maravilhoso trabalho e a nossa qualificação em nível de doutorado.

À Profª Drª Marlene Ribeiro, minha orientadora que, com sabedoria, companheirismo e compromisso com as causas sociais compartilhou conhecimentos e amorosidade para melhor compreensão do Movimento Camponês e seu processo educativo.

Aos membros da Banca Examinadora do Projeto de Pesquisa e da Tese: Dra. Marlene Ribeiro, Dra. Ilma Ferreira Machado, Dr. Luiz Armando Gandin e Dra. Michele Sato, minha gratidão.

Às/aos companheiras/os estudantes do "sul" que tão bem me acolheram e deram sentido à vida longe-de-casa.

Às/aos companheiras/os que desde Colíder-Sinop têm contribuído para a emancipação dos trabalhadores e, com isto, promoveram condições sociais para fazer emergir as lutas pela sustentabilidade socioambiental em Mato Grosso, um estado regido pelo agronegócio.

Às/aos companheiras/os que organizaram e organizam as lutas pela terra na perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e, com isto, mantém vivos os ideais do Levante Camponês na Amazônia Mato-grossense.

RESUMO

A presente tese de doutorado é resultado de uma pesquisa realizada na Escola do Campo Florestam Fernandes, localizada no Projeto de Assentamento 12 de Outubro, Município de Cláudia, entrada do Bioma Amazônia mato-grossense. O trabalho de pesquisa tem como perspectiva analisar como se dá o fluxo entre as orientações do Movimento Camponês, da proposta de Educação do Campo e o Currículo desenvolvido pela Escola Estadual Florestan Fernandes, num contexto em que o bioma Amazônia Mato-grossense é devastado de forma avassaladora desde os anos 1970 quando os planos militaristas para essa região instituíram o *processo colonizatório.* Prioritariamente, o projeto militar, através da mercantilização dos territórios sob o álibi de integração e segurança nacional, "Ocupar para não Entregar", interpôs o aniquilamento da floresta/biodiversidade, empreendido pela expansão do metabolismo social do capital na região. Num contexto macrocósmico, esse processo vem assolando tanto as possibilidades do *Bem-Viver* quanto nutrindo o modo de produção hegemônico. E por isso, concomitante ao desmatamento na região, um dos maiores do País, avançam os índices de desigualdade social. O mito do desbravamento e do progresso sedimenta-se na atualidade pelo *modus operandi* do agronegócio. Na vivência de lutas pelas condições vitais o sujeito histórico camponês se vê diante do grande desafio histórico de se aproximar da natureza, seu corpo inorgânico, como forma de sobreviver. Para isto, faz-se necessário romper com os ranços da Revolução Verde e o mito do desbravamento, ainda fortemente impregnados nas práticas sociais. À formação desse camponês convicto do seu trabalho interdependente à floresta/biodiversidade a Educação do Campo é convocada, prioritariamente, pelo Movimento Camponês, mas também, por todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, entendem que a transformação social é urgente e nela perpassa, também, a construção de outra relação do gênero humano com a natureza. O aporte teórico metodológico utilizado neste trabalho funda-se no materialismo histórico e dialético como meio de contribuir, através da investigação científica, com a luta social para transformação da realidade socioambiental e educacional estudada. Para sustentação desta pesquisa estabeleceu-se um contínuo diálogo com autores de diversas teorias críticas, como: Triviños, Mészáros, Charlot, Taffarel, Ribeiro, Apple, e com os educadores-estudantes-camponeses. Essa trajetória densa e intensa de investigação conduziu-me à compreensão de que, embora os migrantes, base do campesinato local, possuam pouco conhecimento do Bioma Amazônia, e a luta pela terra-floresta não seja antagônica às lutas socioambientais, esse tema não integrou o currículo da escola estudada. O mito do desbravamento tem sido muito forte, dificultando uma práxis proximal camponês-floresta/biodiversidade, fazendo com que a floresta seja vista como *selvagem* e perigosa ao humano civilizado. Mesmo que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Educação do Campo na região tenham contribuído para uma formação omnilateral do sujeito histórico camponês, a perspectiva de se constituírem em "cuidadores da floresta" ainda é uma construção incipiente diante da hegemonia do agronegócio da soja. Faz-se necessário, então, que sejam integrados nos currículos escolares os estudos sobre a agroecologia e suas práticas a fim de que possam corroborar com a compreensão dos Sistemas Agroflorestais, uma modalidade produtiva importante para manutenção da floresta em pé.

Palavras-chave: Trabalho e Educação do Campo no Bioma Amazônia; Movimento Camponês; Assentamentos Sustentáveis.

ABSTRACT

The present thesis is the outcome of a research carried out at Escola de Campo Florestam Fernandes, located in Settlement Project 12 de Outubro, Municipality of Claudia, gateway to the Mato Grosso Amazonian Biome. The research perspective has been to analyze how the flow between the orientations of the Peasant Movement of the proposed Field Education and Curriculum developed by the State School Florestan Fernandes, in a context where the Mato Grosso Amazonian biome has been overwhelmingly devastated since the 1970s when the militaristic government policies for the region begun the colonization process. Ultimately, the military project through the commodification of territories under the alibi of integration and national security, "Occupy not surrender" brought the destruction of the forest / biodiversity undertaken by the expansion of social metabolism of capital in the region. In a macrocosm context, this process has been sweeping both the possibilities of Good Living and has been nursing the hegemonic production way. Therefore, along with deforestation in the region, one of the largest in the country comes the advance of social inequality. The myth of progress by clearing and settles has its basis on the current modus operandi of agribusiness. Rural workers have been now struggling for vital living conditions where the historical peasant subject has presently been facing the historical challenge of approaching nature, its inorganic body, as a way to survive. For such, it is necessary to break with the stuffiness of the Green Revolution and the myth of the clearing, still strongly impregnated in social practices. The formation of this peasant convinced of his work interdependently to the forest / biodiversity Field Education is convened primarily by Peasant Movement, but also for all the people who in one way or another, understand that social change is urgent and it also pervades the construction of another relationship of humanity with nature. The methodological theoretical approach in this work is based on the historical and dialectical materialism as a means to contribute, through research, to fight for social and environmental transformation of the educational reality studied. To support this research we have established a continuous dialogue with authors of various critical theories: Triviños; Meszaros; Charlot; Taffarel; Ribeiro; Apple; and students-teachers-peasants. This dense and intense trajectory of research has led me to the realization that, although migrants as base of local peasantry, have little knowledge of the Amazonian Biome, and the struggle for forest-land is not antagonistic to environmental struggles, this topic has not integrated the curriculum of the school studied. The myth of the clearing has been very strong; making it difficult to peasant-forest/biodiversity proximal praxis, leading the forest to be seen as wild and dangerous to civilized humans. Even if the Movement of Landless and the Rural Education and in the region have contributed to unilateral formation of peasant historical subject, the perspective of getting themselves established as "caretakers of the forest" is still a fledgling construction in front of the hegemony of soy agribusiness. Therefore, it has been necessary the inclusion of a school curricula on agro-ecology study and its practices so that they can corroborate to the understanding of agroforestry systems, an important modality for the maintenance of productive forest.

Keywords: Work and Rural Education in the Amazonian Biome; Peasant Movement; Sustainable Settlements.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUNEMAT	Associação dos Docentes da UNEMAT SecSind/ANDES S/N
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APP	Área de Preservação Permanente
ANA	Acampamento Nova Aliança – Cláudia/MT/BR-163
ARL	Área de Reserva Legal
ATPFs	Autorização de Transporte de Produtos Florestais
BHC	Hexaclorobenzeno
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCU	Cadastro de Concessão de Uso
CDCE	Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COBRINCO	Companhia Brasileira de Imigração e Colonização
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COLÍDER S/A	Colonizadora Líder/ Sociedade Anônima
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CFR	Casas Familiares Rurais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão do Pronaf
DDT	Dicloro, Difenil, Tricloroetano
DETER	Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real
DREC	Delegacia Regional de Ensino
EEFF	Escola Estadual Florestan Fernandes
EFA	Escola Família Agrícola
ENERA	Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes

FACED	Faculdade de Educação
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FEMA	Fundação Estadual de Meio Ambiente
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
GPPER	Grupo de Pesquisa sobre Relação com o Saber
GPSE	Grupo de Pesquisa Sociologia da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Conservação
ICV	Instituto Centro de Vida
IEJC	Instituto de Educação Josué de Casto
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LAU	Licenciamento Ambiental Único (Rural)
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério de Educação
MFCF	Manejo Florestal Comunitário e Sustentável
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento de Pequenos Produtores
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso
NES	Núcleo de Estudos Supletivos
NEP	Núcleo de Educação Permanente
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
OSD	Orientadora Supervisora Docente
PA	Projeto de Assentamento
PAEC	Projeto Ambiental Escolar Comunitário
PEC	Projeto de Emenda Parlamentar
PIB	Produto Interno Bruto

PIQCIF	Plano Integrado de Prevenção de Queimadas e Incêndios Florestais
PIX	Parque Indígena do Xingu
PPCDAm	Plano de Proteção e Combate ao Desmatamento na Amazônia
PPGEDU	Programa de Pós-Graduação em Educação
PREVFOGO	Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais
PRODES	Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia
PT	Partido dos Trabalhadores
RB	Relação de Beneficiários
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SAF	Sistema Agroflorestal
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar (no caso de MT)
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SINE	Serviço Nacional de Emprego
SIMLAM	Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental
SINOP S/A	Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná S/A
SINTEP-MT	Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado de Mato Grosso
SISFLORA	Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais
SLARR	Sistema de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TI	Terra Indígena
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Ilustração nº 1 - Mapa das unidades escolares dos Territórios Campesinos.....41
2. Ilustração nº 2 - Estimativa da fome no mundo 2011 a 2013 53
3. Ilustração nº 3 - Mapa dos conflitos socioambientais de Mato Grosso.....76
4. Ilustração nº 4 - Características dos Municípios componentes da Micror. Sinop.....77
5. Ilustração nº 5 - Biomas no Estado de Mato Grosso 77
6. Ilustração nº 6 - Cidade de Cláudia: 1978 e 2011 88
7. Ilustração nº 7 - Desfile de árvores mortas e humanos vivos 90
8. Ilustração nº 8 - Municípios prioritários e monitorados 94
9. Ilustração nº 9 - Focos de Queima em MT 95
10. Ilustração nº 10 - Unidades de Conservação de Mato Grosso 99
11. Ilustração nº 11 - Desenvolvimento Humano em Cláudia/ MT.....100
12. Ilustração nº 12 - Comercialização de toras em Cláudia 2011/2012.....102
13. Ilustração nº 13 - Congressos Nacionais do MST 122
14. Ilustração nº 14 - Assentamentos Pós-Levante Camponês – 2003.....142
15. Ilustração nº 15 - Limites do Parque Estadual das Castanheiras.....144
16. Ilustração nº 16 – O mapa do assentamento 12 de Outubro 150
17. Ilustração nº 17- Desenho da estudante Flor de Pequi.....159
18. Ilustração nº 18 – Formação MST.....166
19. Ilustração nº 19 – Formação MST.....167
20. Ilustração nº 20 – Situação das Escolas do Campo/Rurais de Cláudia.....169
21. Ilustração nº 21 - Órgãos e Ações para o Campo Brasileiro.....178
22. Ilustração nº 22 - Imagens das Unidades Escolares EEFF.....211
23. Ilustração nº 23 - EEFF: Unidade 1, Projeto “Embelezamento Escolar”.....213

SUMÁRIO

1 A VIDA SEGUE ENVOLTA AO MUNDO: PREÂMBULOS.....13
1.1 POSSÍVEIS DIÁLOGOS: PESQUISADORA, PESQUISAS E VIVÊNCIAS.....17
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO, QUESTÃO DE PESQUISA, OBJETIVOS.....34
1.3 OS CAMINHOS E AS FERRAMENTAS.....35
1.3.1 Preparação das Leiras.....36
1.4 RETRATOS REAIS E IMAGENS.....47

2 INTERDEPENDÊNCIAS DAS VIVÊNCIAS DO CAMPO: QUESTÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS.....50
2.1 PRAGA CAPITAL: OS BENS NATURAIS, *AINDA*, NÃO SÃO PARA TODOS.....56
2.2 ANTROPOCENO: O METABOLISMO SOCIAL DO CAPITAL ESGOTANDO A TERRA.....60
2.2.1 Respostas Fáceis Não Existem, Não! 63

3 O APRISIONAMENTO DA "TERRA SEM HOMENS".....68
3.1 *AMAZÔNIA TOMBADA*: A PRODUÇÃO DAS CERCAS E HUMANOS LIVRES.....69
3.2 FLORESTA, E SEUS HUMANOS, (COM)SUMIDOS: COLONIZAÇÕES.....77
3.3 CLÁUDIA: "A TERRA DAS CASTANHEIRAS"?.....88

4 "PROFESSORA, SENTE O PERFUME DA FLORESTA?".....106
4.1 O TRABALHO CAMPONÊS EM TEMPOS "SUSTENTÁVEIS": EXTINÇÃO E/OU EXPANSÃO?.....109
4.2 O MOVIMENTO "SUSTENTÁVEL" DO CAMPESINATO.....117
4.3 *ASSENTAMENTO*: (COM)FORMAÇÃO DO/NO TRABALHO E LUTA PELA TERRA.....124
4.3.1 PAs do "novo mundo rural": a *transição aos territórios campesinos?*.....126
4.3.2 O Levante Camponês na Amazônia Mato-Grossense: aproximações da falha sociometabólica.....135
4.3.3 Assentamento 12 de Outubro: entre castanhas e barragens do *Bem-Viver*.....148

5 EDUCAÇÃO DO CAMPO: METABOLISMO SÓCIO-PEDAGÓGICO PARA *BEM VIVER A AMAZONIA*.....160

5.1 O MOVIMENTO CAMPONÊS: FORMAÇÃO PARA *ALÉM DO DESBRAVAMENTO*.....160
5.2 "GENTE, MAS COMO É POSSÍVEL PRODUZIR COM A FLORESTA EM PÉ?".....168
5.2.1 O processo formativo gerado nas experiências cotidianas.....170
5.3 OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA.....173
5.3.1 Os fundamentos socioambientais da proposta de educação do MST.....196
5.3.2 A escola do campo e o possível encontro agroflorestal.....199
5.4 SOBRAS, SOMBRAS E ESPERANÇAS DE SOBRA: UM *CAUSO* DE ESCOLA PÚBLICA DO CAMPO.....208
5.4.1 O *Assentamento* da Escola Estadual Florestan Fernandes 209
5.4.2 Vivências próximas à produção agroflorestal no *Assentamento 12 de Outubro*.....214
5. 4.3 Vivências pedagógicas: EEFF, a agricultura e a floresta.....215
5. 4.4 Perspectivas na contramão para encontrar um caminho.....221
5. 4.5 Esses jovens camponeses estudantes 225
5.5 FLORESTA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CUIDADOS EM CONSTRUÇÃO.....228

PARA SEGUIR CAMINHANDO.....234

REFERÊNCIAS.....237

ANEXOS.....253

1 A VIDA SEGUE ENVOLTA AO MUNDO: PREÂMBULOS

Não é no silêncio que os homens se fazem,
mas na palavra, no trabalho,
na ação-reflexão (FREIRE, 2008, p. 90).

A presente tese é parte de minha caminhada acadêmica, neste momento, um interstício para o doutoramento iniciado em abril de 2010 através do Convênio Doutorado Interinstitucional (DINTER) realizado entre a UNEMAT e a UFRGS. Nesse processo, busco principalmente, provocar a atividade intelectual (LEONTIEV apud CUNHA, 2006), para produzir uma inteligibilidade que me permita compreender as condições/modos de vida do campesinato na Região Norte de Mato Grosso, ciente de que "as ações humanas não são inteligíveis fora de sua moldura sócio-histórica" (MÉSZÁROS, 2006, p.111). Neste sentido, fundamentada no sistema marxiano, a tese sustenta-se numa perpétua teleologia "inerentemente aberta" interpreta as "múltiplas transformações e transições dos fenômenos sociais" como fruto-objetivo da realização das necessidades humanas, estas mesmas, também construídas historicamente.

A pesquisa que realizei teve foco no estudo da relação trabalho-educação das populações camponesas migrantes, em sua vivência com a floresta amazônica. Isto é, dos estudos sobre o contexto do trabalho camponês em um tempo de apelo mundial à necessária e crescente produção de alimentos com a floresta em pé. Isto exigia uma mudança profunda no atual paradigma de produção e, consequentemente, de educação, tanto local quanto global.

O desafio ao qual me lancei é sinergia mobilizadora à dedicação/empenho exigido por este nível de estudos e representa o esforço de compreender o cenário da Amazônia Mato-Grossense em sua tessitura social, histórica, ambiental, econômica e educacional! Nesta perspectiva, compreender a complexidade dessa trama social é ir além do aparente e festejado progresso capitalista. É reconhecer a profunda desigualdade social decorrente desse modelo de desenvolvimento; percorrer por dentro do que ainda resta da desejada e, concretamente, devastada floresta amazônica; fazer emergir a voz das populações trabalhadoras em sua relação direta com a floresta; estudar o paradigma educacional hegemônico em disputa com o paradigma protagonizado pelos Movimentos Sociais Camponeses. Assim sendo, é entender que estas múltiplas determinações vivenciadas são alguns dos possíveis construtos do

migrante-camponês: um estrangeiro em terra-floresta[1] estranha a modificar paisagens ao mesmo tempo em que modifica a si mesmo, portanto, são *Amazônias* em construção[2]!

Este é, portanto, um trabalho de pesquisa científica que se insere no campo do humano, como tal, busca:

> [...] a partir de um recorte, entender como determinada realidade foi produzida, qual seu sentido e, em nossa sociedade que cinde o gênero humano, como, pela práxis, se pode alterá-la. Também as escolhas temáticas e a forma de abordarmos as problemáticas que pesquisamos, quando buscam ir à raiz, nunca são arbitrárias. Ao contrário, nos atormentam como necessárias porque são, visceralmente, questões existenciais (FRIGOTTO in RIBEIRO, 2010, p. 12).

Assim, como forma de organizar o texto, trago inicialmente a minha trajetória de vida como pessoa nascida em lar de migrantes camponeses que, ainda jovens, também vivenciaram esta experiência ao participarem do processo migratório das colonizações dos anos setenta. *Vis a vis* processa-se, também, a destinação para o trabalho na área da educação em sua constante promessa de emancipação. Por dentro desta trajetória problematizo as determinações sínteses da realidade e nelas minha singular condição de partícipe dessa aventura eminentemente humana, num território dado, mas também, em evolução.

No Segundo *Tomos* escrevo sobre o problema global que, indistintamente, nos impõe à busca de outras formas de nos relacionarmos intra-natureza para seguirmos nossa existência: a questão da sustentabilidade no contexto da crise climática como fruto da trajetória humana em sua ação de produzir a vida (crescimento econômico, satisfação, felicidade humana, etc.). Neste sentido, numa perspectiva macro, teço uma reflexão sobre como o modo de produção hegemônico na sociedade contemporânea – o capitalismo – tem se mantido sobre alicerces que amalgamam a exploração predatória tanto dos bens naturais quanto da classe trabalhadora, cujas vidas de trabalho (ou marcadas pela ausência deste) se voltam e sustentam, obrigatoriamente, a contínua acumulação de riquezas das classes dirigentes.

De forma mais aproximada foco, no Terceiro *Tomos*, a Amazônia Brasileira, e nela, o processo de colonização do chamado "nortão mato-grossense" num empenho de *ler* as vivências concretas nesse *território*[3] que é visto com um olhar privilegiado no bojo do debate

1 *Urihi* – como a identificam os indígenas que povoavam a região.

2 Em seu livro *Amazônia, Amazônias*, Gonçalves (2001, p. 9) destaca a diversidade abarcada neste conceito de formação geográfica: "Em um hectare de floresta existem inúmeras espécies que não se repetem, em sua maior parte, no hectare vizinho. Há a Amazônia da várzea e a da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos terrenos movimentados e serranos do Tumucumaque e do Parima, ao norte, e a da serra do Carajás, no Pará, e há a Amazônia das planícies litorâneas do Pará e do Amapá. Há a Amazônia dos cerrados, a Amazônia dos manguezais e a Amazônia das florestas".

3 Para Ricardo Abramovay (2006): "Territórios são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apóia sua reprodução, o que abre um interessante campo de cooperação entre

sobre a possibilidade de perpetuação ou de aniquilamento total da vida humana na Terra: a Amazônia! E esta se nos apresenta como incógnita nas últimas quatro décadas. Isto é, um território com potência que, nas últimas décadas, convive com esta incerteza de vida e morte! Para a manta hidro-vegetal de sua superfície, a floresta e os mananciais de água doce, voltam-se os interesses mundiais das mais diversas organizações que agem, basicamente, em dois grupos, os detentores do capital, por conseguinte, dos meios de produção/exploração das coisas: dos limites fundiários indústria agrícola-extrativista, mineração, carbono, energia, dentre outros, e; os Movimentos, socioambiental e camponês, que se aproximaram bastante na última década deste mesmo período.

No Quarto *Tomos* destaco o trabalho camponês neste momento histórico de expansão do modelo capitalista de produção de alimentos/energia com base no agronegócio. O pressuposto é de que a agricultura camponesa, como uma interessante atividade formadora dos trabalhadores, engendra a conquista social do *Bem-Viver*[4]: pela vivência direta com a biodiversidade o que constitui os *territórios de trabalho campesino* (os assentamentos) em potentes espaços coletivos de proteção (cuidados) à sustentabilidade ecológica, condição *sine qua non* para garantia da perpetuação da vida no Planeta.

Neste contexto, no Quinto *Tomos*, reverbero sobre a educação como ação inexorável ao *que fazer humano* e a Educação do Campo como *lócus* construído e validado socialmente, em condições de contribuir (ou não), à emancipação das trabalhadoras e dos trabalhadores camponeses em sua saga de produzir alimentos, reproduzir a si mesmos na convivência com a floresta em pé. Como parte deste processo, *entro* na Escola Estadual Florestan Fernandes, uma instituição composta por duas redes – uma estadual e outra municipal – e por duas

---

ciências sociais e naturais no conhecimento desta relação. [...] O estudo dos territórios sob o ângulo das forças sociais que os compõem não só é um convite a análises empíricas bem fundamentadas sobre sua constituição – mais do que de recomendações de política – mas abre caminho para se compreender as mudanças que novas forças sociais podem imprimir à maneira como estão hoje organizados". Disponível em: http://www.cidts.ufsc.br/articles/Abramovay_Para_uma_teoria_dos_estudos_territoriais.pdf. Acesso em 02 de fevereiro de 2012. Ainda sobre isto, Fernandes (2008, p. 3) também escreve: "O ponto de partida para uma reflexão sobre o Território é o Espaço. O espaço é a materialização da existência humana" (LEFEBVRE, 1991, p. 102). A amplitude desta significação exige muita atenção de nossa parte, para não reduzirmos o espaço a um fragmento. Já Milton Santos (1996) entende o espaço: como conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo, indissociável, solidário e contraditório.

4 Sobre isto ver interessante matéria sobre a luta dos povos indígenas em defesa do *Bem Viver* como reencontro do homem e natureza condição à continuidade da vida no planeta. "Inunda Abya Yala com a inspiração e raiz milenar de um novo modelo de vida e sociedade. *Sumak Kawsay – o Bem Viver* não é apenas uma utopia, é a reconstrução da harmonia e reciprocidade entre a Pacha Mama – Mãe Terra, os seres humanos e todas as formas de vida. É um projeto de futuro que exige mudanças radicais, rupturas com o atual modelo neoliberal e neocolonizador". Acesso em 10-10-2011, estando disponível em: http://www.biodiversidadla.org/Menu_Derecha/Prensa/Brasil_o_Bem_Viver_uma_nova_sociedade.
Para Alves e Albuquerque (2013, p. 155), o Bem Viver "como categoria analítica" apresenta forma direta de agir sobre o poder numa dimensão do "universo cultural e subjetivo".

unidades que atendem, principalmente, populações oriundas do *Levante Camponês na Amazônia Mato-Grossense-2003*: uma unidade no *Assentamento 12 de Outubro* (Unidade 1) e outra, a oitenta quilômetros deste, no *Assentamento Zumbi dos Palmares* (Unidade 2), ambas situadas no Município de Cláudia-MT.

A partir deste contato com estas duas unidades, observo, indago, participo e me solidarizo aos educadores, estudantes, pais, camponeses, no desafio de se educarem para uma vivência que traga, como aporte teórico-metodológico, o paradigma de produção agroecológica aqui tratado, principalmente por razões semânticas como ***agroflorestal***[5], em consonância às orientações político-pedagógicas tanto da Educação do Campo, quanto das lutas do Movimento Camponês[6].

Dessa forma, reverbero sobre o currículo ali executado como feito (artefato) implicado de tradição *desbravadora* que orienta a seleção do que é eleito, com a força do poder (no caso em foco, dos interesses da indústria agropecuária exportadora), como significativo (WILLIAMS, 1969; APPLE, 2006); ao mesmo tempo constitui-se numa incessante busca de uma rota de fuga às explicações subjacentes ao determinismo econômico, onde se constata, nas contradições presentes, sinalizações científico-pedagógicas que apontam para a contestação da falha sociometabólica do capital concomitante à produção de *respostas* à necessidade histórica da formação de camponeses agroflorestais para, como sujeito histórico, ousar *Bem-Viver* a Amazônia Mato-Grossense.

Por fim, tal como uma franja de palha de tucum transformada artesanalmente em expressão que colore o viver em um tempo/espaço possível, ao mesmo instante que é síntese de trabalho e renda que alimenta, sintetizo as diversas pistas nas quais percorri com este trabalho no entrelaçamento dos limites e possibilidades da Escola Estadual Florestan Fernandes, contribuindo, desta forma, para a constituição do migrante-camponês em camponês agroflorestal e para que, com isto, outra matriz educativa e curricular acrescente sentidos ao aprender e ao ensinar interdependente à perpetuação da Amazônia com suas vidas humanas (ou não). Nisto tudo, sou eu mesma e o mundo fazendo-me "Ser Mais".

5 Semântica da palavra agrofloresta.

6 Tomo o Movimento Camponês naquele sentido que é dado por Ribeiro (2010) quando afirma que este se constituiu na unidade ativa e provisória, porque sempre em mutação, das diferentes expressões que assume os movimentos que lutam pela terra de vida e de trabalho.

1.1 POSSÍVEIS DIÁLOGOS: PESQUISADORA, PESQUISAS E VIVÊNCIAS

> Se a história é um garimpo, a memória é a bateia que revolve o cascalho do passado a busca de dados preciosos para continuar nossa luta. (NOSELLA, 2010, p. 224).

Um trabalho de pesquisa, independente da área, é sempre uma busca de completude ao inacabamento no qual nos constituímos. Mesmo que modesto, remove entranhas saudáveis ou não, no sentido de remexer feito arado em solo ressequido ou draga[7] em curso d'água, e expõem-nos desde dejetos indesejados às miúdas riquezas aparentemente sedimentadas, bem guardadas ou publicamente conhecidas. Em ambos os casos, seja de forma amena ou avassaladora é sempre promessa de possibilidades de vida. A manutenção *ipsis litteris* daquilo que pensamos após esse exercício, de adentrar em nós no mundo através do mundo, é quase impossível. Neste exercício nem sempre prazeroso descobrimo-nos herdeiros a compartilhar um mundo dado e, também, inacabado, imperfeito, ao mesmo tempo, convidativo a nele nos perpetuarmos em constante exploração para conhecê-lo ao desvendar os seus concretos mistérios.

O que quero dizer com isto é que uma pesquisa é sempre desejo de ver as coisas além para tornar inteligível a herança histórica tão complexa que é a humanidade. Talvez, um querer difícil de ser transposto em palavras conforme expressa o poeta Fernando Pessoa: "porque querer é um ponto/ Um ponto no horizonte de onde estamos/ E que nunca atingimos nem achamos/, Não digas nada! Que me hás de dizer?"[8].

Há aí, portanto, uma marca destacada da qual jamais essa atividade, eminentemente humana, é livre: a marca de nós mesmos, a história na qual nascemos partícipes e criadores. A marca de quem (indivíduo ou grupo) envereda nesse desafio, mescla de prazer e sofrimento, pelas descobertas e rupturas que a pesquisa promove e não nos deixa "esperar à beira de uma estrada/A vinda sempre adiada./", mas sim, nos põe em movimento em busca de nós mesmos, enquanto indivíduo uno em bilhões, da classe enquanto força motriz tensionadora de nosso modo de sobrevivência; da compreensão transformadora da vida plena impedida na labuta primeira em fazê-la perpetuar.

Por este caminho, alinho-me às contundentes afirmações de Hilton Japiassu (1975, p. 116) sobre a não onipotência da ciência e do cientista como "coisas certas", previsoras e

7 Espécie de embarcação muito utilizada nos garimpos da região amazônica donde se acopla um motor e uma mangueira de aproximadamente quatro polegadas por onde são tragadas toneladas e toneladas de terra (barranco) "lavagem" em que é separado o cascalho. Esse cascalho é lavado manualmente em pequenas bateias, pois é um possível abrigo de fagulho e/ou pepitas de ouro ou diamante.
8 Disponível em: http://casafernandopessoa.cm-lisboa.pt/index.php?id=2241. Acesso em: 03-01-2012.

previsíveis, acima dos caminhos tortuosos das paixões, neutra, portanto. "Os cientistas são vistos como se fossem os proprietários exclusivos do saber, devendo fechar todas as "cicatrizes do não-saber" e fornecer os bálsamos para as angústias individuais e sociais". Supõe-se que isto os conduza a um espaço seguro de poder. Principalmente nas áreas das ciências sociais e humanas, de onde falo, isto se constitui muitas vezes em sérios transtornos porque diante da complexidade que impregna as relações sociais é certo que, mesmo se assim o quiséssemos, a produção da vida, na qual nós mesmos agimos e recebemos as ações de outros, nisto, na própria construção dos saberes, jamais nos constituiríamos senhores dos saberes todos. Arrisco dizer que as chagas do não-saber nos fazem muito mais parceria do que os possíveis bálsamos cicatrizantes. Como se curtidos na máxima socrática fôssemos: "Só sei que nada sei".

Dito isto, o que segue condiz com esta premissa de que não há como retirar da pesquisa seu pesquisador, isto é, não há neutralidade científica. A ciência é uma atividade (invenção) humana perscrutada e mantida por atividade intelectual determinada e determinante das/pelas relações sociais de homens e mulheres de diversas origens socioculturais, em uma sociedade cujos interesses são antagônicos. No nosso caso, uma sociedade mediatizada por normas hegemonizadas pelo capital que sintetiza um jeito de produzir a vida através da exploração de alguns poucos humanos sobre outros seres, humanos e não-humanos. Acrescente-se que estes últimos seres são a maioria.

Nestes termos, a propositura da pesquisa já é em si uma decisão onde se incrustam *leituras de mundo*[9] em um mundo que nos é dado a conhecer desde o nascimento até o fim do tempo individual. O que se projeta não é uma nova explicação a partir de moldes mentais balizados e validados num determinado tempo histórico apenas, mas também, a constituição de nós mesmos enquanto seres em um mundo que sabemos cria nossa.

Neste instante, em que tomo para mim a tarefa de explicar algumas *leituras de um mundo* vivificado, refiro-me ao que nos conta Bernard Charlot (2000), sobre sua forma de provocar a fala/escrita de seus sujeitos em uma de suas pesquisas sobre jovens em situação de fracasso escolar, na França. Para verificar quais saberes faziam sentido aqueles jovens ele e sua equipe, com professores interessados na pesquisa, solicitavam aos sujeitos da pesquisa que respondessem a seguinte indagação: "Desde que nasci aprendi muitas coisas em casa, na escola, na rua, em outros lugares. O que é importante em tudo isso e o que estou esperando

9 Para Paulo Freire (1991) a *leitura de mundo* indica um desvelamento da realidade para que possamos conhecer as coisas. Além disto, defende que isto se dê de uma forma crítica para que, aprofundando o olhar, o conhecimento, tenhamos elementos para que possamos transformar a realidade.

agora?". Os textos que retornaram foram tão interessantes que ele concluiu: "Eu tinha inventado um instrumento de pesquisa (...) hoje bastante utilizado, que chamei em francês de *bilan de savoir*, expressão essa que foi traduzida para o Brasil como "balanços do saber", "escrita do saber", "inventário de saber" (CHARLOT, 2000, p. 154)

Inventários de saber são declarações daquilo que somos, do sentido da vida para nós. Brandão (2009, p.10) também nos ajuda a seguir por esta travessia e acrescenta que *Ser* é uma atividade humana que só se dá na partilha e, por isso, nos humaniza.

> E se você prestar atenção ao correr dos momentos e dias de sua própria vida, verá que você, seus familiares, parentes, vizinhos, amigos, colegas, conterrâneos, contemporâneos, vivem em boa medida enredados nos mesmos dilemas e nas mesmas alternativas humanas de caminhos, soluções e horizontes. (...) Faça um inventário. (...) O que "sobra" de seus momentos de vida que não sejam intercâmbios, reciprocidades, trocas? [Grifo do autor].

Concordando, portanto, que a construção de um objeto de estudos se faz embebida nos problemas concretamente compartilhados, valho-me deste móbil para pensar o devir; não como uma curiosidade pessoal, dessas que costumam alimentar os egos e trazer prestígio acadêmico apenas, mas sim, e principalmente, para apreender as ferramentas do conhecimento solidariamente produzido e compartilhado como forma de qualificar a luta cotidiana para transformação do *status quo*.

A pesquisa e a pesquisadora, a ciência e o cientista, (com) fundem-se, sobretudo, à própria vida cuja vivência materializa-se, inicialmente, numa família camponesa brasileira para, posteriormente, trinta anos depois, vincular-se ao trabalho educativo em uma instituição de ensino superior – a UNEMAT[10] - referência para o Estado de Mato Grosso.

Por ser uma considerável amostra das anônimas trajetórias de mulheres e homens que edificam a região norte de Mato Grosso, e também, por compor o patrimônio cultural da autora deste trabalho, considero importante assuntar sobre tal história. Há pouco mais de cinqüenta anos, no dia 08 de setembro de 1959, numa cidadezinha mineira situada no Médio Vale do Jequitinhonha, de nome Francisco Badaró[11], juntavam-se em matrimônio Geni Ramos dos Santos e Fernando Ferreira de Souza. Ela, trabalhadora rural, sem escolarização, vivia com sua mãe viúva e seu irmão em um pequeno roçado, cedido por um parente mais

10 Sobre a UNEMAT – ver LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. "Avaliação institucional: a experiência da UNEMAT: entrelaçando as vozes e tecendo os fios do silêncio". Dissertação (Mestrado em Educação), FACED/UFRGS, 2002.

11 Francisco Badaró (Sucuriú), sediado na antiga terra dos Tocoiós no nordeste do Estado de Minas. Seu povoamento inicia-se no séc. XVIII através das Bandeiras à procura de ouro de aluvião. Conforme dados do IBGE-2010, atualmente, possui 10.248 habitantes para uma área de 461.344 km2. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=mt. Acesso em 04-02-2012.

abastado. Sobreviviam fazendo diárias aqui, acolá e em plantações vizinhas. Ele, trabalhador desde a mais tenra idade, também sem escolarização, fora "pego prá criar" por este parente abastado, tio de Geni.

Ainda com 15 anos, Fernando saiu daquele norte de privações quase instransponíveis e foi tentar "fazer a vida" nos cafezais e/ou na construção de estradas férreas no Estado de São Paulo. Desde criança, na lavra da terra e dos garimpos foi lançado/lançou-se como jovem *peão de trecho*! Era bastante comum na época, os filhos homens dos *ditos* nortistas enveredarem rumo a outras regiões e/ou estados do País, atraídos pelas frentes de trabalho alavancadoras do crescimento industrial daquele momento em que se aproximava o fim da Segunda Grande Guerra mundial.

No início de 1950, acompanhando o movimento migratório norte-sul, seguiu no *trecho*, embrenhou-se em florestas da Mata Atlântica paranaense e trabalhou em diversos lugares no processo de colonização do noroeste do Paraná, na região de Umuarama, mais especificamente. Desta feita, já em 1959, tinha conseguido comprar uma área (oito alqueires) no "patrimônio" colonizado pela Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRINCO) com nome de Icaraíma[12] a 60 Km de Umuarama/PR. Resolveu, então, ir "pro norte" buscar uma "mineirinha" para se casar. Não havia ninguém em especial, mas sabia que lá chegando não faltariam interessadas. Era trabalhador com um *pé de meia*, e isso fazia a diferença naquele meio do Vale ainda hoje empobrecido.

Em menos de dois meses Fernando já estava de volta à cidadezinha de Icaraíma, com sua pequena e jovem Geni e alguns agregados, parentes da recém-casada, animados com as notícias do Sul, um *local bom de trabalho*. Durante os três anos seguintes, enterraram dois filhos natimortos devido à ausência de assistência médica para atendimento às complicações nos partos. Entretanto, apesar dessas dificuldades, em 1965 aquele casal de migrante já alimentava dois filhos meu irmão e eu.

Durante toda minha infância e juventude, ouvia muito de meus pais sobre o quanto deveria dar valor aos estudos, o respeito às professoras e ao que elas diziam, pois elas "tinham estudado". Nestes momentos, sempre reportavam a eles próprios e narravam a vida difícil que levaram, e levavam, "por não terem a oportunidade de estudar". Retransmitiam, dessa forma, os ideais escolanovistas presentes naquele efervescente momento brasileiro: a escola como redentora dos males econômico-sociais, da pobreza e da ignorância (MONARCHA, 1990), ao

12 Icaraíma: tupi *i(y)* = água, rio; cará, *acará* = peixe; *eima* = sem – *rio-sem-acarás*. Situa-se nas proximidades do Rio Paraná, com área consorciada no Parque Nacional da Ilha Grande, criado em 1997. Segundo dados do IBGE-2010, possui 8.839 hab.; área de 675 km2; dista 660 km de Curitiba. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=41. Acesso em: 04-02-2012.

mesmo tempo em que me colocavam em liberdade para ser diferente, o que considero muito generoso da parte deles. A negação de si, para construção do outro, parte de si.

Neste período, a marca do analfabetismo era tida como uma mancha para a qual, principalmente, meu pai erguia-se contrariado: "sou analfabeto, mas sou trabalhador honesto!" Era sua defesa! Não estava em condição de entendê-lo naquele momento. Hoje, aprofundando a história da educação do país, no que diz respeito às estratégias de combate ao analfabetismo pelo Estado Brasileiro, vejo o quanto essa frase estava prenhe de brio. Evidenciava a não aceitação à pecha estatal difundida nos discursos oficiais e cantada em versos e trovas sobre a feiúra e o atraso na qual enquadravam o analfabeto, sempre colados à imagem do trabalhador rural. O analfabetismo já amargava o leve e doce encantamento das elites brasileiras desde o início dos anos novecentos.

> [...] com o desencadeamento da primeira guerra mundial em 1914, levanta-se no Brasil uma onda de nacionalismo, que teve como um dos principais objetivos combater o analfabetismo, principalmente, após a divulgação de uma estatística realizada pelos Estados Unidos que apontava o Brasil como um país líder em analfabetismo, comprometendo o orgulho nacional daqueles que representavam o poder no Brasil. Começaram então a adotar o discurso de que era preciso combater a chaga do analfabetismo que nos envergonhava e nos impedia de pertencer ao grupo das nações culturais (PAIVA, 1987, p. 27).

Esse sentimento impunha às camadas populares a responsabilidade pelos entraves ao progresso que se anunciava para todos como o "Milagre Brasileiro", nos anos 1968 a 1973, aproximadamente. Com isto, a Ditadura Militar imposta desde o 1º de abril de 1964, e em pleno vigor, arregimentou forças para a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), visando manter uma política para tratar o analfabetismo, porém de modo a manter o controle rigoroso sobre as camadas populares, em contraposição aos anteriores movimentos de Educação Popular. Assim, mobilizava as massas populacionais numa grande ação nacional, objetivando a alfabetização de jovens e adultos. Entre o ufanismo ao amor e progresso difundidos, inclusive, através da massificação de músicas como "Eu te amo meu Brasil", "Só o Amor Constrói", ouvíamos emocionados "Obrigado ao Homem do Campo", nas vozes de Dom e Ravel.

No entanto, foi a canção "Você também é responsável"[13] a que, de forma mais veemente, apelava ao voluntarismo patriota como forma de desenvolvimento. Para esta perspectiva, é o esforço individual que irá alavancar o País para a transformação social.

13 "Você também é responsável, Então me ensine a escrever, Eu tenho a minha mão domável, **Eu sinto a sede do saber**. Eu venho de campos, tão ricos tão lindos, Cantando e chamando, são todos bem vindos. A nação merece maior dimensão. Marchemos prá luta, de lápis na mão". Trecho da canção lançada entre 1969: Disponível em: http://www.letras.com.br/biografia/dom-e-ravel. Acesso em: 05-02-2012.

Segundo Almeida (2009, p. 22), essa interpelação musical além de tornar-se, "por sugestão de Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação, o hino do MOBRAL, explora o tema da importância da educação escolar dentro da lógica do discurso de Brasil Grande". Cunha (1986) e Freitag (1980) também chamam a atenção para o fato de que, neste período, a alfabetização, o ler e escrever, eram relevantes elementos ideológicos desenvolvimentistas, sempre relacionados ao investimento para o aumento de produtividade.

O foco na educação mascarava a leitura de mundo vivenciado na exceção, "um período vergonhoso de nossa história, em que se prendia em nome da liberdade e se matava em nome da vida" (CAVERSAN, 2012, s/p). Somando-se a esta análise, Ferraro (2009, p. 107/118) sintetiza esse momento como:

> Economia em expansão acelerada, superabundância de força de trabalho disponível e presteza do braço policial para "ajudar" a lei da oferta e da procura na definição dos salários: sem dúvida, o melhor dos mundos... Para o capital(lista)! [...]. Dizer simplesmente que o MOBRAL fracassou na realização do objetivo de "eliminar o analfabetismo de jovens e adultos" seria insistir numa meia verdade. O MOBRAL foi parte e foi posto a serviço de um determinado projeto educacional e social [o projeto social da Ditadura].

Nesse contexto, aos cinco anos, iniciei meu processo de alfabetização através da cartilha "Caminho Suave". Sentia-me muito bem na escolinha[14] rural aonde ia apenas como "ouvinte". Esse início de escolarização foi muito "suave" para mim. Em casa, ouvia todos os dias: "Filha, escreva porque no ano que vem você será matriculada lá na escola da cidade!" (A escola rural, não sei por quais razões ao certo, iria fechar no ano seguinte). Eu pensava que, para entrar na escola, deveria saber escrever muitas coisas e aí vivia com aquela cartilha na mão, decorando o alfabeto e as sílabas todas. A "lição" que mais me interessava era a da "Nhá Maria, nha, nhe, nhi, nho, nhu"; primeiro, porque achava estranha a pronúncia daquele fonema isolado, segundo porque lembrava minha avó, Maria, que vivia conosco e que eu adorava e, terceiro, chamava-me a atenção aquela história de abandono, aquele desenho de uma velhinha magra, corcunda com tamanho feixe de lenha na cabeça. Quanta injustiça!

A Ditadura Militar assolava o país, mas nada disso chegava até nós em forma de debate ou de simples informação. Contudo, os ideais militares perpassavam o ensino através do fazer pedagógico, das teorias comportamentalistas que embasavam o paradigma didático e as práticas cívicas. Lembro-me dos longos desfiles, da rudeza da professora para manter-nos

14 Sobre essa "escolinha rural" cai não cai, Arroyo (2009, p. 71) expressa: "A imagem que sempre temos na academia, na política, nos governos é que para a escolinha rural qualquer coisa serve. Para mexer com a enxada qualquer coisa serve (...). Em nossa história domina a imagem de que a escola do campo tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras".

alinhados nos ensaios e das "broncas" pelos passos trocados nas marchas; decorávamos os nomes dos governantes, líamos e escrevíamos muitos textos atravessados pela apologia à pátria e a dedicação da "brava gente brasileira".

Outra instituição em que convivia era a Igreja (católica apostólica romana). Era uma atuação bastante efetiva. Missas, novenas, terços, cultos, catequese, grupo de jovens, cursilhos (meus pais), procissões com aquelas lanternas bem coloridas que adorávamos fazer e carregar, e quermesses da Padroeira, enfim, a religiosidade era praticada como um espaço de convívio social que não se confrontava com o que a escola, principal fonte formadora de nosso saber/conhecimento, ensinava. Sendo assim, também na igreja que frequentava, não me lembro de ter ouvido algum questionamento sobre as práticas governamentais vigentes naquele momento ou, sobretudo, as desigualdades sociais existentes.

Quando terminei o curso ginasial, em 1977, meu pai já estava totalmente tomado pela ideia de tentar a vida em Mato Grosso, pois muitos de seus amigos já haviam migrado e diziam-lhe que estavam bem. Nesse período, seu pequeno sítio, agora com treze alqueires, já estava todo tomado por pastagens, em redor deste se formavam médias propriedades. O fato é que, naquela estrada, Estrada da Onça, esgotara-se a capacidade de expansão para o pequeno agricultor. Assim, após duas visitas a Mato Grosso, a decisão foi tomada e no final dos anos 1970 – meu pai, minha mãe, meu irmão e eu – já estávamos percorrendo a BR 163, a rodovia da integração, rumo à Gleba Cafezal, hoje município de Colíder. Que aventura interessante! Foram cinco dias na estrada para chegarmos àquele lugar estranho, sem energia elétrica, sem rádio, sem televisão! A "selva" logo ali com tamanha intensidade, com fortes precipitações de chuvas, nunca vistas antes por nós.

Tudo se transformava muito rapidamente tanto em mim quanto no território. Aos dezessete anos, em 1980, "transformaram-me" em professora com a tarefa de promover a aprendizagem de dezenas de crianças de diversos níveis numa escola multisseriada localizada na Gleba Planalto, na Comunidade São Sebastião (do Bigode). O alto índice de analfabetismo no Brasil –25,9%[15] para a população acima de quinze anos – e a acelerada migração efetivada pelo modelo de colonização privada sem a devida infra-estrutura estatal tornaram mais difícil a presença de profissionais qualificados para atender a demanda educacional. Além disto, a cultura política ditatorial expulsava outros tantos dos espaços estatais, inclusive das escolas

15 Segundo dados do IBGE citados por Pinto (2000, p. 515). Segundo o autor, estes índices podem ser mais elevados caso a contagem no Brasil, que considera alfabetizada a pessoa capaz de escrever um simples bilhete, fosse realizada conforme se faz na maior parte do mundo, isto é, a inclusão, também, dos "analfabetos funcionais".

públicas e obrigava os colonizadores a arregimentarem dentre os próprios sitiantes os professores das "glebas"[16].

O espaço físico escolar era todo construído em madeira e coberto com telhas de amianto; consistia em uma sala de aula com grandes bancos-carteiras; um mictório dividido em duas partes (uma para meninos e outra para meninas); uma cantina separada da escola e com fogão de lenha. Ao lado, havia um campinho de terra batida no qual se realizavam recreações diversas. Vários fragmentos de floresta espalhavam-se por toda a proximidade da escola, mas nunca fizemos atividades nela; trilhas, caminhadas, subir em árvores, nada disso! Os pais e eu achávamos aqueles trechos de *mata* "muito perigosos".

No aspecto pedagógico, embora tivesse uma noção de que estava ali para fazer educação pública, agia muito intuitivamente no cuidar daquelas crianças pequenas trabalhadoras do campo. Costumo dizer que praticava com criatividade uma "educação bancária", uma contradição que merece, minimamente, ser explicada. Via-me todos os dias diante de um grande desafio, ensinar mais de cinquenta meninas e meninos, de várias idades e séries da melhor forma possível.

Era, porém, uma *criatividade técnica* a serviço do bom desempenho da aprendizagem. Aprender para quê? Apesar de estarem ali embutidos fragmentos do que nos humaniza: o compartilhamento, a situação enquanto qualidade "social" da educação era caótica, pois essa criatividade desvinculada da prática política se tornava semente chocha a sobrenadar num desejo latente, mas com pouca ou nenhuma chance de produzir os elementos necessários à emancipação.

O resultado, em números, dessa situação é sintetizado por Strentzke (2011, p. 26) da seguinte forma:

> Nesse período [anos oitenta], o número de repetentes na 1ª série do 1º grau, chegava a, aproximadamente, 50% dos alunos, sendo essa proporção ainda maior no meio rural. Essa ocorrência tem como referencial o fator migratório, o alto número de reprovação, repetência e evasão escolar, o que retrata claramente o quadro de deterioração do sistema educacional.

Essa situação de precariedade, além dos números, também estava presente no modo como a realidade se distanciava da proposta curricular. Sendo assim, a dinâmica do "desbravar a Amazônia" não fazia parte do arcabouço pedagógico com o qual lidávamos.

16 No estado/MT, esta relação só irá minimizar com o advento da Gestão Democrática. Sobre isto ver: "Dissensos no consenso: a democratização da escola pública em Mato Grosso". Odorico Ferreira Cardoso Neto, Cuiabá: EdUFMT, 2004, e "Reformas neoliberais e gestão democrática em Mato Grosso", Luzia Pereira de Souza Abich. Coletânea de Educação e Democracia, EdUFMT, 2008.

Em 1982-83, ingressei para formação em nível de Ensino Médio, no Programa Logos II voltado, prioritariamente, à habilitação de professores sem o Ensino Fundamental completo e sem acesso às escolas regulares. De cunho altamente tecnicista, o ensino dava-se através de estudos de módulos (pequenos livretos instrucionais) organizados em disciplinas, na perspectiva da educação à distância. Estudávamos em casa e fazíamos a avaliação da aprendizagem junto ao Núcleo Pedagógico na presença da Orientadora Supervisora Docente (OSD), através de provas que já vinham prontas, assim como os módulos[17].

Este Programa expandiu-se em Mato Grosso e, no caso da região Norte, sua presença foi mais incisiva ainda devido à baixa densidade populacional, à distância dos centros urbanos e ao pouco investimento na formação docente. Segundo Preti e Arruda (1996, p. 89):

> [...] foi um dos grandes responsáveis por qualificar profissionais para as séries iniciais do 1º grau e, no Estado de Mato Grosso, o projeto foi considerado um sucesso pelas autoridades educacionais. Apesar de resultados quantitativos "aparentemente" positivos, estes programas foram desativados tendo em vista a desatualização dos materiais didáticos, sua ineficácia, falta de um atendimento sistematizado aos alunos...

Também são bastante significativos os dados sobre a formação dos professores após a década de oitenta:

> Dos 15.004 professores que atuavam, em 1991, nas primeiras quatro séries do 1ª grau, 983 (6,5%) tinham o 1ª grau, 8.724 (58,0%) haviam concluído apenas o 2º grau e 5.297 (35,5%) eram licenciados ou bacharéis. Mas, se observarmos a situação na **rede municipal**, temos um dado muito mais significativo: dos 4.860 professores 40,06% haviam ou não concluído o 1º grau, e 46,76% eram habilitados em cursos de Magistério. (ob. cit. p. 86) [Grifo nosso].

É preciso considerar, nesse caso, que a rede municipal naquele período era a grande responsável pelas escolas sediadas nos espaços rurais, o que dá uma noção da precariedade da escolarização oferecida às populações camponesas. Neste sentido, "fazer o Logos" equivalia a "fazer uma faculdade" nos dias atuais, pois se constituía na formação máxima possibilitada aos professores daquela região distante das instituições de ensino superior, afinal, são mais de quinhentos quilômetros da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá e da Universidade do Estado de Mato Grosso, (UNEMAT), em Cáceres.

17 Segundo Alonso (1996, p. 60), o Logos II, 1976 a 1990, "foi implantado em 17 Estados brasileiros e atendeu a 50.000 alunos", com a formação de 70% de aproveitamento. Todo material era produzido pelo CETEB (Centro de Ensino Técnico de Brasília, criado em 1965) e, posteriormente encaminhado as secretaria estaduais que por sua vez repassavam aos Núcleos Pedagógicos. O trabalho da OSD consistia em auxiliar os alunos quando de alguma dúvida advindas dos módulos (250), aplicar e corrigir as provas, organizar os Encontros Pedagógicos (170) para reunir todos matriculados mensalmente, acompanhar as sessões de micro-ensino (320 horas) e zelar pelos materiais do Núcleo.

Somente em 1990, após intensa pressão dos professores organizados em torno dos sindicatos da categoria docente – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT) e outro – é implantado o Núcleo de Ensino Superior em Sinop, com os cursos de Licenciatura em Matemática, Letras e Pedagogia[18.]

Nesta trajetória singular em um mundo concreto, a habilitação para o magistério solidificou de vez o que estava mais no campo da aspiração e da necessidade local, o que estava em mim em conjunto com as condições objetivas sociais, portanto, e o início de minha carreira docente. A escola como ocupação prazerosa transformou-se em uma razão de viver. Entretanto, ainda nesse período, o trabalho pedagógico era mais pautado nos ideais cristãos de fazer o bem, de amor ao próximo, do que de uma consciência de classe em ação. Os ideais da escola "redentora" atuavam em mim, estando presentes ali no que fazia e no como fazia o tempo todo: promover o ensino para que os estudantes pudessem ser "alguém na vida" que, contraditoriamente, não estava vinculado ao labor camponês.

Se ainda era pouco o que debatíamos sobre isso, seja como categoria profissional, seja como estudantes, o contexto socioeconômico e político, também não estavam presentes na nossa formação as preocupações com os conflitos socioambientais, motivo de articulação das classes dirigentes mundiais desde 1968, com a criação do Clube de Roma, e com a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (5 a 16 de junho de 1972). Aquela vastidão amazônica parecia não ter fim. As possibilidades de, com dedicado trabalho, qualquer um ficar "bem na vida" parecia real. Isto constituía um móvel bastante efetivo como suporte das grandes dificuldades na tarefa de "desbravar a selva" (falta de infraestrutura; malária; clima desconhecido e desfavorável às culturas agrícolas já conhecidas; isolamento; dentre outras).

Como participe daquelas ideais pioneiros, após cinco anos de trabalho naquela escola fui aprovada no concurso da rede estadual, tendo que mudar de rede e ir trabalhar na cidade. Para mim, não é bom lembrar o momento da despedida. Um pouco de mim ficou lá naquela escola, naqueles brinquedos de argila; naqueles cartazes feitos nos versos de panfletos de políticos... Vejo-os na chegada e saída da sala de aula, em algazarra como em toda escola, com suas humildes roupas, chinelos de dedo e o material escolar (caderno, lápis, borracha) dentro de um desses saquinhos de cinco quilos de açúcar cristal.

Ainda hoje, me assusto com a possível tragédia que poderia ter causado naqueles dias em que, a partir de decisão conjunta dos pais, se realizava a pulverização de DDT (Dicloro,

18 Sobre isto ver: http://www.novoportal.unemat.br/?pg=campus&idc=3 Acesso em 05-02-2012.

Disfenil, Tricloroetano), através das *singelas* latinhas de Neocid com intuito de eliminar a infestação de piolhos das crianças. Popularizado a partir da Segunda Guerra, este pesticida foi incluído pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1992, no grupo dos carcinogênicos para ser humano[19]. Felizmente nenhuma tragédia imediata ocorreu! Sinto o cheiro daqueles corpos suados, pois muitos caminhavam longas distâncias após ajudarem seus pais no roçado, misturando cheiro forte da peroba-rosa, ao pó-de-giz e do chão batido da sala de aula. Lembro-me bem daqueles olhos atentos quando lia algum conto de fada ou esses tradicionais contos[20] que nada contam das nossas próprias vidas trabalhadoras brasileiras. Quanto tempo de formação "do campo" artificializada e amarrada às "grades" da escola colonializada!

Foram muitos os erros, o conhecimento não possibilitado pela ignorância político-científica e pedagógica, hoje vejo, e também por isso, somo à luta junto com aqueles que discordam da contínua reprodução desse estado de coisas: a negação tanto do acesso ao saber como patrimônio histórico-sócio-cultural, quanto às riquezas oriundas do trabalho daquelas mãos todas (trabalho coletivo) intercambiado à biodiversidade "nativa".

Hoje pouco sobrou dos pequenos lotes, dez, vinte, quarenta alqueires, em princípio, dando lugar às fazendas de médio porte. Da escola, "vendinha", ponto de ônibus, campo de futebol, nada resta. Onde havia floresta abundante, e depois roçados, hoje existem apenas pastagens em solo visivelmente degradado, riachos assoreados e alguns fragmentos de floresta (por que os mantém?) – compõem aquele bucólico cenário.

Assim, podemos escrever a história de uma forma a não considerar como entrega consensuada à acumulação capitalista, mas sim, um resultado combinado da exploração e expropriação de alguns poucos sobre muitos e sobre a natureza, como uma tarefa bem sucedida no interior do crescimento do modelo vigente, portanto. Ainda assim, o que está posto está: a inegável ação predatória do processo migratório àquela pequena parte do Planeta. Poderia ser diferente? Em que a escola, a *leitura do mundo*, caso possibilitada, poderia ter provocado uma intervenção qualificada para a perpetuação daquele território como um lugar "bom de viver"? Penso muito nisto, considerando que a educação é sempre desejo de proporcionar ao outro alçar vôos além de nós. É extensão de nós sem nós. As palavras de Brandão (2009, p. 9) dão suporte explicativo a essa ânsia transgressiva:

19 Sobre a toxidade do DDT ver MELLO, Jaíza Lucena de. "Avaliação da contaminação por HCH e DDT, dos leites de vaca e humano, provenientes da Cidade dos Meninos, Duque de Caxias/RJ. ENSP/ Fiocruz, 1998. Disponível em: http://teses.icict.fiocruz.br/pdf/mellojlm.pdf. Acesso em 05-02-2012".

20- Contos dos irmãos Grimm, por exemplo, tratando sempre de magias, encantamentos, totalmente fora daquele contexto. Ver: http://www.grimmstories.com/pt/grimm_contos/index. Acesso em 10-10-2013.

> E o professor, o educador, eles são aqueles que, mais do que ensinar-o-que-não-se-sabe, fazem fluir entre as pessoas e os seus símbolos, os conhecimentos que fazem fluir e colocam em circulação. *O educador é um elo de reciprocidades*, um profissional especializado em não permitir que "aquilo que deve ser conhecido" fique restrito a esferas de "senhores do saber". Por isso mesmo há algo de sempre transgressivo no ato de educar. Pois, a experiência da educação é, em sua vocação mais singular, a de criar múltiplas situações em que algo porventura condenado a ser uma posse exclusiva e excludente, um valor de mercado, uma apropriação hierarquizante (eu valho pelo saber que demonstro possuir, quando comparado com outros), um domínio, venha a se tornar também e de forma crescente e irreversível, um dom de troca [grifo nosso].

Então, como fazer fluir e/ou colocar em circulação conhecimentos não apreendidos, desejos não desejados? Difícil ter sido diferente. As condições históricas não estavam dadas e a dinâmica da colonização silenciava outras vozes.

Quando em 1984, iniciei o trabalho na rede estadual urbana, imaginava um trabalho mais difícil, afinal, conviveria com professores "com faculdade" e com uma larga experiência na educação. Fiquei um pouco apreensiva, é verdade. Contudo, para surpresa, descobri que na escola urbana o trabalho educativo pouco se diferenciava da rural. Ali na "cidade" estava livre das tarefas com a manutenção, mas estava presa à forte divisão do trabalho hierarquizante e aniquilador da autogestão.

Nesse período, o país fora sacudido pela campanha das Diretas Já. No entanto, mesmo um mato-grossense estando à frente da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a de nº 5/1983, conhecida como Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que objetivava restabelecer as eleições diretas para presidente, impedidas pelo golpe militar de 1964, pouca influência teve tinha na escola. Estávamos blindados pela distância física e pela hegemonia política, uma vez que os dirigentes municipais, políticos e colonizadores, tinham vinculação bastante próxima aos governos militares. Recordo-me de ouvir pelo rádio a votação no Congresso Nacional, naquele dia 15 de janeiro de 1985, em que Tancredo Neves fora, mesmo que através do voto indireto, eleito presidente do Brasil. Contudo, aquilo não me dizia relevante respeito, sequer supunha a dimensão do que ali estava acontecendo. Naquele período, ocupava-me mais com as tarefas do cargo que havia assumido na Delegacia Regional de Ensino (DREC) que consistiam, principalmente, em acompanhar a Educação de Jovens e Adultos na região Norte.

No ano seguinte, ano de eleições majoritárias estaduais, já vislumbrávamos as significativas mudanças que ocorriam no Brasil. No estado do Mato Grosso, a oligarquia Campos, coadjuvante dos militares, foi derrotada por um governo com aspiração democratizadora identificado com o Partido do Movimento Brasileiro de Democratização (PMDB) sob o slogan "O passado nunca mais!". Com isto, mudanças educacionais também

foram balizadas por esses ideais e pregava-se "educação voltada para a classe trabalhadora". Isso mexia muito comigo e dizia-me fortemente que o caminho para que todos tivessem acesso à tão sonhada educação de qualidade poderia estar se abrindo.

Ainda neste período, fui aprovada para o curso de "Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e em Supervisão Escolar para o Exercício nas Escolas de 1º e 2º Graus" oferecido pela Universidade Federal de Mato-Grosso (UFMT) e desenvolvido como projeto de extensão no município de Alta Floresta.

Adentrar em um curso universitário, pelas profundas reflexões das diversas teorias educacionais, foi como sol intenso na cerração matinal. Uma outra verdade se estampava à minha frente a cada aula, a cada leitura. Uma nudez encantadora/desencantadora da realidade! Os embates internos e externos moldavam como bigorna em ferro quente o que até ali pensava ser. Foram tempos encharcados de revoltas pelo escancarar de si, mas também, profundamente desafiadores.

Os anos que seguiram foram os mais intensos em minha formação educacional, profissional e política. Participei ativamente da implantação dos Núcleos de Educação Permanente (NEP), uma proposta de educação de jovens e adultos pautada em um recorte de classe bastante interessante. Essa proposta abarcava as mais diversas modalidades da suplência, inclusive o programa de formação de professores Logos II e o NES. No caso de Colíder, o NEP "Cleonice Miranda da Silva", atendia prioritariamente as populações residentes nas áreas rurais da região. Sobre isto, em recente estudo sobre os NEPs, Arruda (2010, p. 7), assim escreve:

> A idéia que originou os NEPs (*sic*) foi a de se criar uma escola que atendesse as especificidades dos jovens e dos adultos que haviam sido excluídos do "ensino regular". Essas especificidades determinavam a necessidade de uma escola que se diferenciasse da "escola regular" desde a organização dos cursos em relação a conteúdos, duração e horário em que deveriam ser ministrados, até a sua estrutura político-administrativa; passando pela re-qualificação dos educadores que trabalhariam nessa escola.

Na coordenação daquela proposta, ao mesmo tempo, realizava a graduação. Transbordavam os interesses na concepção de educação como prática política transformadora e emancipadora. A formação e a prática educativa constituíam um amálgama que não permitia desviar do caminho que se abria: a plena atuação junto aos Movimentos Sociais Populares e sindicatos e, quase como uma consequência, também no Partido dos Trabalhadores (PT). Outro trabalho se dava coletivamente por que assim o queríamos. Muitos de nós tínhamos a convicção de que o conhecimento científico e a competência técnica só teriam sentido e

lograriam êxito se, imbricado nestes, estivessem presentes o compromisso político. Não interessava o sucesso individual apenas, mas sim a transformação social e os tempos de estudos serviam-nos, principalmente, á avaliação do próprio trabalho.

Paolo Nosella (2005, p. 225), ao rever a década de oitenta, traz em seu texto uma citação que exprime esse cadinho no qual nos aportávamos:

> A competência técnica não é uma categoria em si, universal, acima dos interesses de classe, mas, pelo contrário, competência e/ou incompetência são qualificações atribuídas no interior de uma visão de cultura historicamente determinada, pois existe o competente e o incompetente para certa concepção de cultura, como existe o competente e o incompetente para uma nova concepção de cultura.

Diz também que, naquele período:

> Privilegiou-se a visão teórica que explica o fenômeno escolar pela sua relação com a sociedade, com a economia e com a política. Professor que não assume plenamente a função de educador e se exime de sua responsabilidade de ensinar a *leitura do mundo*, para restringir-se à *leitura das palavras* – utilizando expressões freireanas –, era considerado um técnico asséptico, reducionista, que reeditava na prática pedagógica a velha tese da neutralidade científica. (Op. cit., p. 226) [Grifos do autor].

É fato que nos empenhávamos para honrar nossa condição de esquerda militante "competente" para o novo mundo que vislumbrávamos. Havia um prestígio compartilhado entre a academia, as lutas sindicais e a prática pedagógica, que formava e sustentava a consciência de classe numa crescente busca. Não que isto fosse assim tão fácil e impedisse que vivêssemos o melhor dos mundos. Não! A inquietude ano a ano ia sendo lapidada, os vários mitos (incluindo o que pensávamos de nós mesmos) caíam por terra, não como cristal no cimento, mas sim, como os primeiros pingos das chuvas de setembro amazônico, apagando e levantando poeiras num só processo.

Era uma sensação inusitada a de sentar com os integrantes de uma escola – pais, crianças, professores – e organizar uma proposta curricular, a emoção da leitura-compreensão inicial reveladora da lógica da produção da vida no sistema capitalista. E a isso se associava o *frenesi* revolucionário de somar à mobilização de mais de quinze mil pessoas pelas ruas escaldantes de Cuiabá em defesa da escola pública, do trabalhador da educação, da dignidade humana foram ímpares e determinantes à vida que se seguiu dali. São movimentos, metamorfoses, aprendizagens, portanto (!), de trabalho/trabalhador que iam me constituindo como diálogos amorosamente humanos.

As divisões das ações postas aqui servem apenas para efeito de explicação porque internamente não havia divisão marcada. Elas são uma e todas ao mesmo tempo; da mesma

forma torna-se imperceptível o momento em que estava agindo e/ou recebendo a ação, isto é, fui me transformando no mesmo instante que tentava mudar para melhor meu entorno.

Ainda aqui, é preciso observar que, mesmo com toda participação militante nos fóruns da esquerda estadual e, tendo a realização da Conferência Rio/92, tomado um grande espaço na mídia brasileira, o "meio ambiente" ainda não fora uma questão com a qual tivesse me defrontado sistematicamente. Estranhamente, a idéia de problema ambiental estava sempre relacionada à poluição paulista ou à "Amazônia" distante. Uma Amazônia, imaginário que, ligava-se muito mais aos estados do Amazonas, Acre, Roraima, mas não ao Mato Grosso (sic!). Talvez, por existir essa forma de pensar, as questões socioambientais não tenham entrado de forma significativa nem no curso de formação superior, nem nas lutas sindicais.

Ainda nessa efervescência de descobertas e acobertamentos, em 1993, quando fui convidada para trabalhar na UNEMAT, *Campus* de Sinop, de pronto, atuei em projetos voltados às crianças residentes no setor madeireiro e em situação de fracasso escolar, em nível de alfabetização. Ali foi um tempo de inúmeros encontros com a população oriunda de territórios rurais de toda região, incluindo alguns que haviam sido meus alunos nas escolas – rurais e urbanas – de Colíder. E buscavam sobreviver fora da lida nos roçados.

O trabalho com a pesquisa e extensão universitária continuou trazendo-me intensa aprendizagem sobre a vida das populações que vivem do trabalho, no caso, o operariado da indústria extrativa da madeira. Nesse grupo de trabalhadores, os ideais de uma boa educação eram equivalentes aos dos trabalhadores do meio rural: o desejo de ver os filhos "estudados" para "serem alguém" e se livrarem daquela atividade laboral também penosa e mal paga, "sem futuro", diziam.

Desse modo, fortaleci a aprendizagem dessas formas de vida no extrativismo da madeira tropical, nos estudos do mestrado, realizado entre 1998 a 2001[21]. E, ainda, através do Projeto de pesquisa *A Morte da Selva e a Vida do Homem*, financiado pelo CNPq, desenvolvido nos anos de 2002 a 2004, pelos grupos de pesquisa Grupo de Pesquisa sobre Relação com o Saber (GPPER-UNEMAT), do qual participava, e Grupo de Pesquisa Sociologia da Educação (GPSE-UFMT). Este projeto era coordenado pela minha orientadora de mestrado, a Profª. Drª. Izumi Nozaki. Também aí, as lutas sociais, a incessante busca da competência técnica amalgamada ao compromisso político, não se apartavam de/em mim.

21 SOUZA, Maria Ivonete. *Migração e rotatividade escolar na área madeireira de Sinop/MT*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, 2001. Através deste trabalho realizei estudos sobre a relação entre crianças com histórico de retenção escolar e a rotatividade dos postos de trabalho na indústria madeireira de Sinop-MT.

Fazer educação era uma forma consciente de estar no mundo que sabia ser transcendente. A emancipação humana era uma utopia que me punha a andar para frente.

Na feitura desse trabalho para minha pesquisa de mestrado, realizei muitas visitas às escolas do setor madeireiro para ouvir muitas histórias - de crianças, pais, mães, professoras, gestores educacionais, empresários – sobre a vida na indústria madeireira. Para me situar no tema precisei ler sobre as especificidades desse setor produtivo, ver *in loco* o funcionamento – maquinários, barracões, relações de trabalho e produção – organizacional das empresas em seus diversos tamanhos e funções. Analisei a dimensão não mecânica do trabalho e, portanto, na modéstia dos limites que sobrepõem qualquer "trabalho sobre o trabalho". Isto consiste num grande desafio em que, muitas vezes, as ciências humanas não conseguem abarcar sua amplitude. De acordo com Shwartz (2011, p. 33):

> Uma atividade de trabalho é sempre o lugar, mais ou menos infinitesimalmente, de reapreciação, de julgamentos sobre os procedimentos, os quadros, os objetos do trabalho, e por aí não cessa de ligar um vaivém entre o micro do trabalho e o macro da vida social cristalizada, incorporada nessas normas. Vaivém que não deixa incólume nenhum dos dois níveis. O que quer dizer que a história da vida econômica, política, social, não pode ser escrita sem um olhar sobre esses múltiplos vaivens.

De fato, sobre este aspecto, fiz um percurso que me permitiu adentrar a compreensão inicial das relações econômicas, sociais, políticas e educacionais que transpassavam as escolas que atendiam, em sua maioria, a população vinculada àquela atividade produtiva. Entretanto, apesar da tensão-aprendente na realização do mestrado, sempre intensa e transformadora, foi durante os estudos, os debates e as pesquisas do projeto "A morte da Selva e a Vida do Homem" que as novas formas de olhar essa realidade ampliaram-se. O problema, à época, já estava colocado: o fechamento dos postos de trabalho na indústria extrativa da madeira devido ao seu esgotamento. Para estratégia de sobrevivência, parte dos trabalhadores buscou outras regiões, outras atividades, uma outra forma de sobreviver. Outra parte permaneceu e, a partir de 2002, forjou a luta organizada pela reforma Agrária na região de Sinop.

Como já os conhecia, na verdade, me constituíam na solidariedade de classe, juntei-me a esta luta, aparentemente deles, na certamente da classe. Assim, a partir de 2003 com a primeira ocupação realizada em setembro na região de Sinop, uma nova forma de acessar a terra-floresta deu-se àquelas trabalhadoras e trabalhadores: o assentamento nos moldes da (ineficaz) Reforma Agrária Brasileira[22]. De lá para cá, este sujeito histórico camponês

22 Identifico como ineficaz a Reforma Agrária Brasileira porque a Constituição Federal de 1988 incorpora, no se Art. 5º, XXII, o direito de propriedade, porém, logo em seguida, afirma que esta deverá atender à sua função social (Art. 5º, XXIII), e estabelece a previsão constitucional de desapropriação por necessidade, por utilidade

campesinato, vem sobrevivendo em meio à contínua gama de dificuldades já conhecidas e apontadas mais adiante neste texto. O grande desafio é o de sempre: sobreviver do trabalho camponês, mas, na região, com um elemento novo até então: produzir a vida camponesa com a floresta em pé!

A justificativa deste estudo, então, assenta-se nesta concretude da vivência camponesa naquele território do bioma Amazônia mato-grossense. Pretende-se, com isto, contribuir organicamente com uma leitura concreta dessa realidade. Isto porque é fato que, para o Movimento Camponês, preservar as várias formas de vida constitui a própria razão de ser da agricultura camponesa, contudo, as tentativas tensas que entram nessa disputa nem sempre logram êxito porque nem todos são originários da agricultura e quando o são, trazem um histórico de trabalho convencional – a que mais se vislumbra. Como então vão perpetuar suas vidas-de-trabalho naquele tão sonhado "pedaço de chão"? Como vão fazer o enfrentamento necessário ao capital agrário e financeiro que, como assombração-encarnada por todos os lados, circunda à espreita de abocanhar mais uma área para seu latifúndio?

Observando, tanto os inconformados com a quantidade de floresta em pé, quanto àqueles que vêm tentando seguir as orientações da Via Campesina, porque assim concordam, indago sobre a função da escola nestes assentamentos. Como são pensadas essas relações com a floresta, com a produção camponesa necessária aos dias de hoje, com as angústias inerentes aos desafios impostos pelo modo de produção vigente, o capitalismo, que dia a dia suplanta vidas humanas e não-humanas em nome do lucro, da acumulação, do "desenvolvimento"? O que essas escolas têm a dizer sobre esse encontro histórico do migrante camponês com a floresta para, com ela, produzir sua existência, o "Ser Mais", no sentido freireano?

Enfim, as reflexões aqui apresentadas constituem minha *leitura de mundo vivificado* nas condições de vida construídas para mim e por mim com outros no/pelo trabalho na educação, como uma ação fulcral que deve, também, perpetuar-se como uma forma de luta a favor do *Bem Viver*[23] para humanos e não-humanos.

---

pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização aos proprietários, o que torna plenamente legítima a desapropriação pelo Estado pautada em lei. Quer dizer, a legislação ampara o que a pressão dos interesses econômico-políticos, em particular os relacionados ao agronegócio, não permite que se concretize.

23 Sobre isto ver interessante matéria sobre a luta dos povos indígenas em defesa do *Bem Viver* como reencontro do homem e natureza condição à continuidade da vida no planeta. "Inunda Abya Yala com a inspiração e raiz milenar de um novo modelo de vida e sociedade". *Sumak Kawsay – o Bem Viver* não é apenas uma utopia, é a reconstrução da harmonia e reciprocidade entre a Pacha Mama – Mãe Terra, os seres humanos e todas as formas de vida. É um projeto de futuro que exige mudanças radicais, rupturas com o atual modelo neoliberal e "neocolonizador" e está disponível em: http://www.biodiversidadla.org/Menu_Derecha/Prensa/Brasil_o_Bem_Viver_uma_nova_sociedade. Acesso em 10-10-2011.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO, QUESTÃO DE PESQUISA, OBJETIVOS

A questão de pesquisa

A contextualização do objeto da pesquisa na história de Colíder, onde se situa a Escola para onde estão focados os interesses desta pesquisa, imersos na minha experiência de vida e de educadora, me permitem formular a seguinte questão orientadora deste trabalho:

Quais os limites e possibilidades da Educação do Campo, desenvolvida na Escola Estadual Florestan Fernandes, contribuir (ou não) para a formação omnilateral do migrante camponês *desbravador* em sua constituição de camponês agroecológico/agroflorestal?

Objetivos

São estes os questionamentos que me mobilizam. Ciente da complexidade levantada nesta tentativa de compreender os nexos entre o trabalho camponês, a educação e a natureza, delimitei para este estudo os objetivos apresentados a seguir. Como objetivo geral propus analisar como se dá o fluxo entre as orientações do Movimento Camponês, da proposta de Educação do Campo e do Currículo desenvolvido pela Escola Estadual Florestan Fernandes com foco na relação trabalho camponês e bioma amazônico.

E, além deste e como objetivos específicos minha pesquisa pretendeu, primeiro, levantar e compreender a trajetória histórica dos saberes apreendidos pelos camponeses na luta pela terra, na terra, e em sua relação com a floresta/biodiversidade amazônica; em segundo, conhecer, analisar e interpretar as contradições intrínsecas ao currículo da Escola Estadual 12 de outubro, as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo e os princípios vinculados à sustentabilidade defendidos pelo Movimento Camponês; e, em terceiro, identificar possíveis ações alavancas pela Escola no sentido de promover o debate necessário sobre a perpetuação da biodiversidade como forma de, também, perpetuar o próprio modo de viver camponês.

Veremos, a seguir, como a questão de pesquisa e os objetivos foram trabalhados nesta tese.

1.3 OS CAMINHOS E AS FERRAMENTAS

Para desenvolver este trabalho busco referencial teórico-metodológico no materialismo histórico dialético, que tem como orientação metodológica a perspectiva dialético-crítica e, a partir daí, objetiva contribuir com a luta social para transformação da realidade socioambiental e educacional estudada.

Nesta tarefa, em que a curiosidade científica toma-me de forma ascendente, mesmo que a realidade hegemônica pareça sedimentar estruturas insuperáveis, desafio em mim esta necessidade para, com isto, superar a aceitação do *status quo* ao escavar frinchas por onde perpassam o olhar e a luz imperativos ao exercício radical do conhecer. As lacunas presentes neste exercício são como muros que envolvem estas frinchas e ofuscam a visão da complexidade do real. Entretanto, procurei, desde o início desta construção, percorrer junto à história singular e coletiva, local e global em busca de compreender as relações que "nos/me" constituíram ao longo das últimas décadas no norte de Mato Grosso. As chances dessa leitura de tempos passados em nós ser cheia de equívocos são verdadeiras, assim como também o é o seu contrário.

Penso que a reorganização do caminho caminhado, a metodologia, é parte de um mesmo processo para continuar construindo-se junto aos outros em um mundo dado, porém, inacabado tal como nós. Neste sentido, a metodologia vincula-se à proposta teórica e lança as balizas delimitadoras desse fazer eminentemente humano, que é o fato de "projetar" um mundo que se quer Bem-Viver. É trabalho prazeroso, porque prenhe de convicções, de descobertas, mas também árduo, porque a vida é sempre incerta, "não precisa" diria a poesia, que por muitas vezes traz (e trouxe!) muito sofrimento e angústia.

Neste caso, a angústia pelo que fora anunciado se amplifica, porque, além da satisfação singular, há forte desejo que este estudo contribua às lutas emancipatórias da classe que vive do trabalho, no caso, o trabalho camponês na dinâmica territorial do bioma Amazônia. A metodologia é, portanto, o espaço onde se concentram o desejo e a possibilidade materializados a partir das relações sociais, culturais, ambientais, um espaço de produção do conhecimento. Neste sentido, conforme Freire (2002, p.27) o conhecimento:

> (...) exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o "como" de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

Desse modo, no processo de pesquisa, também os conceitos, "verdadeiras crenças" muitas vezes, entre as quais percorria meu caminho de vida, foram sendo lavrados, cavoucados (como os tatus às raízes), ora abandonando-me, ora fortalecendo, com as transformações do meu pensar.

Seguindo este caminho, também Jacques Marre (1991) contribui à efervescência destas transformações. A dialética ascendente e descendente como realizações da construção do objeto científico na investigação empírica, e também, como rigor teórico necessário à produção validada, honesta, à formulação do problema. Nesta forma de ver, Bachelard (apud MARRE, 1991) diz que na construção de um objeto científico: a dúvida, o erro e a retificação são matérias forjadoras do cientista: "É preciso aprender a recomeçar".

Dito de outra maneira, para uma pesquisa científica produzir explicações significativas para uma vida social solidária é necessário exercitar a vigilância em toda dinâmica da pesquisa, à orientação das teorias existentes, em busca de suas rupturas, daquilo que possibilite maior inteligibilidade.

Então, nesta caminhada, importante e presente se faz o que mais uma vez nos escreve Freire (2004, p. 13) em sua totalidade, e aqui especificamente, quando afirma que não há docência sem a condição de aprendiz: "[...] quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e se desenvolve o que venho chamando 'curiosidade epistemológica', sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto".

1.3.1 Preparação das leiras[24]

A escolha da palavra *leira*, como figura de linguagem, relaciona-se ao seu significado. "Leiras" são sulcos que se abrem na terra quando revolvida para neles serem lançadas, em curto prazo, as sementes, presenças que se realizam no amanhã. Sua imagem se relaciona, analogicamente, às condições do solo e instrumentos possíveis para ará-lo, bem como, a um *berçário* (a escola) de sementes. Assim, a construção empírica dos dados – o que implica sempre uma preparação dependente dos meios e dos interesses – é também movimento do pensar sobre a frutificação desejada. Ademais, se para os trabalhadores do Assentamento 12 de Outubro, a escola sempre significou *algo* como semente a ser protegida, mas que a todo o momento se ergue genetriz, como planta crescida a manter em pé sua gente, para as

24 A escolha dessa palavra como figura de linguagem se deve ao fato de que a "leiras" significam sulcos onde se lançam as sementes quando se revolve a terra para o plantio.

formulações do concreto/concebido, neste estudo ela sempre foi "chão"/solo que os tem sustentado. O que fiz foi pensar, com eles, sobre isto.

Então, nessa *lavração do pensar sobre* a Escola Estadual Florestan Fernandes, necessário se faz explicar o que fora observado no cotidiano durante os oito meses que, mais por perto lá estive, no que muito aprendi e aprendo, o que aqui se sintetizará na expressão comum aos meios acadêmicos como "observação participante"; ora ensino, não como pura transmissão dos saberes pedagógicos construídos ao longo de minha trajetória como educadora, mas sim, sob o aporte teórico-metodológico aonde "a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando *blábláblá e a prática, ativismo"* (FREIRE 2004, p.12). Nisto há a compreensão de que, como educadores e/ou pesquisadores, também somos sujeitos da produção do saber convencidos de que o ato de ensinar,

> ...não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. [...] Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade (FREIRE, 1996, 11; 13).

Aqui, manter o equilíbrio/serenidade necessário ao aprender-ensinar-pesquisar como fonte criadora de conhecimentos foi a parte mais difícil, considerando os limites da educação formal oferecido àquela população e a urgência de sua superação para, não somente, consolidar a implantação das propostas da Educação do Campo já conquistadas, mas também, como partícipes dessa construção, promover vivências com vistas à sua elevação, principalmente, no que diz respeito à vivência camponesa com as áreas florestadas, foco deste trabalho.

Neste sentido, por mais "informal" que tenha buscado constituir minha inserção-pesquisadora, a "presença-universidade" passou a ser observada nos gestos, nos olhares, na atenção dedicada a um movimento ou a uma indagação minha, e até mesmo, no silêncio muitas vezes segurado na eminência de algum "desabafo pedagógico". Sendo assim, por maior proximidade que eu sempre tenha mantido com o Movimento, na luta pela terra, isto não significou que ali naquele território houvesse para mim um lugar para *parecer* neutra ou alguém "comum" que não merecesse certa atenção. Ali estavam todos os "eus" – a "amiga do Movimento", a companheira das estradas, dos acampamentos, a militante sindical – mas o exercício agora seria o da "professora da UNEMAT"! Isto, mesmo contra minha vontade, foi um anteposto que precisava ser minimizado para que eu pudesse celebrar a "entrada".

Entendi estes sinais logo nos primeiros dias. Para o bem deste trabalho. Recorri, portanto, sem desfazer de minha condição de "alguém que sabe sobre escola", à humildade da escuta, valendo-me da problematização constante e participante na qual a realidade, as outras pessoas e eu compúnhamos um feixe de perguntas/respostas criticamente possíveis, consciente de que o furor de minha curiosidade empírica-epistemológica, mesmo que relevante às causas pedagógicas, deveria ser controlada por postulações que me permitissem distanciar-me do modelo de um inquérito policialesco ou das investiduras da "educação bancária" (FREIRE, 1996). Estas são patologias das quais muitos de nós, "professores universitários", sofremos quando nos deparamos com espaços escolares organizados por nossos estudantes (atuais ou egressos). Assim, mais do que "presença-universidade" com sua crítica radical ao *status quo*, reconhecida por ser produtora de *notórios* saberes científicos, estar ali para *investigar a escola*, mesmo quando era este o convite e a forma primeira da aceitação, "a professora (meu nome) trabalha na UNEMAT e é uma companheira de muito tempo, está aqui para nos ajudar...", procurei constituir relações de reciprocidade.

O "quem somos?" "Por que somos? Para quê? E "para quem"? Estas foram as questões centrais aplicadas ao trabalho educativo e de pesquisa na EEFF; foram as balizas que, aos poucos, permitiram-me adentrar aos meandros escolares e estabelecer as bases para uma pesquisa participante, na qual, o tempo todo estava presente em mim a suspeição das teorias com as quais lidava/lido no trabalho de formação inicial na Universidade. Dessa forma, mesmo em atenção às orientações de Brandão e Borges (2007) que anunciam a "vocação" da pesquisa participante como mais próxima às propostas de cunho popular, ponderei sobre as razões que, para mim, faziam sentido estar ali como partícipe, no momento com as condições objetivas (tempo e financiamento) necessárias para formulações de cunho acadêmico científico.

Verifiquei que, além da neutralidade ser impossível, também o era qualquer tentativa de fragmentação/processo de pesquisa em etapas como: elaboração dos inventários ou primeiro, propor uma reflexão, ou deixá-la para depois, por exemplo. Não, esta ordenação não foi possível nem poderia ser. Mesmo que somente no momento da construção dos dados *in loco*, não teria cabimento algum, uma vez que, o que *aparecia* ali não me era estranho, e o *submerso*, quando detectado, mantinha conexão freqüente com minhas formas de compreender e conceber o mundo.

O que quero dizer com isto é que: realizar pesquisa científica junto a um grupo com o qual há efetiva militância não é uma tarefa tão fácil quanto parece à primeira vista, pois a causa, a afetividade, o comprometimento político podem constituir algemas a aprisionar tanto

o pesquisador quanto o "objeto/sujeito" a ser pesquisado aos olhos deste(s). Nesta perspectiva, a tendência pode ser sempre a pseudoproteção, pois a ausência da crítica sincera em nada acrescenta, mas evita os dissabores do conflito e, nele, os riscos da cisão tanto entre a pesquisa-objeto de estudo, quanto entre o intelectual orgânico-movimento social.

Esta condição de instabilidade manteve-se em constante equilíbrio/ desequilíbrio, pois tinha um grande receio de, de repente, a depender da "dose orientativa" estar construindo dados mais sobre uma realidade dita por eles em resposta às minhas perguntas,, do que de suas vivências, valores, "verdadeiros". Também, como é condição *sine quo non* aos espaços democráticos, também a depender da dose da critica, a ruptura nunca esteve fora de cogitação, ainda mais naquele espaço em que os ânimos se exaltam com bastante facilidade. Sobre esta contínua tensão dos riscos como condição de ser da atividade de pesquisa na área da educação, lembro do que disse Charlot, durante a Conferência de Abertura da 28ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 2005, quando aborda a questão da seguinte forma:

> O que é específico da educação como área de saber é o fato de ela ser uma área na qual circundam ao mesmo tempo, conhecimento (por vezes de origens diversas) práticas e políticas. [...] é um campo de saber fundamentalmente mestiço, em que se cruzam, se interpelam e, por vezes, se fecundam, de um lado, conhecimentos, conceitos e métodos originários de campos disciplinares múltiplos e, de outro lado, saberes, práticas, fins éticos e políticos. O que define a especificidade da disciplina é essa mestiçagem, essa circulação. [...] é uma disciplina epistemologicamente fraca: mal definida, de fronteiras tênues, de conceitos fluidos. [...] Mas, também por definição, é uma disciplina capaz de afrontar a complexidade e as contradições características da contemporaneidade. Quem deseja estudar um fenômeno complexo não pode ter um discurso simples, unidimensional. Existem, aliás, outras disciplinas mestiças nas quais se articulam conhecimentos oriundos de diversos campos, práticas, políticas [...] São disciplinas que possibilitam a inserção da inteligibilidade e da racionalidade em campos prático-éticos complexos e, por atuarem nesses campos, que *correm o risco de ser contaminadas pelo utilitário e pelo irracional. Mas quem nada arrisca, nada realiza.* (2006, p. 9) [grifo nosso].

Assim, sempre enfrentando o risco e com a aspiração – a emancipação social – que mobiliza a mim e aqueles que compõem o "sujeito histórico camponês" (RIBEIRO, 2010), presente naquele núcleo organizado pelo MST, ancorei-me, também, na perspectiva freireana de educação quando afirma que "é próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco" (FREIRE, 1996, p. 20), constitutivo da coragem da autonomia. É "a ação dialógica feita no mundo com os outros que possibilita a própria construção" do humano que se faz "intersubjetivamente" no coletivo enquanto constrói a este (ZETTI, 2007, p. 67).

Ainda, para a manutenção do equilíbrio *possível* entre o "elitismo teórico" e o "basismo militante", os apontamentos de Charlot (2006, p. 14) quando trata do engajamento inicial à "Pesquisa Educacional" no Brasil, ampliam a compreensão desta realidade:

> O discurso educacional está saturado de discursos já instalados, já prontos. Qualquer que seja a questão, já há uma resposta, prática ou política, já existem discursos teóricos, poderes intelectuais constituídos, panelinhas teóricas nas quais a defesa de conceitos mais ou menos se confunde com a conquista de postos e de poderes. Quando um campo está tão saturado de respostas, é difícil levantar questões de maneira nova; portanto é difícil fazer pesquisa.

Ciente dessa situação, uma vez *dentro* da escola, como professora universitária *aliada histórica* da luta campesina na região, com a tarefa de produzir inteligibilidade, tanto sobre a materialização da reprodução sociometabólica do capital, quanto da emancipação, através das nas atividades pedagógicas *trabalhadas* naquela unidade escolar pus-me a reverberar sobre estas atividades. Tinha como foco a temática deste estudo, ou seja, os limites e possibilidades de uma escola pública, orientada pelos princípios da Educação do Campo, como EEFF, promover educação na perspectiva do controle coletivo do metabolismo humano com a natureza. No caso, com vistas à formação do camponês agroflorestal como possível partícipe da "sociedade dos produtores livres associados", fundada na propriedade e gestão coletiva, e a restauração metabólica para além da alienação do sistema capitalista (MARX, 1959). Assim, como estes produtores enfrentam ou convivem com um modelo de agricultura mediado pela condizente autodestruvidade?

A partir do conceito de metabolismo, concebido por Marx como "tendo um 'significado ecológico específico e um significado social mais amplo", a sua "natureza socioecológica" (CLARK; FOSTER, p. 118), analogicamente, compus como filtro e como lente, uma tríade interacional/dialética: ecológico/social/educacional, florestal/camponês Sem Terra/EEFF para lançar meu olhar àquela atividade de pesquisa empírica. Em sua interpretação da verdade, o metabolismo sócio-pedagógico, como síntese dos processos sinérgicos da convivência bioma amazônia-campesinato-escola básica A tentativa é, pois, de compreensão da EEFF sob a afirmativa freireana: "Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda" (FREIRE, 2004).

Assim, como docente-aprendiz, para por esta curiosidade em movimento, selecionei/fui selecionada para pesquisa empírica o território da Escola Estadual Florestan Fernandes (EEFF), assentada em territórios campesinos conquistados pós Levante Camponês na Amazônia Mato-grossense (2003) e se localizam no município de Cláudia. Esta escola é composta por duas unidades, a uma – a Unidade 1, sede administrativa - no Assentamento 12

de Outubro e a outra – Unidade 2 - no Assentamento Zumbi dos Palmares. Nas duas Unidades, atende toda Educação Básica em conjunto com a Escola Municipal Rural Catarina Canozo que só existe burocraticamente para abrigar a documentação dos estudantes da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental que estudam tanto nas unidades da EEFF, quanto na Escola Estadual Dorothy Stang, localizada no Assentamento Keno. No sentido de melhor compreender os espaços geográficos no qual ocorreu a pesquisa apresento o mapa abaixo auxilia a visualização desses espaços de educação campesina no município de Cláudia.

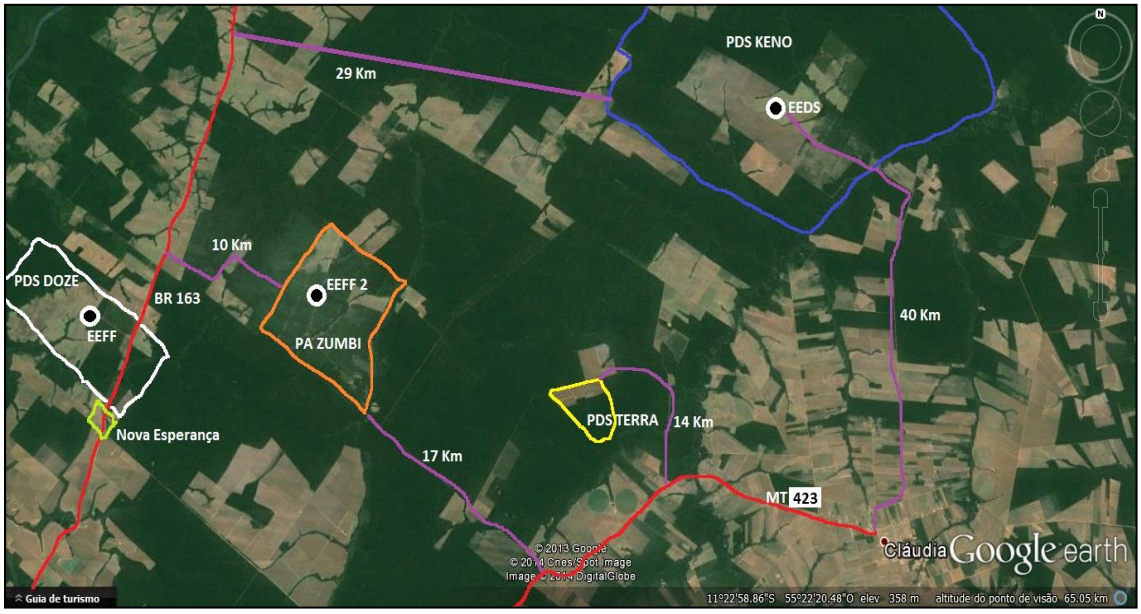

Ilustração 1: Mapa das Unidades escolares nos territórios campesinos pós Levante Camponês-2003 – Cláudia
Responsável: Edesmar Sackser, secretário da EEFF

Essas unidades escolares atendem, além da população assentada, os trabalhadores que residem entorno daqueles assentamentos e, no caso da Unidade 1 da EEFF, atende também a população do Pré-Assentamento Nova Esperança localizado às margens da BR- 163.

No quadro abaixo trago o número e a distribuição de matrículas nas duas Unidades.

Escola Estadual Florestan Fernandes – Número de alunos – 212/2013						
Unidade	E. Fundamental (estadual)		E. Fundamental Edu. Infantil (municipal)		Ensino Médio	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
12 de Outubro	76	94	50	50	35	35
Zumbi dos Palmares	73	92	50	53	22	27
	149	186	100	103	57	62

Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da EEFF
* inclui professores que atuam na Gestão Escolar

Assim, após algumas visitas à EEFF ainda em 2012 compreendi que, para os fins que esta pesquisa se propõe, seria mais producente se permanecesse mais tempo na Unidade 1 do que tentar abarcar as duas unidades e não poder aprofundar o processo de "ir às raízes e seus nutrientes", isto é, constatei que para "alguém de fora" capturar as nuances do cotidiano necessita de estabelecer relações de "convivência". Além disso, também foram critérios para dedicar-me à Unidade 1:

- A complexidade das relações geradas devido à gestão da área se dividir entre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST);
- A construção da barragem Usina Hidrelétrica (UHE)-Sinop que desde 2010 se impõem como uma real ameaça de despejo (atualmente com o início das obras, mais ainda);
- O fato da militância regional do MST estar mais presente naquela Unidade e, por isso, permitir-me dialogicidade com seus princípios/valores em relação à sustentabilidade; mais viabilidade, devido a proximidade de Sinop, para o envolvimento de outros atores (universitários) nas ações que permitem pensar processos formativos escolares (ou não) emancipantes.

O espaço escolar é organizado por um coletivo de trabalhadores autodenominado de educadores. Há, pois, o entendimento de que, independente, do cargo-função todos que trabalham na escola são, de alguma forma, educadores. No caso da Unidade 1, onde realizei as atividades de inserção, estes educadores, vinte e quatro em 2013, se caracterizavam da seguinte forma:

- Do vínculo: 14 assentados e 10 não assentados, dentre estes cinco moram no assentamento exclusivamente para o trabalho na escola;
- Da formação: 5 ainda não têm o ensino médio, mas 4 estudam na EEFF; 9 tem o ensino superior; dos outros 10, 4 fazem o curso de Pedagogia do Campo na Unemat, ainda, 7 atuam na área de formação;
- Do cargo: são 12 professores e 12 funcionários (técnico, de apoio à manutenção e nutrição);
- Da organicidade do Movimento: 16 participam ativamente dos espaços organizativos do Movimento (coordenação do assentamento, cooperativa, coordenação regional);
- Todos são migrantes, 3 do próprio estado/MT;

- Do total, 7 possuíam alguma forma de parentesco entre si, e entre os demais tinha três casais.

Para registro dos diálogos-observações do Tempo de Convivência (TC) organizei o "caderno de campo" que, de acordo com as orientações de Triviños (1987, p. 154), para o registro de "todas as observações e reflexões que realizamos sobre expressões verbais e ações dos sujeitos, descrevendo-as, primeiro, e fazendo comentários críticos, em seguida, sobre as mesmas".

Como é muito recente a luta e construção destes espaços, notadamente, há pouco registro escrito produzido, por isso, durante a pesquisa empírica procurarei valer-me dos ***inventários*** de pesquisa para levantar o que se tem constituído como conhecimentos/saberes tratados na escola em foco que consubstanciam a compreensão (ou não) da interdependência entre o trabalho camponês e a biodiversidade amazônica na sua tarefa comum de tornar-se perene. O procedimento *inventário* é defendido por intelectuais, a exemplo de Pierre Rabhi, preocupados com os nexos, os sentidos, que constituem o nosso viver.

> O que eu reivindico é o *direito ao inventário*. E o mínimo que podemos dizer é que ele faz pensar. Hoje, as pessoas estão em superatividades, olham continuamente para as horas, tudo deve acontecer às pressas. De que servem as máquinas que inventamos? Certamente, não para aliviar as nossas vidas. Eu também possuo um carro e não uso velas para iluminação. Mas refletamos por um momento: todo o sistema moderno ruiria se não houvesse mais eletricidade ou combustível. O pequeno agricultor de Burkina Faso, ao contrário, continuará trabalhando a sua terra tranquilamente.

Na pesquisa educacional, Bernard Charlot sistematizou os inventários como um potente instrumento de pesquisa sobre os saberes e sua relação de sentido para quem se destina à tarefa do aprender, os *balanços do saber*. Para este autor, o inventário contribui para a análise, pois ele apresenta "pistas" que devem ser consideradas. Afirma que há necessidade de pensar o sujeito enquanto ser social que é também humano e singular. "Esse *sujeito:* age no e sobre o mundo; encontra a questão do saber como necessidade de aprender e como presença no mundo de objetos, de pessoas e de lugares portadores de saber; se produz ele mesmo, e é produzido, através da educação" (2000; p. 33-4).

Nesta perspectiva, ainda no processo de realização do *inventário*, solicitei aos estudantes do terceiro ciclo do Ensino Fundamental e dos anos finais do Ensino Médio (2º e 3º anos estudam juntos) para que, de maneira voluntária, escrevessem/falassem sobre suas vivências no assentamento e na escola, e também, como orientariam "uma pessoa com a mesma idade e sexo sua" que viesse morar/trabalhar no "12 de Outubro" e só pudesse

produzir sua sobrevivência a partir do trabalho nas áreas florestadas (a Reserva Legal). Destes diálogos realizados no dia 11 de julho, ditos e escritos, estabeleci duas relações básicas:

- O trabalho na agricultura com a floresta;
- A formação escolar (ou não) para a agricultura e floresta.

Com o intuito de aprofundar e apreender as vivências relativas ao/à: camponês-escola-floresta e nisto, a compreensão sobre a realização do currículo no interior da escola, também acompanhei as atividades do cotidiano: reuniões escolares e outras que tiveram participação efetiva da escola, como: as audiências públicas com promotorias da justiça, líderes políticos, órgãos públicos federais com ação direta no assentamento (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Empresa de Pesquisa Energética - EPE), principalmente); festas escolares e familiares, trancamento de rodovias; plantação de árvores nativas; dentre outras. Desse modo, com aporte nos preceitos das abordagens da pesquisa qualitativa procurei apreender um pouco mais sobre construções de sobrevivências das práticas campesinas, em espaços notadamente adversos sempre atenta às palavras de Oliveira (2003, p. 48):

> Existe, portanto, fora daquilo que à "ciência" é permitido organizar e definir em função de estruturas e permanências, uma vida cotidiana, com operações, atos e usos práticos, de objetos, regras e linguagens, historicamente constituídos e reconstituídos de acordo e em função de situações, de conjunturas plurais e móveis. Há "maneiras de fazer" (caminhar, ler, produzir, falar), "maneiras de utilizar" que tecem em redes de ações reais, que não são e não poderiam ser mera repetição de uma ordem social preestabelecida e explicada no abstrato. Desse modo podemos afirmar que a tessitura das redes de práticas sociais reais se dá através de "usos e táticas dos praticantes", que inserem na estrutura social criatividade e pluralidade, modificadores das regras e das relações entre o poder da dominação e a vida dos que a ele estão, supostamente, submetidos. E isto acontece no cotidiano. [Grifo nosso].

Essa possibilidade de "fazer a vida", a prática cotidiana, produz saberes que não são melhores nem piores; nem iniciais ou terminais, em relação aos saberes sistematizados em moldes científicos. São saberes existentes, componentes da criatividade humana, possíveis partícipes de tessituras convergentes às alternativas emancipatórias engendradas a partir da escola.

Na maioria das vezes, esse lugar escola, amalgamada nesse recém passado meio século, as escrituras *importantes* dão legitimidade à dominação imposta pelo modelo assumido tanto como conteúdo (matéria) quanto como forma (modo de produção e distribuição do conhecimento produzido). Contudo, conforme a referida autora (2003; p. 4-46), contraditoriamente (interessante isso!),

> em seu dinamismo e diversidade infinita, as escolas também desenvolvem formas de relacionamento multicultural bem mais democráticas e igualitárias (...) Seja através de práticas emancipatórias desenvolvidas como táticas transgressoras, seja a partir de propostas formuladas sobre bases emancipatórias, tem sido no cotidiano das escolas que, apesar de tantos mecanismos regulatórios assentes sobre a legitimação da dominação, vêm se desenvolvendo fazeres que nos permitem continuar a crer no potencial democratizante de nossas ações.

Ressalvo que, para a realização de pesquisa empírica, segundo Oliveira (Ob. Cit., p. 72) há necessidade de o pesquisador chegar "de modo aberto e, tanto quanto possível, despido de preconceitos". O cotidiano é, pois, nestes tempos do reascenso de massas, um espaço importante a se considerar nos espaços da Educação do Campo uma vez que neles se entrecruzam as macro-micro-estruturas sociais e os fazeres da prática pedagógica, relativamente autônoma. Por isso, pode ser potência tanto de adaptações quanto de criações de formas de vida, aliás, de formas de compreender/*pensar* a vida/trabalho por sujeitos sociais concretos.

Foram inúmeros os diálogos entre as paredes-compensados, sob as frondosas sibipirunas no pátio escolar, nas mesas do refeitório sentindo o cheirinho bom da merenda, nos quintais/roçados, nas reuniões e nos trancamentos de estradas. Uma gama de registro escrito, fotografado, gravado em áudio ou imagem foram, aos poucos, compondo, no sentido de sementes crescentes a cobrir o chão, a "florestação" do meu pensar sobre os conceitos intrínsecos à relação gênero humano-natureza, nas delimitações deste trabalho, do migrante-camponês-bioma Amazônia. "São sons de sins", de pássaros, de flores prometendo-nos sementes, de encantoados processos nativos em seus suspiros finais, todos retidos nas frestas dessa floresta ainda perturbante à palavra exata, à objetividade sempre fugidia. Estes registros são materiais com os quais muito ainda trabalharei, porém especificamente, destaco seis diálogos constituídos no esforço de colher dentre estas diversas vozes a formação para a sustentabilidade ecológica desses educadores e camponeses em sua formação, bem como, na práxis educativa desenvolvida pela EEFF.

Assim, do conjunto dessas vozes representativas advém os trechos citados no decorrer deste trabalho, isto é, são vozes de acampados antes e depois da chegada do MST na região, de assentados com histórico na luta pela terra, educadores (independente do cargo) da EEFF. É quase impossível categorizá-los pelos papéis que atuam nos territórios assentamento e escola, pois as balizas do isolamento são tênues. Quando falam é praticamente indecifrável se é o pai, o assentado, o dirigente escolar, o dirigente do MST ou estudante que atua. Então, este é mais um dos problemas da pesquisa na área das ciências sociais-humanas, fragmentação das vozes e de seus sujeitos com o qual terei (teremos?) que lidar e não se

esgotará aqui. Num esforço para tornar mais inteligível o movimento de meu pensamento sobre o caldeamento de vozes na convivência em um assentamento/escola do campo apresento algumas características constituintes das singularidades dos "falantes" no decorrer deste trabalho.

Perfil		
Pseudônimo	Em relação à escola	Escolaridade
1- Castanheira	Residente não assentado, pai, educador em Gestão Escolar, direção da cooperativa, migrante ES	Pedagogia do Campo/ RO (concluído)
3- Champagne	Camponesa assentada, Mãe, Funcionária, direção regional do Movimento, migrante PR	Ensino Fundamental na EEFF
3- Cedro	Camponês, ex-acampado do ANA[25]	Ensino Médio
3- Embaúba	Camponês assentado, pai, direção regional do Movimento, migrante BA	Ensino Médio
4- Flor de Pequi	Camponesa, estudante-adolescente	Cursando Ensino Fundamental na EEFF
4- Ingazeiro	Camponês assentado, pai, educador, migrante BA	Em Formação Pedagogia do Campo/Unemat
3- Itaúba	Camponesa, assentada, mãe, servidora pública, migrante de MG	Em Formação Pedagogia do Campo/Unemat
4- Orquídea	Camponesa, assentada, mãe, Educadora, dirigente do MST, migrante MT	Em Formação Pedagogia do Campo/Unemat
5- Tucum	Camponesas assentada, mãe, trabalho agropecuária, artesanato e coleta de sementes, migrante PR	Ensino Fundamental (séries iniciais), Não estuda

Outro instrumento de pesquisa foi a análise documental. Devido ao enfoque do estudo, atentei-me aos textos orientativos tanto do Movimento Camponês, quanto dos órgãos oficiais, sobre o debate-luta a respeito da sustentabilidade, do trabalho camponês e da Educação do Campo. Para isto, "naveguei" acompanhamento aos sites, cartilhas, manifestos, do Movimento para, ao analisar as prescrições das "Orientações Curriculares da Educação Básica do Estado de Mato Grosso", estabelecer conexões com o Projeto Político Pedagógico vivenciado na práxis educativa da EEFF, no que diz respeito aos estudos e práticas sobre a relação camponês-floresta. Isto é, como é considerado (relevantes ou não) o conhecimento/saberes dos camponeses, bem como, os produzidos cientificamente no metabolismo sócio-pedagógico, nas práticas escolares, da EEFF.

Dessa forma, a sustentabilidade, o trabalho camponês e os conhecimentos/saberes (considerados) validados na prescrição/ação organizacional da escola constituíram um tripé de sustentação dos encaminhamentos tanto para a construção dos dados quanto para sua consequente análise sempre buscando interpretá-los sob o enfoque da dinâmica social

25 ANA – Acampamento Nova Aliança – Cláudia/MT/BR-163.

determinada sobre medida pelas relações econômicas, entretanto, sem desmerecer a vivência cotidiana pela qual perpassa - a meu ver - a potência ainda silenciosa e, talvez, morosa, da transformação social.

1.4 RETRATOS *REAIS* EM IMAGENS

Com intuito de apresentar as com-vivências no labor do trabalho camponês no *Assentamento 12 de Outubro* apresentarei neste item uma seção de imagens fotográficas que, de certa forma, retratam o modo de vida dos assentados ao instante em que já traduzem a relação destes com a floresta/biodiversidade, presente no fragmento denominado Reserva Legal do Assentamento 12 de Outubro.

Essas imagens foram recolhidas durante o Tempo de Convivência (TC) de acervos pessoais e outras, a maioria, são de minha autoria ou de meus auxiliares. Pretendo juntá-las às demais, não destacadas aqui para composição do Acervo Fotográfico da EE Florestan Fernandes para, após estar organizado – com indicação de datas, locais e nomes – servirem de fonte de estudos e apreciações às gerações atuais e vindouras. Tais imagens constituem "narrações visuais", entendidas no campo da fotoetnografia, como viabilizadoras da construção de sentidos, isto é, "um meio de restituição, uma forma de narrar nosso olhar sobre o Outro." (ACHUTTI, 2004, p. 87). Ainda sobre esta metodologia, Biazus assim escreve que: "Luiz Eduardo Achutti explicita que não existe impedimento em oferecer informações de escritas variadas antes de mergulhar nas imagens", conforme procurei fazer e, "um outro preceito importante", enfatizado pelo autor, "é um planejamento das imagens a serem capturadas, que deve ser renovado após cada ida a campo, pois uma construção narrativa deve ser 'construída com método, da mesma maneira que um filme, um texto ou uma dissertação'". Caso contrário, as fotografias deixam de "constituir um discurso organizado sobre o objeto de estudo" (2006, p. 305).

Seguindo estas orientações, valendo-me do potencial da linguagem fotográfica como ferramenta que vem somar ao necessário conhecimento, ou inventário interpretativo, da realidade vivenciada na *construção dos territórios campesinos* onde se assenta a EEFF, selecionei fotos diretamente vinculadas às relações de trabalho em suas diversas nuances: luta pela terra de trabalho; o cuidado com as espécies (animais e vegetais); os instrumentos de

trabalho; os frutos do trabalho; os processamentos de alimentos e, concomitantemente, as frinchas de floresta ainda existente.

Considerando a dinâmica do agronegócio presente na região, talvez fosse mais acertado pensar nesta peça, não como um "inventário", mais sim, como "testamento" no qual ajo como testadora de uma perspectiva que é singular, mas lavrada, como terra, coletivamente; também beneficiária do que se fez-faz histórico em mim-nós-mundo, e; testemunha pré-ocupada tanto em registrar as mudanças movendo-se-nos, quanto em interpretar a energia emancipadora do "novo" (para este trabalho o camponês agroflorestal) presente no "velho" (o migrante desbravador) que a orienta.

Um inventário-testamento, portanto, carregado da pobreza ou da riqueza do conhecimento produzido e produtor do que somos, mas que só o tempo, também movente-movido, nos dirá. Podemos, tal como ocorreu com as áreas de assentamento, ampliar a compreensão em que urge a necessidade de ampliarmos as áreas de trabalho florestadas do mundo ao terreiro de casa? Talvez! Porém, não "interiorizados" pelos princípios, individualistas, competitivistas, autodestrutivos, alienantes do capital, mas sim, na "transcendência positiva da auto-alienação do trabalho" que, por sua vez, só terá sentido com contundente ação revolucionária no trabalho e na educação (MÉSZÁROS, 2005, p. 59).

Antunes (1999, p. 143), então, detalha: "será (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo". Por este viés do pensar, reverbero sobre os processos educativos oferecidos às populações camponesas com foco na educação formal, a escola pública, por entender ser esta o *lócus* primordial para que, a partir dele, o campesinato na região possa acessar de forma respeitosa tanto os bens naturais, quanto os culturais necessários à emancipação.

Nesta, perspectiva, a EEFF, como uma escola de "Educação do Campo" ao proporciona relações com saberes para aproximações daqueles *territórios campesinos em construção* aos *camponeses agroflorestais, também em construção* e, estes, à compreensão de que o metabolismo social do capital, como modo de produzir, esgota as possibilidades de vida na Terra (antropoceno). Pela especialidade histórica que os constituem como "guardiões da biodiversidade", seus saberes são imprescindíveis para que os rumos da transformação social ascendente nos distanciem da barbárie? Educar, portanto, com saberes produzidos no trabalho-*eternizador*, o cultivo da biodiversidade. Considera-se, também, que essa socialização de conhecimentos também é correlata à composição de forças sempre conflitivas numa sociedade de classes.

De acordo com Arroyo (2011, p. 117): “Reconhecer que *todo* conhecimento é uma produção social, produzido em experiências sociais e que *toda* experiência social produz conhecimento pode nos levar às estratégias de reconhecimento”. Então, *reconhecer* as tarefas educacionais nesse por vir remete à Educação do Campo que se valoriza na região e nelas, em quais ações educativas se constatam os processos de transição agroecológica e cooperação (CASTELL, 2007).

Enfim, esta proposta insere-se na Linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação – TRAMSE, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Muito do que aqui registrei, consubstancia-se tanto na vivência como educadora junto às classes populares quanto no aprofundamento teórico possibilitado pelas aprendizagens durante as aulas, os seminários de orientações e o convívio acadêmico, doutoral, bastante raro no meu cotidiano de trabalho em um *campus* universitário interiorano.

2 INTERDEPENDÊNCIAS DAS VIVÊNCIAS DO CAMPO: QUESTÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

> [...] A destruição em aceleração da floresta tropical a partir de 1970 é um caso bem conhecido que tem tido graves implicações para a mudança climática e a perda de biodiversidade. Ocorre ainda de a era da neoliberalização ser aquela de mais rápida extinção em massa de espécies da história recente do planeta. (MYERS, In: HARVEY, 2008, p. 186).

Seguindo intuito de compreender o trabalho do migrante-camponês em solo norte mato-grossense na sua feitura de trabalhador camponês singular e social, vejo que se torna necessária uma análise relacional da complexidade gestada e gestante da totalidade vigente. Interpretar o entrelaçar de elementos constituintes dessa realidade com seus limites e possibilidades parece-me de grande valia porque prenhe de História. Essa "matéria", as relações sociais de produção e as formas de organização da vida histórica, reverberam o verdadeiro sentido do "ser", conforme pensamento freireano[26], em constante busca do "Ser Mais", portanto, um "ser educável".

A base dessas relações, o lócus de atuação, segundo Marx (2007)[27], é constituída pela necessidade natural como princípio que o move à uma ação metabólica com outros elementos da natureza para produzir sua existência. É a necessidade natural de ser vivente que o põe numa relação de intensa reciprocidade com a natureza que, parte constitutiva dela, é ele mesmo.

> O homem é um *ente-espécie*[28] não apenas no sentido de que ele faz da comunidade (sua própria, assim como as de outras coisas) seu objeto, tanto prática quanto teoricamente, mas também (e isto é simplesmente outra expressão da mesma coisa) no sentido de tratar-se a si mesmo como a espécie vivente, atual, como um ser *universal* e conseqüentemente livre./A vida da espécie, para o homem assim como para os animais, encontra sua base física no fato de o homem (como os animais) viver da natureza inorgânica, e como o homem é mais universal que um animal, assim também o âmbito da natureza inorgânica de que ele vive é mais universal. Vegetais, animais, minerais, ar, luz, etc., constituem, sob o ponto de vista teórico, uma parte da consciência humana como objetos da ciência natural e da arte; eles são a natureza inorgânica espiritual do homem, seu meio intelectual de vida, que ele deve primeiramente preparar para seu prazer e perpetuação. Assim também, sob o ponto de vista prático, eles formam parte da vida e atividade humanas. Na prática, o

26 Para Paulo Freire (2004, p. 55), o ser humano é um ser histórico, cultural, inacabado consciente do seu inacabamento, sujeito cognoscente. É essa consciência que lhe põe em constante movimento em busca do "Ser Mais" e origina sua constituição de ser educável. "Não foi a educação que fez homens e mulheres educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade."

27 Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm. Acesso em 09-01-2014.

28 "*Ente-espécie*" é um conceito desenvolvido por Feuerbach em *A Essência do Cristianismo* (2007). Defende que o ser humano tem consciência além de si como indivíduo, também, da espécie, da "essência humana", isto é, dos próprios humanos em comum.

> homem vive apenas desses produtos naturais, sob a forma de alimento, aquecimento, roupa, abrigo, etc. A universalidade do homem aparece, na prática, na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo: 1) como meio direto de vida, e igualmente, 2) como o objeto material e o instrumento de sua atividade vital. **A natureza é o *corpo inorgânico* do homem; quer isso dizer a natureza excluindo o próprio corpo humano. Dizer que o homem *vive* da natureza significa que a natureza é o *corpo* dele, com o qual deve se manter em contínuo intercâmbio a fim de não morrer.** A afirmação de que a vida física e mental do homem e a natureza são interdependentes, simplesmente significa ser a natureza interdependente consigo mesma, pois o homem é parte dela (MARX, 2007, s/p). [grifo nosso].

Essa mutualidade de influências se dá tanto na forma natural, orgânica, quanto social. A natureza inorgânica, "matéria" e "instrumento" possibilitam aos humanos a produção das condições de perpetuarem-se. O equilíbrio está na compreensão disto, desta delicada interdependência. O processo de transformação da natureza constituinte desse "corpo inorgânico" para seu usufruto se dá através da inserção intencional, singular e social, dos humanos sobre o próprio ato de transformação: o trabalho. O trabalho permite ao humano não somente ser um ser da natureza, mas também, nela entrar, agir e expandir-se (ou não) com ela. Ao fazê-lo, modifica-se também a si mesmo, isto é, transforma a sua natureza interna.

À cria desse enlace Marx denominou *metabolismo social*[29] – metabolismo entre sociedade e natureza - base de sustentação do método do materialismo histórico que são as lentes com as quais se enxerga e penetra a/na realidade, um conceito retomado por Foster (2010) na obra *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza:* o desenvolvimento do metabolismo social prenhe é cria da história, por isso, dependente do modo como os humanos *agem, mediam, regulam* e *controlam* a produção e reprodução de sua existência.

Nesta produção de vidas humanas há uma unidade entre do ser humano com a natureza que diz respeito à física e à química, por exemplo. Este meio inorgânico-natural está dado e segue dinâmicas específicas. Entretanto, segundo Foladori (2001, p.108), o que Marx interessa "explicar é o processo histórico por meio do qual se separa – aliena-se – a existência humana dos condicionantes naturais necessários para reproduzir-se. O que Marx irá explicar por meio de seu método – o materialismo histórico – são as formas como se vai modificando e se rompendo esse metabolismo com a natureza".

Em que pese ter tratado dos modos de produção pré-capitalistas e apontado uma intensa diversidade nas formas de atuação humana nesse metabolismo com a natureza – humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas – tendo vínculos mais próximos ou

29 Metabolismo, conceito desenvolvido pelos fisiólogos alemães na primeira metade dos oitocentos. Tratam dos processos que intercambiam materiais no interior dos corpos vivos (FOSTER, 2010, p. 159). Também é interessante registrar que algumas traduções da obra de Marx utilizam para este o termo *interação*.

não, Marx (1991, p. 87) conclui que a separação entre as condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa no modo de produção capitalista é "somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho assalariado e o capital." Nesta relação,

> [...] o trabalhador assalariado cumpre com todos os requisitos de ruptura de metabolismo com a natureza: está separado da terra como condição natural de produção; está separado dos instrumentos como intermediário de seu corpo em relação à natureza externa; está separado de "um fundo de consumo" prévio ao trabalho – depende de vender sua força de trabalho para comer -; e está separado do próprio processo de produção como atividade transformadora – à diferença, por exemplo, do servo feudal. É livre, mas a liberdade deve ser entendida como isolamento, alienação com respeito à natureza externa; é livre porque foram esgarçados os laços do metabolismo com o meio ambiente. É livre no sentido do *isolado*. [...] O proprietário, ao contrário, passa a usufruir de uma natureza que deveria corresponder a todos os habitantes do planeta. (Op. cit., p. 87).

Neste contexto o capitalismo como sistema que aliena o trabalhador de seu corpo inorgânico impede que o trabalho criativo-transformador se realize e fortaleça as bases deste "ente-espécie". Quanto mais progride o capitalismo, mais controla o sócio-metabolismo e mais distantes os trabalhadores estão da sua fonte vital, a natureza, na qual, incide o trabalho num contínuo processo de produção. Busco, então, aprofundar sobre as possíveis formas de produção da vida sem que nelas cesse a própria vida. Para tanto, lanço olhar à rápida destruição de nossas florestas (biodiversidade) cujo álibi de garantir segurança alimentar para as populações brasileiras tem se consolidado como vil engodo ideológico, quando analisamos os vergonhosos números da fome no mundo: quase um bilhão (sic!) – Ilustração 1 – a carecer o cumprimento do direito primeiro: uma nutrição de boa qualidade, o atendimento à sua necessidade natural primeira. O que tem esse modelo societário que seguimos a nutri-lo com todo esforço sem que nos seja possível sequer dar conta das condições básicas da sua própria existência?

Sobre isto, vale destacar o caso brasileiro por ser um país em que as dimensões desse "corpo humano inorgânico" e, além disso, bastante vasto, que apresenta incontáveis possibilidades de uma interdependência, apesar de equilibrada. Segundo dados da Food and Agriculture Organization of the United Nation (FAO) apresentarem que, aproximadamente, quatorze milhões, ou seja, 7% da população brasileira vivem nessa condição extrema[30].

30 Portal da Fome. www.fao.org.br Acesso em: 31-01-2013

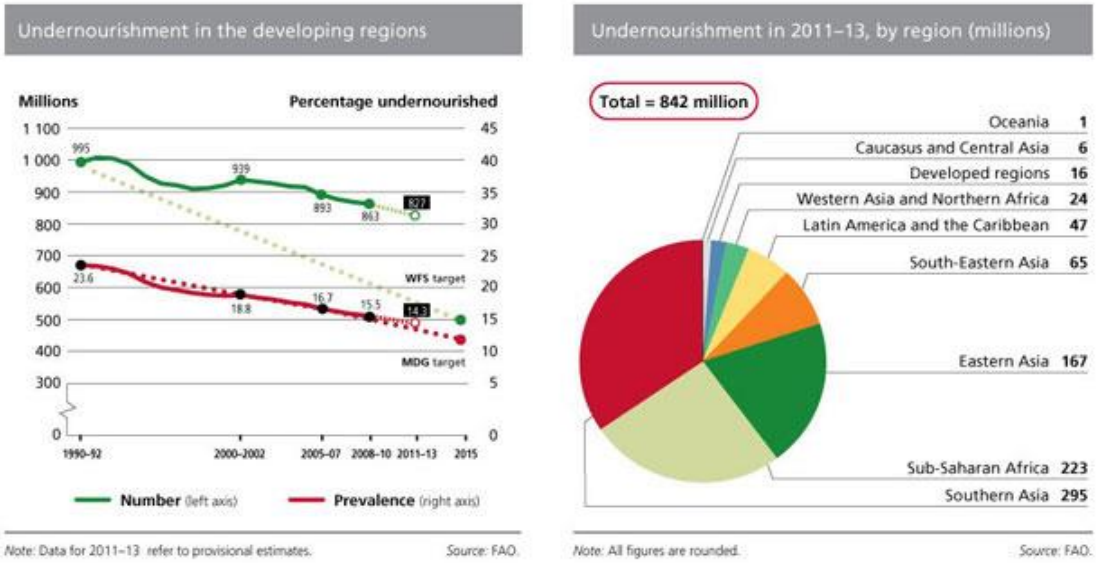

Ilustração 2 – Estimativa da fome no mundo – 2011 a 2013.

Quando apresentado assim, o crescimento populacional, e o avanço da fome, sem os dados da produção de alimentos no mundo, a perspectiva turva e a leitura da realidade se fragmenta, pois destaca a *superpopulação* de um lado e a necessidade de ampliação da produção de alimentos de outro, isto para não nos atermos somente à tese da naturalização da fome há muito desbancada por Josué de Castro[31].

Neste sentido, Andrioli (2008, p. 1-3), um dos organizadores da publicação: *Transgênicos: as sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimentos*, pela Expressão Popular, nos põe a pensar mais profundamente quando afirma que o fato de termos uma, em cada oito pessoas no mundo, sem o direito às *mil e novecentas* calorias diárias[32] não deve ser interpretado como um problema de fraca agricultura.

31 De acordo com Ribeiro Junior (2008, p. 44): "Pode-se dizer que uma das maiores contribuições que Josué de Castro deixou para o debate foi a desnaturalização do fenômeno da fome. Essa desnaturalização impede não apenas que a fome seja explicitada exclusivamente por fenômenos naturais, como também que ela seja entendida como um fenômeno inerente ou ontológico à humanidade". Seguindo, destaco um trecho que trata dos estudos de Castro na Amazônia, no final da quarta década dos novecentos: "podemos concluir que o momento em que a Amazônia mais produz riquezas, geradas pela exploração da borracha para todo o mundo, é também o momento em que essa região passa pela mais grave crise alimentar de sua história" (Op. cit., p. 56).

32 "Dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) revelam que a disponibilidade de alimentos no Brasil passou de 2.216 calorias por pessoa por dia em 1961 para 3.002 calorias em 2001. Em ambos os casos os valores ultrapassam o mínimo recomendado de 1.900 kcal/pessoa/dia. No caso brasileiro, a fome é essencialmente uma questão de desigualdade de acesso aos alimentos, e não de sua indisponibilidade" (BRASIL, Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, 2004; p. 19).

> A fome é um problema distributivo e não técnico. Assim, temos de discutir as causas da desigualdade social, ou seja, temos muito mais produção do que consumo. Mas o problema clássico da fome é o difícil acesso aos alimentos produzidos, por parte de uma maioria que passa fome e está abaixo da linha da pobreza no mundo. Paradoxalmente, a maioria das pessoas que passam fome no mundo são agricultores que vivem no meio rural, exatamente num local onde poderiam ser produzidos alimentos.

Como se vê, não é de mais *áreas abertas* que o combate às desigualdades sociais e á fome necessita. Como desenvolvo mais adiante, isto só traria mais elementos ao contínuo atentado à vida humana porque a essa expansão agrícola, historicamente, vem sempre fundida aos interesses da classe economicamente hegemônica. Com isto, não somente a terra/solo pública torna-se propriedade privada, mas também, o subsolo, a água, a floresta e agora, até o ar com a recente explosão da Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD).

Desse espaço privativo fora estão, principalmente, as pessoas constituintes das camadas populares que passam de pessoas de direito aos bens naturais a meros consumidores dependentes (não há outra forma de produzirem/ reproduzirem o viver próprio e dos seus como na geração passada ainda era possível de se observar). Não há lagos, rios, beira-mar; florestas; fundos de pastas; retiros; várzeas; etc.; que não estejam demarcados, ou em vias de demarcação ou com seus limites estreitados pelo achaque do capital na expropriação de áreas de proteção ambiental, consequentemente, de trabalho campesino tradicional como as áreas de proteção permanente, de quilombos, de terras indígenas – TI, de extrativismo, entre outras. Isto é, os espaços estão totalmente fechados, *etiquetados* com aquelas comuns marcações: *Proibido Caça e Pesca!*

Assim sendo, o avanço da devastação segue e pode ser visto mesmo a olho nu e rasa análise. A complexa formação desse *status quo* aparenta tanta perfeição nas amarras que a sustenta que, às vezes, tornam-se nulos os ensaios especializados nesta ou naquela área para sua transformação. Neste sentido, é necessário esforço para superar a costumeira perspectiva cartesiana ainda hegemônica nos nossos territórios acadêmicos, na nossa forma de pensar e produzir conhecimentos científicos encarcerados às certezas das causas e seus efeitos fatalmente determinados. Somente com, numa intensa atividade intelectual porque exige muito mais do que a "aquisição" do melhor já explicado, será possível romper com os próprios acúmulos gerando um movimento dialético mesmo que se viva, assim, a sensação de trilhar *charcos* (na linguagem regional do norte de Mato Grosso: *melechete*) com chinelão-de-dedo. Surpreendente a cada passo!

Por este caminho, Carlos Antonio Bonamigo, fundamentado em Mészáros, escreve sobre a inconcebível superação das contradições nutridas no interior da lógica capitalista. Dentre as principais, como a intensidade do consumo em descompasso com as possibilidades da produção, o monopólio. Também destaca o crescimento da produção e a destruição ambiental. São contradições de uma crise que, nas últimas três décadas, se amplia e desvela os pilares do modo de produção vigente prover-se (in)sustentável.

> Apesar de toda intensidade das medidas implementadas para este fim, a crise se intensifica acionando mecanismos cada vez mais destrutivos e incontroláveis, com consequências particularmente graves para o presente e o futuro, colocando em risco a própria existência humana. A precarização e destruição da força de trabalho, o avanço da destruição das condições de habitabilidade no planeta, sobretudo através do desmatamento e da poluição e do risco de uma catástrofe nuclear, são processos em curso do caráter estrutural da crise do capital em sentido global (BONAMIGO, 2007, p. 23).

Nossa forma de ver o mundo em sua fôrma, isto é, o quadro mental a partir do qual estabelecemos as conexões à produção de inteligibilidades, também sofre rupturas incessantes e concomitantes. Já não é mais possível explicar a realidade com o isolamento, as especificações, entre as diversas áreas, ou ainda, com a imposição dos domínios centrados na fortaleza antrópica sobre o universo. Nesse caos planetário por nós produzido, vivenciamos a metáfora *Efeito Borboleta*[33]: um leve *bater de asas* aqui, uma ação aparentemente mínima, pode transformar-se num tufão do outro lado do Planeta.

Então, o desenvolvimento socioeconômico no campo–território, nos elos do ambiente e cultura-educação se equilibra hoje, no sentido da importância dada a cada um, de forma bastante intensa. É impensável projetarmos o desenvolvimento socioeconômico sem que se releve tanto o *locus* de ação quanto a trama de elementos naturais ali materializados em vidas manifestas e transcendentes. O território com suas vidas e características naturais ali existentes, como totalidade, mediatizam as relações humanas historicamente estabelecidas e a intensidade de seu desenvolvimento depende das formas de vida (ações sociais) forjadas neste intercâmbio multidimensional e multiescalonado.

O território no qual foco as reflexões que me mobilizam se remete ao espaço agrícola marcadamente desigual. É, pois, fruto do modelo societário estruturado em classes sociais antagônicas, contudo, não como simples reflexos onde a luz se aprisiona ao irradiar-se, mas sim como síntese de determinações da trajetória humana. Pensar, levantar questões à problemática do desenvolvimento socioeconômico no campo, em suma, de forma

33 Expressão cunhada pelo matemático-meteorologista Edward Lourenz em 1963 para explicar o fenômeno da sensibilidade às condições iniciais em relação às grandes perturbações. Base da *Teoria do Caos* pode ser aplicada às diversas áreas das ciências, inclusive, as naturais-humanas.

comprometida com a perpetuação das vidas – humanas e não humanas – impõe-nos estudos do território donde me ponho a refletir sem, contudo, abandonar a visão interdependente da totalidade porque esta se faz necessária também.

Assim, necessário se faz uma mudança de paradigma que inclua as ciências indistintamente. Com isto, impõe-se também, uma nova/outra episteme/epistemologia e o reconhecimento de saberes/conhecimentos que auxiliem nessa necessidade-de-vida. Neste caminho, *reconhecendo* a importância de refletir sobre a interdependência dos estudos sobre: campo, trabalho, ambiente e educação camponesa - reverbero questões que me fazem pensar na região norte de Mato Grosso como celeiro do mundo. (Seria isto (im)possível?) A Amazônia como território que alimentará os com-fome filhos da explosão populacional? O quanto isso tem de possibilidades e o quanto tem de sonho, considerando hoje o avanço das forças do capital encarnadas pelo agronegócio, invadindo e ocupando terras? Minhas reflexões sobre isso estarão sendo feitas a partir do estudo das populações campesinas migrantes e sua relação com a floresta amazônica, no contexto da crise climática mundial, onde estão presentes diversas formas de tratar este problema. Inicio, portanto, trazendo uma reflexão sobre as perspectivas eco-econômicas de análise deste contexto.

2.1 A PRAGA CAPITAL: OS BENS NATURAIS, *AINDA*, NÃO SÃO PARA TODOS

> Por eso el problema principal no es tanto la falta de víveres **sino el excedente de seres humanos**. Recién después de haber solucionado el problema de la explosión de la población – con todas sus dificultades en el cambio de comportamientos humanos – una "revolución verde" para la solución del problema mundial del hambre tendrá sentido. (WALTER MANSHARD, FAO, 1971 s/p).

As desigualdades sociais, a subjugação de grupos a outros, datam dos primórdios da humanidade; no entanto, as reflexões aqui postas fazem um recorte histórico no sentido de aproximação aos elementos fundantes do regime vigente para permitir-nos adensar a análise sobre o desenvolvimento socioeconômico ambiental de um espaço destinado á agricultura camponesa da região no bioma Amazônica e os dilemas com os quais convivemos local e globalmente. Comecemos, então, pelo que nos diz Dupas (2008, p. 21):

> Nos últimos vinte anos, o capitalismo global gerou duas tensões fundamentais, que agora convergem para um mesmo impasse estrutural. De um lado, a estagnação dos níveis de miséria e pobreza – e o agravamento da concentração de renda (...) De

> outro, uma crise ambiental sem precedentes, provocada pelo próprio modelo econômico "sucateador" de produtos e "esbanjador" de energia (...)

Este autor afirma ainda que, mesmo com a crise ecológica anunciada, não há *agenda necessária para evitá-la, pois*

> O fato científico central é que espécie humana corre um sério risco de desestabilização, porque sua saúde e suas atividades dependem do bom funcionamento dos ecossistemas – que estão colapsando – e de recursos naturais abundantes, que passam a escassear. (Op. cit., 2008, p. 22).

Efetivamente, o crescimento econômico de países com grande demografia como é o caso da China e da Índia, ou mesmo os menos populosos como o caso brasileiro, e o continuo aumento populacional mundial (nos últimos meses, chegamos a sete bilhões de habitantes no planeta!) têm pressionado ainda mais a ampliação dos impactos ambientais, pois a lógica da acumulação capitalista mantém o seu vigor originário corroborado até mesmo pelo fracasso da tentativa do socialismo no Leste europeu.

Vê-se, no *frenesi* ambientalista planetário, surgirem e/ou reviverem teses várias que escamoteiam a concretude do problema: o modelo de produção capitalista. Uma das teses que tem fundamentado muitos discursos das elites brasileiras, no assalto ao Estado Brasileiro, com intuito de justificarem o avanço voraz às áreas onde ainda se mantém parte dos biomas originários, é a da necessidade de aumentar os territórios de produção agrícola de larga escala – aumentar a terra como meio de produção - devido ao aumento populacional[34].

A base dessa forma de pensar, de que o problema da escassez deve-se à ótima fertilidade dos pobres, é sistematizada por Thomas Malthus, já nos idos dos setecentos. Aproximadamente dez anos após a queda de Bastilha, em 1798, ainda no bojo da Revolução Burguesa promovida pela França, Malthus produz seu primeiro ensaio - *Um ensaio sobre o princípio da população na medida em que afeta o melhoramento futuro da sociedade,* em que, de acordo com DUPAS (2008, p.32):

> [...] visava demonstrar que o princípio da população era um obstáculo à realização de uma sociedade mais igualitária. Argumentava que havia uma tendência ao equilíbrio entre população e os meios de subsistência. Não obstante, a população desprovida de limitações tendia naturalmente a crescer geometricamente, ao passo que a quantidade de alimentos aumentava na melhor das hipóteses aritmeticamente.

34 O grande proprietário de terras B. Maggi, em 2008, quando era governador do estado de Mato Grosso, no momento da entrega à Assembléia Legislativa do texto do projeto Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado, pronuncia o seguinte discurso: "Com o agravamento da crise de alimentos, chegará a hora em que será inevitável discutir se vamos preservar o ambiente do jeito que está ou se vamos produzir mais comida. E não há como produzir mais comida sem fazer a ocupação de novas áreas e a retirada de árvores." Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u395503.shtml. Acesso em 30-11-2011.

Mesmo sendo uma tese cujos dados empíricos não lhe davam sustentação, pois é fato que a oferta de alimentos também cresce geograficamente, mas por servir aos interesses da elite europeia, em particular a britânica, naquele momento temerária das reivindicações igualitárias, tal ensaio fora amplamente divulgado até a *saturação ideológica*, constituindo-se num pensamento *hegemônico*.

No seu segundo ensaio, em 1803, *Uma investigação das nossas perspectivas quanto à futura remoção ou mitigação dos males por ela ocasionados*, Malthus ataca sem subterfúgios os pobres. Dupas (2008; p. 33) assim o descreve: "para ele uma criança pobre não tinha valor algum para a sociedade, já que se uma desaparecesse outras tomariam imediatamente o seu lugar (...) sem compaixão da sociedade, eles iriam logo embora".

Que a elite burguesa se valesse e difundisse com certo conforto a força que assume a lei malthusiana da população, nos idos dos setecentos e até meados dos oitocentos, mesmo sendo uma "falácia", é um tanto compreensível devido à ausência de uma sistematização contrária. Todavia, já a partir da segunda metade do século XIX, as análises marxianas desmontaram tal elaboração. Para Marx e Engels, os pobres dependentes das *Poor Laws* eram, na verdade, parte da própria estrutura edificadora do sistema capitalista (MARX, 1982)[35].

A indústria emergente, para ter esta "reserva", contou com a preciosa colaboração do Estado de diversas formas, inclusive com a criação de leis que promoveram tanto a expropriação das terras camponesas quanto os impedimentos de acesso aos recursos naturais, na época, às florestas, fonte de alimentos e energia (lenha). Os proprietários, legitimados pelo Estado, "privatizaram o que antes não tinha valor de mercado". Assim os camponeses pobres expropriados desses espaços públicos passaram a ser tratados até como criminosos ladrões, caso adentrassem às áreas privatizadas como dantes o faziam. Se fossem pegos, eram forçados a trabalharem no local até pagarem a "dívida" do valor do bem natural colhido. A "reserva", mesmo que perigosa aos olhos da elite, estaria assim sedimentada e controlada. Dupas (2008, p. 36) chama-nos a atenção sobre isto: "É importante assinalar como esse fenômeno de privatização e precificação dos 'bens públicos' seguiu em escalada permanente até os dias atuais".

De lá para cá, essa forma de produzir expandiu-se promovendo o crescimento econômico de uma impar minoria – segundo dados da Organização das Nações Unidas

35 Ver, sobre o assunto, o Cap. XXIV – A chamada acumulação primitiva (MARX, 1982, Livro 1, V. 2, p. 828 – 882).

(ONU), em 2006, 2% da população concentrava mais da metade da riqueza mundial[36] – com o aumento vertiginoso do "exército de reserva" e com um agravante: a ação predatória sobre o meio ambiente.

O déficit ecológico, determinante das condições de habitabilidade da espécie humana no Planeta, é escudo global às suturas intestinas do modelo econômico. Isto permite que continuemos produzindo cada vez mais obsolescências, acirrando-se assim o esgotamento da natureza que dá fortes sinais de perturbações climáticas, para muitos, irreversíveis, sem, contudo, superarmos o modelo ocidental (ou moderno) de sociedade de consumo. Isto se deve ao fato de que o contínuo crescimento defendido pela perspectiva neoclássica da economia, à qual se vincula Schumpeter, seria garantido no estabelecimento de uma "força destrutiva criativa" (DUPAS, 2008; p. 72)[37]. O papel da ciência nessa dinâmica seria "promover um permanente estado de inovação, sucateando e substituindo produtos e criando novos hábitos de consumo", por exemplo, o caso dos alimentos orgânicos, para não sair do debate agroecológico/florestal, por exemplo.

Observando o avanço das diversas formas de saturação posto atualmente na mídia, na produção científica, sobre a péssima qualidade dos alimentos "convencionais" produzidos através de técnicas agropecuárias "convencionais" não será difícil detectarmos a velocidade com que avançam as ideias, certamente relevantes, sobre o necessário acesso a produtos saudáveis. Ironicamente, mesmo que isto nos custe 30% a 40%, mais caro. Uma inovação com fortes chances de lucratividade!

A inovação tecnológica, desta feita, circunscrita ao setor privado desde sua "invenção", é mais um fator a serviço da acumulação geradora de desigualdades sociais e contínua degradação ambiental. Dessa forma, Dupas (2008) denuncia o grande problema que é a ausência de um outro modo de fazer economia que possa abarcar o *sistema mundo*[38]. Como

36 Anthony Shorrocks, em dezembro de 2006, então diretor do diretor do Instituto Mundial para Investigação e Desenvolvimento Econômico da Universidade das Nações Unidas (ONU-WINDER), sediado em Helsinque, capital da Finlândia, afirmou: "Calculamos que os 2% dos adultos mais ricos do mundo possuem mais da metade da riqueza global, enquanto os 50% mais pobres detêm 1%." http://www.mst.org.br/node/3326. Acesso em 14-01-2011.

37 Sobre Schumpeter ver: SCHUMPETER, J. *Revoluciones Tecnológicos y Capital Financiero - La dinámica de las burbujas financieras y las épocas de bonanza*. México: Siglo XXI Editores, 2005 ou Joseph A. Schumpeter. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).

38 Compreender como se pode ver, as relações econômicas em termos mundiais é extremamente necessário dado à expansão planetária do capitalismo onde os grupos hegemônicos formados por estados que, historicamente, firmaram-se como dominantes, acabam ditando suas formas de produzir e reproduzir a vida para todos. Alguns teóricos contemporâneos da Economia Política propõem análises dos fenômenos econômicos e geopolíticos a nível mundial e, apresentando suas abordagens teórico-metodológicas distintas e, até, divergentes, ampliam nossa forma/conteúdo para interpretar o capitalismo nestas décadas iniciais do XXI. Cito alguns: Giovanni Arrighi (2008) aponta para uma crise dos grupos hegemônicos; Wallerstein (1998) lança

sair então desse círculo vicioso e viciante? Diante do agravamento das questões climáticas, na velocidade que tomam as mesmas, haverá tempo de vida às espécies humanas e, ou não, para lapidarem com o formão dos tempos outro modelo de produção dessas vidas? Continuaremos reverenciando a premissa malthusiana que, como uma "concreta assombração", tem se mantido verdadeira nas ideologias que sustentam nossa vida vivida, definindo como verdade que a natureza (seus bens) nunca será de todos? Qual é nossa principal marca no mundo?

2. 2 ANTROPOCENO: O METABOLISMO SOCIAL DO CAPITAL ESGOTANDO A TERRA

Seja como acesso aos bens naturais necessários à vida individual, seja sob a forma de convivências (ou não) em territórios degradados e hostis à vida, o fato é que, diferentemente do que ocorrera antes da atual crise civilizatória e ambiental, os reflexos dessa situação não são mais uma questão de "foro íntimo", seja em relação às individualidades, seja em relação às nacionalidades, ou ainda, uma mesma relação entre aqueles que lidam diretamente com a terra (solo e subsolo), populações camponesas, por exemplo. A notícia do grau de escassez a que chegamos torna-se até aos mais *distantes dos bens naturais* uma temática coletiva e presente.

O grande debate que se coloca não trata especificamente da crise financeira que vem levando à bancarrota alguns dos tradicionais grupos representativos do grande capital global, como é o caso dos Estados Unidos da América (EUA) e de grande parte da Europa. De forma mais incisiva, a partir dos anos 1970, o que tem "tirado o sono" de boa parte da humanidade é a verdade que estampa o cenário das condições à manutenção da continuidade da vida no Planeta Terra. A hegemonia do capital, enquanto relação e através de seus sujeitos, tem dado mostras bastante catastróficas da reação que está por vir devido o passivo sócio-ambiental crescente. Por elementar que pareça, a força deste debate sobre uma vivência perpétua por ser sustentável, não há unanimidade sobre a forma de conduzi-lo. Assim, segundo Cavalcante (2004, p. 150,):

---

intelegibilidade sobre o entendimento da crise do capitalismo; Fiori (2004) apesar do quadro formulado pelos estudiosos anteriormente citados, defende os pilares da expansão dos EUA como Estado poderoso.

> Dá-se ao tema da sustentabilidade, muitas vezes, porém, um significado que contradiz sua própria essência, transformando-o em autêntico oximoro (...). É aqui que a ciência deve ser convocada para explicar o significado da idéia e indicar as sérias implicações que dela decorrem, a *economia ecológica* constituindo um esforço novo, justamente, de saber científico para a gestão da sustentabilidade. [grifo do autor]

A própria idéia de *economia ecológica* já desponta no bojo dessa efervescência conceitual ao tecer críticas à visão ortodoxa. Nos termos deste autor:

> A economia neoclássica, versão moderna mais estreita da teoria clássica, acredita que o livre jogo das forças de mercado, em situação de livre competição (o que significa perfeita informação dos agentes econômicos), será capaz de promover a mais eficiente alocação de recursos, a mais elevada produção, a mais justa distribuição da renda, o mais rápido progresso tecnológico, a mais apropriada utilização da natureza (...) ainda teria a virtude de eliminar os problemas sociais e contribuir para a vigência da democracia. (Op. cit., p. 150-151).

Para os defensores da *economia ecológica*, esse entendimento requer a compreensão da interdependência entre atividade econômica e os processos biogeofísicos, uma vez que seu problema central é a sustentabilidade das interações entre sistemas econômicos (humanos) e ecológicos. Entretanto, deixar, portanto, ao livre arbítrio do mercado seria permitir a continuidade de um paradigma que já se mostrou incontrolável e autodestruidor.

Nos dias atuais, o equilíbrio dessas interações econômico-ecológicas suscita reflexões e embasa grande parte do pensamento teórico de todas as áreas do conhecimento. Neste cenário, *crescer* para produzir oportunidades do desejado feliz-consumo, por exemplo, é bastante combatido por aqueles para os quais o esgotamento do modelo consumista hegemônico já está consolidado ou em vias reais de consolidação. São os defensores do "decrescimento". Estes consideram errônea a forma como nos relacionamos com os bens de consumo, duráveis ou não, nos cânones da sociedade capitalista aonde esses produtos são mais fetiches[39] do que supridores de nossas necessidades naturais. Não os queremos para o "consumo", para possibilitar melhores condições às nossas formas de vida frugal, mas os queremos como alimento à nossa insatisfação, à ostentação criada como necessidade.

39 A teoria do fetichismo da mercadoria, elaborada por Marx, mostra que numa economia de mercado como a nossa a expressão de tudo que há, do trabalho humano, se expressa nas coisas. As coisas passam a valer mais que os próprios produtores destas, os seres humanos. O fetiche da mercadoria lhe dá poderes cujas explicações e origens não se percebem, são naturalizadas. Assim: "Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam de fato, como membros do trabalho social total, por meio das relações que a troca estabeleceu entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre produtores" (MARX, 1983, p. 71).

O consumismo é o grilhão que nos forja à imobilidade e é mais encantador quanto mais acesso temos. Nesse fosso, metaforicamente, a satisfação é sempre momentânea frente ao apelo deste belo canto-sereia. A hipnose dali gerada irracionaliza-nos e, diferentemente de Ulisses[40] – uma metáfora que aqui cabe – não projetamos uma reação seja "tapando os ouvidos com cera", ou amarrando-nos aos mastros do bom senso para evitar que nos lancemos nesse mar de novas obsolescências, tão descartáveis como nossa própria vida para o "sistema". Vamos sim às profundezas, consumistas incentivados pelos próprios governantes do Estado, zelosos organizadores do progresso desenvolvimentista. Não obstante, para os adeptos das teses do decrescimento (LATOUCHE, 2009; SILVA, 2011) é impossível manter o equilíbrio entre crescimento e meio ambiente. Nesta perspectiva, Serge Latouche (2009, p. 01), professor de Ciências Econômicas na Universidade de Paris-Sul, um âncora no assunto advoga que:

> É preciso renunciar ao crescimento enquanto paradigma ou religião. [...] Uma economia capitalista ainda poderia funcionar com uma grande escassez dos recursos naturais, um desregramento climático, o desmoronamento da biodiversidade, etc. É a parte de verdade dos defensores do desenvolvimento durável, do crescimento verde e do capitalismo do imaterial. As empresas (pelo menos algumas) podem continuar a crescer, a ver sua cifra de negócios aumentar, bem como seus lucros, enquanto as fomes, as pandemias, as guerras exterminariam nove décimos da humanidade **[aqueles milhões de *com-fome* dos dados estatísticos da FAO!]**. Os recursos, sempre mais raros, aumentariam mais que proporcionalmente de valor. A rarefação do petróleo não prejudica, bem ao contrário, a saúde das firmas petroleiras. [...] O consumo diminuirá em substância, enquanto seu valor continuará aumentando. O capitalismo reencontrará a lógica de suas origens, ou seja, crescer à custa da sociedade. [destaque e grifo nosso].

Essa forma de pensar debate-se com os neoclássicos da economia. Com o incremento de mudanças tecnológicas sem, no entanto, abdicarmos da regência das "livres forças do mercado", dizem estes, fundamentados na fertilidade da conservadora Economia Ambiental[41]. Nesta perspectiva, Brown e Wolk (2000, p. 9), diretores-analistas do Banco de Dallas, após examinarem a evolução dos preços desde final do XIX de doze *commodities*, a saber: alumínio, carvão antracito, carvão betuminoso, cobre, ferro, chumbo, gás natural, níquel, petróleo bruto, prata, estanho e zinco, reafirmam seu otimismo em relação ao crescimento econômico mesmo relevando a escassez dos recursos naturais:

---

40 Ulisses, da Odisseia de Homero, obra que, de certa forma, dá continuidade à Ilíada. Escrito sob a forma de um poema, a Ilíada relata o regresso do protagonista Odisseu, do qual deriva o título da obra (ou Ulisses, como era conhecido na mitologia romana), um herói da Guerra de Tróia.

41 Cf. Andrade (2008): Environmental Economics "[...] é uma tentativa de incorporação da problemática ambiental e de critérios de sustentabilidade por parte do *mainstream* econômico [...]. http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/leituras-de-economia-politica/V11-F1-S14/1%20LEP14_Economia%20e%20Meio%20Ambiente.pdf. Acesso em 26-11-2011.

> In short, the evidence suggests that over the past century, new technology driven by free market forces has overcome the geophysical scarcity of nonrenewable natural resources. Increased reliance on markets during the closing decades of the twentieth century is cause for optimism that these trends will continue in the twenty-first.[42]

Nessa lógica, a elevação dos preços pressiona em direção às mudanças tecnológicas e estas às alternativas. Hoje, há mais acesso ao petróleo – a título de exemplo – do que tínhamos nos anos setenta do século XX. A "última gota" não só mantém-se como, também, se expande. Assim também ocorre com a produção de alimentos, porém estes não chegam a uma enorme e significativa parte da população.

A escassez de recursos naturais é, portanto, uma questão inócua dos "pessimistas" com suas "teses apocalípticas". Este eufórico otimismo que vem se mantendo desde o último quartel do século passado é combustível para o imbróglio planetário que gravita em torno dos debates sobre o crescimento econômico. E é um forte aliado à autodestruição das florestas, das águas e de boa parte dos animais que as povoam e que se alastra.

2.2.1 - Respostas fáceis não existem, não!

Temas como: crescimento sustentável, desenvolvimento sustentável, novas tecnologias, decrescimento – Economia Ambiental, Economia Ecológica – demonstram uns mais, outros menos, o intenso debate que se trava sobre a voraz ação antrópica sobre a natureza planetária. Neste contexto, o geoquímico holandês Paul Crutzen[43], Prêmio Nobel de Química, a partir de 2002 lança o termo cunhado nos anos oitenta pelo ecologista Eugene Stoermer – *antropoceno* – por considerar que a ação humana tem interferido no próprio curso natural dos padrões climáticos. Considera este fato como marca de uma nova era na Escala de Tempo Geológico:

> Parece adecuado asignar el término "Antropoceno" a la actual era geológica, dominada de muchas formas por el ser humano, como complemento del Holoceno – el período cálido de los últimos 10-12 milenios. Podría decirse que el Antropoceno comenzó en los últimos años del siglo XVIII, cuando los análisis del aire atrapado en el hielo polar muestran el principio de las concentraciones globales de CO2 y metano. Esta fecha también coincide con el diseño de la máquina de vapor de James Watt en 1784. Comissão Internacional de Estratigrafia. (CRUTZEN, 2011, s/p).

42 Em suma, as evidências sugerem que mais de século passado, a nova tecnologia dirigida por livres forças de mercado superou a escassez geofísica de recursos naturais não renováveis. Dependência crescente de mercados durante as décadas finais do século XX é motivo de otimismo de que essas tendências vão continuar no vigésimo primeiro. http://dallasfed.org/research/efr/2000/efr0001a.pdf. Acesso em 15-11-2011.

43 http://www.ecodebate.com.br/2011/02/24/%C2%BFpodremos-sobrevivir-al-antropoceno-por-paul-j-crutzen/. Acesso em 05/02/2011.

São pouco mais de duzentos anos de intensa atividade humana sobre os ecossistemas, agudizada após a Segunda Guerra Mundial, um tempo mínimo para considerar a formação geológica planetária. No entanto, dado o atual estágio de desenvolvimento, a forma de pensá-lo, os valores que subjazem à sua vivificação tornam-se, de acordo com este autor, "uma tarefa titânica" a mirar a sustentabilidade.

> A menos que suceda una catástrofe global –el impacto de un meteorito, una guerra mundial o una pandemia- el ser humano seguirá teniendo un impacto importante en el ambiente durante miles de años. Por tanto, los científicos e ingenieros se enfrentan a una tarea titánica en el Antropoceno: guiarnos hacia un manejo ambiental sostenible. Ello requerirá una conducta humana adecuada a todos los niveles, y podría requerir de proyectos de geoingeniería a gran escala, aceptados a nivel internacional, para "optimizar" el clima. Pero en esta etapa, todavía estamos en gran parte en tierra incógnita (CRUTZEN, 2011, s/p).

Fala-se que a escala para reversão de tal processo deva ser mundial, tamanha é a interdependência entre a cultura (política, educação, valores, modo de produção...) e a natureza (os ecossistemas; os recursos naturais tanto orgânicos quanto inorgânicos), global. Estão sobre nós, sobre nosso querer individual ou coletivo, as urgentes mudanças necessárias para garantias de vida humana na Terra. Quarenta anos já lá vão desde a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, onde, ainda que de forma embrionária, a humanidade se deu conta da finitude da presente forma de vida. Nestas quatro décadas muito se fez, muito se disse, muitos "acordos" foram assinados, muitos registros históricos foram arquivados na memória cultural e natural de nosso *Viver-Terra*. No entanto, aparentemente não passaram de verdadeiros eventos internacionais, em nome da relevância ambiental, mas sempre inócuos e subsumidos às forças do capital.

No bojo destes dilemas, ao nível internacional, a Rio+20, que ocorreu no Rio de Janeiro em julho de 2012, se propôs, além de avaliar os vinte anos após a ECO-92, a debater três temas que falam por si só: Economia Verde; Desenvolvimento sustentávela e Erradicação da Pobreza! Tudo, então!

O economista Ricardo Abramovay (2011) resume a conjuntura daquele momento:

> Eu estou chegando de Santiago onde participei na CEPAL [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe], da Conferência da CEPAL, Conferência Latino Americana sobre a Rio+20 e, oportunamente, vou contar para vocês as coisas que me chamaram muito a atenção. Uma delas, já adianto, é a imensa desconfiança internacional a respeito do termo *Economia Verde*. Diversos países, diversos delegados, encarando esse termo que é um temo central na Conferência - *Economia Verde e Governança* – como uma espécie de cortina de fumaça, uma operação para jogar areia nos olhos dos trouxas e fazer com que os grandes objetivos da Rio+92 consolidados na expressão desenvolvimento sustentável sofressem um recuo. (vídeo) [grifo nosso].

Nesta mesma Conferência, Ignacy Sachs, economista polonês, naturalizado francês, que também é referido como *ecossocioeconomista* por sua concepção de desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental, foi um dos expositores da Rio+20[44]. Em sua fala destaca a importância desta Conferência por ser a primeira após o reconhecimento do Antropoceno, "acentuando ainda mais nossa responsabilidade"; acrescenta, porém: "eu também fico um pouco preocupado quando ouço falar da Economia Verde" ainda sobre isto afirma: Não seria este o lugar do Brasil? Para ele o desafio atual consiste em atentarmos para o tripé sobre o qual se sustentam os objetivos desta segunda Cúpula da Terra, ou seja: considerar os objetivos éticos e sociais, a condicionalidade ambiental a ser respeitada e a viabilidade econômica para que as coisas avancem.

Numa crítica menos comedida e mais ácida, o economista norte-americano, Diretor do Earth Institute, da Columbia University, em New York, e conselheiro do Secretário Geral das Nações Unidas, Jeffrey David Sachs abandona a diplomacia e constata o fracasso certo da Rio+20, assim expressando-se:

> Essa é a maior crise de governança do mundo. O lobby da indústria venceu Obama. As empresas de petróleo financiam os políticos republicanos no Congresso. Os democratas são financiados pelo lobby do carvão. Em 20 anos, os Estados Unidos não fizeram nada na agenda climática e os interesses das empresas acabaram dominando. (...) O lobby que custa por ano US$ 50 bilhões financiou estudos fraudulentos, versões anti-científicas e de extrema-direita no Congresso americano. Hoje, temos um sistema corrupto e o Congresso está nas mãos dos maiores poluidores do mundo. (...) Não há condições de pedir que os Estados Unidos liderem o processo de negociação. A Europa, em crise, tenta resgatar sua economia primeiro. Já a China não vai assumir esse papel, já que estima que são os americanos, com um PIB per capta bem superior a de um chinês, quem deve fazer os maiores esforços. Não há ninguém preenchendo o vácuo. Não existem mais líderes globais.

Mas como, se aqui encaminhamos a lógica desenvolvimentista da extrema-direita (vide Código Florestal; usina hidrelétrica Belo Monte e outras; liberação da transgenia, e dos agrotóxicos etc., que deixam evidente a força dos representantes do agronegócio, organizados na União Democrática Ruralista (UDR), no Congresso Nacional)? A propósito, as vicissitudes do desenvolvimento socioambiental em tempos do Antropoceno na Amazônia norte mato-grossense são merecedoras de atenta análise em todas as áreas. É necessário perguntarmos: qual sustentabilidade? Na medida em que a previsibilidade da vida se esvai, também, é preciso ter a convicção de que o caminho se faz caminhando, como forma de aprender outras

44 As citações de Ricardo Abramovay, Ignacy Sachs e Jeffrey David Sachs foram retiradas do vídeo disponível em: http://www.iea.usp.br/iea/online/midiateca/ambiente. Acesso em 24-11-2011.

formas de caminhar. Isto nos possibilita reafirmar a nossa necessária constituição em busca de o *Bem-Viver* na Amazônia.

Neste caminho Machado (2008) afirma que, assim como está dada a possibilidade da destruição, num processo dialético também está a chance da preservação porque nós somos humanos. A partir do trabalho mudamos as coisas no mundo e a nós mesmos. E a partir do trabalho, mudamos as coisas no mundo e a nós mesmos, com possível construção de outra história. E esse arbítrio humano é o impeditivo ao total desencantamento que pode levar ao inconseqüente o abandono da transformação social. Somos, a História e nós, seres, inacabados. Neste sentido, Paulo Freire nos desafia:

> Sua força, como costumo dizer, reside na sua fraqueza. Uma de nossas tarefas, como educadores e educadoras, é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte um mundo mais "redondo", menos arestoso, mais humano, e em que se prepare a materialização da grande Utopia: *Unidade na Diversidade.* (FREIRE, 2001, p. 20).

Neste particular, para este mundo "mais humano" se realizar as vidas e os meios de vida que estão na natureza são imprescindíveis. Mas como defendê-los se não os conhecemos? Se para nós são apenas mercadorias? A urgência de tal situação está expressa no discurso-desabafo de Laísa Santos Sampaio, ao receber o prêmio 'Heróis da Floresta' (9-2-2011), em nome de seus parentes assassinados brutalmente no Estado do Pará, em 2011: Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro.

> E o dinheiro vai para a mão dos poderosos. Gera tanto impactos ambientais, quanto impactos sociais. Quantas populações tradicionais deixaram de existir. E vão viver a vida na cidade, onde sua vida é destruída. O protetor da natureza é quem vive no meio dela. A vida das pessoas que vivem na Amazônia precisa ser salva. E a situação é urgente. A vida do castanheiro é a vida da castanheira. A floresta Amazônica é viva, é viva de gente. A Floresta e o povo da Floresta estão sendo mortos.[45] [grifo nosso].

É nesse contexto que se realizará a presente pesquisa. Um território em conflito local e global sobre o qual muito se diz, mas desconhecido até mesmo para as populações migrantes que nos últimos quarenta anos lá habitam. Trago, então, à baila este cenário desalentador. Ao nível nacional, o vergonhoso ataque do setor do agronegócio, um dos mais rentáveis do País, sobre nossas florestas sem a devida contestação governamental e com pouco envolvimento

45 Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-mancha-de-sangue-esta-se-espalhando-na-amazonia/. Acesso em: 10-02-2012.

popular[46]. E nesse aspecto, queremos ressaltar a consolidação do espaço geoeconômico denominado *Amazônia Mato-Grossense*, imbricado à lógica e à ordem mundial.

46 O secretário da SBPC, José Antonio Aleixo da Silva, questiona: "...por que tanta pressa? Eles [os parlamentares] devem saber mais do que nós. São interesses particulares de grupos. Na realidade isso virou uma batalha entre o agronegócio e os ambientalistas". http://www.ihu.unisinos.br/noticias/504802-cienciano codigoflorestal. Acesso em 14-11-2011.

3 O APRISIONAMENTO DA "TERRA SEM HOMENS"

Dialética do concreto, os deuses não são
pedaços de madeira. São relações sociais. (KOSIK, 1989, p. 223).

Neste *Tomos* procuro discorrer sobre a trajetória das relações que constituem as cercas protetoras do modo de produção hegemônico – o capitalismo – que agem fecundamente na região norte de Mato Grosso, também denominada de Nortão. Ao mesmo tempo também se evidenciarão suas possíveis frinchas, tal estrado "mata-burros", em que se pese promoverem a segurança para que a riqueza não se escape, são marcas de um limite inexistente. Neste sentido, as cercas são sempre marcas autorizadas de liberdade para quem as fincam. São tentativas de isolamentos do que é e se faz uno. O interesse aqui é com o caminho percorrido no processo sociometabólico no qual se engendram apartações do que só se realizam metabolicamente: a manutenção da vida dos seres humanos e não-humanos; a sociedade e o mundo natural; o corpo inorgânico do humano cada vez mais estranhado e amoldado ao modelo de produção vigente em um território específico.

Apesar da quase impossível previsão das circunstâncias concretas da história, ao reverberar sobre as contradições presentes aproximam-se as condições com as quais estas se estabelecem, bem como, os indícios de sua superação. O fato de reconhecer-se interdependente numa totalidade com potencial de auto-destrutividade crescente é chave para a negação da negação do estranhamento/alienação (MARX, 2007). Negação entendida dialeticamente como reelaboração, uma semente que se faz planta na subsunção dela mesma em estágio mais avançado à sua perpetuação.

Neste âmbito de compreensão da realidade como "síntese de múltiplas determinações" também está dado elementos constituintes da transição à unidade sociedade-natureza vital para nossa existência, principalmente, para a Amazônia que vivencia os efeitos da suposta intersecção alargada e harmônica – seres humanos e não humanos - devido à extensa área florestada que permanece, equivocadamente aos olhos do mundo, um espaço de supremacia natural, uma espécie de depositório do paraíso abstrato ideologicamente nutrido fora da concretude dos sujeitos sociais em luta.

Inicialmente, então, este trabalho foca na célere expansão do capital no espaço onde se situa a Microrregião Sinop composta pelos municípios: Cláudia, Vera, Santa Carmem, Feliz Natal, Itaúba, Marcelândia, Nova Santa Helena e União do Sul. Os anos de 1970 são

referência para o início do período em que se lança, sob o comando militar, a mercantilização dos bens naturais: terra, floresta-árvores, minérios, água, ar, nesta ordem, atingindo de forma contundente a região.

Atualmente, mesmo com a escassez visivelmente aguda, não há materialidade que desponte uma produção sociometabólica no sentido de transpor outros caminhos para este trem suicida[47]. Contudo, no respirar abaixo desta superfície aclarada, ainda no sub-chão sensível à sinergia vibrante, que decorre dos interesses antagônicos de classes, é possível vislumbrar o afloramento de modos de vida que exercitam intencionalidades transformadoras, aonde, através do trabalho, se faz contínua a atividade criadora necessária – diria mesmo indispensável – à emancipação humana. Como este cenário de um perfazer constante em negação à ordem preestabelecida se apresenta na região citada?

3.1 *AMAZÔNIA TOMBADA*[48]: A PRODUÇÃO DAS CERCAS E HUMANOS LIVRES

Malditas sejam
todas as cercas!
Malditas todas as
propriedades privadas
que nos privam
de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
compostas habilmente por umas poucas mãos
para amparar cercas e bois
e tornar escrava a Terra
E escravos os humanos! (CASALDÁLIGA, 2013).

Amazônia! Aprofundar estudos sobre a realidade deste espaço/território denominado de Amazônia Legal remeteu-me a indagações sobre a origem do nome, porque as denominações sempre são cunhas, marcas, impressões de vivências (costumes) que revelam a história e seu

47 Michael Löwy toma esta expressão de Walter Benjamin quando, na segunda década dos novecentos, tratava da II Guerra Mundial afirmava que somente uma revolução cessaria a marcha daquela sociedade [burguesa] para o abismo. Disponível em: http://revistaforum.com.br/blog/2013/11/michael-lowy-civilizacao-capitalista-e-um-trem-suicida-rumo-ao-abismo/. Acesso em: 20/10/2013.

48 Interessante observar o que ocorre ao longo da construção da semântica de nossas palavras. No caso desta, "tombar", carrega um vasto conjunto de significados. Centro-me em duas interpretações que a nós chega atualmente: pode ser dita/entendida como *queda/quebra* na qual incide a força da gravidade, sempre para baixo, ao chão, ocorrências sempre com conotação de algo não bom e que pode implicar dor; também pode ser anunciação de *preservar/inventariar*. A origem desta conotação deriva do grego, *tomos*, parte, pedaço de papiro. Materializou-se na área da Língua Portuguesa a partir de 1378 com a instalação da Torre do Tombo em Lisboa local para onde se destinavam os papéis importantes da realeza. Esse arquivo, dirigido nestes mais de seiscentos anos somente por homens, só para constar, apesar dos inúmeros percalços (terremoto, incêndios, mudanças) permanece ativo e, desde maio de 2012, compõe a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas de Portugal. (MICHAELIS, 1998, p. 2080). Disponível em: http://www.infopedia.pt/$torre-do-tombo. Acesso em 30/10/2013. Então, neste estudo, amalgama estudos da Amazônia que quanto mais arrasada, mais importante torna-se.

poder constituinte. O nome nasce a partir do Rio Amazonas. Conta uma lenda que o nome do grande rio – Mar Dulce – foi dado pelo navegador espanhol que chegou ao Brasil[49] em 1499; só que em 1541 o mesmo rio foi denominado de Amazonas pelo também hispânico Francisco Orellana. Este último nome se deve ao confronto com Icamiabas – mulheres "sem marido" – quando o navegador espanhol descia o afluente do Rio Nepa, que nasce no Equador. O perfil das combatentes e as histórias geradas daquele encontro remeteram-lhes às mulheres guerreiras da mitologia grega.

Assim, como no paradigma societário vigente, a toponímia é também indicações de propriedade. São nomes próprios das forças de mando de quem a tem ou, na ausência desta, ainda mantém algum prestígio perante as organizações sociais. Isto posto, outra explicação tem associado o nome "Amazonas" à palavra de origem tupi, Amassunu, que quer dizer "ruído das águas", "águas que retumbam"; há pouco reconhecimento dos setores públicos sobre esta origem do nome. Na verdade, alguns sequer mencionam a dúvida, como é o caso do Estado de Mato Grosso, onde as informações que se encontram na página da Secretaria de Planejamento de Mato Grosso (SEPLAN-MT 2011, p. 2) afirmam que o fundamento da nomeação "Floresta Amazônia", "deriva de 'amazonas', mulheres guerreiras da Mitologia grega"[50], curiosamente, mesmo com a expressiva presença das populações indígenas em seu território, ou seja, mantém-se a versão eurocêntrica.

Em 1953, através da Lei 1.806, o governo federal realiza uma divisão territorial para efeito *de planejamento econômico* e delimita o espaço designado como Amazônia Legal.

> Art. 2º A Amazônia para efeitos desta Lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, do Estado de Goiás a norte do paralelo 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

Trata-se de uma iniciativa da ditadura militar, e também civil, instaurada desde abril de 1964, para o controle da Amazônia. A partir dos anos 1970, a ditadura implementou o que chamou de "povoamento" dos "espaços vazios que, na verdade, foi sobre a *ocupação* das terras ricas em minérios, petróleo e florestas, pois desconsidera as centenas de milhares de vidas humanas que, por entre florestas e rios, viviam (indígenas, ribeirinhos, seringueiros, caboclos) (RIBEIRO, 1987).

---

49 Em meados de 1499 passou ao largo da costa norte da América do Sul, acima do rio Orinoco, a expedição espanhola de Alonso de Ojeda, a caminho das Índias Ocidentais. Parece que teria passado pelo Brasil. Consulta à Wikipédia em 02/03/2012.

50 **Geografia de Mato Grosso.** http://mt.gov.br/mato-grosso/geografia/. Acesso em 20-10-2013.

Isto posto, nos dias de hoje é impossível falar da questão agrária, de agronegócio, de biodiversidade, de educação para as populações aglutinadas pelos movimentos camponeses sem nos remetermos à Amazônia, essa imensa *urihi*[51] ocupada pelo processo *colonizatório*, que é potência de vida e prenúncio de morte, como um forte e presente exemplo de apartação da humanidade de seu *corpo inorgânico*.

Nos últimos quarenta anos o processo de aprisionamento faz com que a floresta seja expropriada/apropriada de seus ocupantes: Seja com aço farpado ou liso, elétrico ou não, seja como divisa/fronteira imaginária ou concreta, vão se construindo e constituindo as bases de seu isolamento fatal – as cercas. Além disto, outra sujeição recente dessa comuna florestada é o vertiginoso avanço do desmatamento e devido à expansão do agronegócio, das usinas hidroelétricas, da exploração mineral (PRATES, 2008).

Enganam-se aqueles que crêem nas pregações da "integração" da nação, um subterfúgio para camuflar a vil expropriação, exploração e devastação a qual vimos ser submetidos – humanos e não-humanos. O ir e vir de sua flora e fauna, nela incluso o ser humano, vital à sua sobrevivência, viu-se interrompido ante a fúria da produção de excedentes em seu solo repleto de alimentos e animais exóticos, para os recém-chegados, no entanto, bastante comuns para os caboclos e as populações indígenas.

Embora as demarcações fundiárias, sob os auspícios das elites brasileiras, já datasse da lei de terras de 1850 (MARTINS, 1981; FIABINI, 2005), quando se pretendeu expulsar camponeses para que estes viessem a tornar-se mão de obra expropriada/explorada, seja no campo seja na cidade, o assalto à Amazônia Brasileira se efetivou contundentemente a partir da década de sessenta dos novecentos. Sob o slogan *"Terra sem homem para homens sem terra*" amplamente prescrito e anunciado em regiões agrícolas atraíram-se pequenos lavradores da terra do sul/sudeste do País e remetendo-os à "selva" amazônica. Esse suposto espaço vazio teria de ser ocupado e integrado à economia nacional, isto é, a terra comunal deveria ser transformada em mercadoria. Fechada para muitos, aberta a poucos, contudo, sempre sob os domínios do modo de produção capitalistas (IANNI, 1979, 1981; OLIVEIRA, 1983; MARTINS, 1980, 1982, 1985; 1986; RIBEIRO, 1987; MORENO, 1999).

À busca de compreender a questão agrária no Brasil salta aos olhos o grande problema que a envolve como uma moldura limitadora da amplitude do imaginário ante o recorte inspirador do artista, ao mesmo tempo em que se constitui na própria pintura, o enunciado de uma realidade mais sentida que compreendida: a estrutura do modelo de produção vigente. No

51 Para os indígenas Ianomâmis o conceito de floresta está intimamente perpassado pelo conceito de terra, bastando então uma palavra – *urihi* – para denominá-las.

estágio de desenvolvimento atual desse modelo há um crescente conflito entre as populações trabalhadoras voltadas à produção de alimentos e os contáveis prepostos dos grandes proprietários do agronegócio. Este conflito inflado pela expropriação da terra de trabalho e pelo esgotamento dos territórios produtores de alimentos, e hoje ainda alicerçados na agricultura em terra *limpa*, arrasada pelos seis meses de exposição direta ao sol, alta toxidade, compactação, e o que é um absurdo trabalho escravo.

Com isso, é preciso a concordar com a denúncia de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2008, s/p) sobre o *agrobanditismo*[52] existente na região:

> Como todos podem verificar, a reforma agrária está sendo oficialmente usada de forma criminosa no Pará para favorecer o agrobanditismo. Apenas a ação do Ministério Público Federal pedindo a anulação de 99 projetos de assentamentos na área de atuação da Superintendência de Santarém do INCRA, está freando esta sanha de dilapidação do patrimônio público. Aliás, não é somente no estado do Pará que estes fatos estão ocorrendo, mas sim em toda Amazônia.

Mais recentemente, nessa arena de lutas sociais, marcada pela exploração do homem pelo homem[53], a hegemonia econômica é produzida e conduzida pelos detentores dos meios de produção, os grandes proprietários de terras – latifundiários, como um ator social principal, tendo o Estado burguês como coadjuvante. No caso brasileiro, a luta de classes aí estabelecida produziu várias conjunturas, conformando as demandas nos vários períodos históricos. Para Ribeiro (1998, p. 44), a concepção de sujeito migrante é bastante diversa, "*um sujeito e muitos rostos*"[54]. Seus estudos, no contexto da Amazônia, tratam dos conflitos gerados no trabalho ligado à terra, entre caboclos do Norte e colonos do Sul em busca de Reforma Agrária e defende que "a busca de um novo *enraizamento* do migrante precisa ser vista como inserção na luta para a quebra da relação que desenraiza, ou seja, enquanto um *reimplante* no que convencionei tratar como *classes subalternas*" (1987, p. 9, grifos da autora).

Nesse movimento permanente, as relações travadas com o ambiente territorial provocam rupturas quase nunca restabelecidas com a natureza convivente também corroboram com a *naturalização* do desapego aos ambientes/seres não-humanos que passam a

52 Disponível em: http://www.ecodebate.com.br/2008/02/29/agrobanditismo-e-reforma-agraria-no-para-artigo-de-ariovaldo-umbelino/. Acesso em 14-11-2011.

53 Também, interessante ver sobre a permanência desta situação de conflitos no Estado de Mato Grosso: *Polissemia dos Conflitos Ambientais do Estado de Mato Grosso*, Michèle Sato, disponível em: http://www.remea.furg.br/edicoes/vol24/art30v24.pdf. Acesso em: 05-02-2012, e; *Do Invisível ao Visível: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil*, de Regina Aparecida da Silva. Tese de doutorado, São Carlos/SP:UFSCAR-2011.

54 Para a autora, *um sujeito e muitos rostos*, abarca desde agricultores expulsos de suas terras em direção às cidades em busca de trabalho até os operários que, nas cidades, estão perdendo seus empregos sem a mínima perspectiva de obtê-los de volta. Alguns trabalhadores retornam para a zona rural, aos seus municípios de origem, onde ainda permanecem algumas pessoas de sua família.

não fazer mais sentido à afetividade que vimos cantada em verso e prosa com *a minha terra.* Isto cai como uma luva ao paradigma capitalista, onde a cisão entre humanos e não humanos é uma das necessidades para sua efetivação.

Contraditoriamente, essas rupturas, ou *desenraizamentos*, tornam conscientes os estranhamentos, pois as vivências além da parentalidade potencializam e ampliam o conhecimento dos espaços-mundo. Com isto, alargam-se as fronteiras de compreensão da interdependência sociedade-natureza, bem como, da finitude deste *mundão-de-deus* uma vez que, com a exploração de novas áreas, sejam elas metrópoles ou *selvas*, torna-se mais difícil manter-se imune à percepção da presença ameaçadora da escassez dos bens naturais, pois sempre há a certeza de que "lá pra frente está muito bom".

No caso amazônico, sob o metabolismo social do capital a dinâmica do movimento migratório constituiu-se em importante elemento de uma política de Estado voltada para manutenção do *status quo*. Por isso, o financiamento público à agropecuária tem sido o progenitor no célere processo de *reocupação* do solo amazônico por grandes projetos imobiliários que implantaram e consolidaram várias centenas de cidades, principalmente ao longo da faixa sul-norte composta pelos Estados de Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins, Goiás.

Também neste contexto, a *sobreocupação* com instrumento de cessão de terras públicas, segundo, Ribeiro (1998, p. 12) se fez presente:

> O Estatuto da Terra fundamentava o uso capitalista da terra e a aplicação de tecnologia à produção agrícola determinada pelo mercado internacional. Objetivava despolitizar as lutas com doações individuais de terras em lugares onde as disputas eram mais problemáticas e desmobilizar conflitos nas regiões onde o número de trabalhadores sem terra fosse muito alto, que pudesse colocar em risco a propriedade privada. Para esses é que o governo militar idealizou os projetos de colonização a serem implantados nas regiões onde o "vazio demográfico", segundo suas análises e interesses, exigia estratégias de "integração política e econômica" Nessa mesma época foram criadas superintendências de desenvolvimento regional, dispondo de gordos subsídios para a implantação de projetos agropecuários e industriais.

Está manobra engendrada pelo capital em expansão, apoiado pelo Estado militarizado, é explicada também por vários outros estudiosos da questão agrária na Amazônia tais como Becker (1997); Moreno, (2007); Moreira, (2007); Oliveira (2008); dentre outros.

Nas duas décadas seguintes a conjuntura acentuou a consolidação do modelo industrial agroexportador com a ampliação do conjunto de sistemas, o agronegócio e o acirramento das lutas dos Movimentos Sociais Camponeses. Para assegurar a continuidade da exploração capitalista, elaborar-se-ia a ideologia do "possível *consenso"* entre capital e trabalho no setor

agrícola para *alta produtividade*. Para isso, um novo paradigma agrícola é criado: o agronegócio, uma tentativa de amenizar a desmistificação crescente da perversidade – que é histórica – do latifúndio brasileiro. O agronegócio articula o controle sobre a produção, a organização e o comércio desta produção, culminando com o financiamento. À frente do agronegócio, portanto, estão grandes proprietários de terras com investimentos bancários, de modo que ocupam poucos trabalhadores e têm autonomia em relação ao Estado, onde mantém representantes no Congresso Nacional (RIBEIRO, 2012).

Tal ideologia permeou as políticas agrárias e, conseqüentemente, agrícolas. Para isto, esse *negócio* se organiza de forma que seus tentáculos possam abarcar diversos sistemas: ideológico, tecnológico, científico, energético, industrial, mercantil, financeiro, além do pecuário e agrícola.

Este vertiginoso crescimento vem deixando um lastro de degradação humana e ambiental que se eleva produzindo os horrores de uma razão mórbida. No prefácio do importante trabalho para a região em foco – *Vidas Roubadas* – realizado por Binka Le Breton, D. Pedro Casaldáliga (2002, p. 11) assim escreve: "O lucro, em todos os tempos e em todos os povos, quando se constitui em critério e justificativa, se alimenta sempre de sangue humano. O trabalho análogo ao de escravo é uma decorrência da insaciável e inescrupulosa hegemonia do lucro". Neste particular, Breton (2002, p. 223) apresenta o quadro organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), com dados das ocorrências de trabalho entre os anos de 1995 a 2001. Observamos que a presença desse tipo de violência é mais profunda na "limpeza da floresta", no desmate, na retirada das árvores que abasteciam a indústria extrativa da madeira – 25%, e na pecuária, ainda praticada através do arcaico modelo extensivo – 49%. Sobre esse estado de coisas a autora escreve:

> No alvorecer do século XXI a situação da violência rural na Amazônia permanece sem solução. Os conflitos de terra continuam formando um círculo de crescente tensão em que, repetidamente, os sem-terra ocupam (ou invadem) terras não produtivas, rotineiramente são despejados, reocupam-nas e são despejados mais uma vez. A violência desmedida, desnecessária, além de inconstitucional, marca geralmente a participação da polícia nos despejos. Nas pequenas cidades, um frenesi de fraudes toma conta dos políticos: desviam para suas contas bancárias os fundos públicos destinados à saúde, à educação ou às estradas e acumulam fortunas sem relação com seus salários declarados, enquanto tomam as devidas providências para silenciar a oposição. Para as remotas fazendas do interior, vale tudo: grilagem em larga escala, utilização do trabalho escravo para a derrubada, contrabando de armas com a vizinha Colômbia, trafico de cocaína (...) (BRETON, 2002, p. 136).

A gênese dos conflitos de terra e da violência dele decorrente nutre-se, portanto, na corrupção que adentra o Estado tomado de assalto pelo capital e se torna norma social. Neste sentido, vale lembrar que, apesar dos dados tratarem mais do trabalho escravo em áreas rurais,

principalmente na pecuária e madeira, nos dias atuais há outras formas que se poderia chamar de "moderna escravidão".

Casos evidentes são constantemente denunciados pelas entidades representativas de trabalhadores arregimentados para trabalho nas obras dos próximos dois grandes eventos, a Copa do Mundo, do futebol, em 2014, e as Olimpíadas em 2016, bem como, nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), onde estão previstas, somente para a Amazônia, vinte e nove usinas hidrelétricas, destas, seis já estão em construção[55].

Paradoxalmente,

> A partir dos anos 80, quando o processo de *expropriação/proletarização* desencadeado por fazendeiros, barragens, mineradoras, madeireiras, grileiros e até pelo Estado ou com o apoio deste, começa a expulsar violentamente um contingente muito grande de famílias sem oferecer a contrapartida do emprego (*proletarização)* multiplicam-se os confrontos que assumem um caráter de radicalidade e permanência. Trabalhadores – homens, mulheres, velhos e crianças – ocupam terras ou fincam pé em seus barracos. Índios pintam-se para a guerra contra o invasor. (RIBEIRO, 1998, p. 13).

Como se constata, a partir desses confrontos pode ocorrer, também, a expansão da área destinada à agricultura camponesa como forma de minimizar a pressão social crescente. Apesar disto, em comparação com o agronegócio esse ensaio de "reforma agrária" é irrisório. No entanto, porque cumpre seu papel ideológico ao difundir amplamente que sua expansão serve a "todos", aos grandes e pequenos agricultores, ao agronegócio e à agricultura familiar. No entanto, está evidente que a expansão fundiária do agronegócio é decreto de morte à agricultura camponesa e aos seus trabalhadores.

No contexto atual, em consequência da intensa saturação ideológica do capital que move levas populacionais inteiras à dilapidação contínua dos bens naturais, acirra-se, na Amazônia, não somente a luta pela terra-solo, mas sim à disputa pela *urihi*, na sua amplitude, com a biodiversidade.

Aproximando esta realidade e tendo como foco o estado de Mato Grosso totalmente *tomado* pelo metabolismo social do agronegócio é possível verificar através da Ilustração nº 3 - "Mapa dos Conflitos Socioambientais do Estado de Mato Grosso/2012 (SILVA; SATO, 2012, p. 9)[56], vivências da contestação deste paradigma espalhada por este Estado.

Para essas autoras:

---

55 Cf. http://oglobo.globo.com/economia/de-23-novas-hidreletricas-planejadas-na-amazonia-sete-serao-construidas-em-areas-intocadas-6173007. Acesso em 12-01-2014.

56 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2012000100002&script=sci_arttext. Acesso em 18-05-2014.

> Os conflitos socioambientais mapeados são expressões do modelo de desenvolvimento adotado que leva à destruição dos ecossistemas e ao aniquilamento de formas singulares de modos de vidas. Em outras palavras, territórios, identidades e temporalidades que se emaranham em teias e mosaicos, tecidos intrinsecamente na relação cultura e natureza; onde a perda de um implica no desaparecimento do outro. [...] Na consolidação deste modelo de desenvolvimento, várias famílias de povos e comunidades tradicionais foram e ainda são agredidas, expulsas de suas terras; várias etnias indígenas perderam seus espaços sagrados e mantém-se, paulatinamente, num processo de grandes disputas pela defesa de seus territórios.

Figura 02: Mapados conflitos socioambientais de Mato Grosso - 2012.

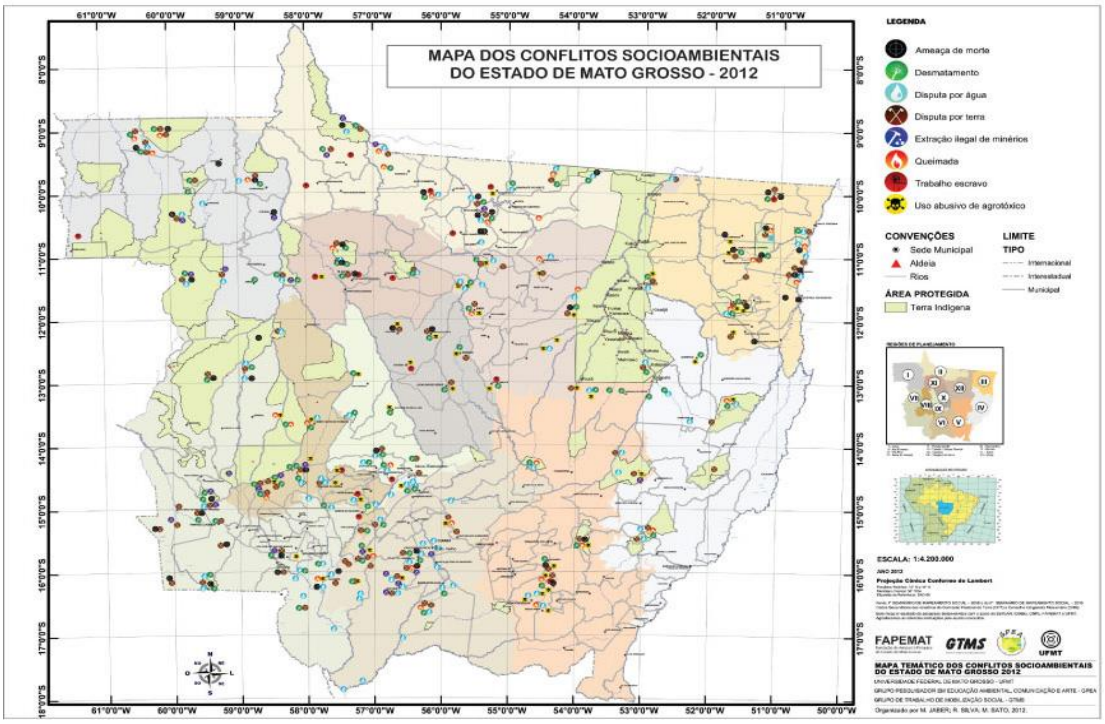

Ilustração 3: Mapa dos conflitos socioambientais de Mato Grosso

São, portanto, populações "tradicionais" e migrantes, que constituem as populações camponesas Sem Terra, no composto de classe que vive do trabalho, em luta não somente pela reforma agrária, mas também, por todas as dimensões da produção, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura, apropriando-se da terra, tomar o controle dos territórios camponeses e do próprio campesinato.

Essa é a perspectiva que traço e que alimenta as minhas opções/ações, enquanto trabalhadora-educadora, ao escrever esta tese. Na sequência abordarei a colonização da Amazônia norte mato-grossense para ampliar a compreensão do contexto em que estão situadas as escolas do campo, fazendo emergir a voz das populações trabalhadoras em sua

relação direta com a floresta de modo a visualizar o paradigma educacional hegemônico em disputa com o paradigma protagonizado pelos movimentos camponeses.

3.2 FLORESTA, E SEUS HUMANOS (COM)SUMIDOS: COLONIZAÇÕES

Aqui me restrinjo mais à materialidade da vida no Bioma Amazônia, situando-o em sua tessitura social, ambiental, econômica e educacional. Interdependente, portanto! Um território movediço pressionado por interesses das grandes corporações, cujo conhecimento de suas entranhas somente agora se aproxima dos brasileiros. Mesmo aqueles que nele habitam originariamente, ou há algumas décadas, perscrutam sobre a dimensão do que é a Amazônia (BOFF, CONTE, BIERHALS, 2012).

Os povos originários escancaram para o mundo suas faces assustadas por não compreenderem a realidade: "*O rio é nosso Pai, a Floresta é nossa Mãe, nosso lar, nossa casa! Não vivemos sem eles"*. As ilustrações a seguir permitem visualizar a dimensão deste espaço. O Bioma Amazônico ocupa 53,6% da área estadual, 480.275 km^2. No entanto, para este trabalho, foi delimitada a área da microrregião Sinop, com foco no município de Claudia, Microrregião de Sinop (524). Para seguir neste contexto:

Características dos Municípios componentes da Microrregião Sinop (524)			
Município	Área	N. Habitantes	IDH
Cláudia	3.849,991	11.028	0,699
Feliz Natal	11.462,464	10.933	0,692
Itaúba	4.529,581	4.575	0,690
Marcelândia	12.281,234	12.006	0,701
Nova Santa Helena	2.359,823	3.468	0,714
Santa Carmem	3.855,362	4.085	0,715
Sinop	3.942,231	113.099	0,754
União do Sul	4.851,910	3.760	0,665
Vera	2.962,687	10.235	0,680
Total	42.025,273	173,189	7,011

Ilustração 4: Fonte: IBGE. Censo 2010

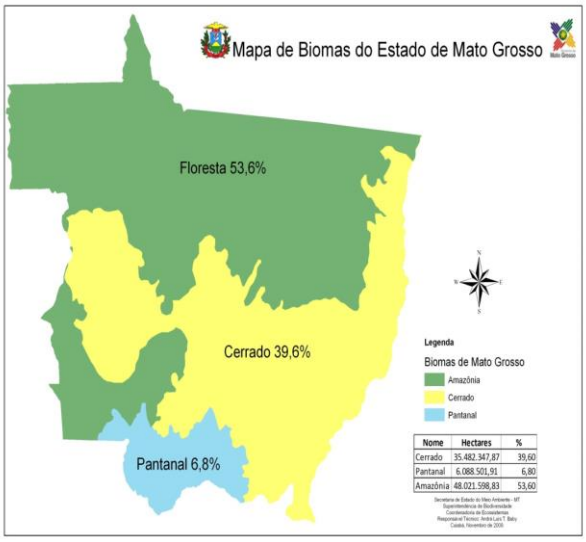

Ilustração 5: Biomas no Estado de Mato GrossoFonte: SEMA-MT[57]

57 Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/. Acesso em 28-02-2012

As populações migrantes, mais de 90% na região em foco, tiveram, e ainda têm olhos fixos na descoberta do solo-superfície (mesmo tendo chafurdado no subsolo dos garimpos por uma tira de tempo). Pouco ou nenhum interesse fora consistentemente sistematizado sobre a biodiversidade do *sobre-solo*. Como um grande transplante, sem o necessário conhecimento das funções vitais, fora cravado naquele trecho de solo amazônico não somente um conjunto de órgãos, mas além, a organicidade do agronegócio: a condenação da roça do sustento! Ainda inebriadas pela dormência anestésica do *mito do progresso*[58] as dores são sem sentido e a rejeição incerta.

Empresários-comerciantes da terra pequenos proprietários e governos juntaram-se em uma trama social sem a devida consideração às populações indígenas, às populações caboclas e aos ribeirinhos na *nova fronteira*. Conflitos gerados na luta pela terra no Sul deviam, na opinião da classe hegemônica, ser substituídos por ações de bravura, dignos de respeitados bandeirantes. Muitos aceitaram com elevada auto-estima esse desafio de luta por seu *pedaço de chão*.

Inúmeras clareiras foram abertas na floresta amazônica norte mato-grossense já no início dos anos 1970. Considerados pontos de luz à sombra da floresta, clareiras-empresas demarcaram a promoção da expansão capitalista que alargou as fronteiras, estimulou a migração, a ideologia da propriedade privada e transformou terras públicas em invencíveis latifúndios e, no momento atual, no império do agronegócio, (CASTRO, 1994; GUIMARÃES NETO, 2002; PERIPOLLI, 2002; 1981; PICOLI, 2006; SOUZA, 2001).

O alargamento da clareira trouxe luz tão intensa à região que ofuscou a visão socioambiental à floresta. Na verdade, a floresta, com todos seus elementos, a biodiversidade, fora (re)conhecida no início da comercialização apenas como abrigo de perigosos felinos, répteis e populações nativas hostis (caso dos empreendimentos mais próximos às aldeias indígenas), ou ainda, tão somente, uma fonte inesgotável de produtos madeiráveis. A maior área de terra-floresta ainda existente fora transformada em "Parque Nacional" e serve, ainda hoje, como uma espécie de barreira assegurando o *apartheid* indígena instituído nessa construção do Eldorado mato-grossense, a exemplo da criação da Reserva do Xingu e de outras Terras Indígenas[59].

---

58 Ver Gilberto Dupas, na obra *O mito do Progresso*. http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a05n77.pdf. Acesso em 04-12-2011.

59 A Lei nº 6.001, de 19/12/1973 (Estatuto do Índio) e Decreto nº 1.775, de 08/01/1996 regulamenta que cabe à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a demarcação de terras indígenas (TIs). Segundo a Nota Pública da OPAN ( ), " das 69 terras indígenas em Mato Grosso listadas na primeira proposta de zoneamento, apenas 56 constam na versão

Assim sob a égide do capital, homens, mulheres, muitos ainda crianças, foram postos/colocaram-se como trabalhadores produtivos na "selva" daquela região. *Limparam* a floresta, a biomassa da terra, com muito fogo e sangrentos calos nas mãos a arderem em suas noites e dias de trabalho, também expandidos em um ritual expropriador da vida, cuja natureza – como a deles próprios – é transformada em mercadoria.

A força alienadora manteve-se nutrida pelo controle, físico e simbólico. Para isto, verdadeiras milícias, formadas por temidos capatazes – capangas e seguranças[60] – foram contratadas pelas empresas, cujo papel fundamental era a imposição armada ante qualquer conflito ou denúncia sobre as reais condições de trabalho e vida nos novos povoados. De modo bastante *eficaz* à ordem posta, agências de controle simbólico como a Igreja e a Escola agregaram valor mercadoria terra.

> Nesta perspectiva, à igreja colonizadora coube a tarefa de prover aos corpos extenuados, isolados o encontro consigo mesmos na transcendência humanizante e com os iguais. Esta instituição distribuía, desta forma, bálsamos para calmaria das inquietações, dos desesperos e das desistências. E, concomitantemente, o louvor aos empreendimentos nascentes. Benzida e bendita seja o comércio da propriedade privada! Não faltaram missas às comemorações imobiliárias, nem água benta às áreas colonizadas!

Uma exceção regional tem sido a ação defendida pela Igreja do Baixo Araguaia, sob a orientação do bispo D. Pedro Casaldáliga[61], uma brisa humanizante na Amazônia Meridional, em que a cruz contemplativa foi profundamente edificada e modificada. Mas em contraposição a esta igreja popular, a igreja colonizadora e a escola auxiliavam-se mutuamente e juntas serviam ao sucesso dos empreendimentos imobiliários. No enunciado escrito por Peripolli (2002, p. 11), quando este trata da educação no projeto de colonização donde originou a cidade de Sinop, podemos constatar essa proximidade:

---

aprovada pelo governador no dia 19 de abril, o que configurou mais um duro golpe aos povos indígenas em pleno Dia do Índio." (Operação Amazônia Nativa - OPAN, 2011, p. 1) Nos dias atuais, o Estado de Mato Grosso possui cinquenta e sete TIs regulares onde vivem, aproximadamente, vinte e cinco mil indígenas.

60 Sobre isto ver: *Matança em disputas de terra na região do Araguaia já duram três décadas*. Regina Beatriz Guimarães Neto, 2008. Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/morte-por-hectare. Acesso em: 23-02-2012.

61 Em uma publicação para homenageá-lo – *Pedro Casaldáliga: as causas que imprimem sentido à sua vida – Retrato de uma personalidade*, STÉDILE (apud FORCANO, LALLANA, CONCEPCION, CEREZO B., 2008, p. 53) escreve: "A história da organização dos camponeses no Brasil perpassa toda história social da nossa sociedade. No entanto, gostaria apenas de discorrer brevemente sobre a experiência mais recente da organização dos camponeses a partir da década de 70, na qual se percebe também, numa forma indelével, a influência teórica, política e organizacional da visão de dom Pedro Casaldáliga. Uma trajetória que se mescla com a luta pela reforma agrária e com os movimentos camponeses".

> Outro indicativo de que houve preocupação, em tese, por parte da Colonizadora, quanto à educação, está no fato de terem trazido de Maringá (PR), para cuidarem especificamente da educação na Gleba, um grupo de religiosas, as irmãs da Congregação Missionária do Santo Nome de Maria, de origem alemã [...] A partir de 1974, passaram a coordenar toda política educacional das escolas da Gleba.

Costa (1999, p.65) em seu estudo - A constituição da escola como espaço de formação do colono junto aos projetos de colonização do norte mato-grossense: Alta Floresta 1976 a 1996 – também registra essa tríade institucional empresarial, igreja-escola-imobiliária colonizadora:

> A escola nesse contexto se constituiu no lugar onde as relações culturais foram sendo desenvolvidas no sentido de formar um novo colono. [...] Na cidade a escola-Indeco, funcionava sob a proteção do colonizador que se fazia presente nas comemorações e para resolver os problemas administrativos e financeiros. Na zona rural foi edificada a *escola-igreja*, sob a orientação do padre e estruturada de acordo com os moldes da igreja católica.

Segundo Pereira (2010, s/n) relação proximal ocorreu também em projeto de colonização público-privado, modalidade de Projeto de Assentamento Conjunto (PAC), como caso do Assentamento Peixoto de Azevedo/COTREL, organizado pela Cooperativa Tritícola Erechim Ltda, onde irmãs dominicanas orientaram a implantação da rede escolar local:

Desse modo, até meados da década de 1980, foi muito intensa a presença de religiosas pertencentes à Igreja Católica em cargos de direção/gestão das redes de escolas implantadas na sede e zona rural dos empreendimentos. O modelo de escola marcadamente hierarquizado e privatizado (pelas empresas imobiliárias) chega precário à citada década, isolado de sua capacidade crítica e, com isto, reproduz a lógica do capital em expansão no setor agropecuário.

Neste contexto, os latifundiários e suas empresas são reverenciados como poder constituído desde as massivas festas cívicas aos textos didáticos. A pujança florestal e a transformação do local, além dos fragmentos de centenárias árvores são cortejadas em caminhões *toreiros* nos desfiles pátrios (Ilustração 7). Da clareira inicial em contraposição à vista aérea da urbanidade dos anos seguintes são matérias pedagógicas por onde perpassa a marca registrada das firmas colonizadoras e orienta o currículo escolar como artefato social no processo de formação das populações isoladas da floresta e aceitando esta condição.

Passados menos de dez anos do início da comercialização varejista das terras, o fracasso do modelo de agricultura transposto do sul/sudeste era visível. O sonho das glebas "preparadas" para o plantio do café – Gleba Cafezal/Nova - Colíder S/A; Gleba Celeste - Sinop S/A; Gleba INDECO (Alta Floresta) - INDECO S/A; Gleba Taquaral (Juara) – SIBAL

S/A, dentre outras – transformara-se em pesadelo para muitas famílias trabalhadoras de pequena propriedade. Sob pressão das dívidas com as empresas de terras e/ou com bancos que financiaram, com juros, a sua compra, no desalento de ver quase tudo se perder sob o sol escaldante e tempo seco do "verão", ou sob as chuvas torrenciais do "inverno amazônico"[62], a desistência, para os pequenos proprietários e a busca de outras formas de trabalho foi uma sentença de afastamento imposto do sonhado pedaço de chão.

Neste percurso, a atividade garimpeira surge como um novo desafio e torna-se tábua de salvação àquela força de trabalho polivalente, um excedente de força de trabalho com baixa qualificação e disponível para qualquer atividade (MARTINS, 1982; 1983; VASCONCELOS, 2010) e a confusão regional foi quase que generalizada.

Concomitantemente, estes homens e mulheres que viveram o preconceito para com a atividade garimpeira, eram vistos pelas empresas comercializadoras de terras como uma ameaça à ordem estabelecida e aos seus negócios (SOUZA, 2001). O ouro e o diamante incrustados em rochas, pedras-pretas, *favos de mel*, transformados em mercadorias alimentaram também os prazeres, as amorosas canções nos incontáveis cabarés da região. Quantos "causos" e depoimentos desse curto e intenso período ainda carecem de registro!

Ainda inebriada pelo fascínio do extrativismo aurífero a região se surpreende, como ocorrera em todo país, com a chegada da era Collor, em 1992, e com ela, a crise do ouro. Trabalhadores, de um dia para o outro, se vêem desguarnecidos até mesmo do sonho de *bamburrar*[63], de se dar bem na vida. Com isto, muitos voltaram às suas origens, em seus estados ou aos seus roçados na própria região, mas, a grande maioria, foi atraída pela crescente indústria madeireira.

A *versatilidade* dessa força de trabalho excedente da frustrada agricultura familiar e da inviável garimpagem move-se para mais um trabalho direto com a floresta. E se constituem nos "peões de madeireira". A lide, neste tempo-espaço, consiste em pinçar e *beneficiar* algumas das centenárias árvores amazônicas, tantas quanto o tempo de *limpar a terra* – o tempo anterior às queimadas anuais lhes permitir – menos de 30% delas foram *aproveitadas,* é certo. O frenesi extrativista florestal descrito por Vasconcelos (2010; p. 3) nos dá a devida dimensão da veloz devastação nesse período:

62 É costume em algumas localidades da região do bioma amazônico mato-grossense considerar "verão" o período da seca que vai de maio a outubro, aproximadamente e "inverno" os outros meses – de novembro a abril – que são bastante chuvosos.

63 Bamburrar: enriquecer, por encontrar, garimpando, grande quantidade de ouro ou pedras preciosas. Disponível no site: Read more: http://aulete.uol.com.br/bamburrar#ixzz2sBpags7s. Consulta em 13/01/2014.

> Alguns dados recentes mostram que, do período de praticamente 500 anos após a chegada dos europeus no continente americano, a Amazônia perdeu cerca de 20% de sua área florestada, devastada pela busca frenética por madeira, ouro e terras para o agro-negócio, principalmente. O que mais impressiona, entretanto, é que desse período, nos primeiros aproximadamente 470 anos a devastação atingiu apenas cerca de 3 a 4%. Foi a partir de 1970 que o ritmo de destruição acelerou-se de maneira vertiginosa, chegando a 17% no ano 2000. Esses números, considerando as dimensões amazônicas, são estarrecedores.

Neste espaço, catando e *beneficiando* árvores na "selva", lavradores e garimpeiros, agora *peões* de madeireira, continuaram sua trajetória histórica de classe que vive do trabalho, ao mesmo tempo em que produziam alta lucratividade para o setor madeireiro em latifúndio de floresta tropical nativa. Expropriados de seu *pedaço de chão*, sem sua pedra preta, *favo de mel*, sem seu *ganha pão*, mas com "carteira de trabalho assinada", com moradia garantida na colônia madeireira, com escola próxima para os filhos. Uma aparente segurança!

A situação mundial não poderia ser das piores para esses trabalhadores (e para os trabalhadores em geral), neste período. A teoria política neoliberal emergente, desde os anos 1970, alastrou-se provocando o desemprego estrutural (HARVEY, 2008; PERONI, 2003); com isto, permite-se aos empregadores exercer maior e diversificada forma de pressão sobre a força de trabalho. A conseqüência principal disto, nos rincões amazônicos, é o acirramento das contradições manifestas na região, através do aumento da violência e, de forma organizada no campo do trabalho, através da aglutinação em torno de entidades integrantes da Via Campesina[64].

Migrantes lavradores ou garimpeiros aprenderam ali, no momento exato da contratação, no acompanhar o movimento da máquina, a adaptarem seu próprio movimento ao movimento contínuo e uniforme das máquinas (autômato) – serra-fita, torno, lixadeira, desempenadeira, caminhões, tratores, motosserra, etc. – como engrenagens vivas que um mecanismo com existência própria e não dependente deles (MARX, 1985).

Os saberes do solo e subsolo apreendidos são confiscados, alienados através do trabalho parcial, mecânico, estafado, e, em muitos casos, mutilante. Com isto, aprendem uma nova função laboral. Aprendem olhando e fazendo; fazendo e re-fazendo o alimentar das pica-paus e/ou serras fitas com os olhos voltados à crescente fila por novas vagas. (SOUZA, 2001; Relatório - CNPQ, 2005).

64 A Via Campesina, no Brasil, é uma organização coletiva integrada por diferentes movimentos sociais populares do campo, tais como: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Pastoral da Juventude Rural (PJR), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 1).

Nesse contexto, acessam a escola, ainda crianças, ou quando, de jovens e adultos, vencem o insistente sono devido à rotina laboral iniciada nas madrugadas. No entanto, esta pouco ensina sobre a relação homem-natureza-homem, seja na perspectiva do mundo do trabalho, seja na atenção à sustentabilidade ambiental. Sendo assim, a escola, e consequentemente seu currículo, contribui à manutenção das relações de produção presentes no paradigma econômico vigente onde a vida vincula-se de sobremaneira à possibilidades de lucratividade, sejam elas vidas humanas e/ou não-humanas e a invisibilidade da floresta amazônica para seus próprios habitantes migrantes, nesta dinâmica é algo que chama atenção, inclusive, quando analisamos escrituras produzidas nas próprias agências de produção científica: as universidades (SOUZA, 2001).

Numa outra perspectiva, paradoxalmente, as parcas manifestações, individualizadas ou coletivas, a favor da floresta, da biodiversidade, partiram quase sempre dos setores educacionais que, principalmente no período da seca, quando densas camadas de fumaça provocavam doenças contra isto organizaram estudos, passeatas, cartazes, como forma de protesto. Contudo, passado o período, logo nas primeiras chuvas de outubro, as manifestações pareciam escavar com as cinzas na enxurrada que elevam as águas do veloz Teles Pires!

Na chegada do milênio já, transparecia ao lado do esgotamento natural da floresta, o movimento forte da agro-indústria, também influenciada pela elevação das *commodities* e pelos incentivos da política agro-exportadora do governo federal. Com isto os trabalhadores rurais, pequenos ex-proprietários rurais, com estágio em garimpos, alçados à condição de operários, vêem dia a dia reduzir os postos de trabalho na indústria extrativista da madeira. (PICOLI, 2006; PIGNATI, 2005; SOUZA, 1999; SOUZA, 2001). Em suma, passadas apenas três décadas do início da colonização, a região chegara à escassez florestal e havia uma leva de trabalhadores *braçais*, alguns já envelhecidos, com um patrimônio de experiência laborais sem aplicabilidade no mundo do trabalho. Neste sentido, o artigo publicado numa revista especializada, do setor madeireiro, "Sinop: uma cidade de futuro" tangencia a gravidade do momento:

> Depois de demitir mais de *10 mil trabalhadores* em dois anos e meio, a indústria florestal volta a contratar. Hoje, de acordo com o Sindicato do Trabalho da Construção Civil (SITICOM), são cerca de 2,5 mil empregos gerados entre as 240 madeireiras cadastradas no Sindicato das Indústrias Madeireiras de Norte de Mato Grosso (SINDUSMAD). Este dado é muito importante, considerando que Sinop exporta 46% de toda a sua produção madeireira e é responsável por quase 20% do volume da madeira comercializada em todo o Estado de Mato Grosso. (2007, p. 1). [grifo nosso]

Para onde foram os sete mil e quinhentos trabalhadores? Como sobreviveram? O que pensam desse esgotamento da atividade madeireira? Isto tudo acontecia localmente e, compondo as tramas da existência a nível, mundial, fez acirrar os conflitos ambientais. Os "olhos externos" estavam sobre nós "Amazônia"! Saltamos da periferia ao centro dos debates dos quais não participávamos como sujeito social. Mesmo assim, o discurso das elites dirigentes mantinha uma defensiva conveniente conforme expõe o editorial de um periódico do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso (SINDUSMAD):

> A indústria madeireira tem sido, há muito, a grande vilã da Floresta Amazônica. A opinião pública mundial vem sendo continuamente alimentada com informações, tanto falsas quanto distorcidas da realidade. Exploram boa fé, boas intenções e falta de conhecimento. Criam e propagam tragédias, propositadamente dramatizadas, para induzi-la e conduzi-la a reações emocionais. Mas a união do setor desta região que tem holofotes mundiais voltados a ela, não deixa o progresso parar e, cada vez mais, vamos nos unir e envidar esforços para a "**sustentabilidade**". (FALCHETTI, 2010, p. 162) [Grifo da autora].

É fato que ainda hoje, 2014, é possível observar mil malabarismos feitos para fugir desse trapézio cujo picadeiro (em forma de cadafalso, talvez?!) fomos historicamente postos sem nenhum ensaio. Exceto algumas ações de Movimentos Sociais Populares, Organizações não Governamentais (ONGs), Grupos de Pesquisas, Populações Indígenas ou campanhas religiosas[65], nenhum debate, nenhuma política pública obteve êxito educativo no sentido de uma democrática e efetiva participação popular para sustentabilidade ecológico. O discurso que se ouvia por parte dos mandatários regionais – capitalistas políticos, intelectuais articuladores do pensamento hegemônico – soprava sempre contra as iniciativas de aprofundamento de análises socioambientais, que pudessem destrinchar o problema e apresentá-lo mais próximo da realidade concreta. Isto, ideologicamente, penetrou tanto nos muros escolares, quanto na ainda incipiente produção acadêmica.

Portanto, no caso da região de Sinop, a tessitura com que se deu o processo de colonização contribuiu na legitimação da forma hegemônica de pensar as questões socioambientais como ameaças (sic!) ao pujante desenvolvimento econômico do qual a grande maioria se orgulha. Em minha dissertação de mestrado aprofundei a questão sobre a similaridade organizacional da indústria extrativa da madeira e a escola, da qual cito algumas linhas:

---

65 As Campanhas da Fraternidade, realizadas anualmente, consistem em um espaço formativo no qual a Igreja Católica faz chegar aos seus fiéis debates sociais vigentes Sobre a questão ambiental foram realizadas as seguintes campanhas: 1979, Por um mundo mais humano/ Preserve o que é de todos; 1984, Fraternidade e Vida. Para que todos tenham vida; 2002, Fraternidade e Povos Indígenas; 2004, Fraternidade e Água; 2007, Fraternidade e Amazônia, e; 2011, Fraternidade e a Vida no Planeta. Mais informações: Disponível em: http://www.cf.org.br/temas2.php. Acesso em: 25-01-2012.

> Em Sinop, na sua recém origem, quando se estuda o momento da implantação do município como também no desenvolvimento da atividade industrial madeireira, *pôde-se verificar que a produção é muito presente na educação*. Inicialmente, essa *presença* ocorreu através da colonizadora que arregimentou professores e manteve as escolas e, posteriormente, através do estreito vínculo entre este setor e as primeiras escolas/professores instaladas na área madeireira. Atualmente [2001], até pelos motivos já tratados neste trabalho, a produção madeireira de tão predominante que é naquela região, *pode-se afirmar que Sinop possui um modo de vida orientado por essa modalidade produtiva*. (SOUZA, 2001, p. 103) [Grifo da autora].

Esse modo de vida orientado pela atividade produtiva madeira ampliou visivelmente o conflito, principalmente, com as forças externas porque, se para as elites regionais o extrativismo da madeira significava o aumento financeira dos empresários do setor, pretensos "*guardiões*"[66] da floresta a ser explorada, para os trabalhadores significava posto de emprego, então,naquela conjuntiva, somente para "os de fora", para o movimento ambientalista – popular ou não – "modo madeireiro" de ser era tido como devastador e predatório, como algo a ser combatido com veemência.

Assim em meio a este conflito velado, a exuberante floresta amazônica definhou dia após dia sob os olhos ardentes, pela fumaça das intensas queimadas, mas sempre complacentes da população regional. Dada a sazonalidade desse setor, esperava-se a "época da seca" para aquecer a economia com a abertura/reabertura de postos de trabalho nas madeireiras, o que era muito bom para todos e ótimo para os capitalistas que difundiam, até a saturação, a ideologia de que não haveria progresso sem o extrativismo florestal: a morte da selva era necessária à "boa vida" do homem!

A velocidade com que a "morte da selva" se materializou tornou-se pública em agosto de 2004 quando foram publicados os dados desta devastação 26.140 quilômetros quadrados devastados em apenas um ano! A divulgação destes índices provocou comoção nacional e internacional tamanha que, em resposta, o governo federal divulgou a existência da Operação Curupira uma operação de investigação que, desde 2003, vinha analisando as inúmeras atividades fraudulentas entre alguns órgãos e parte do empresariado da indústria extrativa florestal: sem solucionar o problema. Denise Moura, em sua dissertação de mestrado *Mídia e corrupção: a Operação Curupira na Amazônia* detalha que esse que foi o grande marco para repensar, pessoal e coletivamente, sobre a necessária mudança dos paradigmas de desenvolvimento econômico regional sobre esta *Operação* ela assim escreve (2006, p. 6):

66 *A Saga dos Guardiões da Floresta: uma viagem emocionante a Historia do setor de base florestal de Mato Grosso.* Foi financiado pelo SINDUSMAD como uma resposta positiva do setor às constante críticas ao modelo altamente predatório.

> A Curupira foi a primeira grande operação policial de investigação de crimes ambientais da Amazônia. Desvendou o envolvimento de dezenas de funcionários públicos do Ibama e da Fema (Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso), assim como de despachantes e empresários em atividades ilícitas. Eles formavam quadrilhas que atuavam desde a década de 90 e praticavam vários tipos de fraudes, entre as quais, emitir e comercializar guias falsas de ATPFs (Autorização de Transporte de Produtos Florestais), documento exigido para transportar madeira. O cadastro irregular de empresas reflorestadoras e madeireiras-fantasmas era outra modalidade da corrupção generalizada. Foram descobertas mais de 400 nessa situação.

A grandeza desse fato foi sentida na região. Ao acordar no dia 5 de julho de 2005 sob o alarido de helicópteros e "falatório" na mídia local e estadual, por conta da representação político-social da lista dos cento e cinqüenta mandados de prisão, foi uma revolução. "Esse negócio de desmatamento dá cadeia mesmo!". Todavia, muitas outras "operações" foram realizadas desde então, sem que essa atividade criminosa aparente sinais de que cessará.

Além das grandes operações, cotidianamente, os jornais da região estampam inúmeras notícias sobre esta contravenção e, ao lado disto, há permanente denúncia dos Movimentos Sociais Populares e Ambientalistas sobre a depredação do bioma amazônico[67]. Este tem de ser um *diálogo ininterrupto* [humanidade-natureza] *se não quiser morrer*, como sugere com Marx nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (2007). Entretanto, a realidade que já estava posta desde o início da década com a escassez da matéria-prima, exigia por parte do governo e do próprio empresariado um maior controle dos recursos existentes. Essa escassez eleva a concorrência no mercado, juntamente com a situação de desempregabilidade dos trabalhadores no setor, e também, o aprofundamento dos debates sobre as questões ambientais de forma globalizada. Isto, em conjunto, escancarou para a própria população o modo de vida divorciado do bioma amazônico.

Nos trinta anos em que foi se construindo e se consolidando a hegemonia do esforço no trabalho coletivo para "desbravar a selva", uma ideologia que transpassa até mesmo os contextos e textos escolares como dissemos, ali "na" Curupira pôde-se ver a possibilidade da contra-hegemonia, no sentido gramsciano, se efetivar o novo nascendo a partir do velho. Uma nova forma de pensar a produção da vida transcendente à perspectiva antropocêntrica de então, mesmo como um vislumbre, se tornara presente. Entretanto, a continuidade da devastação revela que, após anos ainda nós fomos atraídos para dentro da floresta para nela nos perdermos nela, como diz a lenda Curupira, nos vemos perdidos, sem ela em nós mesmos. A propósito, vale ressaltar a previsão legal que, através da Medida Provisória 151168,

67 Como exemplo desse cotidiano ver: http://www.gta.org.br/noticias/policia-prende-suspeitos-de-extracao-ilegal-em-mt-e-trator-e-apreendido. Acesso em: 29-02-2012.
68 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1511.htm. Acesso em 10-02-2012.

reeditada em 2001 sob o número 2166[69], a área de reserva legal para a pequena propriedade ou posse rural passou dos 50% previstos na Lei 4771/1965, para 80%.

> Art. 16: As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo: (...) I - oitenta por cento, *na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal* [...].

Entretanto, a forma como foram dispostas tais mudanças, sem o devido debate democrático, constituiu apenas num subterfúgio governamental às pressões mundiais. A negatividade da floresta tornou-se fala comum, inclusive junto às populações trabalhadores do campo. A floresta-selva dantes fonte de matéria prima para o trabalho, agora, tanara-se um sério empecilho aos olhos dos camponeses.

No que diz respeito à defesa da floresta, especificamente, mesmo que parcas, todas as tentativas, ensaios, preservacionistas lançados pelas agências estatais ou organizações não-governamentais, tiveram até agora pouco êxito, antes até, foram combatidas com veemência por vários habitantes da região: tanto os donos do capital, quanto muitos dos trabalhadores. A *selva* ainda seguiria em ritmo de desbravamento mesmo que reduzida a pó de cinzas, sem que nenhuma manifestação pública, de menor fôlego que fosse, se apresentasse em sua solidariedade. Exemplo disto é a catastrófica queimada ocorrida em 2010, em todo Estado de Mato Grosso (PRATES, 2008; *Globo Rural*, 2010) sem nenhuma contestação marcante. É como se o fogo das queimadas, o corte raso, a degradação, fossem parte entranhada no modo de viver da população desta região, que *aprendeu*, nestes quarenta anos, uma lição estranha: viver alienada à biodiversidade; a temer a *urihi* e a sorrir diante da higienização florestal, da terra limpa.

Esta força e/ou desbravamento se comprova na exposição dos índices do desmatamento de 2013, no país onde, mesmo com alguma redução, o estado de Mato Grosso mantém preocupante (e vergonhosa) dianteira. Como se verifica, a partir dos dados do MMA (2013, s/p)[70]:

> O Brasil registrou a segunda menor taxa de desmatamento na Amazônia Legal desde o início do monitoramento, em 1988. Entre agosto de 2012 e julho deste ano, foram desmatados 5.843 km2 do bioma, conforme as medições das imagens do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélites (Prodes), do

69 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2166-67.htm. Acesso em 10-02-2012.
70 Cf. TOLENTINO, Lucas; CONSTÂNCIO, Paulenir. **Desmatamento na Amazônia é o segundo menor da história.** http://www.mma.gov.br/informma/item/9796-desmatamento-na-amaz%C3%B4nia-%C3%A9-o-segundo-menor-da-s%C3%A9rie-hist%C3%B3rica. Acesso em 02-01-2014.

> Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). *Por conta de casos isolados em Estados como Pará, Mato Grosso* e Maranhão, os números representam um aumento de 28% em relação ao mesmo período do ano passado, [...]. *O Mato Grosso está no topo do ranking dos nove Estados que compõem a Amazônia brasileira*. Foram 1.149 km2 desmatados entre agosto de 2012 e julho deste ano [...]. [grifo nosso]

Para a região em estudo esta situação é mais grave ainda porque, dos 1.149 km², 80% ocorreu em vinte e seis municípios, todos localizados na Região Norte (FERREIRA et. al, 2013, p. 1) Cláudia, município foi detectado 19 km² de desmatamento. Com isto, considerando que a média de 2008/09 a 2010/11 fora de 13 km², Cláudia não atingiu a redução de 40%, meta necessária segundo critérios do Ministério do Meio Ambiente (MMA)[71] para sair da lista dos municípios que mais desmataram na Amazônia.

Nas reflexões que seguem, aprofundo a leitura das condicionantes histórico-sociais que determinaram esta realidade, para assim, continuar lavrando as origens da força do modo de pensar *desbravacionista* que baliza os sentidos organizadores do modo de vida na região de Cláudia.

3.3 – CLÁUDIA: "A TERRA DAS CASTANHEIRAS"?

Ilustração nº 6: Cidade de Cláudia: 1978 (direita) e 2011 (esquerda).
Fonte: Colonizadora Sinop, 2012

O Município de Cláudia, parte constitutiva do modo de expansão da fronteira agrícola, foi projetado para ser um dos espaços consagrados como bairro e, assim, dar-receber suporte à cidade mãe, pólo da Gleba Celeste, de Sinop. O modelo de sua implantação seguiu as mesmas

71 Cf. Portaria MMA/nº 411 de outubro de 2013.

características do projeto mãe72: uma pequena área de corte raso em meio à floresta (latitude 11º30'54", sul e a longitude 54º53'27", oeste) a 578 km de Cuiabá, comumente denominada de clareira; estradas/ruas de chão batido informando as linhas que recortavam aquela mercadoria – urihi (terra/floresta) – a ser comercializada interligando esta, como uma rede, a outros espaços também expostos na vitrine comercial que movimentar a expansão da fronteira agrícola. A tudo isso, se somar a imagem de pessoas realizando todo tipo de ação próximo à manta florestal em transformação no empenho para se consolidar o Eldorado tão almejado73.

A partir de 1988, o município foi emancipado (Lei n. 5319) e, segundo o IBGE, no Censo de 2010, foi prevista uma população de 11.028 habitantes e uma área de 3.849.991 km² (há uma diferença nos dados apresentados na página oficial da Prefeitura, que apresenta 3.820,95 km²). Quanto à condição básica para a atividade agrícola, seu solo é classificado como latossolo vermelho amarelo, cujas "principais limitações são a acidez elevada e a fertilidade química baixa. Requerem um manejo adequado com correção da acidez, adubação fertilizante e controle de erosão" (SANTOS, 2006, p. 3).

A relação do gênero humano com a natureza interna às divisas municipais seguiram o modelo implementado sob a orientação da empresa comercializadora/colonizadora, mesmo após as emancipações municipais. Dessa forma, a natureza presente em Cláudia foi impactada inicialmente pelos projetos de agropecuária, e posteriormente, de forma bastante intensa, pelo setor da indústria madeireira. A abundância de produtos madeiráveis era tanta que, como ocorria em Sinop, durante os desfiles escolares do município sempre havia algum carro "alegórico" carregando um grande pedaço de árvore, como mostra a foto a seguir.

72 Esta relação de maternagem ainda hoje consta nos textos oficiais: "Até alcançar a sua emancipação político-administrativa, o município de Cláudia era administrado por uma subprefeitura vinculada ao município mãe (Sinop)" (IBGE, 2013).

73 Na ferramenta Cidades do IBGE, o item Histórico do município de Cláudia traz informações mais detalhadas dessa circunscrição imobiliária. Disponível em: http://cod.ibge.gov.br/13JP. Acesso em 25-11-2013

Ilustração nº 7: Desfile de Árvores Mortes e Humanos Vivos, Cláudia e Sinop, década de setenta.

A compreensão deste replicar-ampliado de como se deu o metabolismo social do capital na "nova" fronteira agrícola não é de simples exercício. O lugar era inóspito para os migrantes que "no início, vieram com o único objetivo de trabalhar a terra, mas tiveram de repensar suas metas pela necessidade imediata de outras atividades econômicas próprias do lugar" (TOMÉ, 2009, p. 30). A costumeira divisão do trabalho nas áreas ruralizadas embrenhou-se com as famílias na área. Às mulheres coube mais as tarefas relacionadas ao cuidado – da casa, da educação, das atividades religiosas. Aos homens, primeiramente, a "abertura das terras" que consistia na transformação da floresta em espaços para roças e pastagens.

Para isto, *picavam* o entorno da área para o balizamento dos limites e iniciavam o desmate orientados por três modalidades principais: o *corte raso tradicional* com uso de foices, machados e motosserras, mais comuns aos pequenos agricultores/camponeses; *o corte raso* com maquinaria pesada – tratores e correntões, utilizados mais pelos grandes proprietários, e a *degradação florestal progressiva*, modelo que transpareceu de forma mais intensa na região, após a repressão aos crimes ambientais. Esta modalidade é, mormente, detectada em latifúndios, entretanto, durante o Tempo de Convivência (TC) desta pesquisa foi possível constatar a prática de tal modalidade por alguns assentados cujos lotes delimitam-se com áreas destinadas à Área de Preservação Permanente (APP) e ou à Reserva Legal (RL)[74].

74 A área que da qual trato situa-se na parte do assentamento compreendida como "área da CPT". É uma parte da RL nas margens da BR-163. Naquela rodovia circulam quase que diariamente agentes dos órgãos responsáveis em coibir tal predação criminosa – INCRA, IBAMA, SEMA, PF – sem que, aparentemente, nenhuma ação fora encaminhada. A impressão que se tem é que há "vistas grossas", pois até cercas nas pastagens onde se deveria ter floresta foram feitas neste ano. Há uma esperança velada por parte dos desmatadores – do latifúndio e da Reforma Agrária – de que com o advento e regulamentação do novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) tal prática deixará de ser considera crime devido a grande redução que as áreas de preservação sofreram nos ditames daquela lei.

No caso da modalidade *corte raso tradicional*, com as foices que desobstruem os caminhos e as amarrações naturais das árvores maiores que compõem a manta florestal, os agricultores chamam esta atividade de "roçar o mato". Depois dessa roçada inicial, quando os cipós os arbustos menores estão murchos, vem a parte mais complexa e perigosa do trabalho, o corte das grandes árvores. É um trabalho que exige alguma qualificação. Muitos são os trabalhadores que sofreram acidentes nesta fase do desmate e há muitas histórias tristes de familiares que perderam parentes prensados sob os troncos, na floresta por "um erro de cálculo". Na modalidade sob a denominação de *corte raso*, o desmate que utiliza maquinaria pesada – tratores de esteira e correntões – é mais utilizada pelos proprietários de grandes áreas, pois com a maquinaria, mesmo aumentando a produtividade[75] é bastante cara. Sua prática consiste em atracar (*pinar)* um correntão de 100 metros com, aproximadamente meia tonelada, em dois tratores de esteira que vão paralelamente puxando o correntão sobre as arvores.

E, ainda, a modalidade de desmatamento através da *degradação progressiva* que, consiste numa ação de queimadas florestais criminosas para posterior semeadura de capim sob as árvores mortas, ou não, pelo fogo. Esta é uma prática que visa à burla dos sensores dos satélites das agências de fiscalização, considerando que as imagens de detecção do desmatamento com algumas copas de arvores mantendo-se vivos não ficam nítidas e, por isso, não chamam muito a atenção[76]. Debaixo das árvores, na "terra nova", o capim cresce com muito viço servindo para a pecuária e, também, como matéria orgânica às futuras queimadas até que poucos troncos pairem sobre o solo. Isto feito, a "terra limpa" inicia-se seu preparo para o plantio da soja[77] e outras cultivares correlatas ao modelo do agronegócio na região[78].

---

75 Obviamente, a tendência é supor que, com isto, também ocorria a redução do trabalho estafante e a conseqüente melhoria na condição vida dos trabalhadores. No entanto, o fato de mudar a base técnica do processo produtivo, ou seu conteúdo, não significa determinação *ipso facto* à mudança na relação social que comanda a organização do trabalho. Sendo assim, como entender a *liberação de tempo livre para as atividades criativas inscritas no mundo da liberdade humana* (FRIGOTTO, 1991, p. 134)? Foi quase inexistente, pois até a escola tornou-se fruto de conquista. Até hoje quem deseja a continuidade da escolarização além do ensino médio precisa buscar outras cidades.

76 Para maior estudo consultar a página do DETER (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real): http://www.obt.inpe.br/deter/. Acesso em: 04-02-2013.

77 Marilia L. Peluso de Oliveira em seu texto *Projeto de Colonização Particular da Gleba Celeste na Fronteira Agrícola* que analisa a formação da produtiva daquele projeto, informa: "A soja era, em 1984, o produto que mais esperanças despertavam. O sucesso de lavoura em municípios vizinhos, a alta taxa de mecanização e os terrenos planos indicavam a soja como muito promissora. Em 1983, esse cultivo ocupava 3.800 ha e estimava-se, para 1984, cerca de 5.000 ha. A soja apresenta a vantagem de permitir urna **inserção garantida da colônia na divisão internacional do trabalho**, ao contrario dos outros produtos." [grifo nosso] (1988, p. 28) https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12700/11872. Acesso em 22-11-2013.

78 Recentemente (agosto de 2013), o Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), publicou um relatório de estudos sobre a produção e comercialização da soja na região norte mato-grossense. Um de seus subtítulos menciona o "espírito" desse sentimento de conquista sobre a floresta e da ideologia da prosperidade desbravante: *'Os desbravadores' e 'os preguiçosos', ou 'os gaúchos' e 'os outros'*.

Os trabalhadores nesta lida recebiam a denominação de peões ou mateiros[79] e, muitas vezes, eram integrantes da própria família, noutras, contratados por proprietários da área em desmate, todavia, sempre de origem camponesa. Cotidianamente, quando a área trabalhada ficava perto da sede "Gleba Celeste – 5ª parte", retornavam para seus lares todos os dias, mas, quando longe, montavam precários barracos no meio da floresta e lá ficavam por vários dias sob condições muito precárias[80] (dormiam em redes ou tarimbas e utilizando água de córregos, na maioria das vezes, a alimentação era preparada por um homem chamado de "Cuca" e as roupas sujas comumente levavam para serem lavadas na *sede*[81]).

Geralmente, as famílias só iam para os lotes – chácaras (1.014) e sítios – quando já havia ao menos uma clareira iniciada ou nos casos das grandes áreas, a retirada das toras para a indústria madeireira que se desenvolveu concomitante ao desmatamento. Fora disto, raramente as mulheres e crianças acompanhavam seus maridos/pais floresta adentro, pois era, e ainda hoje é um serviço considerado pesado, um "serviços de homem".

Sobre este recorte de gênero na atividade "mateiro", pelo fim a que se destina este trabalho, não será possível aprofundar neste momento, apenas faço o registro porque será relevante para as reflexões sobre a educação para "florestação" das populações campesinas, que serão tratadas mais adiante. Vale o registro de que, é incomum a menção formal ou informal à existência de mulheres nesta atividade como um todo: roçada dos cipós/arbustos e derrubada das árvores. As poucas vezes em que elas "aparecem" é na atividade roçada, quando falam de algumas visitas aos locais do desmate ou quando as famílias inteiras eram contratadas, para realizar o desmate ou a extração das toras. O recorte laboral de gênero

---

(THUSWAHL, in SCHLESINGER, 2013, p.14). disponivel: http://www.formad.org.br/wp-content/uploads/2013/06/LIVRO_dois_casos_serios_agrocombustiveis_FORMAD.pdf. Acesso em: 20-11-2013.

79 Carneiro (2009, p. 62) através do estudo *A Flora no Centro Oeste do Brasil: um estudo de caso com abordagem Etnobotânica em Campo Limpo de Goiás* traz uma denominação diferente para essa atividade laboral, mas mais comum às demais regiões do País: "Mateiro: o que recolhe ervas ou comerciante de ervas medicinais, geralmente encontrado em feiras livres.

82 Naquela época o trabalho familiar e empresarial nesta atividade era quase imperceptível quando se observa a partir das condições de trabalho. Considerando que os "sitiantes" (como os camponeses eram, e ainda são chamados) mais empobrecidos adquiriram seus lotes através de endividamento com a empresa SINOP S/A (50% de entrada e o restante após dois anos) sem nenhuma forma de financiamento. Por isso, não foram poucos aqueles que fizeram do desmate junto com seus familiares – homens, principalmente uma experiência de apreender o trabalho de desmate. Valendo-se nas "glebas". deste *costume* os grandes grupos extrativistas e agropecuários juntaram-se ao formato e tratavam seus trabalhadores da mesma forma oferecendo-lhes as mesmas condições. Após quarenta anos, ainda é bastante comum os noticiários denunciando essa prática, atualmente entendida como trabalho análogo ao trabalho escravo, a exemplo do ocorrido na Fazenda Paineira, em Juara, propriedade da família que há décadas comanda a Assembléia Legislativa do Estado (http://reporterbrasil.org.br/2010/07/sete-pessoas-sao-libertadas-de-area-de-esposa-de-deputado/ e http://reporterbrasil.org.br/listasuja/resultado.php. Acesso em: 09-11-2013).

81 Este termo se faz presente nos diversos documentos históricos, não somente na área comercializada pela SINOP S/A, mas foi amplamente utilizado em toda região. Sempre designa o local do aglomerado das casas no início da construção das cidades. Remete à *sede* de latifúndios ainda hoje em voga.

tornar-se um costume. Os homens – velhos ou jovens – trabalharem "no mato". Quando na região se diz "trabalhar no mato" já está subentendido a especificidade do trabalho: extração, seja de árvores inteiras ou de parte delas (lascas para cercas, lenha para uso doméstico ou desmate) sempre feita por homens[82].

Em resumo, o processo de desmate que se consolidou na Amazônia mato-grossense, em especial Cláudia, e o aprender/conhecer que se depreenderam dele, naquele momento desbravador, excluiu as mulheres da entrada direta na floresta. Em que se pese a forma predatória, o desmate implicava o desenvolvimento de várias habilidades – controle emocional diante dos dias e noites completamente isolados em meio à floresta inteiramente desconhecida e entendida como selva perigosa; orientação geográfica; leitura de mapas; análise de perspectiva e exercício de probabilidade para saber, por exemplo, o lado da queda de uma árvore; conhecimento, mesmo que rudimentar, da fauna e flora; saber as características dos produtos madeiráveis, isto é, as qualidades para uma árvore ser considerada vendável; habilidades de operação e mecânica dos equipamentos do setor florestal, desde a motosserra ao trator de esteira ou skidder[83] que ampliou o leque de saberes necessários à vida no campo ,mas, frisando com baixa participação laboral das mulheres. Diante disto, as mulheres continuaram executando tarefas historicamente demarcadas na divisão social/sexual do trabalho: as lidas do lar ou em setores afins: educação, saúde; pequenas plantações e criação de pequenos animais.

Do desmate, "serviço de homem", à tentativa de arrancar do solo amazônico as condições de reproduzir a si e aos seus, os migrantes arregimentados para viver em Cláudia seguiram passos muito parecidos com o que ocorrera nas outras "partes" do Projeto Gleba Celeste: plantio de lavouras permanentes (café, seringueira, pimenta-do-reino, guaraná) ou temporárias (arroz, soja, mandioca); *semi*-desistência da vida no campo/floresta; transição ao operariado da indústria madeireira; desemprego; polivalência de trabalho em Cláudia ou região, a saber: construção civil, serviço público, hortas rurais e urbanas, formação de pequenas cooperativas, organização de acampamentos para luta da Reforma Agrária, sendo as três últimas atividades ensaios da *recampenização* que vem se consolidando.

82 Durante o TC no assentamento 12 de outubro foi corriqueira a menção à tarefa de retirar lenha (destaque para o guarantã - *Esenbeckia leiocarpa* - espécie que produz madeira dura de alta qualidade, possui caule tortuoso muito utilizada para o artesanato e cocção da casca é utilizado para tratamento da malária) ou lascas (de itaúba, principalmente) na área de RL. É uma atividade realizada por assentados já conhecidos por esta habilidade que são contratados por outros assentados que lhes pagam pelo trabalho.

83 - Uma espécie de trator com lâmina, garra e guincho hidráulico utilizado para retirada das árvores da floresta até as esplanadas que constituem numa espécie de depósitos onde se amontoavam a toras a céu aberto para posterior transporte até as madeireiras/serrarias.

Independente de estar *dentro* da floresta, direta ou indiretamente, tanto como patrimônio natural, quanto cultural, pouco restou dessa convivência. De cerca alta, triunfante à luz do sol, a *selva* passou a ser prisioneira pressionada nos pequenos nacos das Áreas de Preservação Permanente (APPs), ou sobrevivente de inúmeros ataques – incêndios, depósito de toda espécie de lixo urbano, poluição sonora, corte ilegal nos fragmentos de florestas urbanas. O mapa abaixo põe diante dos olhos o retrato desse enfrentamento estranhado entre o gênero humano/corpo orgânico e sua vida mesma natural/inorgânica na mediação/interação do capital.

A estampa da inclusão do município de Cláudia do Município de Claudia na *Lista de Municípios Prioritários da Amazônia*, criada com base no Decreto n. 6321 de 21-12-2007, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que:

> [...] estabeleceu uma série de ações de forma a prevenir, monitorar e controlar o desmatamento ilegal no bioma Amazônia. [...] Uma vez integrante da lista, o município é acompanhado e recebe apoio do governo federal na implementação de ações que visem diminuir as taxas de desmatamento, buscando também *a transição para uma economia de base sustentável.* (MMA, 2013)[84]. [grifo nosso].

Embora a Portaria 175/2011 trate do período anterior a 2011, até início de dezembro de 2013 o município de Cláudia permanecia na referida *Lista*, num sinal de que as taxas de desmatamento continuam além dos patamares aceitos pela legislação vigente. Através do Ilustração n. 7 também é possível constatar que o avanço do desmatamento dá-se de maneira ampla, de leste a oeste do país, numa demonstração da extensão do problema que exige medidas/políticas nacionais e de emergências.

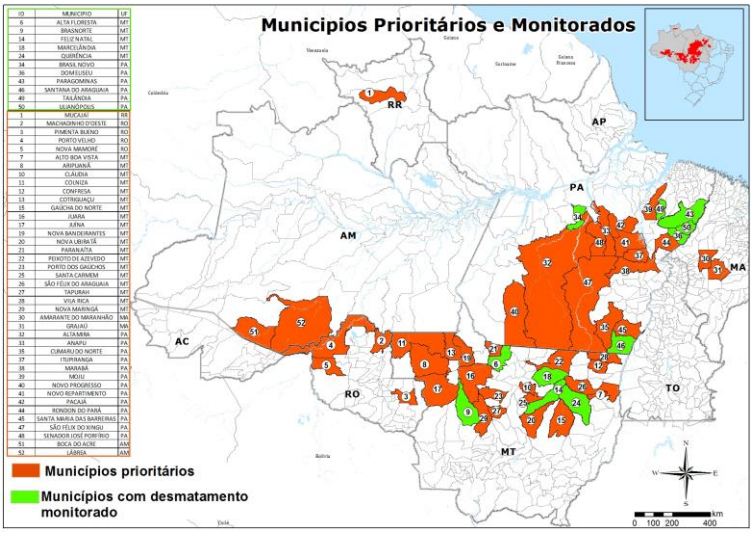

Ilustração nº 8: Municípios Prioritários Monitorados
Fonte: MMA Florestas - 2013

84 Portaria 175, de 24 de maio de 2011, **Lista de Municípios Prioritários. D**isponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/lista_prioritarios_doc14_10_2013.pdf. Acesso em 15-09-2013.

Porém formas radicais para mudanças de comportamento, como o processo formativo são incipientes e até malquistos. De certa forma, embora precariamente, o combate a esta pratica vem sendo implementado. Contudo, o que mais se destaca são as operações repressivas – Operação Arco Verde, por exemplo – que recebem grande cobertura da mídia regional.

A principal *arma* utilizada para o domínio total da área – selva amazônica – em sua agonia destaca-se o fogo. Agindo na mesma sintonia do desmatamento, as queimadas/incêndios[85], como já foi dito, podem iniciar ou liquidar o processo de *limpeza da terra*.

Não é uma tarefa fácil, mas existe algo como um torpor na região o qual acomete a maioria da população. Basta findar o *inverno* – meses de abril/maio – e tudo, há décadas, se repete. São queima de folhas nos quintais centrais das cidades; nos terrenos baldios mais periféricos; nas margens das estradas, *como um preventivo* para que não haja incêndio das pastagens, mas sem que nesses quarenta anos tenha ocorrido o interstício de um ano sequer, em que tenha passado o período da seca sem grandes queimadas. Os investimentos[86] para seu combate tem sido de pouco valia para solução do problema. Só em Mato Grosso o acréscimo de focos de calor, num comparativo entre 2011 e 2012, foi de 109, 65%. Cláudia, tanto em 2011, quanto em 2012, se consagrou entre os dez municípios com maior incidência de focos de calor (PLANO INTEGRADO, 2013, p. 14).

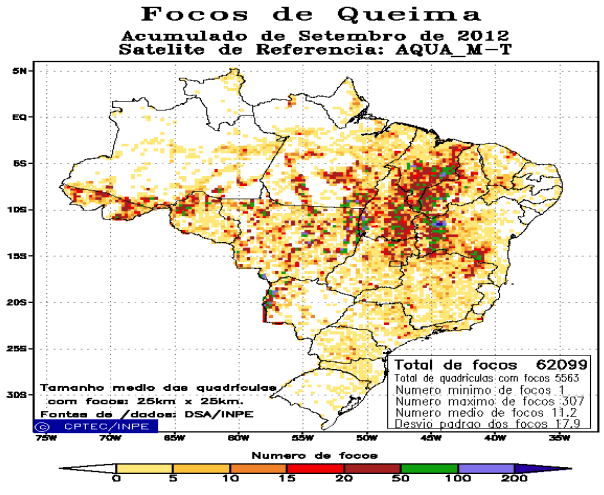

Ilustração nº. 9: Focos de Queima, 2013. Fonte: CPTE/INPE

85 A SEMA, é órgão estadual responsável pelo monitoramento dos *focos de calor* e distingue queimada de incêndio florestal. Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/index.php?searchword=Plano&ordering=&searchphrase=all&Itemid=180&option=com_search. Acesso em: 02-12-2013.

86 De acordo com o Plano Integrado de Prevenção as Queimadas e Incêndios Florestais, do Comitê Estadual de Gestão do Fogo/SEMA-MT, o total de investimentos previstos para sua execução em 2013 foi de R$ 11.894.678,00 (p. 64).

Como se vêm este mapa é a visão da *autodestrutividade* com a qual convivemos planetariamente. No caso regional, devido às chuvas torrenciais de novembro a março, a queima se concentra de junho a setembro, que é quando a biomassa está bem seca. À queima soma-se a baixa umidade do ar que acomete o centro-oeste nos meses do meio do ano e o aumento da intensidade dos ventos, uma mistura perfeita para ocorrência dos incontroláveis incêndios florestais. Analogicamente, agosto/setembro é o período da ressurreição do inferno amazônico! Todavia, apesar do sofrimento ser coletivizado – pelo ar carregado de fumaça/poeira, pela se saúde que debilita – na vida/produção do campo a que mais padece é a campesina, pois são os pequenos proprietários rurais, os extrativistas, os pescadores, os assentados, os apicultores, enfim, o campesinato, que ainda convive com o que *inflama* junto ao fogo pomares arvoredo[87], APPs, SAFs, roças diversificadas, criação de pequenos animais, fragmentos de florestas etc. Esta realidade transparece na matéria veiculada pela mídia estadual, ainda no início de 2013, logo no final do *inverno amazônico,* o que é mais grave. Assim, o título "Mato Grosso é líder em queimadas nos quatro primeiros meses" noticia o óbvio, só há queima onde há material combustível: "Em Mato Grosso, serão instaladas 8 brigadas de incêndio, sendo 5 em assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e 3 em terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai)". (SONOTICIAS, 28-04-2013).

É fato que, com a queima, o agronegócio, relativamente, não tem a mesma carga de prejuízos que atinge a agricultura camponesa. Seu *modus operandi* de lavoura processa o isolamento do *combustível* o que, também promove a *desertificação*: grandes áreas de terra ardendo ao sol; pistas perfeitas aos redemoinhos que se elevam aos borbotões; nenhuma árvore ou bicho carecendo abrigo; e as casas junto aos silos, bem distantes. Quando ainda mantém alguma área de Reserva Legal ela está bem acerada e, noutros casos, fazem-na área degradada[88]. Como o agronegócio comanda o Estado, as questões ambientais são relegadas ao plano do desprestigio.

Basta pouco tempo de navegação na página da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) para se ter a confirmação disto. Por exemplo, os dados/relatórios estão desatualizados, os mais recentes são de 2009; as *janelas* remetem o navegante às promessas como: "No próximo mês estaremos publicando o relatório completo do desmatamento no

87 Este é um termo utilizado mais pelas populações do extremo sul do país para designar "pomar" este sim, muito presente no vocabulário regional.

88 Os gerentes dessas grandes fazendas contratam até mesmo a força de trabalho que tenta sobreviver em áreas de assentamentos para, na estiagem, enfronhar-se na floresta e passar dias e dias lançando sementes de gramíneas/capim como ocorreu este ano com vários trabalhadores do Assentamento Zumbi dos Palmares a cinqüenta quilômetros de Cláudia (Caderno do Campo, maio/junho de 2013).

Estado até 2009" (Relatórios Anuais de Desmate); também, "Queimadas – Relatórios Diários: *Em construção*" e não se tem notícias de uma formação coletiva às populações rurais.

Nessa página governamental não consta se há em Mato Grosso qualquer atividade que possa ser entendida como pertencente à categoria *Guarda Florestal*. Alguma menção ao que se aproxima dos possíveis cuidadores/defensores da floresta consta no "Anexo" do Plano Integrado, 2013 – itens 9, 15 e 21 das "Ações" – como "brigadas temporárias". Estas brigadas são contratadas somente durante o *período proibitivo de queimadas* (em 2013 decretou-se o período de 15 de julho a 15 de setembro) ou poucos dias além dele. Essas brigadas são formadas, prioritariamente, por homens sem emprego fixo, podendo ser moradores do campo ou da cidade. O treinamento, geralmente, é prestado pelo Corpo de Bombeiros ou PrevFogo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)[89], com duração aproximada de uma semana e prevê capacitá-los para o controle dos focos de incêndios. No caso do município de Cláudia, em 2013, este treinamento ocorreu no início de agosto quando várias áreas florestais já ardiam há vários dias. Ainda refletindo sobre os elementos/formas as relações que tornam concreto o metabolismo social do capital na região, destaco do Plano Integrado as "ações" 1 e 13 que tangem à educação/cultura mais especificamente:

> 1- Promover campanhas educativas e publicitárias visando prevenir, educar e alertar a população sobre os perigos do uso do fogo de forma inadequada e não autorizada pelo órgão ambiental, fomentando a mudança cultural para todos os públicos-alvo (R$500.000,00); 13- Realizar cursos de prevenção e controle do fogo em assentamentos, terras indígenas, agricultores, entornos de UC`s e outros grupos sociais atores do contexto do fogo no Estado de Mato Grosso, principalmente nos municípios com os maiores focos de queimadas conforme histograma de focos de calor fornecidos pelo INPE, através da SMIA/SEMA-MT (R$200.000,00). (PI/2013, ps. 60-61).

Estas propostas/recursos sintetizam o descaso com o qual as elites dirigentes – aqui oriundas da plantation – lidam com a urgente transformação que se faz necessária. A soma dos recursos previstos para superação concreta do estado de brigadistas das cinzas, no qual nos encontramos, significa menos de seis pontos percentuais dos investimentos. Ora! Isto implica a negação até do que no introito do Plano pareceu ser pactuado, considerando que fora prescrito pelos próprios dirigentes:

89 PrevFogo/Incêndios Florestais – Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – foi criado em 1989 e "tem atuado na promoção, apoio, coordenação e execução de atividades educativas, pesquisa, monitoramento, controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais em todo território nacional". Página oficial do PrevFogo/IBAMA. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/prevfogo. Acesso em: 02-09-2013.

> Esta obra do Comitê de Gestão do fogo materializa o esforço de todos para garantir o cumprimento do mandamento disposto no artigo 225, caput, combinado com o seu parágrafo 1º, inciso VII, da Constituição da República Federativa do Brasil, onde se encontra insculpido que "**todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações**. (Op. cit., p. 7) [grifo dos autores].

Este caminho, o do *direito ao Bem-Viver* em equilíbrio com a natureza preservada sob o *dever* do Estado e dos humanos todos, constitui-se na negação da negação das florestas em nossas vidas. Como realizar tamanha mudança – deixar a floresta crescer em nós e nós nela – preparando (mal e mal) as trincheiras contra-fogo (brigadas florestais, aqui; sapadores, em Portugal) sem, da guerra, buscar compreender a pertinência ou os motivos? Por que cessar o fogo aqui para atiçá-lo mais adiante? O fogo é arma e não inimigo, por isso, milhões são gastos para monitorar e controlá-lo, o que é pouco para ser, definitivamente, combatido. Deste ângulo histórico-material, fora dos castigos metafísicos, da maldição do paraíso, olhar o mapa "Focos de queima", portanto, é ver o perfeito equilíbrio com o que está consolidado, a hegemonia do modelo capital traçado, no formato que assume na e para a Região. Na contradição em perfeita sintonia, o *uso e costume histórico* do *desbravamento* da floresta se materializa.

Atualmente, como coisas raras a serem conservadas, como jóias no cofre que, após o polimento, expomos à admiração pública, pouco mais de cem fragmentos de florestas estão guardados para conservação sob responsabilidades dos diversos entes – municipal, estadual e federal – com os mais diversos tamanhos. Ao observar o mapa a seguir – Ilustração n. 10 – é possível constatar a singeleza deste patrimônio para nossa civilização. Comprova-se ai que não é esta a riqueza que se pretende transmitir às gerações futuras[90]. Outra constatação é de que, enfim, o *desbravamento* foi consolidado e, para que não haja sombras de risco, a "selva está posta sob o controle e monitoramento". Nesta imensidão de floresta rara um pontinho pode ser observado mais ao centro do bioma amazônico. É a Unidade de Conservação de Proteção Integral *Parque Florestal de Cláudia*, com uma área de 20,97 ha, criado pela Lei 266/96 de 16-12-1996.

90 Segundo Nascimento e Campos (2011), são apenas oito as unidades de conservação federais em Mato Grosso, mesmo assim, das espécies já cadastras nestas, somam vinte e nove espécies de animais (aves e mamíferos, principalmente) ameaçados de extinção. Curiosamente, conforme depoimentos dos assentados, alguns destes já foram vistos na Reserva Legal, ou nos arrabaldes, do Assentamento 12 de Outubro. A menção mais comum sobre esses "bichos-do-mato" citados é sempre dos *cachorros-gatos-do-mato* que estão sempre; "acabaram com minhas galinhas quando a gente morava perto do mato"; "rondando as casas"; "...e a onça que ele diz que matou era grande e, por pouco, não pulou nele". (Embaúba, Caderno de Campo, 2013).

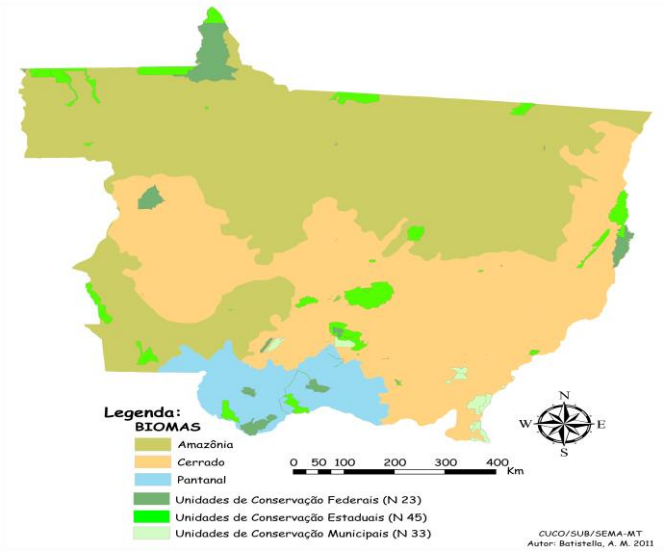

Ilustração nº. 10: Unidades de Conservação em Mato Grosso
Fonte SEMA/MT[91]

Constata-se assim que a terra como *reserva de valor*, com alto investimento financeiro para o setor empresarial em detrimento de quem possuía apenas a força de trabalho (e alienado da posse da terra) e alguns "trocados" de capital fixo; a ideologia da prosperidade como finalidade da vida; o isolamento físico e político do macrocosmo, pela distância dos grandes centros e, em nível mais significativo, a inteira associação/domínio ao/do colonizador-empresa agro-exportador(a), funcionaram como pragas que aniquilaram as áreas florestadas e, com elas, a perpetuação da vivência possível.

A *auto-destrutividade* como característica social metabólica do modelo se fez evidente de forma rápida e certeira, embora em escala menor, atingindo de maneira cabal as famílias campesinas. Com estas foram outros vivos: o zogue-zogue - ***Callicebus moloch*** – que sacudia a floresta na sua força vocal e toda sua parentalha; o assanhado biscateiro que, mesmo invisível, prendia toda a atenção; antas, veados, queixadas, porcos-do-mato, pico-de-jaca, jibóias, jararacas, araras, papagaios, tiribas, tatus, iraras, cachorros do mato, mutuns, enfim, seus milhões de parentes (só apontei as espécies mencionadas nos registros do obtidos atualmente o TC).

Atualmente em Cláudia, das 1014 chácaras iniciais, menos de 20% ainda não foram *reintegradas* ao grande capital e raros são os *sítios* – áreas um pouco maiores e mais distantes da cidade – que ainda se encontram em mãos/atividades camponesas. Concomitante ao acanhamento da área florestada destinada ao campesinato, uma tediosa paisagem, ora verde, ora cor da terra nua, invadiu e expandiu-se no olhar de quem passa e vê tamanha ausência de

91 Ver: http://www.sema.mt.gov.br/attachments/article/53/mapa_UCs_MT_BIOMAS.jpg. Acesso em 2/10/2013.

graça diante do horizonte silencioso e do cheiro tóxico da nova manta vegetal. É uma imensidão uniforme! Não se dispara nada, nem flechas, os índios estão em silêncio; nem botes, nem os anfíbios; nem garras, ou dos cipós unhas de gato ou dos apavorantes felinos. Sem floresta até mesmo o Curupira se esvaiu. E a *selva*, desbravada? Talvez, como tal, a floresta nunca tenha existido.

Mas, no conjunto da obra, como é a vida das populações migrantes ou não no município de Cláudia? Reverbero aqui sobre o *Eldorado* econômico anunciado, e com ele, o brilho do progresso, que foi construído na perspectiva sócio-metabólica do capital, não há como negar. Está materializado nos índices do crescimento econômico. Embora, importante frisar, para um restrito grupo. O *modus operandi* da empresa colonizadora SINOP S/A, regida pelos princípios do capitalismo, alicerçou as bases para construção de uma "progressiva" cidade *do nada* com vários migrantes que chegavam *com uma mão na frente e a outra atrás.* Os dados desse feito podem ser mais bem compreendidos através das informações estatísticas depositadas nas agências pertinentes do Estado. Neste sentido, no *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*[92] dois quadros chamam atenção:

Renda, Pobreza e Desigualdade - Cláudia - MT			
Período	**1991**	**2000**	**2010**
Renda per capita (em R$)	468,45	566,76	700,38
% de extremamente pobres	1,71	10,76	5,32
% de pobres	8,95	19,58	11,68
Índice de Gini[93]	**0,44**	**0,63**	**0,57**
Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População - Cláudia – MT			
Período	**1991**	**2000**	**2010**
20% mais pobres	5,74	3,44	3,23
40% mais pobres	15,62	9,63	10,66
60% mais pobres	29,66	18,44	22,14
80% mais pobres	48,73	31,74	39,05
20% mais ricos	51,27	68,26	60,95

Ilustração nº. 11: Desenvolvimento Humano, Cláudia/2013

Na Ilustração nº 10 é possível observar um considerável aumento na renda per capita – 33,11% entre 1999 a 2010-, uma prova de que houve crescimento econômico entre a instalação do município e a presente década. Contudo, esse crescimento não se traduz na distribuição de renda e, ao contrário, resulta no aumento da pobreza. Uma incógnita nos

92 Disponível em: http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/AtlasIDHM2013_Perfil_Claudia_mt.pdf. Acesso em 20-11-2013.

93 Índice de Gini: "É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja,todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar." (idem, p. 11)

números da primeira década necessita ser decifrada com o aprofundamento de estudos, ou sera porque a pobreza aumentou tanto na primeira década de milênio? A pertinência da pergunta de deve ao fato de que, nestes anos, a atividade madeireira fora intensa como aponta o estudo realizado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) sobre a Agropecuária/Escolas Agrotécnicas Federais:

> A exploração extrativa madeireira, desenvolvida hoje em caráter empresarial (extração e processamento), foi a base da acumulação prévia nos projetos de colonização e, ainda hoje, nos projetos de assentamentos, é a primeira atividade implementada. Em 1994, a sub-região respondia por 66,7% da produção da madeira em tora em todo o Estado, tendo atualmente como principais produtores os municípios de Cláudia (464.803m³), Vera (282.968m³), Guarantã do Norte (157.401m³), Marcelândia (149.202m³) e Juara (105.322m³). (SETEC/MEC, 1997, p.191).

Caso tivesse ocorrido na década seguinte – entre 2000 e 2010 – as causas poderiam estar relacionadas ao decréscimo da atividade industrial madeireira, cujo marco foi a Operação Curupira (MOURA, 2006). Contudo, esses dados, além de confirmar o crescimento da diferença entre os de menor e os de maior renda, a desigualdade social, portanto, também expõe a versatilidade do capital. Por certo, tanto na primeira década que está mais relacionada à implantação do projeto colonizatório tendo a base produtiva na comercialização de áreas agrícolas em que estavam postos os pequenos proprietários, quanto na segunda década, período de grande efervescência do setor madeireiro conjugado à agricultura de larga escala, sua reprodução manteve-se praticamente inalterada.

Aprofundando a analise dos dados a leitura da realidade fica mais explícita ainda. Nos últimos vinte anos os mais pobres ficaram com menos, e, concomitantemente, os mais ricos detiveram montante mais elevado de toda renda produzida. Ainda, o estrato dos 20% mais ricos reteve, em 2010, aproximadamente 70% da renda total! Que demonstração cabal de um modelo que amalgama crescimento econômico e exclusão social! Continuando por este caminho, os dados sobre o volume da principal atividade econômica junto às áreas florestadas ainda existentes no município, mostra que a contínua extração de toras presente, é um peso a favor da balança comercial de Cláudia, e também, de Mato Grosso.

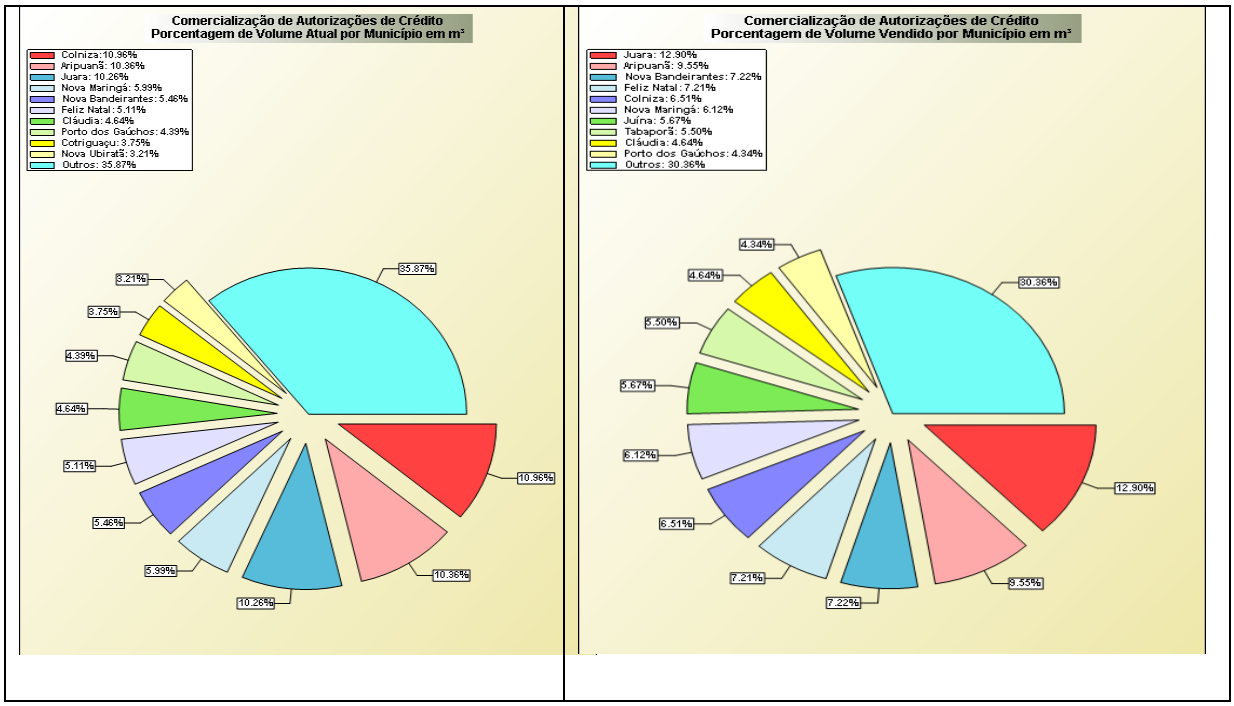

Ilustração nº. 12: Comercialização de Autorização de Crédito de Tora por Município, 2011/2012
Fonte: SEMA/MT

Nos gráficos acima – Ilustração nº. 12 – é possível constatar que a participação do município de Cláudia neste histórico da produção madeireira do Estado é relevante. Mais que isto, mesmo depois de ser incluso no rol dos "municípios prioritários", fechando aquele ano com a extração de 82,381.7973 m³, continuou crescente a atividade extrativa: em 2012, 238,691.0598 m³ e; até, dezembro de 2013, estava autorizada a comercialização de 188,419.9189 m³ (SEMA-MT, 2013)[94].

Esse aumento não significa, diretamente, desmatamento porque a colheita das árvores, com o monitoramento mais intenso, poderia estar ocorrendo em áreas voltadas ao manejo florestal sustentável[95]. Entretanto, um estudo realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) a partir dos dados do Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA), sobre a exploração florestal de Mato Grosso sinaliza que, infelizmente, é mais certo que não seja assim e que estas áreas estejam se anexando à consolidação da soja no município.

94 Ver: Portal Sisflora: Relatórios. http://www.sema.mt.gov.br/portalsisflora/index.php/relatorios. Acesso em: 06-12-2013.

95 "Manejo Florestal Sustentável é a administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não-madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços florestais." (http://www.mma.gov.br/florestas/manejo-florestal-sustent%C3%A1vel. Acesso em: 30-07-2013).

Entre agosto de 2010 e julho de 2011, revela o estudo, 47% da exploração madeireira do período ocorreu em área ilegal, isto é, sem as devidas licenças ambientais.

> As áreas particulares nos extremos do noroeste e norte do estado/MT, próximas às muitas madeireiras que atuam no município de Sinop, são as que trazem mais preocupações. Se a gente observar, os municípios com maior exploração ilegal ficam na fronteira, onde a atividade agropecuária passa por processo de expansão, como União do Sul e a cidade de Cláudia, diz Monteiro [pesquisador]. (TOREZZAN, 2013, s/p).

Na comparação da análise do período entre agosto de 2009 a julho de 2010 e agosto de 2010 a julho de 2011 o estudo - *Transparência Manejo Florestal do Mato* Grosso - constatou que houve "aumento na exploração não autorizada" de 1.052 hectares em Cláudia (MONTEIRO et alii, 2011, p.8).

Um dos problemas apontados é a baixa efetividade da fiscalização. Salvaguardando o apontamento, porém um outro estudo, cujos debates se intensificam por apresentar "saídas" à devastação, o *Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação (REDD): potencial de aplicação em Mato Grosso*, aprofunda a questão ao informar que as condições objetivas para coibir o desatino da predação estão dadas:

> Mato Grosso possui ferramentas avançadas para o licenciamento ambiental das propriedades rurais. O estado foi pioneiro em implementar um sistema de licenciamento ambiental da propriedade rural (SLAPR) em 1999-2000. Em 2006-2007 foi implantado o Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (SIMLAM) que permite maior integração entre os bancos de dados de licenciamento, monitoramento, fiscalização e responsabilização[96]. (MICOL, ANDRADE e BÖRNER, 2008, p. 55).

Então, uma pergunta salutar para este momento é: por que a relação com a floresta se sustenta de forma tão predatória na região de Cláudia, chegando até ao confronto da legislação gerada no próprio seio das relações capitalistas? Por que a tese do desbravamento como crescimento econômico permanece, aparentemente, intacta e os clamores da vertente preservacionista e mesmo que esta seja em sintonia com o capital?

Não há dúvidas de que entrar no mundo pelas trilhas do que ainda resta de sua floresta, é encontrar-se nela antes que o Reinado da soja-latifúndio se consolide em todos os espaços agudizando ainda mais a expropriação das camadas populares, ao mesmo tempo-espaço em que ocorre o deleite das elites emergentes, por aqui, em suas piscinas aquecidas. (Revista Veja, 24 agosto, 2010). Além disto, é soerguer as contradições expondo-as além do profundo e espantoso silêncio daquele império. Mas isto não é fácil e nem há resposta fácies.

96 MICOL, ANDRADE e BÖRNER (2008, p.55). Disponível em: http://www.cifor.org/pes/publications/pdf_files/redd_icv.pdf. Acesso em: 13-11-2013

É fato que, em menos de quatro décadas, o processo de colonização que promove a concentração de riquezas tem sido tão intenso que hoje seu principal produto é uma população "sem terra", em uma região na qual, a passos largos, vai se moldando em muita terra-sem-floresta. Sem floresta e sem gente a terra foi civilizada; a reocupação, enfim, se deu e a integração ao capital experimenta, nos dias atuais, o seu arremate.

Comprovadamente, o metabolismo social do capital se mostrou inapto à perpetuação da floresta como parte do corpo inorgânico do gênero humano, porque a autodestrutividade constitui seu cerne come uma broca escondida da semente ao tronco. Porém, há vozes que carecem de eco neste cenário do desencanto: o que elas estão a nos dizer em sussurros, chiados e uivos, em sentimentos de ventres no chão; sob texturas ásperas, nas imagens do aprender Bem-Viver?

Do bojo da história recente destaco quatro enxertos de textos, na verdade, vozes, que autenticam a dissipação desta dúvida. O exemplo disto é brado das populações indígenas e não indígenas que vivem no seu entorno é, com certeza, o que mais se fez ouvir mundo afora através dos "vizinhos" de Cláudia, os Caiapós. Uma frase de Mokuka Caiapó, 2010, resume a interação de vivências do gênero humano em seu corpo inorgânico como fonte de vida: "A floresta é nossa fonte de alimento. O rio [Xingu], com os peixes, é nosso mercado. É assim que nós sobrevivemos"[97].

Coincidentemente, é também uma voz com pertença à cosmologia indígena, que se declara em uma outra relação com a floresta/biodiversidade, diferente do encontro desbravador incutido pelo sistema mundo do capital. Neste sentido, de acordo com Fernando Vargas[98], "para o indígena e para qualquer outra pessoa que viva ali, a floresta é o lugar que lhe permite estar feliz". (in AMORIM, 2012, p. 4). [grifo nosso]. Pode ser uma voz de camponesa dos seringais do Acre – Cecília Mendes – testemunha participante da luta de seu sobrinho Chico Mendes:

> Vocês sabem contar da sabedoria da cidade, mas já não sabem tanto da mata; se já ouviram falar foi através de lendas, e mesmo assim, sabemos nós da nossa parte e vocês da parte de vocês. Um tem uma sabedoria de um lado, e o outro, do outro. **A** *mata é muito boa*, dizem que paredes têm ouvidos [...] Mas a mata tem olhos, *ela vê tudo*! (EDGARD DE DEUS et alii, 2005, p. 1).

97 Trecho da matéria sob o título: Imprensa britânica diz que Usina Belo Monte pode causar matança, publicada no dia 21 de abril de 2010. http://noticias.r7.com/economia/noticias/imprensa-britanica-afirma-que-belo-monte-pode-causar-derramamento-de-sangue-20100421.html. Acesso em 30-08-2013.

98 Presidente da subcentral do TPNIS/Amazônia Boliviana, durante a VIII Grande Marcha em Defesa da Terra Indígena Parque Isiboro Sécure, em 2012. Disponível em: http://revistaforum.com.br/blog/2012/06/a-bolivia-depois-da-tempestade/. Acesso em 20-10-2013.

Sim! Há nesta nossa Amazônia vivências com a floresta em que seu colo é reconhecido como terno. A "floresta como lar"; a floresta como "alimento"; a floresta como "um lugar para ser feliz", e que "vê tudo"! É um território com-vidas: aconchego, sabores e felicidade reconhecidos. Não por acaso são estas vozes, sob nossos olhos, estranhadas. Elas tentam nos explicar cotidianamente que "a mata é muito boa", contudo na falta de elementos para sua tradução seguimos alienados do entendimento dessa sabedoria ancestral explicada em uma outra lógica. Mas a realidade, a crise ambiental, o aquecimento (ou esfriamento?) do Planeta, o mal-estar por reproduzir a vida com base no ter em detrimento do ser, a autodestruição já sentida no avanço do banzo, dos cânceres todos, nos convida (para não dizer obriga) a compreender essas vozes dissonantes do triunfo do capital.

Particularmente, é na feição da Amazônia camponesa que busco a leitura da realidade. Pesquisar e registrar o trabalho do camponês na região de Sinop - Cláudia em Sem Terra constituído, não para enumerar o que lhe fora deixado Sem (emprego, moradia, saúde, educação, sonhos, utopias...), mas sim, decifrar (com) vivências, as limitações e/ou possibilidades da educação formal sintetizada na Educação do Campo e, com isto, amplificar os dizeres já ditos e outros por dizer a favor da perpetuação da floresta como condição *sine qua non* de nossa própria existência.

No próximo *Tomos* segue esta tensão, a morte da selva, e nela, o fim necessário do campesinato na Amazônia mato-grossense. Pode o camponês migrante forjar-se com modo de vida longo ao buscar formas de perpetuar a floresta/biodiversidade? Seria este – a floresta – "o lugar de ser feliz"?

É, enfim, embrenhar-se em alguma fresta de floresta em Cláudia (ou outro lugar) com a senhora *Tucum*, sua filha adolescente e seu pequeno neto de cinco anos para, perto de alguma "mininha" d'água cristalina responder a questão: "Professora!... Sente o perfume da floresta?" (TC, 2013).

4 “PROFESSORA, SENTE O PERFUME DA FLORESTA?”

Entre as premissas deste *Tomos* destaca-se a *auto-destrutividade,* uma imposição do metabolismo social que incorpora o capital e o trabalho camponês que guarda em si, no sentido de enxertia, a energia e a dinâmica necessária à perpetuação da biodiversidade. Cabe, no entanto, constatar que iniciamos o milênio carregando *o fardo* de um modo de vida, construído sob os domínios da acumulação e exploração capitalista. Muitas vezes, estarrecidos, analisamos os números sínteses dessas determinações deveras incompreensíveis, tendo em vista o sofrimento e a destruição dali gerados. Mesmo assim, por mais esmerados que sejam, os assustadores dados estatísticos, *cientificamente* calculados, amarrados em suas teorias, jamais darão conta de, ao menos, retratar o peso do clamor amordaçado; da pele seca em brasa marcada; dos estômagos em buracos vazios; da areia escaldante; dos desertos abertos na lambida do fogo na seca amazônica e seu verde uniforme a lhe cobrir “nas águas”; da dor do câncer despertado pela ação dos agrotóxicos, que não tem cura.

É fato que vivemos o tempo da vida incerta, no limite da existência humana e planetária. Não que tenham sido simples ou fáceis as outras “eras”, pois, desgraçadamente, a dominação constitui-se parte da luta pela vida humana, já no nascedouro da sua organização em sociedades (PONCE,1981). Passamos pela vida negando esta realidade; lutando contra ela, muitas vezes com os joelhos no chão e a cruz nas mãos; aceitando as cooptações como meio de afastar a tragédia; deprimindo-nos esgotados e infelizes diante da *autodestruição* presente. Mas, há ainda assim; os “germes” constituintes de uma “nova subjetividade”, ou seja, de uma “cultura comunista” (ŽIZEK, 2012) tem se mantido como um tornar-se necessariamente presente.

Em se tratando do modo de produção da vida organizada sob as rédeas do capitalismo, é a partir do fim do milênio passado, mais especificamente nos anos oitenta do século XX, com o advento da globalização – mundialização para o economista francês François Chesnais (1996) – que o caráter mais destrutivo desse modelo se aprofunda e se manifesta: na mundialização do capital produtivo, com domínio das patentes, das grandes invenções, por poucas empresas; no capital comercial que, estruturado mundialmente e centrado nos países ricos, asfixia economias menos competitivas de “capital dependente”, como é o caso

brasileiro[99], extensivo também à América Latina; no capital financeiro, a pá de cal, que, ao desencadear o processo, agudiza, permanentemente uma desregulamentação sem precedentes nas relações do próprio capital; na apartação deste e o capital produtivo o que acaba por assombrar as próprias nações centralizadoras do comando histórico do capital.

Este regime exerce uma ofensiva quase fatal às conquistas do *mundo do trabalho*, pois flexibiliza os direitos trabalhistas e enrijece as normas exploradoras do capital, valendo-se de uma trama competentemente trançada em que, ao fim, à força de trabalho é destinado o peso não só de sua própria existência, mas também, do fracasso desta, mesmo que no processo de expropriação (acumulação primitiva/exploração) lhe tenham sido *tomados* os meios de produção da vida, bem como, o potencial de sua existência criativa.

Dessa forma, a vulnerabilidade como condição de vida passa ser parceira permanente e nem mesmo a venda da sua força que criava-alimentava braços e máquinas ao instante que forjava a consciência do fato a ser combatido – o poder ali, à frente, encarnado – se faz possível para grande parte da população. Com a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996; 2007), o processo civilizatório moderno que, supostamente, buscava a todos incluir para expansão do capital e, consequentemente, permitir a produção alargada da mais-valia, se esvai complexificando a compreensão do alvo, do ataque, do poder e da própria consciência de classe.

O objetivo, tão somente, é assegurar a permanência da lucratividade uma ponta de lança a nos ameaçar levando ao esgotamento total dos elementos vitais à vida terrestre. Nas palavras de Mészáros (2007, p. 52):

> No curso do desenvolvimento da humanidade, a *necessidade natural* progressivamente dá lugar à *necessidade historicamente criada*, enquanto, no devido tempo, a própria *necessidade histórica* se torna *necessidade potencialmente desnecessária*, com a vasta expansão da capacidade produtiva e da riqueza real da sociedade. [grifos do autor].

Vivemos, assim, um intenso movimento de "desenvolvimento" capitalista, com célere produção corroborada pelo avanço tecnológico (diga-se de passagem, tecnologias criadas por braços e mentes trabalhadoras); por ampla e dilatada invenção de necessidades transitórias e pelo total ataque às fontes mais elementares da natureza. Esse movimento exclui parcelas significativas do mercado com fechamento dos postos de compra dessa *mercadoria*, outrora disputada, hoje também descartável. Segundo Ribeiro (1999, p. 6):

96 Para Florestan Fernandes (2009, p. 21), na evolução do capitalismo mundial e a sua relação com o Brasil e a América Latina há "uma incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas".

> Invenções científico-tecnológicas produzem uma reconfiguração nos processos produtivos, fazendo com que o trabalho morto, encarnado em máquinas, defronte-se e expulse o trabalho vivo na forma humana de homens e mulheres condenados ao não-trabalho. No mesmo ritmo em que cresce o número dos "não-qualificados", descartados e à procura de novas formas de sobrevivência, diminui o contingente daqueles que permanecem agarrados aos seus postos, calados, sob a constante ameaça de engrossar as filas, sempre crescentes, em busca de vagas.

O trabalhador proletário, livre, radicalmente afastado de qualquer meio de produção, alienado, portanto, vê voltar-se contra si e tirar-lhe a vida a sua própria criação. Nesse processo lhe é negado até o *reconhecimento*, como ser vivo, minimamente merecedor dos meios básicos para sua subsistência, como: alimentação, moradia, educação, mobilidade, lazer, etc. Neste estado de coisas, contraditoriamente, o sistema capitalista acaba por produzir e/ou reavivar outras formas de reproduzir a vida humana, inexoravelmente criativa e criadora.

Exemplo desta contradição é a emergência do trabalho camponês, um trabalho centenário subsumido (sob os clamores contra sua extinção) desde o advento da modernidade e que hoje abarca mais de um bilhão e duzentos milhões de pessoas no planeta. Essas pessoas arrancam suas vidas do solo, subsolo e águas numa íntima relação com os outros elementos da natureza num silêncio que "magicamente" põe 70% da comida na mesa da população brasileira[100]! Como se verifica, os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009) divulgados através da matéria *Censo: agricultura familiar produz mais em menor área*, detalham melhor esta "mágica":

> O setor emprega 75% da mão-de-obra no campo [12,3 milhões de trabalhadores, 74,4%; 15,3 por 100 hectares] e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo, 87% da mandioca e 58% do leite consumidos no país (Portal MDA, 30-09-2009). [grifo nosso].

Esse trabalho, do mesmo modo que um "cerne de Itaúba", resiste e se expressa de forma fecunda, como a pequena frase do seu Almerindo Trevisan, um camponês há treze anos no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, no estado do Rio Grande do Sul: "Temos uma visão de futuro e ela é de muito trabalho". Perscrutamos, então, no interior da classe que vive do trabalho sobre a possibilidade de não somente resistir, mas também, de redimensionar outras formas de pensar, organizar e materializar a sobrevivência humana e não-humana. Que trabalho é esse do qual seu Almerindo fala livre da profecia do *estágio terminal*, prevista por cientistas e políticos na assessoria do agonizante capitalismo?

---

100 MDA – Notícias. Censo: agricultura familiar produz mais em menor área. http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3594546 – Acesso em: 10-06-2013.Ver também: MDA mostra que 70% dos alimentos da mesa dos brasileiros são da agricultura familiar. Publicado em 12-11-2012. http://www.youtube.com/watch?v=bXTkSA2xamo&noredirect=1. Vídeo. Acesso em 10-06-2013.

Tendo como referência o debate sobre o esgotamento do regime societário vigente, dado o aprofundamento de suas contradições estruturais e o esgotamento dos elementos naturais, paradoxalmente, outros enfoques também são delineados, como um período de reestruturação ou de *transição* (WALLERSTEIN, 1998[101]; MÉSZÁROS, 2007), ou de "aceitação" de que outro mundo é possível. Vamos refletir sobre como esta questão se coloca ao trabalho camponês.

4.1 O TRABALHO CAMPONÊS EM TEMPOS "SUSTENTÁVEIS": EXTINÇÃO E/(OU) EXPANSÃO?

Falar em trabalho camponês nos dias atuais não é tarefa tão simples como de primeira mão parece. Para Shanin (2005, p.18), "o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo" havendo diferenças nas relações inter e intra-societais. Nesta perspectiva, as palavras de Paludo (et al, 2010, p. 85) ampliam a nossa compreensão:

> As relações subjetivas, no conjunto da vida camponesa, representam a objetivação das relações materiais, que são base de afirmação e reprodução enquanto camponeses(as). *O trabalho é o princípio da identidade dessas pessoas* que expressa essa dimensão de suas relações produtivas e sociais. [grifo nosso].

Camponês/campesinato são termos que nomeiam uma categoria forjada "através das contradições da sociedade"; "(...) é um sujeito coletivo e social que possui modos de ser e de viver que lhes são peculiares" (Op. cit., p. 84-5). Isto é, constitui uma racionalidade específica assentada no Bem Viver e não na produção de excedentes voltados para produção de lucros advindos da exploração. Esse desejo é uma intersecção onde se funde a busca de melhor qualidade de vida para a família através de um, também melhor trabalho, em que a posse dos elementos da natureza – água, terra, principalmente – é o suporte dessa condição. A partir desse modo de compreender a vida, se debruçam sobre a natureza – seu corpo inorgânico - e o trabalho para arrancar, através deles, e com eles, a vida própria e dos entes familiares. Nesta perspectiva, Maria Wanderley (2003; p. 46) observa que:

101 Immanuel Wallerstein (1998) considera que período atual é marcado pela "desintegração e de transição massiva para algum outro sistema (ou sistemas) novo (s). (...) As perturbações crescem em todas as direções. Estão fora do controle. Tudo parece caótico. Não podemos - nada pode prever o que resultará. Mas não quer dizer que não possamos ter um efeito no tipo da nova ordem que será construída. Ao contrário. Numa situação de bifurcação sistêmica toca ação pequena tem consequências enormes. O todo se constrói de coisas infinitesimais."

> É possível entender o campesinato em duas dimensões distintas, porém complementares. [...] Em primeiro lugar, o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou como uma cultura. Em segundo lugar, o campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. [...] Evidentemente, essas duas abordagens não são antagônicas, uma estando imbricada na outra.

Atualmente, esse trabalho padece de forte tentativa à sujeição, à invisibilidade, mesmo que um quinto da população mundial se mantenha nessa modalidade produzindo. Essa insistência segregadora construída historicamente produziu o camponês como um ser indesejado, uma atividade a ser superada para a prosperidade humana. Remonta essa forma de pensar ao mundo antigo. Segundo Ploeg (2008, p. 2), embora na cultura grega, o camponês fosse um homem sublime e livre, "que praticava a agricultura de forma orgulhosa e independente", na tradição romana, os camponeses eram subordinados e considerados "maus, feios e incapazes de controlar o seu próprio destino". A forma "romana" de pensar manteve-se e, nos dois últimos séculos, foi realimentada pelos conflitos gerados no levante revolucionário contra o modo de produção capitalista na emergência da Revolução Industrial e, também, na vitória da Revolução Russa em 1917.

O processo crescente de industrialização a partir de meados dos oitocentos impressionava, pois significava o fim da servidão, possibilitava o aumento da produtividade e a produção do trabalho coletivizado que fora uma inovação geradora de boas expectativas de progresso. Nesta perspectiva, a atividade camponesa deveria sucumbir para a efetivação das novas formas de produção no processo de acumulação primitiva e exploração capitalista.

Todavia, isto não ocorre de forma assim tão simples. Na experiência da Revolução Russa os camponeses se negam à entrega de suas terras ao processo de nacionalização e, dessa forma, fortalecem, mesmo que indiretamente, a propriedade privada do latifúndio russo, ao mesmo tempo em que se mantém "fora da onda modernizadora" fomentada pelo desenvolvimento do capital. É importante lembrar o fato de que o capitalismo na Rússia, neste período, estava menos desenvolvido do que o do Oeste europeu; com isto, a baixa produtividade ampliava os conflitos entre campo-cidade, classe operária e camponesa. Estes últimos, ao fim e ao cabo, detentores dos alimentos cujos preços também ditavam. Segundo Ribeiro (2010; p. 93): "Isso faz com que Marx, na obra *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, afirme: 'Sem nenhuma dúvida, a história dos últimos três anos tem demonstrado até a saciedade que essa classe da população é absolutamente incapaz de alguma iniciativa revolucionária". Embora, segundo a autora, "no final de sua vida, Marx parecia apresentar

dúvidas a respeito do lugar do camponês no processo de transformação social, que pensava estar subordinado à direção operária".

Para Kautsky (1972), na efervescência do debate no interior do partido social-democrata alemão, em 1899, e em busca de apoio do campesinato a esse partido registra em *A questão Agrária* sua constatação da condição não capitalista do camponês, mas sim um produtor de mercadorias para sua própria existência e não para obter lucratividade.

Constata-se também, um fato ainda hoje relevante às análises sobre a questão, o caráter contraditório de *expropriação e recriação* do capital em relação ao campesinato. Ao expropriar as terras e delas retirar os camponeses, o capital também excluía de um determinado território a condição de sua expansão: a força de trabalho. Isso o obrigava a recolocar os trabalhadores na terra novamente, seja através de arrendamento, seja oferecendo-lhes pequenos espaços para reproduzirem-se ao instante que se submetiam ao assalariamento constituindo-se assim em uma das condições da perpetuação camponesa até nossos dias.

A possível convivência de formas não capitalistas no interior do capitalismo fora constatada pelos estudos de que forneceram aporte teórico às teses, tanto no campo político e quanto acadêmico. Tais teses sustentaram, e algumas ainda sustentam, mesmo na ótica anti-capitalista, uma tensão ainda insolúvel, vêem "o camponês como um obstáculo à mudança", uma figura social que deveria desaparecer ou ser progressivamente removida ou, ainda, um sujeito histórico resistente à mudança.

Contudo, a subordinação e a busca de autonomia-liberdade são faces de um mesmo movimento. Thomaz (2008, p. 279) cita importante afirmativa de Fabrini (2002): "o capitalismo que insiste na expropriação e desaparecimento dos camponeses é traído em suas leis pela luta dos trabalhadores do campo. Este é o caso da luta nos assentamentos, ou seja, camponeses que têm sua existência garantida pela luta de resistência". São contradições das relações capitalistas geradoras do encontro de modos de vida em que o campesinato se faz presente. Ainda, segundo Thomaz (Op. cit., p. 279):

> É por meio das contradições imanentes ao metabolismo do capital que devemos entender a existência camponesa. (...) As mobilizações de massa na América Latina, com amplo ascenso camponês e indígena, que do México à Guatemala, ao Equador, à Colômbia, ao Paraguai, se destaca em nível internacional. Essas são *sinalizações importantes*, apesar de insuficientes, para o fortalecimento de ações anticapital e de destaque dos trabalhadores camponeses na cena política, o que já não se via com freqüência nos últimos tempos. [grifo nosso].

No Brasil, estes sinais estão desde o período escravista até nossos dias; as terras remanescentes de quilombos têm sido um desses territórios criativos de resistência

camponesa, onde o trabalho solidário confunde-se com o coletivo; a diversidade das atividades produz a auto-sustentação fora das leis capitalistas[102].

Também os roçados comuns instalados pelos povos indígenas podem ser nomeados "*sinais de cunhas"* a abrir o sistema capitalista, contrapondo-o. Múltiplos exemplos de experiências nesse sentido não faltam. Destacamos os Enawene Nawê, que vivem as margens do Rio Iquê, afluente do Juruena, no noroeste de Mato Grosso. Produzem alimentos para o sustento da pequena família, bem como do grande grupo, de forma coletiva, auto-sustentável, em grande medida desgarrada do mercado capitalista. Na região sul, ainda sobre populações indígenas, Souza (2002; p. 217) em seu trabalho: *O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais*, na bacia platina, chama-nos a atenção para o fato de considerarmos a produção agrícola indígena, tal como fazemos em relação ao campesinato fora das aldeias, como uma agricultura de subsistência.

> Na verdade, a noção de economia de subsistência é uma projeção que os economistas clássicos fizeram e ainda fazem sobre as sociedades primitivas. Os índios não existem plenamente, eles subsistem. Desprezando completamente as informações trazidas pelas pesquisas etnográficas, esses teóricos inventaram o mito de um homem selvagem subordinado à condição de animal, como se fosse incapaz de explorar eficazmente o meio ambiente e como se vivesse em regime de eterna penúria.

Esse mito de "improdutividade" indígena impede-nos, por estarmos submetidos aos modelos societários considerados complexos, de pensar a produção de alimentos como prazer, como relação afetiva com a terra e os elementos que a compõem (solo, água, animais, energia, floresta) ou espaço lúdico-criativo, de humanização; como entendia a nossa ancestralidade ameríndia/africana e, inclusive, refletida nas próprias relações de trabalho. Nas palavras de Souza (Idem; p.250):

> Sendo uma economia comunitária do tipo cooperativista, o indivíduo não era reconhecido como sujeito econômico, nem havia o padrão da competição interna. O espírito religioso e o pensamento finalista dos Guarani refreavam o desenvolvimento de uma ética econômica baseada na noção de lucro privado, o que não foi compreendido pelo racionalismo utilitarista dos missionários no período colonial.

Motta, Zarth e Carvalho (2009, p.11) apontam a diversidade da condição camponesa e sobre essa perspectiva de vida pautada no bem comum, Ribeiro (2010, p.74) apresenta a caracterização do campesinato brasileiro proposta por Célia Vendramini (2000):

102 Para maior aprofundamento sobre esta questão ver a obra de FABIANI, Adelmir. Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

> No Brasil as formas de organização dos trabalhadores da terra, de acordo com Célia Vendramini, são históricas e influenciadas pelas origens africanas e indígenas, além da presença dos brancos trazidos pela colonização européia; tais formas são marcadas pela tradição do trabalho cooperativo ou de ajuda mútua. Constituem-se como trabalhadores da terra ou rurais ou do campo, os 'assalariados temporários e permanentes, arrendatários, meeiros, produtos integrados às agroindústrias e produtores familiares que possuem alguns meios de produção, porém não suficientes para prover a sua subsistência, ao lado de produtores tecnificados [...]

É nesse contexto onde a população negra no campo, em seus quilombos e a população indígena em suas aldeias, "lugar de ser feliz" que o movimento do capital, voltado prioritariamente à expansão de sua taxa de lucros, isola o campesinato como sujeito histórico revolucionário para que a famigerada "Revolução Verde" se alastre pelo Brasil a partir dos anos 1960. Esta encontrou um terreno fértil ao seu enraizamento e expansão. Em poucas décadas assumiu a características e tamanho jamais imagináveis (STÉDILLE, 2005).

Desde a metade do século passado aos dias atuais, o avanço da visão neoliberal tem colaborado para solapar e colocar em risco não somente a sustentabilidade dos ecossistemas, ameaçando a biodiversidade e a vida de maneira geral ao aprofundar os processos de exploração/expropriação de camponeses, indígenas, quilombolas e caboclos. Para isto, vale-se de uma infinidade de subterfúgios, mas a ação principal tem sido a expropriação "legal" das áreas passíveis de produção e reprodução da vida humana. Nesta perspectiva, de acordo com Sachs (2001, p. 76):

> Apesar de possuir ainda hoje a mais extensa fronteira agrícola do mundo, o Brasil conseguiu três façanhas:/ promover uma agricultura moderna de grãos nas frentes pioneiras do Centro-Oeste, que prescinde quase inteiramente de mão-de-obra;/ realizar uma colonização socialmente capenga e ambientalmente predatória na Amazônia;/jogar milhões de refugiados no campo das favelas, engrossando o exército de bóias-frias e deixando centenas de milhares de famílias sem terra e sem perspectiva de urbanização efetiva que pelo acesso a moradias decentes.

Todo arranjo, legal, jurídico, policial, ideológico (aqui entra o educacional) é produzido no sentido de arrancar os trabalhadores campesinos de suas terras/rios (posses, Terra Indígena, floresta, cerrado). Lançados às cidades perambulam pelos arrabaldes constituindo o famigerado exército de reservas (MARX, 1982) do mercado da força-de-trabalho. Ali se submetem às mais diversas atividades laborais, nos mais diversos lugares, quase sempre longe das origens, e; em condições, muitas vezes análogas ao trabalho escravo. Essa população tem na rotatividade/migração sua condição de estar no mundo. No entorno das cidades são achacados de todas as formas, destacando-se a violência, tanto vinda da iniciativa privada proprietária dos mais longínquos e íngremes espaços, quanto dos órgãos repressores do Estado.

Outros tantos podem ser vistos nos panos encardidos - espalhados entre sapatos de salto alto, tênis importados, pneus, fuligens, flores das praças, feiras – sob o som de uma andina música a exemplo dos guaranis em Porto Alegre. Tentam, assim, conquistar a sobrevivência sob o tapume da identidade: vão desde "verdureiros" urbanos à tratadores/montadores das cavalarias nos rodeiros. Tais atividades devem ser compreendidas como Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) *campesinas* porque minimamente mantém corpos individuais vivos e, também, escancara as portas da realidade agindo sobre as forças que os conduzem ao lacre. Entretanto o que mais pesa ao metabolismo social do capital e traz elementos que podem levá-lo à anulação de sua lógica *autodestrutiva* são quando os trabalhadores, no caso os camponeses, que se organizam em Movimentos Sociais Populares fundados numa tradição transformadora, onde buscam superar:

> O antagonismo estrutural destrutivo, tanto no "microcosmo" reprodutivo, como no "macrocosmo" do sistema do capital enquanto um modo global de controle do metabolismo social. E isso só pode ser atingido colocando em seu lugar uma forma radicalmente diferente de reprodução do metabolismo social orientada para o redimensionamento qualitativo e a crescente satisfação das necessidades humanas: um modo de intercâmbio humano controlado não por um conjunto de determinações materiais fetichizadas, mas pelos próprios produtores associados. (MÉSZÁROS, 1998, p. 3).

"Satisfazer as necessidades" de forma autônoma, com os "próprios produtores associados" tendo a direção dos próprios destinos só se faz possível com a transformação da relação do gênero humano – o ente espécie – e seu corpo inorgânico denominado natureza/ biodiversidade. Nesta perspectiva, o campo torna-se, novamente, local de visível combate onde se acirra o conflito entre capital e trabalho. Inexoravelmente, território onde trabalhadores – do campo, no campo ou remetidos ao campo – buscam organizar suas vidas num movimento análogo às sementes (de lótus talvez?[103]) que espocam de sua dormência para nutrirem-se, mesmo que ainda em frágeis caulículos, de uma energia, aparentemente, quase finda.

Pensamos, assim, que nesse momento histórico faz muito sentido a reflexão sobre a necessidade definirmos a pertinência do termo "camponês" trazida por Shanin (2005, p. 19):

103 Planta considerada sagrada na Ásia. Conta a lenda que nela se congregam os quatro elementos da natureza: terra, fogo, água e ar em equilíbrio e expansão. Interessante, também no aspecto biológico, para a analogia aqui proposta pelas suas potencialidades medicinais, mas, principalmente, pela longevidade de sua semente: mais de mil anos e ainda continua viva!

> Sem dúvida, pode-se exagerar as preocupações com terminologias, desviando-se para um discurso fastidioso, em que longas palavras são usadas para tecer mais palavras, ainda mais longas, sem jamais retornar ao mundo dos vivos. Para evitá-lo, o pensamento dos cientistas sociais deve sempre mergulhar diretamente nas realidades e nos problemas sociais e políticos. [...]. Devemos acrescentar, aqui, o compromisso, dentro da tradição socialista, de definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las. Excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou.

Corroborando com esta forma de pensar, Horácio Martins de Carvalho (2013, p. 16) defende que a questão camponesa compõe "uma temática fundamental no universo social contemporâneo" por três motivos principais:

> [...] pelo reconhecimento mundial da sua importância e presença, tais como: a Assembléia Geral da ONU declarou 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar[104]; os camponeses estão presentes nas diversas regiões do mundo alcançando aproximadamente um terço (1/3) de toda a humanidade; e são os camponeses os responsáveis pela produção de alimentos para todos os povos do mundo, pela sua *práxis produtiva altamente integrada com a natureza os camponeses* têm sido -- assim como os povos originários (indígenas), os extrativistas, os pescadores artesanais ao mesmo tempo agricultores e extrativistas, os quilombolas, entre outros -- *os guardiões da agrobiodiversidade num contexto histórico em que as classes dominantes e a privatização dos saberes impõem a artificialização da agricultura*, e porque será na dinâmica reprodutiva da unidade de produção camponesa, seja ela individual, coletiva, comunitária ou outras formas que a imensa diversidade das experiências históricas dos povos camponeses em todo o mundo têm experimentado, que se poderá encontrar a maior parte das respostas para superar a unidade de produção capitalista no campo. [grifo nosso].

Guardar, no sentido de cuidar, da biodiversidade é, portanto, elemento fundante da práxis produtiva camponesa. Como então compreender a sanha devastadora observada por esses rincões da Amazônia? O mesmo autor (Op. Cit. p. 2-3) aponta o caminho para compreensão do fato:

> A presença da agrobiodiversidade nas práticas camponesas se constata não apenas ao se considerar os sistemas de produção das unidades de produção camponesas isoladamente, mas, sobretudo, ao se levar em consideração a totalidade dessas unidades de produção no país e no mundo. [...] É somente por pressão das empresas capitalistas relacionadas com o agronegócio, pressão essa reforçada pelas políticas públicas, que os camponeses tendem a se comportarem tal qual uma pequena burguesia agrária, quando então estabelecem uma relação homem-natureza de caráter espoliativa.

É essa pressão capitalista que expropria e incendeia a floresta para "limpá-la" como manta vegetal irregular, diversa, desconhecida, e para substituí-la por outra domesticada no processo sócio-metabólico que a domina, através de sua aceleração e "artificialização". Sob

[104] Ludmilla Duarte. ONU declara 2014, Ano Internacional da Agricultura Familiar. In Brasília, Assessoria de Comunicação do MDA, 09 de janeiro de 2012.

tal determinação, a relação do gênero humano com seu corpo inorgânico presente nos cultivares agrícolas se expressa no camponês, que passa a ser mais um dispersor da autodestruição sob a qual ele se encontra nas primeiras fileiras.

Contraditoriamente essa corrente, a resiliência do trabalho camponês se comprova em sua própria existência e em seu "por vir" constante, onde o núcleo propagador dos elementos de sua defesa é exatamente o zelo para com as sementes todas, a biodiversidade. Elas transitam de toda forma e em qualquer quantidade. Vão aos bolsos, nos balaios, nos pedaços de jornais de muitas manhãs, mas nunca lidos; percorrem milhares de quilômetros em latinhas, garrafas petes, sacolinhas escondidas nas malas, ou seguem direto dos viveiros, públicos ou privados, para compor o "arvoredo". A forma como seguem, talvez, aqui o que menos importa, é o afeto de mãos dadas ao desejo de mantê-las.

Desse modo, o trabalho camponês, ao contrário do pensamento capitalista hegemônico, tem possibilidades concretas de não somente se perpetuar, o que já seria um grande feito neste momento histórico, mas também de expandir-se *revolucionariamente* como forma de manter a vida na Terra. As denúncias sobre a pressão capitalista não dizem respeito somente às práxis camponesas, mas sim, sobre a vida integral do Planeta já bem debatida e, atualmente, seu combate ganha mais e mais adeptos.

Contudo, o campesinato por se relacionar diretamente com os processos vivos, tanto em seu trabalho e em sua convivência, quanto como executante de uma práxis, cujo exercício dos arranjos desses processos o forma e confere sentido ao seu estar no mundo, pode ser o sujeito histórico[105] central às lutas sociais para a construção de relações mais harmoniosas com a natureza, representada neste trabalho na intensidade da floresta Amazônica.

> Isso não significa afirmar que não incorporam inovações advindas da pesquisa cientifica e da experimentação tecnológica no processo de produção e de beneficiamento agrícola. Muito ao contrário, todas as inovações que reduzam o trabalho penoso, que minimizem os riscos na produção, que otimizem as combinações de cultivos e criações, que favoreçam a melhoria da rentabilidade financeira são bem vindos. Isso sem introduzir em suas práticas produtivas a lógica da artificialização da agricultura e sem degradar o ambiente. (CARVALHO, 2013, p. 6).

Se os cultivares mais comuns, hegemonizados pelo costume ou pelas políticas vigentes, como o caso da mandioca, feijão, leite, milho, café, arroz - 87%, 70%, 58%, 46%, 38%, 34%,

105 Através de seus estudos, "tendo como sujeitos os movimento sociais populares rurais/do campo, Ribeiro (2010, p. 416) afirma que "o movimento camponês impõe-se como um sujeito político coletivo na pretensão de ser integrante do sujeito histórico revolucionário, que é o proletariado, segundo Marx e Engels. [...] Enquanto educador, formador da classe revolucionário, da qual é integrante, o movimento camponês, articulado ao movimento operário é constituinte e constituidor do sujeito histórico que projeta a *emancipação humana* como conquista do socialismo.

respectivamente (Agricultura Familiar, Censo Agropecuário – IBGE – 2006) – são assediados para aceleração ou artificialização de suas qualidades biológicas e, com isto, há o desprezo daquelas espécies que não atendem ao padrão da avançada tecnologia agrícola, é inimaginável a intensidade do "descarte" dos produtos/alimentos florestais ainda desconhecidos.

4.2 O MOVIMENTO "SUSTENTÁVEL" DO CAMPESINATO

Aqui reverbero sobre os espaços de agricultura camponesa na região de Sinop - Cláudia. Antes mesmo do final da década de 1990, a rotatividade laboral e espacial compunha o cenário que era de grande movimentação inter-regional. Juntamente a estas idas e vindas, inicialmente, embrenhando-se floresta adentro, homens e mulheres com "pé na roça" abriram fendas para que a luz se instalasse no chão pouco fértil às sementes transpostas, mas nutridor de milhões de outras tantas ali metabolizadas por um tempo ainda inestimado.

As transformações desse processo recente compõem uma densa história ainda de poucos registros, sob esta perspectiva, pois luz ofusca os olhares crentes no triunfo sobre o que lhes era "selvagem", suspeito de a "tudo ver" sem ser visto, e lhes metia medo. O fato gritante é que já não há terras para a expansão da agricultura camponesa.

> A realidade encontrada no campo é resultado da superexploração dos recursos naturais realizada anteriormente: nascentes assoreadas, várzeas e florestas ribeirinhas invadidas por espécies exóticas agressivas (como os capins e cipós) ou ocupadas por lavoura e/ou pecuária, contribuindo para o assoreamento dos córregos e rios. (GUERIN e ISERNHAGEN, 2013, P. 25).

Alguns nichos dessa agricultura, com maior biodiversidade, ainda persistem, principalmente, nos assentamentos de Reforma Agrária[106]. Tais áreas são como ilhas mergulhadas num mar de pasto/soja/milho a lhe pressionar como a um expurgo[107].

106 Em novembro de 2011 a Casa Civil do Estado/MT fez publicar uma nota intitulada *A realidade da Reforma Agrária em MT*, cujo principal fora a transferência desses processos de regularização fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o Intermat, com o objetivo de agilizar a titulação das áreas de assentamentos com cerca de 30 anos, cujos ocupantes até hoje não receberam o título da terra". Vale ressaltar que a quase totalidade das terras reformadas continuam em poder do INCRA ou da União. Do total de 537 Projetos de Assentamento (PAs) em seis milhões de hectares, em Mato Grosso - abrangendo 84.269 famílias - 81,70% estão com o INCRA, representando 402 projetos de assentamentos, 72.649 famílias e 4,9 milhões de hectares. Considerando um número médio de 3,5 pessoas por família, teremos a população de aproximadamente 295 mil habitantes nos projetos de assentamentos em Mato Grosso. Isto representa 53,72% da população rural do estado, que pelo IBGE 2010, está em 549.153 habitantes, ou 9,72% do total da população mato-grossense (3.033.991 habitantes)."Disponível em: http://www.amm.org.br/amm/constitucional/noticia.asp?iId=225544&iIdGrupo=6267. Acesso em: 11-12-2013.

107 São inúmeras as denúncias sobre os problemas com os limites, que não há, da agricultura empresarial e a camponesa. Cito apenas dois episódios ocorridos na região norte e que teve bastante repercussão na mídia: *Fazendeiro do município de Nova Guarita é detido ao pulverizar pastagens.* Disponível em: 25-03-2013,

Internamente vivem sob ampla ausência do estado. Estradas, saúde, lazer, assistência técnica, moradia, são precários ou inexistentes. Ali, a presença mais efetiva do Estado se observa no oferecimento à educação materializado nas "escolas rurais" e/ou no transporte escolar, o que dá certa garantia de cobertura total ao atendimento à Educação Básica.

Nesse rescaldo, daqueles projetos colonizatório iniciais raras são as famílias que se mantêm nos locais e se desenvolvem como pequenos agricultores. Em grande medida, a exemplo de Cláudia, as áreas estão entregues a pecuária extensiva ou à monocultura da soja que a olhos vistos também invade as áreas dos assentamentos sem que haja qualquer coibição dos órgão competentes. Também os assentados defendem estes agressivos plantios pois nas condições pecuários que vivem vêem neles uma única forma de terem um "dinheiro" no final do ano de trabalho.

De maneira geral, Cunha (2006, p. 102) em seu estudo sobre a *Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso*, constata que houve forte redução na participação da categoria "autônomo ou por conta-própria na agropecuária"108 no conjunto dos migrantes. Na década de 1970, 31,4% dos chefes de família migrantes economicamente compunham esta categoria, com o passar dos anos este "porcentual reduz-se para algo em torno de 12,9% em 1991 e 9,6% em 2000". E segue o autor:

> Os dados analisados neste estudo mostram não apenas a redução do ímpeto migratório para o Estado, como também as relações entre este comportamento e as mudanças nas formas de inserção dos migrantes, que espelham o processo de "urbanização da fronteira" e a grande desarticulação das formas de ocupação que possibilitaram o "desbravamento" de boa parte de seu território. [...]. A alternativa dos assentamentos rurais tem sido uma possibilidade concreta de reverter parte desse processo de "Urbanização forçada" de grandes parcelas de migrantes, e até mesmo de nativos e residentes mais antigos do Estado. Na verdade, pode-se afirmar que o processo de ocupação demográfica de Mato Grosso, particularmente no que diz respeito ao papel das pequenas propriedades baseadas na agricultura familiar, provavelmente teria sido ainda mais desarticulado caso não existissem os programas de assentamentos rurais (Op. cit., p. 120).

Os assentamentos rurais como uma clave de vida camponesa, mal ou bem vivenciada como tal, guardam formas de *vida marginal* que perturbam a paz da ordem estabelecida, em tese, pela dinâmica sociometabólica do agronegócio. Sob o desprezo do Estado, os elementos

---

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7409&Itemid=62. Acesso em 03-09-2013.Ver também: Pignati, Wanderlei et alli. Acidente rural ampliado: o caso das "chuvas" de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT. **Revista Ciência & Saúde Coletiva.** Vol.12, n. 1, RJ, 2007. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232007000100014&script=sci_arttext. Acesso em 03-09-2013.

108 De acordo com o autor (na mesma página 102): "entre as possibilidades oferecidas pelo Censo Demográfico, esta categoria seria a que mais se aproxima da identificação do pequeno proprietário familiar" no que complemento, a mais próxima da população campesina segundo conceito estabelecido neste trabalho.

pacificadores desta relação desigual entre o capital, representado pelo agronegócio, e o trabalho representado pelos assentados, combinam *auto-ajuda* que gravita no microcosmos, com: a) abertura de pequenos trechos de estrada vicinais ou carreadores por maquinários das fazendas; b) doações às quermesses religiosas e escolares; c) *caronas* para viagens aos centros urbanizados; d)*socorro* ao vilipêndio seja na presença da moléstia ou no fim do crédito; e) apadrinhamentos de casamentos, nascimentos, empregos, de cargos de toda espécie; f) compra de excedentes tanto da agricultura, quanto do extrativismo florestal; g) *apoio-influenciado* às pautas associadas dos assentamentos; h) trocas da mercadoria *força de trabalho* por *diárias*/dinheiro que amortecem as obrigações trabalhistas e/ou por salários com custos minimizados pela não inclusão da moradia/alojamento, da assistência à saúde e educação; etc.

Estas "combinações" se estendem até o macrocosmo: apoio às políticas de fundo ruralistas como se estas servissem aos interesses de toda população que atua em áreas rurais, por exemplo. As experiências de *ajuntamento das forças* mostram-se, também, na tensão motivada pela mudança do Código Florestal, em que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) associada à União Democrática Ruralista (UDR), em nível nacional e em nível estadual, estava presente no debate do Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE), quando havia um pensamento hegemônico de que a pauta do agronegócio servia aos interesses coletivos dos agricultores brasileiros. Este é um exemplo significativo deste amalgama interpenetrante que amortece a luta de classes instituída no campo.

Analogicamente, é a aparente *harmonia* da *Casa Grande & Senzala* freyreana a se perpetuar de forma explícita no campo brasileiro. Porém, dado o alto nível de expropriação e exploração no geral e, no Norte Mato-Grossense, consequentemente, a exclusão social acachapante, fez a contestação, o *conflito* euclidiano, na realidade existente[109]. Assim sendo, a vivência do fracasso da agricultura de base produtiva campesina, paralela à expansão do domínio do agronegócio foi o combustível, à ascensão das lutas campesinas organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, em 1980, onde começou, aos nossos dias, esse Movimento tem forjado, sob toda forma de ataque das elites brasileiras, mudanças significativas que apontam a busca do

109 Claudia Villas Boas analisa a concepção do *ethos* brasileiro presente nas obras de Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*) e Euclides da Cunha (Os Sertões). Com isto, reflete sobre distinção entre a idéia de *harmonia* e de *conflito* ali presentes como modelos das formas interpretativas que coexistem "não só identificando grupos e movimentos como pautando normas de conduta e projetos de alcance político". (Op. cit., 2003, p. 115).

Bem-Viver coletivizado, perpétuo, surpreendente da condição de interdependência das vidas humanas e não-humanas.

Segundo Negri (2005, p. 34), o nascedouro do MST foi amparado, de forma decisiva, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma entidade criada pelos religiosos progressistas da Igreja Católica, amparados pela Teologia da Libertação, para prestar socorro às vítimas dos conflitos agrários e que já propunha um modelo alternativo de agricultura.

> Convém destacar que, antes da criação da CPT, os agentes pastorais envolvidos na ação missionária da Prelazia de São Felix do Araguaia (os quais viriam a ser os principais expoentes da CPT quando da sua criação, em 1975) **já tinham uma preocupação não só com a questão agrária, mas também com a preservação do meio ambiente** (grifos da autora).

Nos primeiros anos do MST (1979 a 1984) uma linha tênue separava-os. Por um lado, a proximidade da ala conservadora da Igreja com a Ditadura Militar o que estreitava a margem de atuação das pastorais como Movimento Social, por outro, o aprofundamento de uma perspectiva orientada por princípios marxistas na condução do MST punha-o em contradição com aquele poder religioso. Entretanto, além da simbologia cristã que irá permear o "modo de ser" do MST naquele início, há também, o acolhimento de princípios agroecológicos[110] oriundos da CPT. Depondo sobre a importância desse Movimento (criado em dezembro de 1984) para a construção de outro projeto societário Sachs (2001, p. 77) escreve que o MST é um "poderoso movimento social" que:

> Atua como um catalisador poderoso. Embora a problemática da reforma agrária e da consolidação da agricultura familiar tivesse sido colocada na agenda intelectual do Brasil desde os primórdios da independência por José Bonifácio, pela primeira vez a sua implementação entrou na ordem do dia, depois de décadas de exercícios retóricos e de tentativas parciais e fracassadas. A presença nas estradas e nas ruas das grandes cidades do MST enfraqueceu o poder de barganha das elites rurais sobre-representadas no Congresso Nacional.

Inúmeros estudos já foram organizados sobre a história e o "modo de ser" do MST, dentre eles os de: Stédile e Fernandes (1999); Fernandes (2000); Morissawa (2001); Carvalho (2005); Ribeiro (2010). É uma rica produção que/tem sido apresentada de diversas formas, desde o campo acadêmico-científico com centenas de teses, dissertações, relatórios, intercâmbios, artigos até o campo das artes cênicas/plásticas. Ademais, o "movimento" deste

110 A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. (GLIESSMAN, 2000, p. 54, apud: BORGES, 2011, p. 11).

Movimento fez o debate da vida rural transpor o isolamento promovido pela opção produtivista do desenvolvimento rural, sacudindo o que parecia sacramentado: a eterna vida de "Jeca Tatu"[111] do campesinato. Com isto, ocupou ruas e estradas, praças e órgãos públicos, mídias populares e universidades. Ganhou o mundo!

Ao "catalisar" os interesses das populações marginais, principalmente as de origens campesinas, o MST, ao mesmo tempo em que pautava a distribuição das terras – a Reforma Agrária – em um momento histórico de crescente concentração do capital fundiário sob princípios hegemonizados pelo prisma do agronegócio, foi também propiciando a construção de um modus operandi – um metabolismo – propagador/agregador de formas de produzir alimentos alicerçados na valorização da biodiversidade como condição de sua própria existência. A consciência desta relação originária usurpada pelo metabolismo social do capital vai aos poucos se tornando palavra dita, depois escrita e, atualmente, vivenciada nos territórios campesinos. Como um processo de construção recente, ainda marginal, conflita com a hegemonia de base desenvolvimentista capitalista para a qual a harmonia está na negação do conflito e não na negação da negação das desigualdades socioambientais com as quais convivemos.

Ao MST, como expressão *reconhecida* do Movimento Camponês, também é socialmente exigida tal consciência e ele mesmo, como Movimento, passa por grandes transformações neste sentido e, com isto, hoje há mais destaque à busca de projetar a *sustentabilidade ecológica*[112] do/no trabalho camponês. Como um Movimento Social de base nacional o MST produz as resoluções de suas diretrizes em encontros, congressos, seminários, nacionalmente representados os quais são sempre realizados a partir de um vasto debate junto aos acampados/assentados, sua base orgânica[113]. Dentre essas modalidades o Congresso é soberano, pois é nele que decidem os *rumos* do Movimento. Assim sendo, as resoluções

111 *De acordo com Oliveira (2003, p. 234), este constructo* denominador do homem do campo nas primeiras décadas dos novecentos é fruto do choque existente naquele momento entre o campo e a cidade cada vez mais.

112 Para Costa Neto e Canavesi (p. 206): "A denominada sustentabilidade ecológica contém, em seu conjunto de valores, a noção de que a ciência deve ser entendida como uma via de geração de conhecimento dentre outras, enquanto a sabedoria, além de ser uma forma de acesso ao conhecimento, incorpora um componente étnico essencial, produzido pela identidade sociocultural da qual emerge."

113 Esta é uma prática histórica do Movimento Camponês. Em matéria publicado no "Jornal Terra Livre" nº47 agosto 1954 anuncia: ônibus e trens a caminho de São Paulo. Acontecia ali mais um congresso camponês.(publicação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil –ULTAB -, entidade organizada pelo PCB na década de 50) (2ª Quinzena de agosto/1954, n. 47). Cópia da página impressa, Anexo - Documentos. Também disponível em: http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=HEMEROLT&pagfis=13109&pesq=&esrc=s&url=http://docvirt.com/docreader.net#. Acesso em: 22-09-2013. Na Região Norte de Mato Grosso este trabalho vem se realizando pela Coordenação Regional-Norte. Esta também é uma ação de alguns educadores-militantes da EE Florestan Fernandes que se valem dos finais de semana e feriados para viajarem até os assentamentos.

congressuais constituem uma síntese temporal com a qual a voz se propaga e insere na vida político-social-educacional do país, (e do "mundo") no período histórico após o Congresso.

Considerando esta relevância, no quadro abaixo organizo uma breve retrospectiva onde incluo os valores/períodos com os quais se delineou o arcabouço das propostas de sustentabilidade ecológica do MST nos dias de hoje.

Congressos Nacionais do MST: Sustentabilidade Ecológica			
Nº	Período	Temática	Valores
I CN*	Janeiro/ 1985 Curitiba-PR	Sem Reforma Agrária Não Há Democracia/ "Ocupação é a única solução"	- legitimou a ocupação como importante ferramenta de luta; - produção com respeito à preservação; - técnicas agrícolas com foco na pequena propriedade;
II CN	Maio/ 1990 Brasília-DF	Ocupar, resistir e produzir	Dado a conjuntura de lutas com a eleição de Collor, neste Congresso foram debatidos mais "os desafios se voltaram para os cuidados internos da organização".[114]
III CN	1995	Reforma Agrária, uma luta de todos (articulação com a Via Campesina[115])	- Amar e preservar a terra (biodiversidade) - Buscar novos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura. - Produzir alimentos para eliminar a fome da humanidade; - Evitar a monocultura/e agrotóxicos; - **Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas**.
IV CN	2000	Por um Brasil sem latifúndio	- **Inserir a agroecologia como principal modelo de produção** nos assentamentos rurais;
V CN	Junho/ 2007	Reforma Agrária, por justiça social e soberania alimentar	. reafirma luta pelos direitos conquistados e pelo patrimônio público; . põe-se **contra**: a transposição do Rio São Francisco; o desmatamento derrubadas e queimadas de florestas nativas; o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala; o controle das sementes por empresas transnacionais; o trabalho escravo e/ou a super-exploração do trabalho; a violência no campo; a criminalização dos Movimentos Sociais.
VI CN	Fevereiro/ 2014	Lutar! Construir a Reforma Agrária Popular!	Segundo Gilmar Mauro, da Coordenação Nacional do MST: "O papel do MST é fazer a luta pela terra dos acampados e pela consolidação dos territórios já conquistados dos assentados, viabilizando **a produção de alimentos saudáveis** e educação para todas as famílias do campo". (2013, [grifo nosso][116]

Ilustração nº. 13: Congressos Nacionais do MST – Sustentabilidade Ecológica/ Fonte: Bogo (2000), Costa Neto e Canavesi (2002); Borges (2010); Página Oficial do MST na Web/www.mst.org.br. Acesso em 12-12-2013.
* Congresso Nacional do MST.

Conforme as sínteses anunciadas, a luta pela terra como espaço de convívio com os demais seres além do humano se faz presente nas intencionalidades postas. Dispõe-se sobre "produção com preservação" desde o 1º Congresso do MST. Entretanto, foi somente depois

114 Ver: **Carta do 5º Congresso Nacional do MST**. Disponível em: http://www.mst.org.br/book/export/html/88. Acesso em: 20-09-2013.
115 A Via Campesina foi criada em 1995, em Congresso realizado na América Central pela Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC). "No Brasil, a Via Campesina é constituída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e Pastoral da Juventude Rural (PJR)". (CORRÊA; MONTEIRO, 2004, p. 41).
116 Ver: http://www.mst.org.br/congresso6/Lema-do-6-Congresso-do-MST-e-Lutar-construir-Reforma-Agraria-Popular. Acesso em 12-12-2013.

de 1995 que, articulado à Via Campesina, o Movimento instaura em seu programa o debate sobre a sustentabilidade ecológica. Mesmo assim, este irá adquirir status de importância para ser selecionado dentre à grande demanda tático-política somente a partir de 2000, no IV Congresso Nacional, quando, ao menos em nível do debate, os princípios da agroecologia tornaram-se a opção da matriz produtiva. Isto equivale a dizer que, internamente, esta orientação da produção ganhou força para superar a matriz tecnológica modernizante pautada no modelo produtivista, gestado pela Revolução Verde.

Segundo Negri (2005, p. 20): o MST foi se dando conta de que não existem barreiras entre a luta pela terra e a questão ambiental, não havendo contradições entre elas, e a questão ambiental passa a ser entendida como complementação de um projeto maior que, em última instância, é a luta pela transformação da sociedade.

Sobre isto Borges (2011, p. 15) também escreve:

> A transição da matriz tecnológica encontra na organização coletiva do Movimento um espaço promissor. Apesar das divergências do projeto de cooperação agrícola do MST, relativo à destituição do saber local, as iniciativas de coletivização do trabalho e de ação coletiva (nas mobilizações) podem constituir estratégias importantes para a produção agroecológica. (...) A mudança de paradigma de produção depende, fundamentalmente, de uma mudança de princípios no MST, pois **o saber camponês** (tradicional), considerado até então como um entrave para o desenvolvimento dos assentamentos, passou **a ser resgatado e valorizado**. A partir dele são construídas estratégias de acordo com as especificidades locais, considerando a grande diversidade de cenários em diferentes regiões do país.

Assim sendo, a conclusão a que se chega é que para "alimentar o mundo" livre dos alimentos artificiais e contaminados pelos agrotóxicos e, com isto, salvaguardar a existência das vidas todas como condição de fazer perpetuar a própria existência humana, necessário se faz compreender os processos sociometabólicos que sempre estiveram encharcados da mediação: mãos campesinas e biodiversidade. Nesta perspectiva, a produção síntese da realização deste encontro – trabalho camponês e biodiversidade - constitui-se em sabedoria, uma matéria preciosa a ser lavrada com vistas ao *Bem-Viver*, sendo que, neste encontro, para muitos que conquistam "a terra de viver" já é o próprio *Bem-Viver*.

Entretanto, conforme Borges (2011) há que se atentar às "especificidades locais." Tanto a natureza (nela o gênero humano) quanto a sabedoria que nada mais é do que a síntese do modo de convivência do gênero humano, no caso o sujeito histórico campesinato, e seu corpo inorgânico organizado na e pela cultura. Isto quer dizer que, embora façam parte de um mundo totalizado, interrelacional, só podem ser compreendidas em e a partir de seus territórios.

Desse modo analisando o caso do bioma Amazônia, são as ações do Movimento camponês que, na primeira década deste milênio, usaram sete áreas numa disputa acirrada com o agronegócio da soja em expansão e, com isto, forjaram o *assentamento* de homens e mulheres trabalhadoras do campo. Ocorre que, além da saturação da macroeconomia de paradigma agrícola com base no comércio internacional de *commodities*, a relação gênero humano natureza se estabeleceu considerando o fato de serem migrantes assim conhecimento/saberes constitutivos da memória, em sua grande maioria, foram gerados/adquiridos em outras paragens. É isto, tem sido um dos fatores de estranhamento *o não conhecer*, que acaba por dificultar o fluxo de saberes entre as idéias e as praticam voltadas para sustentabilidade ecológica bases do próprio movimento na região. A seguir aponto algumas marcas dessas "especificidades locais" o processo de assentar trabalhadores no espaço do bioma Amazônia.

4.3 *ASSENTAMENTO*: (COM)FORMAÇÃO DO/NO TRABALHO E LUTA PELA TERRA

Atualmente o termo *Assentamento* tem uma diversidade de interpretação. No Dicionário Michaelis (1998, p. 239), dentre outras definições, é "coisa que se coloca ou assenta outra; sítio, ou situação de uma extensão de terra; ou colocação nos respectivos lugares, das várias peças de uma construção ou de uma máquina", e também, "ajuste, combinação, convenção, entre duas ou mais pessoas [...]". Ou seja um lugar ou uma ação de combinações, interligações que se ajustam.

Já quando acrescida a qualidade *rural* sua denominação é mais específica, como é possível verificar nos dicionários específicos: *Dicionário da Terra*, organizado por Márcia Motta e o *Dicionário da Educação do Campo*, organizado por Roseli Caldart et alii.

> Grosso modo, o termo parece datar de meados dos anos 1960, sobretudo como referência dos relatórios de programas agrários oficiais executados na América Latina, para designar a transparência e a alocação de um determinado grupo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra (ou com recursos fundiários insuficientes à sua reprodução) em algum imóvel rural específico, visando à constituição de uma nova unidade produtiva em um marco territorial diferenciado [...] (LEITE, 2005, p. 43).
>
> A emergência dos assentamentos rurais no cenário da questão agrária brasileira é um dos fatos marcantes que caracterizam especialmente o período que vai da década de 1980 até os dias atuais. Com os assentamentos, ganham projeção também os seus sujeitos diretos, isto é, os assentados rurais, bem como os movimentos e organizações que, em boa parte dos casos, garantiram o apoio necessário para que o esforço despedido ao longo de lutas as mais diversas resultasse na constituição de projetos de Reforma Agrária, também conhecidos como assentamentos rurais. [..] (LEITE, 2012, p. 108).

Primeiro movimento a termo é uma denominação relacionada mais à organização burocrática de programas agrários, pois as áreas de reforma agrária eram chamadas de "glebas", "projetos", "agrovilas", "comunidades", quando oficiais ou, de "grilo", "fofoca", dentre outros, quando ocupadas a partir de lutas populares; posteriormente, ao emergir a organização campesina, passa ser compreendido como "um lugar para se viver", um lugar estabelecido por relações de pertencimento à luta campesina.

No caso da região em foco, ainda há na linguagem um misto de "gleba" ("esse povo da Gleba!) com "mato" ("amanhã vou pro mato"), mas também pode ser identificado pela imagem de seus sujeitos, dito quase sempre pejorativamente, "os sem-terra" ("vim lá dos sem-terra"). Este significado último se deve, principalmente, às origens dos assentamentos rurais mais recentes, fruto da luta dos trabalhadores organizada pelo Movimento Camponês com o protagonismo do MST. Este olhar estereotipado é percebido pelos assentados e isto parece incomodá-los muito (durante o Tempo de Inserção ouvi muitas vezes exclamação como estas: "Somos sem-terra, mas somos honestos!", "nos tratam assim porque somos sem-terra!"). Contrariamente, também há o reconhecimento do termo assentamento como lugar de agricultor de pequeno porte, agricultor familiar, lugar de gente que faz um trabalho pesado e/ou produz alimentos bons ("este queijo é do assentamento"; "só como galinha caipira do assentamento").

Entretanto, considerando a especificidade deste trabalho, é importante salientar que praticamente inexiste qualquer menção no sentido de relacionar o assentamento com trabalho em floresta em pé na região. Isto se constitui num grande problema, inclusive educacional como tratarei mais adiante, considerando as características socioambientais dos assentamentos mais recentes. O texto que segue movimenta o pensamento no sentido de melhor compreensão disto.

No final do milênio o paradigma agrícola colonizatório para viabilização dos territórios da agricultura camponesa na região norte de Mato Grosso, principalmente na Microrregião de Sinop, estava esgotado. Sendo assim, a concentração-expropriação fundiária aliada à asfixia do extrativismo da madeira, como fora observado anteriormente, afastaram ainda mais os trabalhadores rurais da vida no campo/floresta, os territórios de convivência agrícola-floresta que abraçavam os centros urbanos do projeto de colonização inicial foram rapidamente empurrados para lugares mais distantes; a ocupação destes territórios pela edificação da indústria foi a massa propulsora que remeteu os camponeses já sem a terra-meio-de-produção sobre as áreas florestadas na região que, por sua vez consistia, em depositária do sonho da Terra-Nova Prometida.

Já para as elites dirigentes povoar áreas florestadas compõe mais um ato em seu favor porque tal ação funde ao seu patrimônio mais bens naturais coletivos – terra, madeira, em princípio – até então improdutivos na perspectiva do capital e num outro plano, facilita a agregação de novas áreas florestadas, pois após a erudição ambientalista dos anos noventa, há que se enfrentar uma via crucis, quase sempre onerosa e dependente dos interesses políticos de plantão devido às amarrações do Direito Ambiental Brasileiro[117]. Notadamente, com apelo social da Reforma Agrária, os Projetos de Assentamentos (PAs) sobre a floresta minimizam tal situação a favor do modelo agrícola hegemônico, ao absorver os dispêndios da peregrinação dos licenciamentos que, uma vez estabelecidos, tais territórios campesinos constituem-se sempre em fonte de força de trabalho necessária aos grandes empreendimentos que, distantes dos centros urbanos, lhes dão um *abraço de tamanduá*[118]. Assim, um *Projeto de Assentamento* sintetiza essa complexa dinâmica sócio-agrária que vai muito além da relação camponês-terra-floresta, mas que é constitutiva desta.

4.3.1 PAs do "novo mundo rural": a *transição aos territórios campesinos?*

Durante a última década dos novecentos, o ensaio de um *Levante Camponês* já se avizinhava e já se espalhava pela região. A pressão, ora galgando sucesso, ora não, se desenvolvia exigindo a partilha da abundância de terras *ditas* públicas da região. Em alguns casos, o Estado se interpôs e propôs uma organização inicial na forma de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, alguns na microrregião de Sinop, como síntese da dinâmica sócio agrária do campo. Exemplo disto é o Projeto de Assentamento Casulo, uma

117 Para Marcelo Pedroso Goulart, ex-presidente do Movimento do Ministério Público Democrático: "A Contra-Reforma Ambiental": "*A avançada legislação ambiental brasileira tem servido de instrumento de indução de políticas públicas transformadoras*. Disponível em: www.gramsci.org. Acesso em: 18-05-2013.
Goulart também é autor do livro "Elementos para uma teoria geral do Ministério Público" (Belo Horizonte: Arraes, 2013. 310p) aonde, nos capítulos 12 e 13, aborda a relação do Ministério Público e a "Defesa Ambiental" e a "Questão Agroambiental", respectivamente. Ao tratar da indissociabilidade entre os elementos econômico e ambiental da função social do imóvel rural contribui para que possamos melhor interpretar no texto da Constituição de 1988 algumas conquistas legais importantes à luta pela terra travada na Região de Sinop.

118 Durante o TC ouvi muitas vezes uma expressão popular que traduz esta manifestação: *o abraço de tamanduá*! São várias as espécies de tamanduás, dentre elas o tamanduá-bandeira - *Myrmecophaga tridactyla* – consta do rol de animais ameaçados de extinção em Mato Grosso. O motivo principal é a devastação ambiental de seu habitat, principalmente, o cerrado. Possuem nas patas dianteiras duas grandes garras com as quais escavam os cupinzeiros e o chão à procura de pequenos insetos – formigas, cupins, etc. – base de sua alimentação. Essas garras são bem afiadas e servem também como armas para sua defesa quando, diante do perigo, *abraçam* o predador e gravam-lhes as garras. É um *abraço* que pode destruir a vida.

proposta de assentamento criada pelo INCRA que atendeu às metas "previstas no Plano Brasil em Ação/1997".

Em 1998, numa parceria com a Prefeitura Municipal, uma dessas células foi implementada a 5 km do município de Santa Carmem. Contou para isto com uma área de 120 hectares, divididos para 42 famílias (aproximadamente 2,5 ha para cada uma) com considerável histórico de migração. Inicialmente foram organizadas pela Prefeitura Municipal, mas, a partir de 2000, a coordenação passou à *Associação Comunitária Rural Projeto Casulo*. Quanto à produção, em 1999, além do plantio de várias espécies para subsistência, estava concentrada na produção de tomates e 50% da área permaneciam florestadas (PERIPOLLI, 2002).

Neste mesmo período, 1997, em que se acentuava o processo de globalização da economia brasileira[119] foram implantados na microrregião Sinop dois projetos de assentamentos de porte médio. Um é o PA Ena, com 450 lotes/30 mil hectares, a 90 km de Feliz Natal, e que, até 2013, somente parte dos assentados (168) havia recebido os títulos de Cadastro de Concessão de Uso. Ainda, segundo informações constantes na página oficial daquela Prefeitura em 21 de março de 2013[120], o *Projeto de Assentamento Ena* poderia conquistar a façanha de ser o primeiro assentamento do País com Projeto de Manejo Sustentável.

Outro é o *Projeto de Assentamento Mercedes V* – Wesley Manoel dos Santos, a 90 km de Sinop, com 500 lotes/38.291 ha (497 famílias e três lotes para possível construção de uma escola agrícola. A distribuição dos lotes se organizou em várias "comunidades"[121] aglutinadas em dois núcleo: Agrovila e Campos Novos. As famílias se organizaram em diversas associações: Wesley Manoel dos Santos e Associação São João, da Agrovila; Associação Teles Pires, dos Campos Novos; Associação Vale do Teles Pires. A rotatividade espacial neste PA é bastante intensa e constitui num problema. Em 2007, das 497 famílias assentadas, somente 250 eram "remanescentes nas propriedades" (FRANCIO, 2001, p. 51). Numa prova

119 Processo de globalização da economia brasileira.

120 Ver: http://www.feliznatal.mt.gov.br/Noticias/Prefeitura-e-associacao-dos-madeireiros-apresentam-projeto-de-manejo-aos-madeireiros-de-feliz-natal/. Acesso em 06-06-2013.

121 Este termo "comunidade" vem da experiência da colonização aonde servia para denominar os centros de convivência formados por grupos de famílias ao longo das áreas dos projetos. As denominações destas "comunidades" não seguiam uma determinação do INCRA e ficava a critério das imobiliárias, como caso da SINOP S/A que "batizou" a maioria das comunidades da Gleba Celeste com nomes de mulheres. Posteriormente, com a implantação das escolas, que também serviam como igrejas nesses núcleos rurais, a toponímia passa ser marcada pela transcendência dos nomes de santo ou lugares bíblicos representa a força da fé católica vinculada aquele colonizatório. No caso da Gleba Mercedes percebe-se que já há uma pantonímia bastante plural com nuances de identificação com a vivência ambiental camponesa: Agrovila, Campos Novos, Córrego Fundo, Boa Esperança, São João e Bela Vista.

que dez anos após o *assentamento* não se efetivou para boa parte dos camponeses, aliás, uma característica também observada em outros PAs da região.

Muitos outros *sinais* de estrangulamento destes Projetos de Assentamentos podem ser interpretados como parte do pacote de políticas públicas neoliberais[122] que visam fomentar a *reforma agrária de mercado* e, concomitantemente, minimizar o crescente Movimento Camponês (principalmente o MST), portanto, formulações de uma política agrária distante dos princípios da Reforma Agrária pelos quais tombaram, em Curumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996), vários trabalhadores em luta pela *terra de viver*.

Uma sinalização a ser destacada neste momento é a da concepção do desenvolvimento socioeconômico do "novo mundo rural" que indicavam não haver distinção entre espaço rural e espaço agrícola. Ambos eram entendidos naquele momento como *espaços de valor* que, além da produção, podem ser residência, espaços de prestação de serviços (turismo, lazer, etc.) e, focos de análise deste trabalho, ou patrimônio de *recursos* naturais e culturais. Ou seja, uma visão ideológica estritamente utilitarista do meio-de-vida-camponês, as terras dos assentamentos.

Na materialização desta orientação governamental o *assentamento* é o *lócus* privilegiado no qual se desenvolve o *agronegócinho rural*. Dessa forma, no caso do *patrimônio ambiental* (natural e cultural) do PA WMS, os apontamentos do "Projeto Saberes da Terra: dos discursos dos sujeitos sociais à multiplicidade de saberes para a (re) significação do currículo da educação do campo" dão breve demonstração do vilipêndio proporcionado por tal perspectiva governamental de criação de espaços para o campesinato no *bioma* Amazônia.

> As terras do Assentamento inicialmente *continham grande parcela de mata nativa intactas*, que foram e continuam sendo devastadas, queimadas ou derrubadas para a ocupação humana, bem como para a agricultura e para a agropecuária. As primeiras pessoas que foram ocupar a terra a elas reservada extraíram a madeira nobre, vendendo-a para as indústrias madeireiras. Para a extração da madeira, as indústrias responsabilizavam-se em fazer as estradas, visto que necessitavam de espaço para a passagem de máquinas e caminhões que importavam para a retirada da madeira, por esta razão surgiram várias estradas que cortam ainda hoje a região: foram feitas pelas empresas madeireiras obedecendo aos traçados que lhes interessavam para chegar à matéria prima para a indústria. Marcados pelo passado de devastação, os moradores das comunidades do Assentamento continuam com a prática de incêndios florestais que consomem parte da vegetação, algumas em estado de recuperação, *manchando de cinza, às vezes, grandes áreas de mata*. *Contudo, há áreas verdes ainda preservadas*, que guardam fauna e flora originais. Áreas estas que poderiam servir para um trabalho de preservação e ponto de partida para a (re)tomada da consciência ambiental. (CASTILHO E PHILIPPSEN, 2011, p. 87). [grifo nosso].

122 Ver: "Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural – Política de Desenvolvimento Rural com Base na Expansão da Agricultura Familiar e sua Inserção no Mercado" (MDA, 1999). Ver: http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/download/arquivo_24.pdf?file_id=4301245: Acesso em: 20-01-2012.

Então, dilapidação ambiental há dezoito anos em voga faz girar um círculo *vicioso* que parece não ter fim. Mas tem! Para alavancar algumas melhorias e possibilitar o seu efetivo *assentamento* na área os trabalhadores (muitas vezes incentivados pelas elites dirigentes) se lançam de forma predadora sobre o *patrimônio natural*, no caso a floresta. Isto dificulta a obtenção os licenciamentos ambientais mesmo que também estes sejam de responsabilidade do INCRA. Sem esses licenciamentos os *assentados* não conseguem acessar os já parcos programas de fomentos tendo, muitas vezes, que tombar a última castanheira-itaúba-pequizeiro-jatobá para garantir mais algum tempo de sobrevida no lote. Esta realidade se traduz nas palavras de Lorenzetti (2011, p. 113) que, em sua pesquisa sobre Empreendimentos de Economia Solidária (ESS) – *A Economia Solidária e o papel da educação* – anuncia a condição desse impasse. As associações (também incentivadas pelo ideário do "novo mundo rural", como forma de descentralização e combate à *radicalidade* do Movimento Camponês) "existentes na área da Gleba Mercedes não conseguem recursos ou empréstimos porque estas propriedades rurais *não estão legalizadas* junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)".

Feitas essas considerações sobre os assentamentos *Ena* e *WMS* é possível verificar que, de alguma forma, impactaram a Microrregião de Sinop. As dificuldades existentes tanto em um quanto noutro denunciam o fracasso dos territórios organizados a partir do "novo mundo rural camponês" prometido durante a sedimentação das bases políticas neoliberais. Neste cenário de tanto descaso por parte dos órgãos competentes, principalmente o INCRA/MT, nos últimos anos têm oferecido um vasto histórico de toda forma de inviabilização da agricultura camponesa, indo do desleixo com a causa à corrupção estampada nas páginas policiais.

Além disso, há o *arrendamento* estas áreas para a indústria agrícola da soja. Tal prática cresce ano a ano sem nenhuma contraposição governamental ou social, pois está disseminado-saturado para aceitação pública que *este é o setor produtivo*: o agronegócio! É dele que vêm os impostos, os empregos, dizem os governantes, independente da estrutura federada. O que quero dizer com isto é que a *hegemonia da soja*, presente na região, é uma construção histórica que se edificou com forte investimento estatal: financeiro e político-cultural.

Contrariamente, a viabilização da agricultura camponesa está sempre em últimos planos nos governos, o que beira às raias da inconsequência. Para muitos assentados são quase vinte anos no aguardo da moradia, da mobilidade, dos licenciamentos ambientais, da comunicação, do acompanhamento cotidiano à saúde, da assistência técnica de extensão rural, dos financiamentos da produção, dos espaços solidários, da comercialização de excedentes, das

condições de lazer, da escola de boa qualidade, e enfim, das condições básicas para o *Bem-Viver*! O atendimento governamental, quando ocorre, independente do ente federado, é sempre após alguma manifestação *radical* (fechamento de estradas estaduais e federais, ocupações de órgãos públicos, etc.) e em *conta-gotas*. Isto desalenta os camponeses e encarece a produção. Esta situação se agrava mais ainda porque a unidade do INCRA mais próxima localiza-se em Colíder (a 370 km do PA Ena e 250 km do PA WMS) e a Superintendência Regional (13) localiza-se em Cuiabá, o dobro desta distância. Por certo, em grande medida, o *não-fazer* dos entes federados é seu *grande feito* para o fortalecimento projeto societário capitalista neoliberal vigente.

Fora desta análise das concretas de existência tão próximas entre os dois assentamentos, uma intrigante questão, no que diz respeito à forma como esses dois coletivos encaminharam o trato das questões ambientais, chega a intrigar pela sua discrepância. Não que esteja colocando frente a frente visões cosmológicas diversas, como a indígena e a *nossa* (europeizada) que, mesmo de forma breve, tocarei no próximo item, mas sim, mirando tais formas na perspectiva utilitarista que as envolve. Quais elementos fundantes possibilitaram que o PA Ena, mesmo mais distante dos grandes centros e criado-estabelecido na mesma lógica do PA WMS, galgasse o posto de ser, em 2011, "o primeiro no estado a obter o CAR"[123] e, agora ser um dos primeiros a executar o PMS? Por que o PA WMS pertencente-próximo ao município de Sinop que é considerado o pólo acadêmico-educacional-científico da região, com dois *campi* universitários públicos (UNEMAT e UFMT) e várias faculdades particulares, além do centro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o que poderia facilitar a obtenção de mais acesso às informações para elaboração do CAR, ainda não obteve tal êxito[124]?

Ainda, medidas governamentais, a exemplo da publicação da "Lista dos Municípios Prioritários"/maiores desmatadores, (na qual Feliz Natal e Cláudia foram incluídos em 2011 e, somente o primeiro fora retirado desse lista em outubro de 2013) colaboram para que seja forjada uma relação mais harmoniosa com a floresta?

---

123 "O CAR [Cadastro Ambiental Rural] funciona como uma carteira de identidade do imóvel rural gerando informações sobre Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL) e percentuais de desmatamento. É o primeiro passo para a regularização ambiental de uma propriedade para uso ou exploração dos recursos naturais. A medida vale tanto para proprietários de terras ou posseiros (ocupantes de terras sem título legítimo) que realizem atividades agropecuárias, agroflorestais, de mineração ou infraestrutura". Disponível em: http://www.yikatuxingu.org.br/2011/02/25/assentamento-ena-e-o-primeiro-no-estado-a-obter-o-car/. Acesso em: 05-01-2014.

124 Foi publicado no Diário Oficial/MT n. 26089, de 18 de jul./2013, p. 42, a homologação do resultado de licitação realizada pela Prefeitura Municipal de Sinop com objetivo de contratar a empresa para elaboração e execução do CAR daquele PA. Disponível em: http://www.iomat.mt.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=3466&page=42. Acesso em: 20-11-2013.

A elucidação destas questões pode contribuir para uma melhor *leitura da realidade*, pois circundam o objeto foco deste estudo (relação migrante-camponês, *urihi*, educação do campo). Algumas pistas (hipóteses) indicam que pelo fato de Feliz Natal estar nos limites das nascentes do Rio Xingu, próximo ao Parque Indígena do Xingu (PIX), há um monitoramento mais apurado das ações e, com isto, uma circulação maior do ideário ambiental que sensibiliza-pressiona as populações e os gestores públicos com vistas à solução dos problemas. Por outro lado, sua localização é estratégica para a indústria madeireira podendo até *vir a ser* uma via de escoamento (legal ou não[125]) do potencial de produtos madeiráveis do referido PIX[126], somados área do PA Ena (total) de 13 mil ha[127], não é nada desprezível sobre isto,no caso do PA WMS a situação é bem diversa desta: que segundo Perón (2010, p.167-8):

> ...os parceleiros receberam suas terras com muita madeira, desmataram muito para fazer dinheiro rápido [...]a prática da caça predatória, a extração ilegal da madeira, o desflorestamento quase total da área, pode-se constatar numa visita ao assentamento [...] Infelizmente ocorre crimes ambientais de toda ordem, já não há mais o que ser derrubado [...] (PERÓN, 2010, p. 167-8).

Então, o contexto no qual o Assentamento Ena está inserido corrobora para que haja maior propensão de linhas de financiamentos estatais e/ou privados para o desenvolvimento (em sua maioria capturados, principalmente, pelas ONGs[128] e, algumas, *realmente* tem realizado o trabalho sócio-político-educativo necessário para reaproximação do ente humano à natureza). Todavia, a tudo isto, soma-se o nível de dependência sócio-econômica dos municípios em relação aos assentamentos e isto pode ser também outro fator relevante às decisões de investimento público para o seu desenvolvimento. Grosso modo, ao observarmos

125 Na microrregião de Sinop, apesar de todo aparato governamental para o controle do desmatamento, muitas vezes, difundido pela mídia de forma sensacionalista, são constantes as apreensões de madeira. A ilegalidade tem sido a grande marca do setor madeireiro. A pressão deste setor e da indústria agrícola da soja é nítida. Nestes anos todos, as *operações* de combate à devastação ainda não ultrapassaram a barreira da mera repressão que já se mostrou incapaz de mudar os comportamentos. Junto à usurpação florestal se soma outras contravenções como transporte inadequado, exposição de trabalhadores ao risco, dentre outros. Dois extratos desta realidade, um estudo de Monteiro (2012, p.20) no qual analisa os dados da exploração florestal sem autorização em MT, Feliz Natal consta como o segundo da lista, só perdendo para União do Sul e seguido por Cláudia, todos desta região; e a matéria a seguir é ilustrativa desta afirmação. http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/11/ibama-apreende-cinco-caminhoes-com-madeira-ilegal-em-mato-grosso.html. Acesso em: 09-09-2013.

126 Sobre o potencial da biodiversidade do Parque Nacional do Xingu consultar: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xingu/1539. Acesso em 13-12-2013.

127 http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1623: sema-e-incra-garantem-analise-de-projeto-do-assentamento-ena-no-norte-do-estado&catid=204:licenciamento&Itemid=180

128 Na página virtual da Campanha Y Ikatu Xingu (Salve a água boa do Rio!) consta que o ICV firmou termo de cooperação técnica com o INCRA para elaboração do CAR do PA Ena numa iniciativa da Campanha que já realizava trabalhos naquela região no sentido de proteger a nascente do Rio Xingu da acirrada devastação. Ver: http://www.yikatuxingu.org.br/a-campanha/apresentacao/. Acesso em 06-01-2014.

as estimativas populacionais para 2013[129] e relacioná-las com o número de assentados considerando cinco pessoas por família/lote teremos o seguinte: Sinop, 123.634 hab, PA WMS, 500 lotes/2.500 hab (apesar de informações de uma das suas lideranças afirma que, somente metade destes lotes são habitados atualmente) = 2,03%, enquanto Feliz Natal: 12.088 hab, PA Ena, 450 lotes/2.250 hab = 18,61%. É uma diferença, ao menos em números, bastante significativa!

Muitos atendem ao "chamamento", pois a posse de sua "terra própria" e a "vida junto à natureza" (PERÓN, 2010, p. 170) são as *coisas* que mais lhes fazem felizes-satisfeitos. Foram para a "Gleba" com a cara e a coragem que sempre tiveram quase nas mesmas condições do período colonizatório, quando lá se reiniciaram no trabalho agrícola ainda mantendo, ou aprendendo, os mesmos princípios-costumes do modelo produtivo que os levaram ao fracasso como homens/mulheres do campo no período da sobreocupação: reocupação, mesmo com a certeza de que "a terra é fraca" e, por isso, sem a dedicação pioneira. Para boa parte destes "agricultores familiares", na condição reconhecida socialmente de "pequenos proprietários", a *negociação* dos lotes com a valorização fundiária que ocorre após implantação dos assentamentos, constitui num "abrupto crescimento no valor de seu patrimônio" (DESCONSI, 2011, p. 216), o que faz aumentar de forma aligeirada o seu "pouco recurso", meta almejada pela maioria dos migrantes.

Dessa forma, em que pese os interesses econômicos das elites dirigentes na implantação dos assentamentos, tanto pela possibilidade de movimentar o capital natural oriundo da extração madeireira com baixo investimento nos licenciamentos, quanto pela real anexação dessas áreas ao seu projeto primordial, a indústria agrícola da soja, três outros pilares sustentam a devastação e comercialização da *terra de trabalho* nos assentamentos, como resultante da dinâmica sociometabólica vigente: a ideologia da *terra (floresta) de negócio* continuamente alimentada por boa parte dos agricultores familiares do "novo mundo rural"; o *afrouxamento* do Estado quanto ao cumprimento das leis, sendo "ele mesmo" o ente-*lócus* que, além de ressoante, engendra artimanhas infracionárias que equilibram/desequilibram a relação gênero humano (no caso o camponês) com a *urihi.*

Neste sentido, é "costume" do INCRA e INTERMAT definirem as áreas com o lançamento dos assentamentos, o que movimenta bastante os trabalhadores envolvidos, e depois disto, são muito morosos (para não dizer ímprobo). Os assentados, no geral, se sentem abandonados e as dificuldades se avolumam fazendo com que muitos desistam da lida na terra

129 Ver: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=51&search=mato-grosso. Acesso em: 06-01-2014.

e se legitime o crime de comercialização de terras da Reforma Agrária, como prática corriqueira na região por fim; a ausência de qualquer formação/assistência rural no sentido de elaboração de um projeto regional para vida no campo, para a produção de alimentos, e por conseguinte, para a conviver com a biodiversidade presente nestes território. Tudo é fragmentado, são pequenos lotes suspiros, por onde se oxigenam as esperanças, mas também as carbonizam, sem que estejam dadas as condições de sua renovação.

O "concreto" nisto tudo, como síntese, "unidade do diverso[130]", é que desde o processo colonizatório como *sobreocupação* (por isto tantos conflitos com os povos indígenas sobreviventes) populacional no bioma Amazônia, aos assentamentos do "novo mundo rural" como *transição aos territórios campesinos* (o "histórico"), a concentração econômica (o "estrutural") se manteve em permanente em ascensão, concomitante à dilapidação da biodiversidade e à inviabilização da agricultura camponesa. Isto ocorre não somente porque, com a política pública de distribuição da biodiversidade aos trabalhadores, se abriu um leque de necessidades (infra-estrutura básica, correção de solo, sementes, etc.) já sabidas de antemão como irrealizáveis, mas principalmente, porque por não ser dado a conhecer a fundo a *matéria* (biodiversidade, relações de produção, planejamentos) com a qual ousariam aplacar suas necessidades para se realizarem como camponeses (alimentos, moradia, vestimentas, lazer, equipamentos, etc.).

Com isto, esta *madeira* fora desprezada chegando às raias do banimento da floresta, e o quase total atrelamento à ideologia da *terra de negócio*. O processo colonizatório, então, não só abriu a clareira inicial, mas, atualmente, tensiona para ultrapassar os limites legais, além disto, na dinâmica histórica emplacou sua perspectiva ao modelo de vivência no campo desde a produção de um simples roçado à complexa produção científica para agricultura de larga escala e nem mesmo os universitários (docentes e estudantes), mais próximos *pensam* a produção agrícola com a floresta em pé. Dentre este é facilmente possível encontrar algum que, vivenciando há anos um curso de área afim (agricultura, engenharia da produção agrícola, engenharia florestal, por exemplo) sem, sequer, ter observado uma área de assentamento na região, muito menos um pé de castanha do Brasil, cujas amêndoas são bem *populares* nos pontos de venda às margens das estradas da região.

Todavia, a crítica ao modelo sociometabólico do capital, no que toca à vivência na lida da terra, também é realidade. Tomando como exemplo o diálogo estabelecido entre Marx e Liebig, um cientista do solo que em meados dos oitocentos (FOSTER, 2010, p. 216-7)

130 Marx (2008, p. 258) ressalva a importância de compreendermos a articulação histórico/estrutural em um estudo social.

investigava o "lado destrutivo" da agricultura moderna naquela efervescência pós Revolução Industrial e propunha soluções para superação da produção capitalista (firmada no "roubo" de nutrientes do solo, sem retorno algum). Os efeitos anunciados por essa crítica quase bicentenária são hoje uma concreta realidade planetária diante da qual nenhuma forma de vida está incólume, pois nem mesmo à salvação da lavoura o agronegócio se sustenta sem promover a autodestruição.

Na região norte de Mato Grosso, de maneira geral, seja durante as viagens que fiz para o estudo exploratório deste trabalho, seja através de incontáveis diálogos escritos e presenciais que estabeleci com educadores, militantes do Movimento Camponês, pude observar o esforço para superar as amarras materializadas no processo colonizatório com inúmeros ensaios práticos para a agricultura camponesa de orientação agroecológica/agroflorestal[131]. Também, nos estudos realizados pelo ICV (2005, p. 56)[132] - "Assentamentos da Reforma Agrária no Território Portal da Amazônia: características sociais, econômicas e ambientais"- em nove assentamentos dos dezesseis municípios de sua abrangência, sinalizam o desenvolvimento desta forma de compreender os processos agrícolas vinculados a sócio termodinâmica do bioma Amazônia-MT:

> Outro fator ainda relacionado com falta de integração e identidade do assentado com a vida no campo, é que este *ainda não aprendeu* a se perceber como parte componente do meio ambiente, uma vez que se considera acima ou à parte dele. De forma geral, a natureza é percebida como uma fonte exterior de recursos que deve apenas ser explorada para suprir as necessidades básicas do homem. Trata-se da lógica do progresso desenfreado fazendo parte da vida no campo, ainda que o próprio agricultor não possa desfrutar de seus benefícios. Atualmente, contudo, *vem se intensificando a consciência de que natureza não possui a capacidade de se renovar na mesma velocidade em que vem acontecendo sua exploração* e, em um momento não muito distante, os recursos poderão faltar. Por essa razão, acredita-se que foi possível verificar, *na maior parte dos assentamentos, uma certa sensibilização sobre a questão do fogo e da preservação das matas ciliares.*

Esta necessidade de aprender e esta "sensibilização" dos agricultores familiares não são pouca coisa quando se vive sob a ameaça dos "correntões" da hegemonia do agronegócio; estar consciente das limitações de renovação da natureza é um exercício imenso para quem, sempre ponderou a possibilidade ir "lá pra frente abrir novas terras" como uma *saída* à sobrevivência.

131 Alguns espaços de produção agroecológica/agroflorestal pela característica formadora que estas práticas assumem tanto na localidade, quanto na região. Essas áreas ainda são poucas, mas há um permanente trabalho pedagógico em várias escolas do campo da região, mas nem sempre reconhecido são reconhecidos pelos setores da educação ou da agricultura. Fora da escola alguns camponeses fazem plantações diversificadas e produtivas, mas também reclamam da falta de apoio dos órgãos competentes e da própria sociedade.

132 Disponível em: http://www.icv.org.br/site/wp-content/uploads/2013/08/estudoassentamentos.pdf. Acesso em: 10-07-2013.

Além disso, ao replantar e recuperar, nesse *trabalho* de cuidar das APPs, das ARLs, de produzir alimentos "limpos", cria-se outro leque de *necessidades humanas* - que são sempre históricas, sempre sociais como afirmava Marx (2008, p. 248), se educam porque transformam ocorrências vitais em respostas que dão sentido ao "ser mais" e os camponês agroflorestal necessário à perpetuação do bioma Amazônia em MT.

A seguir apresento um breve mapeamento da formação dos espaços de agricultura camponesa, conquistados a partir do que chamarei aqui de *Levante Camponês: na Amazônia Mato-Grossense/2003* para, no bojo desse processo, elucidar alguns elementos constitutivos do território denominado "Assentamento 12 de Outubro", bem como da Escola Estadual Florestan Fernandes, ali assentada.

4.3.2 O Levante Camponês na Amazônia Mato-Grossense: aproximações da falha sociometabólica

A *sensibilização camponesa* à sustentabilidade ecológica também se move, no início do milênio, porque esta questão diz respeito à população no geral (e mundial). De modo mais acentuado a humanidade passa a vivenciar os processos de "sensibilização" para se perceber como "parte componente do meio ambiente". No caso dos camponeses internos ao bioma Amazônia, eles vão experienciando atividades como, por exemplo, aperfeiçoando o controle do fogo; à busca de sementes crioulas, nas áreas livres de agrotóxicos; ao comércio solidário; enfim, ao respeito à biodiversidade expressa em grande medida na possibilidade do apreender aquele bioma ainda desconhecido.

Paradoxalmente, também podem, a depender de seu engajamento, aprofundar o *arrendamento às avessas* na qual, ao invés de pagar a renda da terra para o capitalista, recebe-a como a pá de cal sobre sua atividade-trabalho capturada e remetida ao aniquilamento, ou fazer emergir a função que historicamente lhe constituiu por primeiro, além de produtor de alimentos: a de "guardião da biodiversidade". Há, por isso, a *necessidade* de outros saberes para vivência sustentável na qual o campesinato, por estar diretamente vinculado às áreas ainda florestadas, tem papel fundamental nessa transformação.

Nestas atividades de trabalho se "sensibilizam" e "determinam a consciência" que brota do chão lavrador. Envolto nesta necessidade ora querida, ora forçada pelas leis sociais e naturais, alguns daqueles milhares de trabalhadores sem-emprego, "dispensados" da madeireira nos anos 80/90, juntamente com "pequenos agricultores" sem-terra, lançaram-

se/foram lançados às margens físicas do progresso, como plantas, semeadas pelos milhões de carretas a cruzar, num estafante vai-e-vem, as estradas cada vez mais largas deste país. Juntavam-se nos acampamentos, e buscavam seu "pedaço de chão".

Pela forma e conteúdo, esses acampamentos foram *o berço* da identidade Sem Terra na região, pois no período em foco, a primeira década do milênio, de sul a norte na BR-163, expuseram que a "vida pulsa ao redor"[133]. Homens/mulheres, de pouca ou muita idade, fincaram seus barracos entre o vão desta estrada e se apresentaram como partícipes sociais.

Pôde-se ver, então, em 2002, a efervescência do emergir frentes de trabalhadores questionadores da ordem estabelecida: os coletivos dos trabalhadores rurais sem-terra. Um ponto fulcral nessa rota da BR-163 foi o Acampamento Nova Aliança, entre Sinop (50km) e Itaúba (50km), mas circunscrito ao município de Cláudia. Inicialmente, segundo seu *Cedro*[134], um dos organizadores, o acampamento, surgiu como uma "fofoca":

> Terra não é mais que um garimpo. Surge uma fofoca, um fala, outro fala, sempre sai aquele comentário de que uma associação não governamental, uma entidade, um grupo parceiro, descobriu que tal área não tinha documento... estava destinada para Reforma Agrária... aí vamos acelerar o processo com o acampamento para ver se o INCRA, as entidades governamentais, ver se é do governo ou dos latifundiários a área.

Uma vez instalado o acampamento em frente às fazendas pretendidas – Fazenda Panorama e Loanda – rapidamente mais de trezentas famílias de vários municípios da região foram atraídas. Embora não pertencendo organicamente ao MST, os coordenadores do acampamento se articularam com a direção do Movimento em Cuiabá, para que o mesmo os "assumisse" como parceiros, pois entendiam que assim teriam mais força política. Por conta disto, pela representatividade do MST para as entidades e militantes da causa socialista na região, bem como, pela aproximação dos representantes da CPT que também dispunham de grande confiabilidade, o SITICOM, a ADUNEMAT, o SINTEP e alguns docentes do Campus da UNEMAT, em Colíder e em Sinop, passaram a envidar apoio direto aqueles trabalhadores aglutinados e dispostos a, literalmente, "romper com as cercas" do latifúndio na região.

---

133 NIEDERAUER, Carlos Alberto Pittaluga, ao prefaciar a publicação de pesquisa organizada por Maurício Torres, para subsídios ao projeto de pavimentação da BR 163, **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. Disponível em: http://centrodememoria.cnpq.br/amazonia%20revelada.pdf. Acesso em: 20-12-2013.

134 *Cedro*, ex-acampado do ANA, pequeno agricultor há 30 anos em Colíder/MT via naquela ocupação uma forma de ampliar suas terras e assim conseguir um "pedaço de chão" para os filhos. Sua esposa ficava no Acampamento durante a semana "guardando a vaga" enquanto isso "trabalhava" como responsável pelo "postinho de saúde". Ele, como tinha emprego fixo, ia para o ANA somente nos finais de semana. Contudo, depois das primeiras reuniões com o INCRA, quando percebeu que o processo seria muito moroso, o casal desistiu do acampamento. (Caderno de Campo, abril, 2013).

A movimentação era tamanha que alguns docentes universitários decidiram organizar o *I Seminário da Terra de Sinop* (dia 16 de agosto de 2003) para, juntamente com o INCRA, INTERMAT e lideranças do campo, tratar da ocupação da terra na região:

> Cerca de 500 pessoas estão participando do I Seminário da Terra, no campus da Unemat em Sinop. Acadêmicos, sindicalistas e pessoas ligadas ao Movimento Sem Terra vieram de Colíder, Santa Carmem, Sorriso e Lucas do Rio Verde para participar do evento. A UNEMAT está atuando como interlocutora na discussão do problema da terra, envolvendo política agrícola e reforma agrária. (24horasnews, 16-08-2003, s/p).

As *necessidades* postas para estes acampados esbugalhavam, como se pode ver, a dissimulação do olhar-regional encoberta pelo mito do progresso saturado no decorrer do processo colonizatório e se faz desnecessário aqui esmiuçar porque não difere em nada de tantas outras expostas nos estreitos territórios que acolhem os miseráveis deste país: os acampamentos urbanos, também chamados de favelas. Neste curto período, também conviveram com todo tipo de conflitos internos, que vão desde os acirrados debates sobre as cestas básicas[135] até a destituição da direção inicial; e externo, com aparato do capital-midiático e com as forças contrárias dos governos locais a saturação ideológica a favor da ordem estabelecida (a vivência neste Acampamento primeiro, pela intensidade de seu efeito, é um dos "inventários da luta pela terra" que precisam ser confeccionados, mas que não cabe a este trabalho. Infelizmente!).

Concomitante à organização da *vivência acampamenteira* (com suas regras de convivência, suas possibilidades de sobrevivência, seus saberes), os integrantes do MST-MT, já presentes na região, passaram a realizar o *trabalho de base* (Embaúbas, Caderno de Campo, 2013) junto aos bairros mais empobrecidos de Sinop, Sorriso e região, com objetivo de juntar os interessados na luta pela terra para organização de ações neste sentido. Enquanto isto, outros grupos organizados também emergiam mais ao norte: Nova Canaã, Terra Nova do Norte, Guarita, Novo Mundo, dentre outros (hoje, a região conta também, além da CPT, dos STRs e MST, com núcleos organizativos da PJR, MPA, MAB e MMC[136]).

---

135 O governo federal ainda hoje tem fornecido cestas básicas para os acampados. No caso do ANA, AM (também ex-acampado do ANA, conseguiu acessar um lote quando do parcelamento em 12 de Outubro, porém, segundo ele, lhe foi destinada uma área de floresta; ele conta que foi necessário uma pressão sobre a coordenação na época para que todos acampados cadastrados e os "guardadores das vagas" "que eram pobrezinhos" também recebessem as tais cestas.

136 Antes da presença orgânica do Movimento Camponês na região ocorreu uma experiência cujo registro é necessário. Em 1986, no início de construção do Movimento Camponês em MT, se fez representar pela CPT. Um grupo de trabalhadores sem-terra marchou por 80 km de Jaciara à Cuiabá, reivindicando terra de trabalho. Ficaram mais de três meses acampados em frente à Igreja do Rosário, parte central daquela Capital. Foram dias de enfrentamento direto à lógica capitalista incorporada no Estado através do agronegócio produtivista exportador./Com muito custo humano, mobilização de intelectuais, religiosos, políticos, o "pedaço de terra" fora

É fato que, nesse afloramento da classe em si rumo para constituição da classe para si esses coletivos constituíram-se em voz transformadora da prática cotidiana de uma classe em movimento com uma diversidade de estratégias proletárias jamais vista antes na região. Sendo assim, embalados pela suposta *onda popular* que se instaurava no Brasil, em 2003, com as eleições para o Governo Lula-PT I[137], a ordem firmada pelo Movimento Camponês, bem como, por vários gestores comprometidos com a causa, fora: *organizar, acampar e ocupar* os milhões de terra devoluta na Amazônia Mato-Grossense (Cedro, Caderno de Campo)

Fruto deste caldeamento, no dia 12 de outubro de 2003, ocorreu a primeira ocupação de latifúndio organizada pelos trabalhadores sob a coordenação do MST, com a participação da CPT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR-Sinop), na região de Sinop. Dessa forma, reivindicaram a permanência e a condição de partícipes da vida produzida com a partilha dos meios, da produção e de sua gestão. Com isso, desestabilizaram a suposta ordem e progresso do capital! (REIS; SILVA, 2006). Assim, valeram-se da perspicácia com a qual convivem os trabalhadores organizados: a perspicácia da classe![138] Já não eram mais um grupo exigindo "um pedaço de chão para si próprio", que se daria por satisfeito com a entrega de lotes oriundos de uma área pública apenas, mas sim, rompiam naquele momento, as cercas do latifúndio. O mais representativo da região, a Fazenda da Agroquímica, a menos de dez

conquistado. Não no espaço solicitado, no município de Jangada, mas sim, a setecentos quilômetros de distância (sessenta quilômetros da cidade de Colíder). Foram praticamente jogados em meio à floresta num período impróprio à preparação dos roçados: mês de outubro. Da mesma lona preta que os guardava sob o sol escaldante de Cuiabá fizeram suas moradias – agora "doadas" pelo INCRA – em meio à floresta e pastagens. Serviu-lhes de abrigo por todo período de chuvas. Coletivamente enfrentaram problemas de diversas ordens: mantiveram as estradas; construíram os espaços para as aulas com madeira e palha de palmeiras; criaram a Associação LUT-MAT, e; defenderam-se dos conservadores políticos locais, sempre com "um pé atrás" em relação ao Movimento. Durante os anos que seguiram foi visível o que vemos em boa parte de outros assentamentos: a ausência do Estado e, com isto, a inviabilidade da produção da vida camponesa. Nesse contexto, nem mesmo a organicidade do Movimento se reproduz, atualmente, das sessenta e quatro famílias assentadas, somente 20% delas mantém-se na área./ Sem espaço para fruição de seus ideais igualitários, isolados por esta gama de dificuldades, contaram somente com o apoio tímido de uma parte da Igreja Católica e do Movimento Docente organizado em torno do SINTEP, esta experiência raramente é lembrada até mesmo pelos historiadores que tratam dos conflitos sociais daquela região. Entretanto, mesmo sem constituir "matéria histórica regional", localmente, estes camponeses tem procurado firmar seus marcos através dos conteúdos escolares como forma de repassar às gerações mais novas sua origem e, assim, atribuir algum sentido por estarem ainda ali.Também o Prof. Eudson Ferreira de Castro, UFMT, registrou esta experiência na publicação: "Sem terra: vida e luta", em 1987.

137 Depois, ao fim dos dois mandatos de Lula, e agora, com DH no terceiro mandato do PT, está comprovado que, concretamente, por parte do governo o que há mesmo é "falta de sintonia com o campesinato e afinidade com agronegócio!" (SILVA JUNIOR, 2013).

138 Após se "entrincheirarem" juntando homens, mulheres, crianças, animais domésticos, alguns pertences pessoais e alimentação, em pontos estratégicos da cidade de Sinop. Na madrugada do dia 11 de setembro agiram em duas frentes para chegar a área pretendida. Uma, a que de certa forma fora divulgada entre os participantes, dirigiu-se para o lado sudoeste da cidade; a outra, com destino conhecido apenas pela coordenação da ação, se dirigiu para o lado norte. A primeira fora detida pela força armada das polícias – militar e civil – que já estavam apostos quando o comboio insurgente percorra poucos quilômetros. A segunda, surpreendentemente para a ordem estabelecida, cumprira o seu intento. (Imbaúbas, Orquídeas, Caderno no de Campo 2013).

quilômetros da cidade de Sinop cuja existência remonta ao período colonizatório e arrasta consigo um histórico de exploração ardilosa da Colonizadora SINOP S/A sobre os "colonos". Sobre isto há vários estudos que reafirmam tal condições Falchetti (2010, p. 153), Souza (2001).

> Os colonos estavam sujeitos a todos os riscos e custos [na produção de mandioca como matéria-prima para produção de álcool], assim como *não tinham muita opção de não participar de mais um empreendimento atrelado à Colonizadora* [...] que tinha como finalidade última a ampliação de capital do Grupo Empresarial Sinop. (DOULA; KIKUCHI, 2008, p. 7).

Assim, retomando sobre as ações da ocupação, pelo Movimento, este tinha *conhecimento de causa*. Sabia que, além das falências todas, das grandes somas de dinheiro público ali investido sem retorno social algum, a armação de ferros desaparecendo no tempo, a estrutura física da Agroquímica, constituía-se numa simbologia da classe hegemônica que, volta e meia, geralmente em períodos eleitorais, a reativavam ou pintavam-na de frigorífico de aves, de gado, curtume, etc., como álibi à ampliação de *necessários* postos de trabalho[139] sem, contudo, aparecer essas "benfeitorias" após o período eleitoral.

Desse modo, a *ocupação* como práxis do Movimento Camponês implica, então, em um *modus operandi* da luta pela terra que deve ser reconhecida como expressão de cultura popular revolucionária, invólucro de "conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo, e não como cultura barbarizada, forma decaída de cultura hegemônica, mera e pobre expressão do particular" (MARTINS apud RIBEIRO, 2010, p. 148).

Com os meses de trabalho de base realizado como mediação do exercício de se ver através do outro; com o apoio político de entidades parceiras históricas nas lutas a favor da classe trabalhadora (sindicatos, associações e partidos); a conquista da legitimação dos valores e normas defendidos pelo Movimento se deu naquela ação. Vencido o campo da ética, conquistaram o poder de voz perante os trabalhadores, por isso, os lideraram. Este momento histórico para as trabalhadoras e trabalhadores na região constituiu-se, a meu ver, no *Levante Camponês da Amazônia Mato-Grossense – 2003*. Nascia ali o primeiro acampamento coletivo da Via Campesina na região, o Acampamento Claudinei de Barros!

---

139 Cf. publicação: "O terreno em questão foi posto como garantia nas renegociações de compra e venda efetuadas entre Banco do Brasil e a Sinop Agroquímica. Às margens da BR-163, o terreno, hoje, é parcialmente ocupado pela empresa Vitalle, beneficiada pela Lei de Incentivos Fiscais. Diante de tal benefício, a Vitalle pretende ampliar suas instalações e construir um frigorífico de aves. /Outra empresa interessada na área, para construção, e atraída pelos benefícios da Lei de Incentivos Fiscais é a Tatuibi, que, também, com a construção de um frigorífico no ramo de carnes de gado, e também curtume de couro, oferta a geração de mil empregos diretos, fora os indiretos que virão com a construção da estrutura." Disponível em: http://www.agronoticiasmt.com.br/noticias/solicitada-liberacao-de-terreno-para-frigorifico-de-aves-em-sinop.html. Acesso em: 21-09-2013.

Assim sendo, em poucos dias, a "Cidade da Lona Preta", como denominam os barracos provisórios, já contava com mais de oitocentas famílias acampadas, oriundas de Sinop, Cláudia, Colíder e Sorriso, principalmente (CPT, 2004, p. 130). A organicidade do Movimento; a perspectiva da luta pela terra comprometida com um projeto societário emancipador, e; em contrapartida, a grande aversão social àquela identidade Sem Terra em construção foram fatos que marcaram tanto o estatuto do campesinato, quanto a sociedade como um todo e fez com que ocorresse um amplo debate sobre a propriedade privada da terra.

É certo que as elites dirigentes também se organizaram – de forma repressiva, política e jurídica - para expurgá-los dali, e conseguiram. À "força" (armada) e com "consenso" (a hegemonia) garantido, um mês depois o despejo, denominado *reintegração de posse*, fora executado com muita violência e exposição midiática. Retirados dali os Sem Terra realizaram uma verdadeira peregrinação pelos arrabaldes de Sinop[140], porém, já compondo o protagonismo de classe. Saíram do anonimato para o qual as populações do campo, *costumeiramente*, são remetidas. Com isto, os "de baixo", obrigaram a ampliação das concessões de sobrevivência pela classe dirigente - (GRAMSCI, 2002, p. 47), pois não era apenas o papel de figurante nas filas por postos de trabalho no Serviço Nacional de Empregos (SINE) que desejavam, exigiam participação no controle de territórios amazônicos exigiam a condição básica para se viver como camponeses: a terra de trabalho!

Esta perspectiva revolucionária faz sentido quando se constata que, passados dez anos, paradoxalmente, o supremo "interdito proibitório" facilmente concedido pela Corte local, que deveria cessar e/ou ao menos esmorecer aquele *Levante* de trabalhadores despossuídos, configura hoje, apenas, como mais uma peça-obstáculo que foi suplantada na conquista da expansão dos territórios campesinos (há depoimentos contundentes das lideranças nacionais

140 Após serem despejados da Fazenda Agroquímica os acampados passaram vários dias no Ginásio de Esportes Benedito Santiago localizado na área central de Sinop. Isto incomodou a ordem estabelecida porque, além da visibilidade, a comoção com a causa dava sempre visibilidade ao grupo. De forma breve registro os percursos até à área da Fazenda Panorama, dali conseguiram "negociar" uma área em "Regime de Comodato" e acamparam às margens do Rio Caiabi, rumo sul, a 50Km de Sinop. Saindo de lá após alguns meses acamparam em uma área denominada de Baixada Morena, também em "regime de comodato" (pertencente a um ex-prefeito), a 20 km de Sinop, rumo norte. Situava numa área florestada, à beira do Rio Caiabi de pequeno porte o que dificultou muito a permanência deles ali. Houve, então, um acerto com um grupo de Sem Teto que estavam acampados em uma área próxima (3k, aproximadamente) de Sinop, a "Madeferro", para que se juntassem ali, também, com intuito de se fortalecerem. De acordo com MS, um dos líderes do MST naquele momento, ficaram ali por, "um ano e meio", tempo suficiente para vivenciarem muitos conflitos internos, pois os métodos de luta entre os dois grupos eram bastante distintos, com profundas divergências. Contudo, a partir do final de 2005, com o INCRA destinando as áreas para os assentamentos, foram migrando do ACB (Acampamento Claudinei de Barros) para essas áreas. Mesmo sem nenhuma infra-estrutura a decisão era sempre de acampar diante das áreas desapropriadas ou adquiridas para que, com pressão popular, estas fossem "liberadas" com maior rapidez. Nas novas áreas estruturam os acampamentos que os "batizaram" sempre homenageando marcos de existências na luta pela terra. No caso do Acampamento, depois assentamento, 12 de Outubro, recebeu este nome em homenagem ao marco histórico na região, o *Levante Camponês de 2003*, como aqui estou a chamar.

do Movimento Camponês de que o poder judiciário no Brasil tem sido um dos grandes entraves, pela sua parcialidade expressa, principalmente, na função arbitral dicotômica: célere à classe dirigente e morosa à classe trabalhadora)[141].

Como pode se verificar (na mídia e órgãos públicos), de lá para cá, centenas de ações foram realizadas: audiências com diversas autoridades; fechamento de rodovias; palestras; atos públicos; marchas; participação em eventos locais, nacionais e internacionais; participação em cursos de formação política; entrevistas na mídia; reuniões nos bairros da periferia das cidades da região; acampamentos; ocupações, enfim; reivindicações a partir de várias estratégias construídas na luta do trabalho. São ações que vão desde um simples requerimento enviado a um órgão público solicitando uma sala para realizar uma reunião do Movimento e para o qual *necessitam* de aprender uma nova linguagem escrita, a "oficial", a lidar com computadores, internet, etc.; até o enfrentamento mais radical como ocupação de órgãos públicos e/ou trancamentos da BR-163 por vários dias, como ocorrera em agosto de 2013.

Neste exercício "emancipante" - que "traduz a ideia de processo, de busca, de movimento" da *emancipação*; (RIBEIRO, 2010, 408) - no metabolismo dialético-social que faz aflorar as contradições, alguns territórios campesinos se consolidaram na região em continuidade ao processo de contestação ao colonizatório (o agronegócio), com possibilidades de instauração de uma vivência no/do campo como alternativa comum.

A propósito, é relevante a afirmação de Williams (1979, p. 116) quando sentencia: a "hegemonia vivida é sempre processo" É prática altamente "complexa" e relacional às vivências de sua contestação que, por sua vez, são "elementos reais e persistentes da prática". Isto é, deste modo prova-se que os domínios não são dados, nem perenes, a alternatividade está impregnada no tecido social saturado e "aceito" como a única forma de ser. Então, os *territórios campesinos* conquistados em meio à expansão do processo colonizatório em que se assenta o agronegócio circunscrevem esta condição instável e dependente.

Por certo, a conquista destes *territórios* retrata a correlação de forças de então (lembrando que o Dec. 6514/2008 regulamentava os crimes ambientais tornava mais rígida a exigência de cobertura da área florestada na região, passando de 50% para 80%). Durante a *peregrinação* dos acampados do "Claudinei de Barros", com mobilização constante para pressionar a hegemonia constituída aceleraram-se alguns processos de aquisição destas áreas. Para isto, mesmo antes das liberações ocorrerem, os coletivos de acampados se organizavam e

141 Cf. http://www.mst.org.br/Judiciario-impede-a-desapropriacao-de-237-areas-e-o-assentamento-de-milhares-de-familias. Acesso em: 04-02-2014.

migravam para constituir novos acampamentos frente às áreas de latifúndio forjando, desta maneira, uma verdadeira operação de *rompimento de cercas*, como no caso dos acampados no "Mario Lago", União do Sul, que em dois anos promoveram ocupações em mais de quatro fazendas, sendo uma delas composta por mais de 35 mil hectares. Ali fora designada a primeira das áreas conquistadas, o Assentamento Sonho de Anderson[142]. Apenas, a título de observação, estes acampamentos/pré-assentamentos/assentamentos, curiosamente, não ficaram circunscritos à área do município de Sinop, como se verifica na Ilustração nº. 14.

Assentamentos e Acampamento frutos do *Levante Camponês Amazônia Mato-grossense -2003*					
Município de Cláudia	**Km/ Sinop/ Cláudia**	**Quantidade**		**Área/ha (aproximada)**	**Ano de instalação na área**
		Benef	**Lotes***		
PA Zumbi de Palmares II	100/54	159	251	6.554.742	2006 (.p. 15-03-2007)
PA Terra de Viver Cód. 0821000	80/30	008	020	1.217,200	2006 (P. 8/ 28-03-2011)
PDS 12 de Outubro Cód. 0856000	52/77	187	100	8.721,212	2006 (P.15/ 27-03-2012)
PDS Keno Cód. 0841000	120	300	500	27.000,000	2007 (P. 34 16-11-2009)
Acampamento Pablo Neruda	52	40	-	-	2011
Total	-	694	871	43.493,154	-

Município de União do Sul	**Km/ Sinop/ União Sul**	**Quantidade**		**Área/há (aproximada)**	**Ano de instalação na área**
		Benef.	**Lotes***		
PA Sonho de Anderson Cód. 0808000	140	50	65	2.497,000	2006 (Port 10/ 28-03-2011)
PDS Novo Renascer Cód. 0820000	90	30	40	949,715	2005
PDS Olga Benário Cód. 0824000	115	24	40	1.486,715	(Port 43/ 27-12-2011)
Total	-	104	145	4.933,425	-

Ilustração nº. 14: Assentamentos e Acampamento Pós Levante - 2003
Fonte: Portarias citadas e INCRA/Relação dos Projetos de Reforma Agrária[143].

Neste contexto o Acampamento Claudinei de Barros, o *berço* que abrigou o início da identidade Sem Terra dos novos *territórios campesinos*, deixou de existir na região, a partir de 2007, quando as últimas famílias migraram do espaço da Madeferro, se juntaram às famílias ("mais de cem"), do Acampamento Dorothy Stang (Embaúba, Caderno de Campo,

142 Como se pode observar no rol de nomes dos territórios campesinos, tanto para os acampamentos, quanto para os assentamentos são eleitos expressões dos ideais da luta pela terra ou nomes de quem contribuiu para a transformação social, no entendimento do Movimento. No Caso do "Sonho de Anderson", o nome é uma homenagem a um acampado "Anderson" que faleceu na luta pela terra antes de ver conquista do seu "pedaço de chão".

143 http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria. Acesso em 14-01-2014.

2013) de Nova Canaã do Norte, despejados de uma ocupação na Fazenda "Do Português", tendo permanecido à beira da MT-320 até 2006, e transferidas pelo Movimento para margens da BR-163, em frente à Fazenda Panorama; bem como, às famílias do Acampamento. Dorcelina Falados (REIS; SILVA, 2006) que desde 2004 se mobilizavam no município de Sorriso (chama a atenção, mais uma vez, a capilaridade do Movimento na região). A partir daí constituíram, então, o acampamento conjunto e denominaram-no "12 de Outubro" tendo como marco referencial o dia da ocupação de 2003, a ocupação da "Agroquímica", como eles dizem corriqueiramente.

Constata-se com a sobreposição dos mapas das áreas que as áreas para Reforma Agrária foram recortadas em meio à grande extensão de floresta nativa. Ao lado desta realidade *visível* gravita outra, invisibilizada pelas mesmas forças colonizatórias do ambiente natural e social, o fato de os territórios campesinos estarem sobrepostos, em grande parte, à área proposta para ser o *Parque Estadual das Castanheiras*. Eis aí uma questão complexa! Esta propositura perfeita à sustentabilidade ecológica, sob a incongruência da realização do "desenvolvimento sustentável", é como cheiro da flor do ingá na floresta densa, sabe-se de sua existência pelo perfume que exala, mas, tanto pelo tamanho pequeno da flor, quanto pela rápida duração da florada, não é fácil de encontrar sua árvore.

O Parque Estadual das Castanheiras para a população, quase dez anos depois, é apenas uma lembrança de que, um dia, "ouviu dizer", seja no "boca a boca" ou mesmo em registros escritos, pouco há sobre o assunto. Junto aos órgãos competentes parece que a dúvida é maior do que a nossa. "Boa tarde Ivonete, você tem aí algum material do Parque das Castanheiras? Me faltam referências para retomar a proposta" foi a resposta que obtive quando escrevi para um importante órgão público-ambiental, dentre os inúmeros existentes. Também, conforme docentes que vivenciaram aquele momento em Cláudia, falar do parque das castanheiras em Cláudia traz grande comoção porque aquela propositura fez abater sobre este Município um sentimento de prejuízo. Relataram que houve, na época, forte ameaça às pessoas que, de alguma forma, se relacionavam com a defesa da natureza (informações verbais, Caderno de Campo, 24-01-2014).

Com a visualização do mapa em comparação a "Ilustração nº 14" fica mais explícita a sobreposição mencionada:

Ilustração nº 15: Limites do Parque Estadual das Castanheiras – Greenpeace/2005
Fonte: Pagina Greenpeace, 14-01-2014[144].

Se já havia esta demanda, por que foram estas as áreas selecionadas de negociam dão invés de áreas endividadas como as da "Agroquímica", por exemplo? É certo que os estudos sobre esta ação não cabem neste trabalho, apesar de ser extremamente urgente e necessário. Entretanto, como pensar os territórios campesinos na Região Sinop sem considerar o fato de que o espaço "destinado para fins de Reforma Agrária" seja o mesmo onde os governos dizem *reconhecer* a área como sendo de preservação ambiental? Uma matéria jornalística, constante da página oficial da Assembléia Legislativa (AL), colabora com a análise do que ocorria naquele momento (dia 18-08-2005, em reunião com Presidente da AL, hoje, governador; Ex-Secretário de Meio Ambiente; Ex-Prefeito de Cláudia e empresários de Cláudia; e alguns outros políticos dirigentes interessados[145]):

> Silval [...] disse que a Assembléia vai acompanhar todas as discussões sobre a criação de novos parques no Estado. Ele lembra que, atualmente, a área do Parque das Castanheiras é formada por *terras produtivas e regularizadas*, diferente de alguns anos atrás [...] O prefeito [...] explicou que caso o parque seja criado de acordo com o tamanho proposto pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) - cerca de 383 mil hectares, *a economia local ficará inviabilizada*. "A sociedade de Cláudia propõe *o reflorestamento às margens das matas ciliares*, córregos e o plantio de Castanheiras, com isso vamos aumentar o número da espécie existente no município e ainda preservar os nossos rios". Segundo [Secretário de Meio Ambiente], a proposta do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) *reconhece* o local como uma área possível *de preservação em torno de 172 mil hectares* [...].

144 Disponível em: http://www.greenpeace.org.br/tour2005_br163/pop_mapa3.php. Acesso em: 14-01-2014.
145 Ver: http://www.al.mt.gov.br/TNX/imprime.php?cid=9162&sid=44. Acesso em: 14-01-2014.

Se há "butiá para cair dos bolsos", como se diz na gíria popular, essa é a hora! Este é um momento em que nos deparamos com enorme dissimulação das classes dirigentes! Mas a ciência, de razão inteira feita, não permite que se escreva com o tamanho da indignação.

Então, para diretamente "voltar aos assentamentos", resumo: grande parte das áreas do norte de Mato Grosso está irregular e, sequer, as áreas dos assentamentos, que são consideradas "do INCRA", estão regularizadas, o Parque Estadual das Castanheiras não se viabilizou e ano a ano, grande extensão dos castanhais é dizimada para Sorriso das elites dirigentes, a economia de Cláudia não se "inviabiliza", mas a desigualdade social aumentou, conforme dados já tratados aqui.

Também não ocorreu, o "reflorestamento", nenhum hectare dos 172 mil "reconhecidos" pelo próprio Governo do Estado se materializou como Parque Estadual ações regionais para sua criação são de pequeno vulto. Pelo visto, a aposta das elites dirigentes, foi certeira à sua lógica produtivista. Isto é semearam assentamentos como os colonizadores outrora semearam cidades (OLIVEIRA, 2010) e acrescentaram dígitos às suas contas bancárias (alguns até criaram banco como é o caso do ex-governador e atual senador-empresário do grupo Amaggi) não há duvida de que o devido risco *de ruptura dos processos hegemônicos*, "abriram mão" daquelas áreas públicas todavia, parte dela, desde 2012 está se *reintegrando* às áreas de serventia à indústria agrícola da soja.

Ao perscrutar esta realidade para a vida coletiva – gênero humano e a natureza – é, deveras pessimista, porque se junta a aí o tempo das castanheiras que, diferente da precocidade da soja (três meses apenas!), carecem de longos anos, centenas talvez, para igualarem às mais cobiçadas atualmente. Não obstante, o aporte em Gramsci – "o pessimismo do intelecto e o otimismo da vontade" - impede a queda ao desalento e ao silenciamento acadêmico e militante. É neste sentido, histórico – dialético, compreendendo que nada está dado de antemão que se faz necessário analisar após o que ocorre as marcas e o patrimônio das lutas iniciadas naquele dia 12 de outubro de 2003, no Levante Camponês.

Para criação desta modalidade de assentamento, pautada no "interesse social e ecológico", no "uso comunal" da terra/floresta, "na interseção com as políticas do MMA" (Portaria INCRA, 477, de 04 de novembro de 1999) o INCRA considera as recomendações da "Comissão Interministerial 1/99" a seguir:

> O Plano Nacional de Reforma Agrária deve ser um fator básico de conservação dos biomas brasileiros e da floresta amazônica, em particular;/. a *manutenção da atividade extrativista tradicional* e o apoio às populações que a desenvolvem são fatores determinantes para a conservação da biodiversidade; /. a legalização das terras que as *populações extrativistas tradicionalmente habitam* deve vir

> acompanhada de uma política para a economia extrativista que viabilize suas atividades e que permita a estas populações produzir, comercializar sua produção e, em conseqüência, *continuar habitando e defendendo a floresta*;/ . as florestas brasileiras demandam um programa de reforma agrária que respeite as *formas tradicionais* de ocupação e produção. [Grifo Nosso].

Tais características dos PDSs, territórios habitados por defensores da floresta, aplicadas àquela população em luta pela terra, com histórico na migração colonizatória tanto em Mato Grosso quanto de suas origens no sul/sudeste do País, só não é mais trágico a uma análise materialista histórico-dialética, pois, aparentemente, os elementos do fracasso já estavam postos. Entretanto, na perspectiva analítica marxiana as determinações e o processo são históricos e aos humanos emancipados cabem as construções das rédeas e dos destinos. Neste sentido, necessário se faz atentar para toda mobilização/transformação das próprias convicções, enquanto Movimento Camponês, em busca de aproximações da "falha sociometabólica do capital" e da crescente contra-hegemonia à sua auto-destrutividade no campo, representado pelo agronegócio, que mundo afora vai tomando corpo, preenchendo discursos e propondo um outro modo de produzir vidas.

Dos territórios conquistados após o Levante o fato oficial mais marcante é a ausência do Estado — "faltava técnico"... "outra hora faltava recursos" —(Cedro, 2013, entrevista). Feita a "obtenção de terras", as outras "fases" enumeradas e de responsabilidade do próprio INCRA/SIPRA - criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, o aporte de recursos de crédito de apoio à instalação e de crédito de produção, infraestrutura básica (estradas de acesso, água, escola e energia elétrica) e a titulação (Cadastro de Concessão de Uso) - dificilmente mudam. É uma verdadeira Odisseia acompanhar a burocracia criada em torno das regulamentações dos assentamentos. As informações são bastante precárias tanto para quem procura o órgão in loco, quanto nas suas páginas na web. Para se ter uma ideia de como isto se agrava em Mato Grosso, sequer há uma página específica para a Superintendência/13. Não há, portanto, transparência institucional. As promessas são ditas e escritas, quase sempre durante as ações mais radicais, sem que haja um mínimo de atenção para o seu cumprimento.

Também, há uma aparente divergências entre as orientações da Superintendência e a Agência Regional-Colíder[146], sem que absolutamente nada se resolva. Assim sendo, após dez

146 Esta Agência é responsável por ampla área no norte de MT, da divisa com Rondônia/Amazonas até toda região de Sinop; possui precária estrutura material e poucos funcionários o que impossibilita qualquer atividade que necessite de acompanhamento mais qualificado. Soma-se a isto, a visão de política agrária distinta da defendida pelo Movimento que é grande elemento de conflito entre as lideranças regionais e aquela agência estatal o que fez a Coordenação Regional-MST solicitar a transferência de toda burocracia dos assentamentos que conduzem para a instância superior. Dessa forma, a partir do primeiro semestre de 2013, a resolução dos

anos de luta pela terra, no geral, até o momento nenhuma área pós Levante Camponês foi integralmente regularizada pelo INCRA... E, é claro, os conflitos se agravam. Neste momento, corre a ação de despejo previsto para mais de cem famílias do Assentamento Zumbi dos Palmares ainda que, na referida área reclamada localiza-se no espaço que chamam de "vila do assentamento"; nela incluem-se as instalações da Unidade 2 da EEFF o que, consequentemente.

Além dos conflitos fundiários, constitui-se num grave problema educacional, pois sequer sabem para onde irá aquela Unidades escolar caso a reintegração realmente se efetive. Com esta indefinição, por falta de segurança fundiária, investimentos públicos para construção do prédio escolar ou para desenvolvimento de projetos, como o de Novos Talentos/CAPES, em que uma das atividades previstas é a construção de um "campinho" de futebol (Subprojeto: Futebol, Agricultura e Modelagem Matemática) estão inviabilizados no momento. Sobre isto, segundo Embaúba, o imbróglio ocorre porque o INCRA não quitou a dívida de compra com o reclamante. Isto é mais um elemento da considerando histórica confusão fundiária[147].

Não é difícil verificar que a existência de problemas "burocrático-fundiários", de diversos matizes, amplificam a sensação de abandono que é entrave para vários processos. A insegurança fundiária faz com que os trabalhadores convivam com vários problemas socioambientais quase insolúveis, motivo de grandes conflitos tanto internos quanto externos, a saber: população migrante, tanto em relação aos espaços geográficos, quanto na atividade laboral sem formação para o trabalho com a floresta/Terra; (*urihi*); diversidade de interesses em relação à conquista da terra; terra de trabalho para uns e terra de negócio para outros; ausência de todo tipo de assistência, inclusive à produção o que tem gerado baixa produtividade e desalento; a não elaboração do "PDS" e, com isto, não participação no

problemas fundiários do Assentamento 12 de Outubro passou a ser tratada, diretamente, junto Superintendência -13- em Cuiabá.

147 Uma nota emitida pela SECOM-MT em janeiro de 2004 [nota: alguns meses depois do *Levante Camponês – 2003*, na Região de Sinop] explicita parte do problema e da forma como as elites dirigentes têm expropriado as terras públicas/comuns: "Produtores rurais da região Norte do estado querem a regularização fundiária de aproximadamente *3 milhões de hectares em terras que pertencem à União*, a fim de evitar conflitos com sem-terras. Os produtores têm os títulos das áreas, no entanto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) criou no final do Governo Fernando Henrique Cardoso 26 projetos de assentamentos à margem esquerda do rio Xingu, em áreas consideradas produtivas. [...] Asfax entregou ao governador um documento com três propostas propondo regularização fundiária das áreas em parceria com o Estado, *ceder parte de suas terras para criar assentamentos*, além da criação de um grupo de trabalho para auxiliar o Estado para atender a clientela da reforma agrária". [grifo nosso]. Disponível em: http://www.mt.gov.br/imprime.php?cid=7051&sid=121" Acesso em: 04-12-2013.

Programa de Manejo Florestal Comunitário Familiar (PMFCF) instituído pelo próprio MDA em 2009 (Dec. n. 6874)[148].

A retirada de madeira de forma ilegal nas áreas florestadas, tanto por parte de pessoas externas quanto internas a esses territórios, é fator de sérios conflitos sendo, às vezes, necessária a intervenção policial, como ocorreu ainda neste início de 2014, com prisões na área do Assentamento 12 de Outubro[149] e no Assentamento Keno inserir MPE.

Este formato de *provisoriedade predadora* acaba permeando as relações de trabalho (de formação/educação, portanto), de produção, bem como, com a floresta. Assim sendo, a possibilidade de promover atividades (trabalho) na relação com a floresta, da "falha sociometabólica" do capital, ainda não passou de peças de portarias.

4.3.3 Assentamento 12 de Outubro: entre castanhas e barragens do *Bem-Viver*

Em 2006, com as famílias dos acampamentos Claudinei de Barros, Dorothy Stang e Dorcelina Folador, que ainda não haviam encontrado "colocação", já mobilizadas em frente à Fazenda Panorama, segundo Embaúba (2013, Caderno de Campo), tomaram a decisão de ocupar a área. Na avaliação do Movimento deveriam fazer isto porque *sabiam* que, apesar do INCRA/SR-13/MT ter adquirido a área para fins de Reforma Agrária em 2003 (Processo n. 54.245.000026/2003-65), caso não houvesse muita pressão o projeto do assentamento nada avançaria.

Novamente, se instalaram ao lado do Acampamento Nova Aliança (ainda coordenado pela CPT), que durante todo tempo havia se mantido às margens da BR-163, em frente à fazenda requerida. Após muito debate entre as coordenações das entidades CPT e MST, com momentos beirando à ruptura completa, chegaram a um entendimento de que em 30% da área desmatada assentariam famílias da base da CPT e o restante, 70%, ficaria para famílias da

148 Nos relatórios do PMFCF http://www.florestal.gov.br/. Acesso em 20-01-2014.

149 Apesar de ter sido amplamente veiculado na mídia como fazenda "localizada em Sinop", na verdade foi na área do 12 de Outubro. Segundo informações de assentados o helicóptero "da polícia" sobrevoou aquela área por vários após as prisões. Ainda não há informação do nível de envolvimento dos assentados. Percebo que este assunto, prisões por crimes ambientais, sempre causa temor entre os dirigentes: "Quase morri tentando salvar a floresta, mas o INCRA nada fez até hoje para resolver o problema, então, quando alguém me falou sobre isto eu disse: 'deixa a polícia fazer o que tem que ser feito, eu não vou fazer nada...". Cansei de ficar sendo perseguido" (Embaúbas, Caderno de Campo, 2013). A matéria sobre a ação policial está disponível em: http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2014/01/fiscais-flagram-desmatamento-ilegal-em-fazenda-na-regiao-norte-de-mt.html. Acesso em 20-01-2014.

base do MST. “Em 2005 nós ocupamos a fazenda [as famílias ligadas ao MST, pois sempre houve divergências entre os encaminhamentos das ações por parte dos dois grupos], mas fomos despejados seis meses depois”. Saindo dali, ficaram acampados em frente à fazenda aguardando autorização oficial para entrarem na área sem, no entanto, haver resolução do pleito. “Daí, no dia 5 de dezembro de 2007, nós fizemos uma ação e ocupamos a Panorama. Tivemos que fazer isto porque o INCRA já havia comprado a área, mas as coisas não caminhavam...” (Embaúbas, entrevista).

Naquela área em conquista havia uma parte com pastagens e outra, bem maior, ainda florestada com grande incidência de castanheiras, itaúbas (são as espécies mais citadas por todos). Já estando na sede da fazenda, mas ainda sem os espaços definidos, plantaram alguns trechos de roças no entorno da sede da fazenda que, após a ocupação, foi transformada na área do acampamento. Também sobreviveram com o aporte das cestas básicas doadas pelo governo, com a colheita de castanhas, caça e comercialização de algumas espécies vegetais principalmente, a castanha e óleo de copaíba (Cedro, Embaúba, 2013, entrevista)

Isto foi assim até 2008. A partir daí, como o INCRA não implementava o projeto de assentamento que fora aprovado para ser executado sob as normas da modalidade PDS, os pré-assentados cotizaram os valores para que uma empresa particular realizasse as medições com objetivo de dividir a área para duzentas famílias, isto, segundo diversos assentados, em comum acordo com a Superintendência do INCRA em Mato Grosso (isto é lembrado em todas as reuniões nas quais estive presente, inclusive, nas duas audiências em que estavam também presentes os representantes do INCRA. Em nenhum momento esta versão foi contestada, sendo este um dos pontos de maior consenso do grupo: a decisão de demarcar a área apesar da certa resistência da coordenação regional do MST foi coletiva e o INCRA concordou com esta forma de encaminhamento). Contudo, quando a tão esperada foi publicada, constou que aquele assentamento seria para apenas cem “beneficiários”. A seguir, apresento o mapa com o parcelamento e, à esquerda, uma pequena imagem da área já com as marcas do impacto direto que será gerado com a construção da barragem UHE-Sinop.

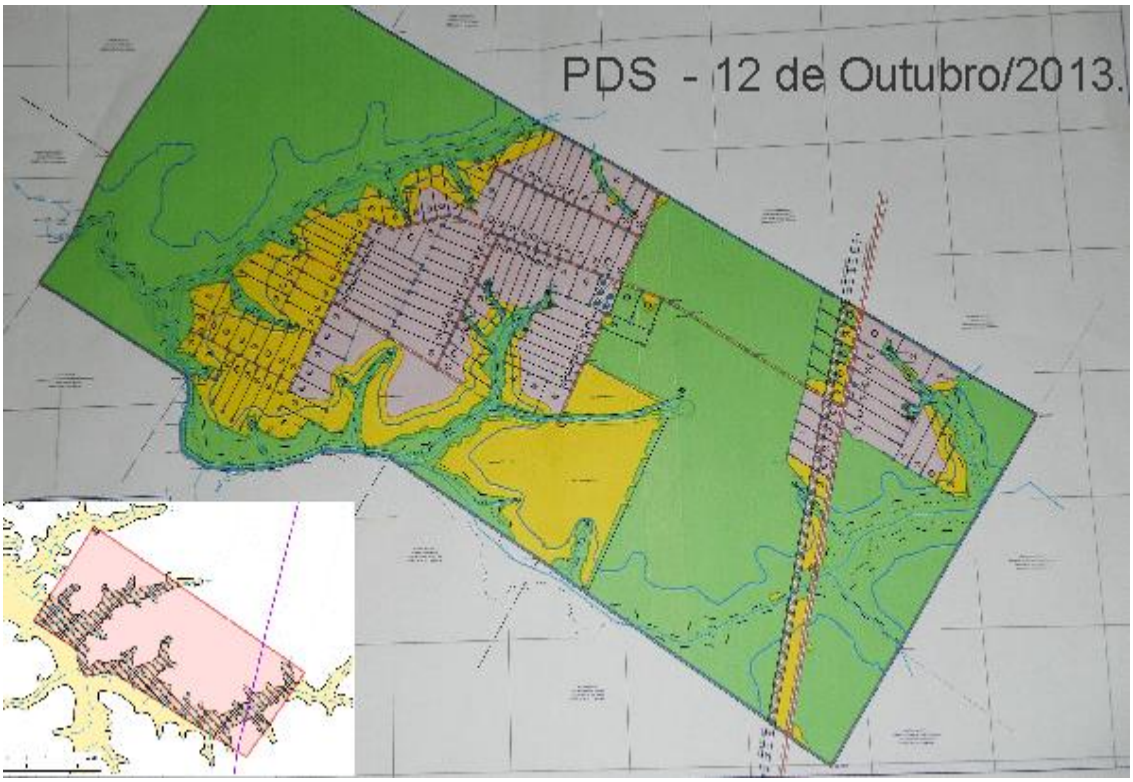

Ilustração nº 16: Mapa do Assentamento 12 de Outubro (parcelamento não-oficial) e área de impacto da UHE-Sinop[150].

Neste contexto, os assentados Sem Terra são disputados internamente a partir de *caleidoscópio sócio-político*; cito *as cores* mais relevantes no momento: o MST, agora hegemônico, coordena a escola, o assentamento e vem organizando uma cooperativa, a Cooperativa dos Produtores Agropecuários da Região Norte de Mato Grosso (COOPERVIA)[151], criada em 19 de setembro 2012. Porém, somente em 2013, com o reascenso do MST, impulsionado pelo *reconhecimento* do trabalho da EEFF na luta em defesa dos assentados, principalmente, em contraposição à EPE[152], se fez ouvir em várias situações. Cito algumas:

Primeira, o processo de comercialização solidária que fomentou o Sistema Canteiros de Comercialização Solidária (CANTASOL)[153], que iniciou em março de 2013, numa

150 A perícia realizado por Dorival Gonçalves Junior aponta vários problemas nos estudos. https://www.mpmt.mp.br//storage/webdisco/2011/08/03/outros/2153eb3575d48955551d31dca59ad3fa.pdf. Acesso em: 20-01-2014.

151 Aqui é necessário notar que, na criação do nome desta ferramenta que poderá promover o "trabalho associado", que segundo MARX (1988: 6), contrapõem a servidão do trabalho assalariado e "cumpre sua função com braço vigoroso, espírito ágil e coração alegre" não indica que a floresta foi pensada como espaço de trabalho. Considerando a toponímia do MST, a sua relevante preocupação em apontar os caminhos sócio-históricos em torno dos nomes escolhidos para seus territórios de ação, há algo aí que merece um bom debate.

152 "Invisibilizados" nos estudos da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) para a construção da barragem UHE-Sinop

153 Para maior informação ver a página de comercialização solidária: http://www.cantasol.org.br/portal/. e http://siec.unemat.br/anais/jornada_educacao/impressao-

parceria com a EEFF e UNEMAT/Projeto Canteiros de Sabores e Saberes e, também a conquista da agroindústria da castanha via o Programa Terra Forte/INCRA/MDA;

Segunda, a CPT coordena o assentamento (área dos 60 lotes) e atua junto ao INCRA propondo a divisão da área para que se resolvam os problemas socioambientais ali constituídos com a alta taxa de desmatamento;

Terceira, a Associação Comunitária e dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Panorama (ACPPRVP) que atua mais próxima aos governos (municipal e estadual).

Quarta, as diversas igrejas, que não deixam de influenciar na força de pensar o trabalho e a natureza; ecológicas;

Quinta, o tráfico, de drogas e madeira, que envolve alguns poucos, a contragosto da maioria, mas que já se constitui num sério problema de saúde e convivência, pois tem capturado muitos jovens. Estes são estigmatizados pelos assentados, tratados de forma velada como "gente que não presta", "são uns perdidos", "destruidores do assentamento".

Neste aspecto, para não estremecer ainda mais a convivência, até baixam o volume da voz para dizer quais são os principais rapazes e moças adoecidos pelo álcool ou outra droga qualquer. Aparentemente, há grande temor diante do "agente tráfico" pela violência com que este age. Com isto, passam uma sensação de que ali, no espaço do assentamento, tudo é permitido: desde trafegar de moto sem capacete até partir para o confronto direto com alguns educadores que tentam organizar a EEFF conforme as normas regimentais discutidas e aprovadas coletivamente.

Desse modo, neste espaço multifacetado, convivem migrantes (todos adultos são oriundos de outras regiões[154]) ex-acampados de diversos municípios oriundos de diversas organizações; "compradores de lotes" (uma categoria em ascensão) com histórico de vida camponesa e, outros, sem nenhum vínculo com o esse trabalho (empresários, servidores públicos, etc.); profissionais públicos e liberais (da educação e religiosos) que não aspiram viver ali "para sempre"; etc.

Suas contradições basilares se afloram e, algumas vezes, são de difícil visualização como o famoso Biscateiro da Mata – Lipaugus *vociferans* [155] -, sua existência se comprova

---

resumo_expandido.php?fxev=MA%3D%3D&fxid=MjYwNg%3D%3D&fxcod=MTIzNzI%3D&fxdl=I. Acesso em 05-01-2014.

155 Também conhecido como Cricrió - Ha-wi-já e Wissiá, em MT - ou Seringueiro, age como um alarme na mata, quanto algo – pessoa ou animal – se aproxima. No início do período colonizatória era bastante comum ouvi-lo, entretanto, atualmente, nas áreas de Reserva Legal, mais próximas ao convívio humano, esta espécie está ficando cada vez mais rara. Uma explicação para isto: "Por ser uma espécie frugívora que necessita de

pelo som do belo e forte de seu canto, mas poucos têm a graça de conhecê-lo; outras tantas estão expostas nas falas, na configuração do espaço, nas inquietantes ausências, como um pé de castanha que estava ali ontem e hoje não está mais, ou como uma família que apesar de, no passado, ter batalhado muito à frente do Movimento, hoje já não participa mais sequer das reuniões escolares, a principal forma de comunicação pedagógica-coletiva observada.

Durante o Tempo de Convivência, muitas vezes, espantei-me diante do que supunha conhecer, noutras vezes, apenas comprovei a expectativa. Nas contradições, principalmente, pausei mais meu olhar e trato aquela que considero mais relevantes para o presente trabalho:

a) Há quem queira parcelar as áreas ainda florestadas para nelas assentarem as famílias que serão atingidas pela construção da barragem (proposta apresentada ao INCRA em 10-04-2013 quando da Audiência Pública sobre os impactos da UHE-Sinop Caderno de Campo), mas também, há quem defenda a floresta e, por isso, tenta recuperá-la plantando uma semente aqui outra acolá e choram quando esta arde sobre o fogo, como ocorreu este ano, sem que lhes seja proporcionado nenhuma formação ou ferramenta para seu cuidado. Plantar árvores, assim como outros vegetais, é prática corriqueira entre os assentados. Quando visitados fazem questão de mostrá-las sempre nos "ensinando" sobre suas características. Em relação à floresta, também pude observar várias manifestações de cuidado: na tentativa de recuperar um hectare de área degradada, espaço que denominaram "Reserva da EEFF"; na implantação do Parque Escolar; na batalha perdida contra o fogo de agosto que dizimou a área mais próxima da escola.

b) Desde dezembro a vizinha construção da barragem é malquista por uns, pela devastação e problemas sociais previstos, mas também é benquista por outros, pois é sinônimo do necessário "serviço"[156] e há, por parte dos políticos dirigentes locais, uma incessante busca do convencimento de que esta trará desenvolvimento para o assentamento e município. Para isto, ocupam a mídia, cooptam lideranças, organizam reuniões, muitas das vezes sem o convite à Coordenação Regional do MST, que, para questões relacionadas à construção da barragem, atua juntamente com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Fórum Teles Pires, este último, de abrangência

grandes áreas de floresta com árvores em frutificação para manutenção de uma população geneticamente viável" (OLIVERSA, 2007). Disponível em: Acesso em: 20-01-2014. Ver: http://www.ufpa.br/lobio/Oliveira2007.pdf. Acesso em: 31-12-2013.

156 "Para mim os principais problemas são a falta de trabalho" (Boiadeiro, 2013); "Os meus principais problemas é a falta de serviço no lugar onde vivemos" (Família) (informações constantes do IRedEs).

regional composto por diversas entidades sociais do campo e da cidade. (ADUNEMAT, SINTEP, SINDSEP, ICV, CEBs, Colônia dos Pescadores).

c) Há muitos que padecem de doenças diabetes, hipertensão, epidêmicas leishmaniose, dependência química, os tratamentos são precários e, salvaguardados por um precário posto de saúde e pela prática da biosaúde, incentivada pelo núcleo do MMC;

d) Há quem saiba pouco da dinâmica da floresta, mas também há quem já trabalhou nela como mateiro em áreas de manejo florestal sustentável ou quem já realizou o "sonho de voltar para visitar a família no Paraná" (Tucum, Caderno de campo, 2013) com renda adquirida através da comercialização de sementes para uma ONG de cunho ambiental;

e) Há quem plante muito utilizando práticas agrícolas convencionais (agrotóxicos, assalariamento), mas também há quem faz um esforço transformador, das práticas e de si, para produzir com base na agroecológica, seguindo as orientações do CANTASOL (proposta que vem sendo construída entre a EEFF, COOPERVIA e o Projeto Canteiros/Novos Talentos/CAPES-UNEMAT), da escola e do Movimento, e, ainda, quem esteja totalmente inviabilizado de viver da produção camponesa;

f) Há confecção de artesanato de diversos matizes, de produtos culinários de diversos sabores, mas também, há quem diga que "não tem serviço" no assentamento e, ainda, outros (crianças e adultos) que têm na escola sua fonte única de diversidade alimentar;

g) Há crianças e adolescentes que trabalham, sendo que estes últimos em trabalhos do "mundo adulto" com pouca distinção entre "trabalho de homem" e "trabalho de mulher", quando se trata do trabalho nos cuidados da casa, na criação animais, nas lidas junto aos pequenos roçados ou na colheita de sementes/castanhas; mas há considerável distinção quando se trata de atividades florestais relacionadas ao trabalho em fazendas ou à retirada da madeira[157]. Resumindo: a geopolítica do Assentamento 12 de Outubro aponta sua transitoriedade. Há um conjunto fragmentado de encontros, saberes, aspirações, que só fazem sentido quando relacionados à totalidade. São múltiplas determinações que se retroalimentam e esgotam os limites constituídos, constituindo-se como um território campesino em construção forjado por homens e mulheres criados no desbravamento, mas fazendo-se camponeses agroflorestais.

Neste contexto, na sociedade de livre concorrência, embora pareçam existir possíveis vivências "livres", individualizadas, isto não passa de mistificação. De acordo com Marx

157 60% dos estudantes destacaram a retirada de madeira como um dos trabalhos possíveis para quem precisa sobreviver com a floresta em pé (Estudante EM, Caderno de campo, 2013).

(2007, s/p[158]) o gênero humano é sinônimo de "produto histórico", o formato presente do Assentamento 12 de Outubro não poderia ser outro. Na vivência concreta, multiplamente determinada, aquela população Sem Terra foi ali arrancando, literalmente, a vida, se adaptando ao que historicamente lhes fora negado, mais do que negando a negação deste: sua condição de *Bem-Viver*. Com isto se apropriaram da "natureza", *urihi*, "por intermédio de uma forma de sociedade determinada", a capitalista. Desse modo, considerando a morosidade do Estado, este mesmo, também, fruto e determinado historicamente, organizaram a seu modo a existência que concretamente assim se apresenta:

- Em 2008 cotizaram os custos da topografia e parcelaram a área prevista para ser, alternativamente, comunal. Hoje está dividido em 40 lotes sob a coordenação do CPT e 140 do MST (A "portaria oficial" dispõe que o projeto destina-se a apenas 100 lotes);
- Os lotes da base do MST têm cinco alqueires cada um e ocupam, basicamente, a área de pastagens já existente na fazenda preservando, assim, a RL. É nesta área, a 2 km da BR 163, que se localiza a "sede", com algumas casas da antiga fazenda: em quatro delas moram os professores; em outra está o Posto de Saúde; outra é uma "venda" (espécie de mercearia-boteco); também há casas de "lona-preta-e-palha", onde se abrigam alguns assentados que possuem lotes mais distantes, como forma de terem acesso à água (na época da seca) e energia (só há energia elétrica para as moradias próximas à sede-BR, as demais, quando têm, é produzida via motor a diesel que resulta num custo bastante elevado); pequenas igrejas o "barracão da cooperativa" que é uma adaptação do antigo estábulo; o "barracão do assentamento" cuja estrutura ameaça cair e, por fim, a escola, uma mescla de casas da antiga sede, salas de compensado e salas de tábuas, estas últimas, construídas em 2013. Este território é denominado internamente como: "área do MST/ o pessoal do MST", ou "vou lá no 12", "estou na sede".
- Os lotes da área "CPT" variam de dez a dezoito alqueires, segundo informações dos próprios assentados, sendo que esta a área de floresta também foi loteada e é, hoje, onde há maior devastação. É nesta área que se localiza o resíduo do primeiro acampamento – o Nova Aliança – ainda com algumas casas e pontos de venda de artesanato (cestarias de tucum, castanhas, pequis, sementes, principalmente) à beira da BR-163. Este território é denominado: "moro na CPT", "fui lá no 'beiço' da

158 Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/introducao.htm. Acesso em 20-01-2014.

estrada", "aqui tem o povo 'do capim' que recebeu o lote nas pastagens e o povo 'da mata' que recebeu lotes ainda em mata";

Explicada a geografia que é bastante complexa para um assentamento de médio porte, como o Assentamento12 de Outubro, necessário se faz, ao menos minimamente, explicar a geopolítica que se emergiu da produção sociopolítica concreta daqueles indivíduos - "O homem é, no sentido mais literal, um zoon politikon (animal político); não é simplesmente um animal social, é também um animal que só na sociedade se pode individualizar-se" (MARX, 2007, s/p) – para que, posteriormente, as interpretações sobre as vivências escolares constem de alguma inteligibilidade da práxis possível no embate, nem sempre destrutivo, do prescrito esperado.

Se as linhas demarcatórias do espaço físico já escapam às normatizações, é inimaginável traçar um mapa que o delimite. Por isso, é um equívoco quando generalizamos assentamento do Movimento Camponês "tal a vivência política". Como se houvesse algo transcendente a mover os dentes de uma engrenagem presa num mesmo eixo (o próprio Movimento, por exemplo). Neste sentido, apesar de à primeira vista a interpretação indicar que o que ocorre ali é "um problema dos sem-terra", "sem-terra é assim mesmo", como se pudessem ser isolados histórica e socialmente, ou, mesmo entendendo-os como fruto social, pensar que os problemas são apenas conjunturais ("é culpa do INCRA"; "é que esse povo não quer saber de plantar", "só entraram lá para tirar a madeira"), é preciso ir além desta interpretação primeira. O Movimento Camponês é uma invenção humana e não uma máquina! Como tal, é também fruto da crise estrutural do capital em voga, e é neste mundo que os seus constituintes, os camponeses nas suas diversas expressões, lavram seus modos de vida.

Dessa forma, no interior dos territórios coabitam e se conflitaram interesses diversos e. Nestes oito anos, emergiram aglutinações que, muitas vezes, depõem e ameaçam os ideais revolucionários que balizam as lutas sociais, bem como, as ações do Movimento.

Nos dias atuais, o Movimento Camponês na região (não somente, mas também o MST) se refaz do que chamam de "discenso de massas", pois, ainda no final de 2012, suas lideranças regionais sentiam-se tão desamparados que chegaram a afirmar: "não dá mais para continuar!". Isto se deve ao fato de que, somente no Assentamento 12 de Outubro, ainda mantinham um núcleo orgânico de resistência atuando. Nos demais assentamentos, somente alguns militantes ainda ousavam assumir-se como "do MST".

Nestes territórios, incluso aí 12 de Outubro, a figura jurídica "associação" que, no final da década de oitenta do século passado, fora bandeira de luta do MST (na época para coletivização, tecnificação e produção em larga escala), sob as rédeas neoliberais que

avançaram na década de noventa, tornou-se fator sempre destoante da luta coletiva do Movimento uma ferramenta com a qual o capital tem operado o interior dos territórios Campesinos. Então, por estas associações entram os "apoios dos políticos profissionais" e os elementos que constituem o desmonte da luta pela terra como um espaço da luta contra-hegemônica.

Sobre isto, Ribeiro (2011, p. 24), ao realizar estudos sobre as "experiências associativas daquelas organizações" – O trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural: desafios à Educação Básica[159] - constata que a crescente "substituição do trabalho político-organizativo" pelas ONGs, corroborada por um currículo escolar voltado para o indivíduo competitivo: "Ao invés da conquista da autonomia, as experiências organizadas sob a orientação de tais entidades poderão significar a manutenção do individualismo e da dependência através de trabalhos meramente assistenciais".

Se os trabalhadores apresentam um histórico de trabalho voltado ao *desbravamento* e o Estado (todos entes federados) está organizado para frear as possibilidades de vida camponesa fundamentada numa perspectiva ecológica, como então, a partir da concepção de educação para Mészáros, superar intencionalmente (auto-conscientemente) esta condição/situação? "A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente" (MÉSZÁROS, 2006, p. 165) Mais ainda, como superar este trabalho alienado, reificado e, com isto, galgar uma existência mais humana? Isto é, como provocar desejos de encontro se a realidade concreta se fundamenta no gênero humano versus bioma Amazônico?

Ao buscar apreender esses processos sinérgicos numa escala ampla, a imagem se estampa como no Google Maps, ainda é possível "enverdecer" o espaço Amazônia e, com isto, confundir a realidade deveras cruel desse encontro. No entanto, ali, observado numa escala proximal, menor a "fumaça" é sempre sinônimo de fogo e gente cruzando florestas, as linhas são vias de chão e água impondo limites da posse individualizada, o solo é sempre cinza-marrom, e a floresta, com árvores solitárias como frestas verdes a 50/60 metros do nível do solo.

Entretanto, quando ao chão nos misturamos, entre poeira-cinza-barro; quando nos permitimos, sentir o perfume dessas frestas de florestas, saborear ingás-buritis-pequis, ouvir a mãe da noite no escuro e/ou tensionar nossa fina derme à casca grossa de uma castanheira; quando exigimos de nós mesmos uma interpretação rigorosa à emancipação pedagógica dos processos de aprender/educar/formar seres oriundos nas vivências concretas, as contradições,

159 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n17/n17a02.pdf. Acesso em 22-01-2013.

as vezes obscuras, aos nossos olhos se cristalizam. E, dessa forma, amalgamados pelo processo dialético, a floresta/biodiversidade torna-se o mundo na potência de morte e de vida.

O que quero dizer com isto é que somente quando miramos a floresta/biodiversidade e os *territórios campesinos em construção* sob a mesma perspectiva do migrante camponês querendo saltar á "outro mundo possível" é que tornamos possível transpor a coivara da devastação, instituída pelo metabolismo social do capital e, assim, compreender os sinais de mal-bem-querer-florestas presente em suas práticas de vida (agrícolas ou não).

É neste estar-pé-no-pedaço-de-chão que se insere uma possível leitura da luta do migrante-camponês, por educação/escola como *lócus* relevante à sua constituição de sujeito histórico que, no bioma Amazônia e no mundo, compõem a força necessária para transformação do modo de produção autodestrutivo vigente. Interpretar a insistência da semente e das mãos que plantam árvores em latinhas, caixinhas, saquinhos (diminutos mesmo!), ocos de pau seco, terreiros, canteiros das cidades e campos, chácaras-urbanas e sítios, é vê-las [as sementes] com sua intrigante gama de estratégias naturais de dispersão/continuidade distintas a cada espécie, sendo o gênero humano, o único ser capaz de realizar a perpetuação socialmente, e por isto mesmo, de todas estas estratégias "naturais" a um só tempo/espaço. As práticas sustentáveis com intenção de assim ser. Isto é, ainda ser embrionária e fora dos padrões estabelecidos, é um aprendizado cujo conteúdo aos poucos conquista legitimidade junto às populações Campesinas[160].

Neste sentido, um trecho da Portaria 09 de 31 de janeiro de 2014[161]do Ministério Público Federal, provocado pelo Movimento e entidades ligadas ao Fórum Teles Pires, contribui à leitura/inventário das condições concretas que nutrem o modo de vida do relutante campesinato em construção, na região Norte que, no caso do Assentamento 12 de outubro, agora estão no confronto direto com a morte do rio:

> O Ministério Público Federal, pelo procurador da República [Lucas Horta de Almeida] signatário, lotado na Procuradora da República no Município de Sinop/MT [...] Resolve instaurar, a partir do Procedimento Preparatório n. 1.20.002.000213/2013-04, Inquérito Civil *para apurar os impactos socioambientais dentro do Assentamento 12 de Outubro produzidos em razão da futura instalação da Usina Hidrelétrica de Sinop*. (PORTARIA, p. 1-2). [grifo nosso].

É por este viés que situo a floresta/biodiversidade na realização da educação-escola interna aos *possíveis territórios campesinos*: um espaço político-social historicamente construído para promover a criação dos meios/saberes necessários à compreensão da natureza

160 coordenadas 11º27"27.55"S 54º44"06.64"O. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-11.1864549,-54.3394338,258174m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR

161 Disponível em: http://www.prmt.mpf.mp.br/transparencia/portarias-sinop-1. Acesso em: 09-02-2014.

como fonte vital de tudo que há e da ação humana/trabalho sobre esta como definidora, aí incluso o próprio gênero humano, de sua perpetuação ou destruição. Portanto, não está ao acaso do vento, como uma semente de guarantã a planar, mas sim, é síntese do "velho"/progenitor, capturada, selecionada, curada, preservada/cuidada e carregada nos bolsos, nos picuás ou jacás, para serem fincadas no chão como esperança do amanhã sempre por tornar-se. Em suma, é *locus* vivo onde também se aprende coisas para continuar a cuidar do desenvolvimento e perpetuação da vida.

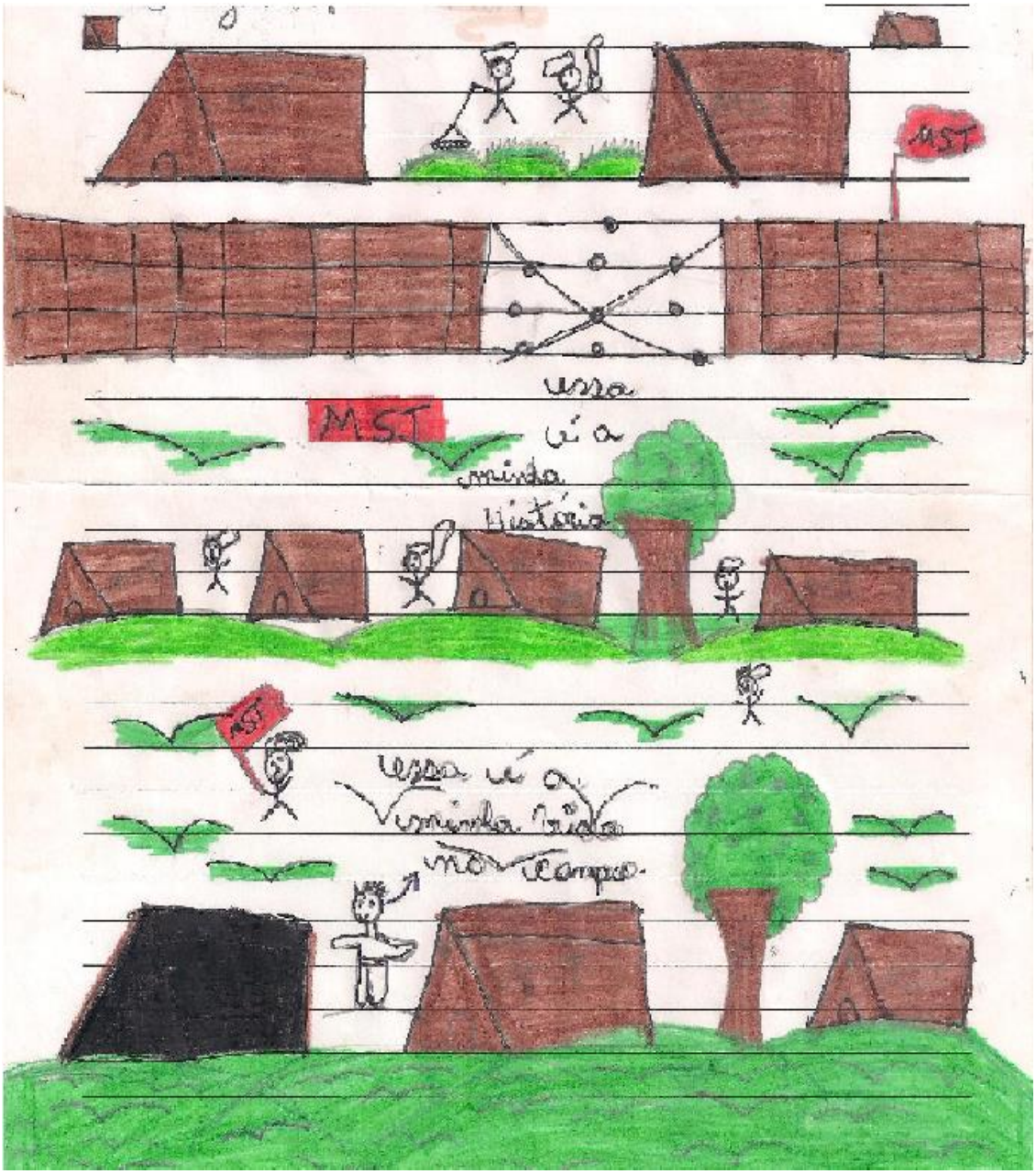

Ilustração nº. 17: Desenho da estudante “Flor de Pequi”

Eu cheguei com 9 anos aqui no 12 de Outubro. E eu ajudo minha mãe em casa. Eu lavo roupa/ lavo a casa/ lavo a louça/ e aparto o gado/ ando de cavalo/ e rego a laranjeira, a mangueira, o mamoeiro, a jaqueira/ e planto mandioca/ corto lenha/ cuido do gado/ e dou ração ao cachorro, o cabrito/ e monto em bezerras/ e de vez enquanto tiro leite da vaca/ vou à igreja/ jogo futebol e vôlei/ faço pudim e bolo de polvilho. Tenho vários amigos e gosto dos meus amigos. Gosto de andar de moto/ gosto do rio/ gosto de ir na casa das minhas amigas e na casa da minha amiga Copaíba/ andar de bicicleta de ônibus. Gosto de pescar/ e de andar de barco/ gosto de TV/ escutar música/ mexer no meu celular/ gosto de arrumar meu quarto/ gosto de tirar foto. Só que eu não olho só pra dinheiro, mais sim, para simplicidade das pessoas do mundo. Na escola os professores são muito legais. No futuro eu quero ser uma pessoa formada em veterinária. As pessoas que tem casa no campo são pessoas honestas. Essa é a minha vida no campo, essa é minha história. Muito obrigada! (Flor de Pequi, estudante do 3º Ciclo, 11 jul. 2013).

5 EDUCAÇÃO DO CAMPO: METABOLISMO SÓCIO-PEDAGÓGICO PARA *BEM-VIVER* A AMAZÔNIA

5.1 O MOVIMENTO CAMPONÊS: FORMAÇÃO PARA *ALÉM DO DESBRAVAMENTO*

> Toda realidade está submetida à possibilidade de nossa intervenção. A história da luta pela justiça rural e agrária neste país revela a superação da posição inicial da adaptação e adequação, inclusive como uma forma de defesa. Uma das razões da minha luta e presença no mundo é que, como educador, eu posso contribuir para que se vá alem dessa passividade, do que chamo de posturas rebeldes e transformadoras do mundo. (PAULO FREIRE, TV PUC de São Paulo, abril de 1997[162]).

A educação não se restringe às quatro paredes de uma sala de aula ou a uma "grade" curricular objetivada na perspectiva educacional hegemônica. Este paradigma educacional tem centralidade numa pedagogia que "ensina" para a adaptabilidade ao metabolismo social vigente, por isso, despreza os conhecimentos/saberes e a práxis calcadas nas experiências do mundo do trabalho, donde são criadas as possibilidades de superação do *status quo*.

A "pedagogia da adaptação" tem conquistado as classes populares nas regiões de colonização recente, como é o caso da Amazônia mato-grossense, não porque promove o disciplinamento, que seus jovens tanto confrontam, ou porque se configura num espaço socialmente acolhedor, pois os índices de desistência e o analfabetismo resistente estão aí para comprovar a existência dos seus mecanismos para esvaziar os bancos escolares, mesmo que a escola seja o único espaço de sociabilidade dos assentamentos. Mas sim, ela conquista as classes populares por impingir, como verdade primeira, o conhecimento científico produzido desde seus ensaios dentro de padrões de seletividade, que atendem aos interesses de classe.

Com isto, obrigam os trabalhadores, de uma maneira geral, a dedicarem-se por horas a fio, após estafantes dias de trabalho explorado, na apreensão dos tais *saberes científicos* traduzidos pedagogicamente em "saberes escolares". Tal dedicação se deve ao fato de que compreendem este encaminhamento dado ao processo de escolarização como uma *senha* necessária para a sua garantia de vida boa. De maneira mais específica, a título de exemplo, os cursos destinados à área rural dedicam boa parte do seu tempo a estudos dos

162 Disponível em: http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/1918. Acesso em 20-12-2013.

conhecimentos/saberes voltados às práticas autodestrutivas, como: composição e aplicação de agrotóxicos, monocultivos, barragens, mineração, dentre outros.

É esse um *fato pedagógico contemporâneo* relacionado às populações campesinas, fruto e baliza da relação de exploração do trabalho alienado onde "o trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão", como os migrantes desbravadores no processo colonizatório, que veem a floresta e a eles mesmos se com-sumirem diante do progresso festejado. "Torna-se uma mercadoria mais barata à medida que cria mais bens": a negação dos conhecimentos/saberes produzidos na diversidade de trabalho, engenhocas e engenharias, gerados no seu encontro com o bioma Amazônia. Assim, com a "desvalorização do mundo humano" que "aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos" (MARX, 2007, s/n), dos *fazedores* desses mesmos objetos, é retirada a condição de compreender os nexos da sua sabedoria na *coisa* pronta – na bela catedral, o mateiro primeiro ou o nível de cimento na pá do pedreiro; na cama que deita, as felpas sentidas no toque dos dedos e no cheiro da madeira; no recheio da torta, as mulheres e homens a coletar ouriços em floresta preservada ou degradada, enfim; no alimento, nas flores, nos tecidos, que mantêm humanos vivos, as marcas do tempo, o tempo da lua, a profundeza do berço que é cova e o zelo que cala.

Para que o capital *se capitalize*, portanto, a expropriação se efetiva tanto sobre os bens ditos materiais, mas que são também materializações do pensamento, quanto sobre os próprios conhecimentos/saberes acumulados e sistematizados historicamente, circunscritos no que tem sido convencionado chamar de *conhecimento científico* ou *conhecimento escolar*, este último já selecionado no interior daquele, na dinâmica das relações sociais vigentes, como de maior valor à distribuição coletiva. Nesta perspectiva, Ribeiro (2008, p. 43) escreve:

> A concepção moderna de educação produzida pela burguesia como a classe vitoriosa na transformação do feudalismo em capitalismo ficou reduzida aos processos escolares, negando ou subordinando os aprendizados da experiência e da cultura, mas, principalmente, os que decorrem do trabalho. Pensamos o trabalho na sua dimensão educativa que, pela relação que o trabalhador estabelece com a natureza, mediada pelas relações consigo mesmo e com os outros trabalhadores, humaniza enquanto produz bens materiais, imateriais, linguagem, arte, conhecimento e cultura. Na relação contraditória que os trabalhadores estabelecem com a classe que se apropria do produto do seu trabalho – porque anteriormente expropriou a terra e os instrumentos de trabalho do camponês e deles se apropriou privadamente –, também há uma dimensão educativa de formação das classes populares que marca as suas construções identificadas como educação popular.

Os ideais da "colonização moderna" como estratégia militar de fronteira (BARROZO, 2008) e empreendimento limpo, racional, produtivo e ordeiro, sem os conflitos típicos da

selva protetora de comunistas guerrilheiros e povos indígenas, estes últimos únicos ameaçadores do intento à limpeza florestal, se juntam aquele *modo de ser* da "escola moderna", encalacrada em si mesma, mais como missão religiosa do que como um território propulsor do movimento de apreensão, de reelaboração e, de possível contestação da realidade.

Sendo assim, *salvadora* – "uma escola semelhante à escola do Sul, com características de um ensino 'rigoroso', 'tradicional', e fundamentado na filosofia cristã garantiria a qualidade da educação, mesmo em meio à floresta" (ROHDEN, 2011, p. 64). Ela materializava o que a transcende, com a palavra escrita e anteriormente ungida, e indica o caminho certo ao interior das margens porque nelas há, ainda naquele momento inicial, a floresta. Naquele contexto, o caminho certo é o rumo *norte*, também aberto como missão, por braços de trabalhadores em serviço (gratuito) militar obrigatório e, no caso de Sinop, por mais de sessenta anos.

No decorrer desse processo, e apesar dele, ampliam-se os saberes advindos das experiências e o conhecimento "da classe" não cessa; sua análise faz emergir outra contradição do próprio sistema que a tudo busca concentrar: não há como o próprio capital avançar sem que haja distribuição, mesmo que desigual, como ocorre com o conhecimento produzido na/pela humanidade. Neste sentido, um trecho de uma carta do colonizador-proprietário, escrita em 1978 para o Secretário de Estado de Educação, com cópia para a diretora do Centro Educacional de Sinop, naquela época Ir. Edita, registra esta *necessária* e aparente *concessão* dos saberes *de classe*:

> A SINOP AGROQUIMICA S.A. pede vênia para vir à presença de Vossa Excelência para, respeitosamente, solicitar a possibilidade de ser criado um Curso de Análises Químicas na SINOP [...] Queremos acreditar seja do conhecimento de Vossa Excelência que esta empresa está construindo, nesse local, o maior complexo alcooleiro da parte setentrional mato-grossense [...] Gostaríamos de colocar em nossa linha de ênfase a circunstância de que um curso de analises químicas, como pretendida, significaria a absorção de mão de obra qualificada, proveniente do mercado da própria região [...]. (Op. cit, p. 138).

Qual nada! Isto não é uma concessão "de tão largas e promissoras possibilidades para a juventude", mas é a parte do mesmo metabolismo sócio-pedagógico do capital! É dos braços do trabalho e de sua mente inteligente que o desenvolvimento social, desgraçadamente sistêmico e fundado no capitalismo, se realiza. É porque há expectativa, programada já no conjunto da obra, de que os trabalhadores *batalhem* para aprender coisas (e aprendem!), mesmo que completamente distintas daquelas dos costumes de origem ou daquelas a eles

apresentadas na dinâmica histórica, que o capital envida *esforços* políticos e financeiros para "preparar a mão de obra".

Aqui necessário se faz considerar, mesmo que brevemente, o contexto mundial, a inflexão produtiva que se desenvolveu a partir da crise dos anos 70, com a transição do padrão fordista/keynesiano para o padrão toyotista. Os efeitos dessa reestruturação são intensos sobre a força de trabalho e é caracterizado pela heterogeneízação, fragmentação, complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 1993, MATTOSO, 1993) e em detrimento dos empregos formais, com o favorecimento da flexibilização dos contratos de trabalho. Isto atinge desde as estruturas mais amplas da produção até as relações mais específicas, esta última, inclusive ao que se vincula tanto à solidariedade de classe, quanto aquela mais "pessoalizada", fazendo com que a intolerância, o xenofobismo, o racismo, cresçam a índices inimagináveis quando o mundo parece/ia girar em direção a relações mais respeitosas.

Também há que se relevar a crescente intelectualização, de parte dos trabalhadores, para desenvolverem atividades cada vez mais flexíveis e avançadas tecnologicamente, em detrimento de outros milhões (caso da própria escola pública cada vez mais alienada de sua função social de socializadora do conhecimento) que, sem emprego para a vida toda ou sem emprego algum, tentam sobreviver. Com isto, o processo de reestruturação produtiva torna ainda mais difícil a vida dos trabalhadores porque há desprezo da força de trabalho manual (braços) e também intelectual.

Paradoxalmente, nos dias de hoje, no que diz respeito à formação profissional no país, vive-se um momento de ampliação das instituições/vagas. Neste sentido, o Anuário Estatístico da Educação Básica de 2012 (AEEB/2012), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aponta que:

> Outro destaque percebido no Censo Escolar 2012 foi a confirmação da trajetória de expansão da matrícula na educação profissional, que em 2007 era de 780.162 e atingiu, em 2012, 1.362.200 matrículas – crescimento de 74,6% no período (Tabela 16). Esse comportamento está em sintonia com as políticas e ações do MEC, no sentido do fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional no País.

Este "fortalecimento" foi anunciado recentemente:

> Agora, a questão da formação profissional é uma questão estratégica para as pessoas e para o país. Agora, o Mato Grosso precisa dessa formação. Ontem, eu, além de ser presidente, operei máquinas e eu vi a complexidade, são máquinas extremamente precisas, *com grande poder de evitar o trabalho humano*. *Mas para se evitar o trabalho humano, você tem de aplicar o trabalho humano*. É interessante. E aí eu quero te dizer o seguinte: nós estamos expandindo todas as nossas escolas técnicas e a formação de nível médio é fundamental. Sabe, [...] no Brasil, *nós não tínhamos*

> *essa tradição de formação* de técnicos de nível médio. No mundo inteiro há uma relação importantíssima entre universitários e técnicos de nível médio. [...] Além disso, nós criamos uma rede de educação profissional envolvendo as universidades federais, as escolas técnicas, a Embrapa e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, *o Senar, que é um órgão da Confederação Nacional da Agricultura*, da CNA. (Pres. DILMA, entrevista às Rádios de Lucas do Rio Verde-MT, em 12-02-2014)[163]. [grifo nosso].

Máquina tão precisa que "pode evitar o trabalho humano"! (inclusive o trabalho de aprender, de criar coisas, porque o capital toma aos trabalhadores o principal meio de sua produção: o trabalho e, além deste, as concepções que permitem reconfigurar, constantemente, as máquinas). Mas, por que se quer evitar o trabalho? Exatamente por sua qualidade de produzir nexos à criação (à inventividade) humana, ao aprender que acelera o desenvolvimento (VYGOTSKY, 1987).

Além disto, nesta realidade tão contraditória continua-se a formar a força de trabalho enquanto os postos de emprego diminuem, em grande medida, numa escala mais ampliada como uma forma do Estado injetar recursos na área privada para jogar lenha na fogueira da mercantilização da educação, conforme determina o neoliberalismo. A constatação da Presidente Dilma Rousseff, de que não havia a "tradição de formação de técnicos" e agora há, só não é pior do que a aliança do atual governo com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) para formar tecnicamente os trabalhadores do campo brasileiro. A indústria agrícola sempre se valeu de recursos públicos e sempre formou os trabalhadores de acordo com seus interesses através dos "pacotes tecnológicos".

Para o que enfoca este trabalho de pesquisa, em Mato Grosso, um volumoso investimento público é repassado para entidades vinculadas ao agronegócio, como é o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Entretanto, são recentes as denúncias por mau uso desses recursos envolvendo até líderes políticos orgânicos da CNA, e, depois, condenados por superfaturamento da produção de materiais formativos: as cartilhas do "Agrinho" e da "Formação Rural e Promoção Social". De acordo com matéria publicada na página oficial do Ministério Público Federal: "Os crimes causaram um prejuízo de R$ 9.926.601,41 aos cofres públicos" (MPF, 2011, s/n)[164]. Contudo, em que se pese esse arroubo de corrupção, atitude condenável, porém, presente nas relações Estado-capital, o que chama a

163 Cf. Entrevista foi concedida durante a Presidente cumprir os *rituais* para lançamento da colheita 2013, em LRV-MT http://www2.planalto.gov.br/imprensa/entrevistas/entrevista-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-para-as-radios-atitude-am-e-regional-fm-de-lucas-do-rio-verde-mt/view. Acesso em: 13-02-2014.

164 Cf. http://www.prmt.mpf.mp.br/noticias/cartilhas-mpf-processa-quadrilha-por-superfaturamento-de-9-mi/?searchterm=cartilhas#.Uv1qUmJdVOM. Acesso em: 20-09-2013.

atenção é que as tais cartilhas vão desde o treinamento para ordenha até a lida com apiários, todavia, sem que *nenhuma* trate da vivência rural com a floresta em pé[165].

Então, qual a principal marca do *fato pedagógico* embutido nisto tudo? Quando se estabelece aí uma relação com a formação do campesinato frente à floresta, é que desde aquele Curso de Análises Químicas até o último treinamento sobre Tecnologia de Precisão em Máquinas Agrícolas, oferecido pelo SENAR-Sinop, a principal *matéria* ensinada pela educação burguesa aos trabalhadores é o "não-conhecer" ou o "desconhecer" a floresta/biodiversidade. Ou seja, a *matéria* com a qual o capital conduz a formação dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que promove a lucratividade do agronegócio, aliena a possibilidade de criação de alternativas, pois o que "faz sentido", o que já está saturado no senso comum (com a colaboração dos governantes, da mídia, das altas cifras de recursos públicos e dos interesses dos próprios trabalhadores), é a alta produtividade de grãos em terra *limpa*.

Mas, a complexidade do metabolismo sócio-pedagógico que constitui a formação dirigida aos trabalhadores do campo não para por aqui. Após o *Levante Camponês – 2003*, as conexões estabelecidas entre os migrantes-camponeses e as possibilidades abertas à sua formação tem-se a contradição das intencionalidades (o "por quê" ensinar), bem como, da "matéria" na qual aquela se realiza no sujeito, a seletividade "do quê" nos interessa aprender para a emancipação e perpetuação como camponeses.

Nesta perspectiva, os dois quadros que seguem apresentam a tipologia da formação acessada pelos acampados/assentados do *Assentamento 12 de Outubro*, além da educação/escola básica oferecida nos assentamentos. No primeiro quadro, elenco o acesso à formação de nível técnico-político e, devido à quantidade de eventos formativos nos quais estiveram envolvidos nestes anos todos, cito apenas um antes de 2013, o Encontro Unitário, devido à grande importância do mesmo, pois marca o desejo de unidade do Movimento Camponês que, após cinquenta anos, voltou a se reunir. O segundo quadro, já no nível técnico-acadêmico, apresenta alguns espaços educacionais criados e *ocupados* pela pedagogia do movimento.

a) Formação técnico-política oferecida pelo Movimento Camponês ou em entidades com sua parceria/afinidade e, também, a instrução oferecida pelo SENAR:

165 Página consultada: http://www.senar.org.br/biblioteca/cartilhas. Acesso em: 14-02-2014.

Formação	Período: Ano de 2013	Quant.
. Encontro Unitário: Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos das Águas e das Florestas de Mato Grosso – Movimento Camponês	Cuiabá/11/2012*	20
. Seminário Políticas Públicas Socioambientais – Formad	Cuiabá/março	03
. Oficina sobre Comercialização Solidária – SISCOS/UNEMAT	Assent/ março	60
. Seminário Educação e Energia na Bacia do Teles Pires – Sintep	Sinop/abril	40
. Seminário em Agroecologia e Saúde – GIAS/Formad	Cuiabá/maio	10
. Seminário sobre os Impactos da soja na região norte MT – Formad[166]	Sinop/junho	05
. Encontro Estadual dos Educadores do MST	Cuiabá/julho	20
. Seminário Educação do Campo e a Questão Agrária – UFMT/MST	Cuiabá/junho	05
. Seminário Uma proposta de produção de alimentos na Agri. Familiar	Colíder/agosto	01
. Instrução sobre Agroecologia	Assent/Coopervia/junho	40
. Encontro Estadual do MST	Cuiabá/dezembro	10
. Instrução para produção de sabão caseiro - Senar	Assent/agosto	20
. Seminário sobre impactos das barragens no Teles Pires- ICV	Alta Floresta/agosto	05
. Instrução para enxertia - Senar	Assent/julho	20
. Estudos sobre plantas medicinais – Igreja Católica	Assent/outubro	10
. Produção de artesanato – Igreja Católica	Assent/vários	08

Ilustração nº. 18: Formação MST/Assentados 12 de Outubro

Neste quadro é possível observar três quesitos básicos:

- A baixa promoção na formação cotidiana do trabalho camponês por parte do estado (independentemente do ente federado);
- A forte presença de entidades que, de alguma forma, entrecruzam as vivências dos camponeses com distintos interesses (sindicatos, ONGs);

Há uma intencionalidade e "matéria" bastante diversas daquelas amplamente financiadas pelo Estado e solicitadas pelo capital no campo. Trata-se de: terra, questão fundiária e agrária, diversidade do campesinato, políticas públicas, questões socioambientais, produção de energia, água, educação, saúde, combate aos agrotóxicos, alimentos, artesanatos, produção agroecológica, enfim, expõem interesses que, de certa forma, aproxima-os do possível *Bem-Viver* o "Projeto de Desenvolvimento Sustentável" (PDS).

Todavia, tanto pelo tempo minguado dessa formação em eventos, quanto pela pouca abrangência em relação ao número de famílias assentadas, não se constituem ainda na organicidade necessária para que se possa afirmar que esteja ocorrendo uma transformação da ideologia *desbravamentista* de forma a constituir os Sistemas Agroflorestais, fruto de um pensar do camponês agroecológico/agroflorestal por isso, devem ser entendidos apenas como sinais, tênues sinais, de um querer tornar-se.

b) Formação técnico-acadêmica oferecida pelo Movimento Camponês ou em instituições conveniadas a partir de sua demanda:

166 Relatório disponível em: http://www.formad.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Relat%C3%B3rio-do-Semin%C3%A1rio-de-divulga%C3%A7%C3%A3o-em-Sinop-24Jun2013.pdf. Acesso em 02-09-2013.

Formação Técnico-acadêmica	Início	Quant.
. Magistério do Campo, Turma Dorcelina Folador	MS/2001	1
. Técnico em Administração de Cooperativas - ITERRA	RS/	1
. Ensino Médio – ITERRA	RS	2
. Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC) – UNEMAT/MT167 - Pronera	Cáceres/MT/2005	3
. Pedagogia do Campo	RO/2005	1
. Licenciatura Para Educação do Campo	UNB/2006	1
. Curso Tecnólogo em Agroecologia - IFPR /Pronera	PR/210	1
. Licenciatura em Pedagogia para Educadores do Campo – UNEMAT[168]	Sinop/MT/ 2011-2015	4
. Residência Agrária: Organização Socioeconômica e Política de Desenvolvimento Territorial nos Assentamentos de Reforma Agrária - UFMT169 - UFMT/Pronera	Cuiabá/11/ 2013-2015	01

Ilustração nº. 19: Formação MST e Instituições Aliadas

Neste quadro, apesar de abranger um tempo mais espichado e formação mais aprofundada, é possível verificar, também, os parcos investimentos do Estado na "Educação do Campo" para o campesinato e, ao mesmo instante, constatar o viés encaminhado quando os Movimentos Sociais Populares estão presentes no desenvolvimento de políticas públicas como é o caso do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Ao juntar esta tipologia das mediações formativas construídas pelas populações campesinas ou a partir do tensionamento desta para as entidades/instituições próximas constata-se que, embora haja olhares voltados à sócio biodiversidade (água, rio, saúde, arte, alimentos limpos, democratização do uso da terra), à floresta (como a grande área assentada no assentamento) isso ainda não se constituiu com intensidade numa relação com o gênero humano; com isto, seus possíveis processos sinérgicos estão aquém do concreto-concebido. Como se pode ver, a hegemonia do modo de ser do agronegócio na região impõe mais cercas de precisão ao pensar do que as de arame farpado, porque sua "matéria conhecimento/saberes" paira como abstração generalizada no senso comum e já se conhece bem seus meios de difusão/negação. Entretanto, sua fulcral efetividade tem se sustentado, também, porque, nem cotidianamente, nem eventualmente, nos espaços educativos advindos do próprio Movimento Camponês com suas parcerias históricas, a matriz educacional/produtiva para o "pensar certo" sobre a relação proximal entre camponeses e áreas florestadas ainda é bastante tímida e, por isto, não se traduzem em "matéria" a ser selecionada (por ser legítima) para ser ensinada pela escola.

167 Devido à péssima gestão universitária naquele momento, ocorreram sérios conflitos entre as partes – universidade e programa – que penalizaram muito os docentes e camponeses envolvidos o que levou ao rompimento do convênio e, por isso, foi necessário muita luta para que o curso fosse concluído. Mais informações: http://www.ige.unicamp.br/site/aulas/134/iraci_mestrado.pdf. Acesso em: 02-09-2013.
168 Cf. http://www.youtube.com/watch?v=c8FvpOzxU_c. Acesso em 20-01-2014.
169 Ver: http://www.axa.org.br/campo-e-reforma-agraria/2627. Acesso em 02-02-2014.

Então, estamos, novamente, diante do permanente círculo opressor; e embora ecologicamente e, de certa forma, juridicamente, a necessidade de floresta esteja criada, esta necessidade ainda não se realiza nem na produção agrícola, muito menos pedagogicamente (embora haja ensaios dessa criação). Se assim é, como, e com base em quê produzir inteligibilidades para que, concretamente, os camponeses possam aproximar-se dos *territórios campesinos em construção*, nas áreas de assentamentos do bioma *Amazônia*?

É certo que isto exigirá o bom debate, porém dois pontos dentre os diversos "compromissos" assumidos pelo conjunto do Movimento, e divulgado via a *Carta-Manifesto: Encontro Estadual Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas de Mato Grosso* sinalizam que há internamente aquele movimento social, pensamento movente nesta direção:

> Assim, nos comprometemos [...] - A *aprofundar uma transformação sob uma nova relação com o meio ambiente*, levando em conta os biomas do Pantanal, Cerrado e Amazônico que compõem nosso estado;/- A fortalecer e ampliar as experiências da agroecologia como matriz tecnológica para a produção de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos e a disputa com o modelo do agronegócio [...] (Encontro Unitário – MT, 06-12-2012)[170].

Onde esses camponeses mato-grossenses vão encontrar meios e "matéria" para "aprofundar" e "transformar" sua relação com o meio ambiente que, para o *Assentamento 12 de Outubro* é sempre mais floresta?

5. 2 "Gente, mas como é possível produzir com a floresta em pé?"[171]

> Às vezes, nos meus silêncios em que aparentemente me perco, desligado, flutuando quase, penso na importância singular que vem sendo para mulheres e homens sermos ou nos ternos tornado, como constata François Jacob, "seres programados, mas, para aprender". É que o preciso de aprender, em que historicamente descobrimos que era possível ensinar como tarefa não apenas embutida no aprender, é um processo que pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-lo mais e mais criador. O que quero dizer é o seguinte: quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e se desenvolve o que venho chamando "curiosidade epistemológica", sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto. (FREIRE, 1996, p. 23).

170 Disponível em: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6648. Acesso em 18-05-2013.

171 Pergunta de um estudante-militante do 3º ciclo durante a primeira reunião, em março de 2013, entre escola, cooperativa, universidade e camponeses, para tratar do problema da produção no *Assentamento 12 de Outubro*. Trouxe para reunião a grande questão que lhe angustiava e que fora muito debatida em sala de aula quando estudavam sobre o tema. Esta pergunta, apesar de ser proferida pelo jovem estudante, na verdade, consiste na grande questão que está posta para aqueles assentados em uma área de Desenvolvimento Sustentável, inclusive, para a qual a EEFF como espaço de aprender e produzir conhecimentos que promovam a emancipação.

Antes de qualquer reflexão mais aprofundada sobre Educação do Campo, proponho que se façam observações no quadro abaixo, a respeito da contradição sobre a qual essa prática social explicita uma "identidade própria, refletindo o avanço da caminhada pela liberdade como cidadãos, pela autonomia que relaciona o direito ao trabalho à posse da terra, e pela emancipação social como o horizonte das lutas que unem as classes populares" (RIBEIRO, 2008, p. 61).

Situação das Escolas do Campo - Cláudia MT- 2013		
Unidades Escolares	Decreto de criação	Data
ALESSANDRA (municipal)	Nº. 004	22 de março de 1985
CATARINA CANOZO (municipal)	Nº. 005	22 de março de 1985
DILMA I (municipal)	Nº. 006	22 de março de 1985
FERNANDA (municipal)	Nº. 007	22 de março de 1985
IRACEMA* (municipal)	Nº. 008	22 de março de 1985
LIARA (municipal)	Nº. 009	22 de março de 1985
MARINGÁ (municipal)	Nº. 010	22 de março de 1985
TEREZA (municipal)	Nº. 011	22 de março de 1985
UNIÃO MADEIRAL (municipal)	Nº. 012	22 de março de 1985
UNIÃO DO SUL (municipal)	Nº. 013	22 de março de 1985
N. S. de FÁTIMA (municipal)	Nº. 010	16 de março de 1987
GLADYS (municipal)	Nº. 066	16 de março de 1987
EE FLORESTAN FERNANDES** (estadual)	N. 348	19 de maio de 2011
EE DOROTHY STANG** (estadual)	N. 347	19 de maio de 2011
*Última escola do campo a ser fechada, em 2012 (todas municipais foram fechadas) **Escolas criadas a partir do *Levante Campesino de 2003* (ver página 135)		

Ilustração 20 – Fonte: Tomé (2009, p. 87) e Organização: Souza, 2014.

Em 2013 as únicas escolas do Ensino fundamental do município de Cláudia eram, exatamente, as escolas dos territórios campesinos. As demais estavam todas fechadas. A última – Iracema – fora fechada em 2012 sob protesto de alguns professores, mas com o aceite da maioria dos pais, que estes "entenderam" ser mais fácil os estudantes irem para Cláudia via transporte escolar.

O fechamento de escolas do/no campo tem sido um expoente do ataque capital ao acesso das populações rurais à educação pública de qualidade contra o qual o Movimento Camponês se ergue de forma enérgica. (A este respeito, segundo Maria Cristina Vargas, MST foram encerradas as atividades de 37 mil escolas do campo, nos últimos doze anos)[172]

172 Disponível: www.brasildefato.com.br/mode/27211 - acesso em: 15-02-2014

5.2.1 O processo formativo gerado nas experiências cotidianas

A luta social que se trava no momento ascende o campesinato como sujeito histórico e evidencia, como tarefa prioritária, a sua necessidade de sobreviver em solidariedade ao conjunto da classe, fazendo opção pela matriz produtiva agroecológica, aqui denominada de agrofloresta[173]. Esta matriz produtiva, por fundamentar-se em princípios voltados à vida mais do que para os lucros, constitui hoje numa afronta ao modelo agrícola hegemônico.

No entanto, no processo dialético, sócio-histórico, ao se reconhecer no outro anunciado pelo *Levante Camponês-2003*, estando este, por sua vez, cindido, às causas ambientais, ativam-se mobilizações que levam às transformações necessárias para nova práxis social. Com este objetivo, vários são aqueles que têm buscado criar formas alternativas de produção mais complexa. Se hoje há nesse estrato social, o camponês Sem Terra superando o camponês *desbravador*, há "algo qualitativamente novo nesse convívio, cuja gênese não pode jamais ser 'deduzida' da forma simples" (LUKÁCS, 2007, p 227). Com isto, "veem" as áreas florestadas iniciando, de forma inédita, uma caminhada em sua defesa.

Para isto, em certa medida, pressionam as autoridades competentes, principalmente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para a conclusão e colocação em prática dos Planos de Desenvolvimento Sustentável (PDS); denunciam junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Polícia Federal os possíveis delitos dos próprios assentados, quando é caso; participam de debates, marchas, em defesa das legislações ambientais; do Rio Teles Pires, ameaçado de "afogamento" pelo Complexo de Hidrelétrico no conjunto das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); tentam produzir sem agrotóxicos e até denunciam seu uso que, no Mato Grosso, é um dos mais significativos do nosso país; etc. No entanto, a formação deste "novo indivíduo social", do camponês Sem Terra agroflorestal, tendo, sua atividade objetiva, importância vital à perpetuação e humanização, carece da ampliação dos conhecimentos possibilitados (ou não), sobre agroecologia, pelos processos de socialização escolar.

---

173 Poucas são as experiências escolares neste sentido. Uma das escolas, com divulgação na página da SEDUC – a EE 31 de março, localizada em Canarana - relata o seguinte: "A escola desenvolve o projeto em parceria com o ISA (Instituto Sócio-Ambiental) e a Educação Agroflorestal [...] objetivo é provar a possibilidade de aliar culturas agrícolas e florestais em um mesmo espaço, derrubando o paradigma de que a floresta é um estorvo para a produção agrícola". Disponível: http://www.seduc.mt.gov.br/conteudo.php?sid=20&cid=10208&parent=0. Acesso em 20-01-2014. Contudo, o *lócus* de estudos agroflorestais em escolas da rede pública se dá nas propostas de Educação Indígena, Disponível em: http://www.socioambiental.org/esp/mesdoindio/fakes/mec.html. Acesso em 20-01-2014. No "norte" mais próximo à configuração do modo de viver hegemônico na região de Sinop a Embrapa Agrossilvopastoril realizou em 2011, na cidade de Alta Floresta, a capacitação de técnicos que atuam na extensão rural pública de MT.

Nesta perspectiva, urge desenvolver reflexões sobre o encontro da educação, materializada e mediatizada através da "prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino" (SACRISTAN, 2002, p. 15), e do modo de lidar com o *conhecimento* a ser distribuído às populações campesinas, EEFF, conquistada no conjunto das lutas do *Levante Camponês de 2003*.

Sobre essa "lida" com o conhecimento Apple (2006, p.103):

> [...] o conhecimento que chegava às escolas no passado e que chega hoje, não é aleatório. É selecionado e organizado ao redor de um conjunto de princípios e de valores que vêm de algum lugar, que representam determinadas visões de normalidade e desvio, de bem e de mal, e da forma como "as boas pessoas devem agir". Assim, para entendermos por que o conhecimento pertence a apenas determinados grupos tem sido representado em primeiro plano nas escolas, precisamos conhecer os interesses sociais que frequentemente guiaram a seleção do currículo e sua organização.

Ao, perscrutar sobre os limites e possibilidades desta escola metabolizar as mediações (sinergias) necessárias à formação omnilateral, com entendimento de que isto só se dará, passando pelo contexto geopolítico, econômico e socioambiental caso os trabalhadores Sem Terra, em processo construção como camponeses emancipados, encontrem *meios* para acessarem a matriz produtiva agroflorestal. Isto é, diante das condições concretas e das bases sócio-históricas que os formaram, através de suas experiências de trabalho que produzem os "saberes da experiência" (THOMPSON, 1981). Ao longo das últimas décadas, essa *mediação* demanda uma *transição* tanto das formas e espaços produtivos (concreto) quanto das formas de controle do pensar (simbólico) sobre estes, em que a principal delas, nos dias de hoje, é a "ciência" enquanto prática (fazer *cientificamente*) e conteúdo (conhecimento científico).

Por seu caráter socializador dos conhecimentos construídos historicamente, pela capilaridade de sua rede, hoje espalhada por todos os recantos do País e, principalmente, por ainda ser um interessante espaço de formação aos olhos da população do campo, a escola pública do campo pode (e deve) bem cumprir esta tarefa histórica de ser o *lócus* fértil a acolher e nutrir os conhecimentos/saberes, gerados objetivamente na prática da lida campesina, bem como, na práxis da ciência comprometida com o *Bem-Viver* e, ainda, nas relações político-pedagógicas.

Estes últimos são conhecimentos/saberes que fazem avançar o desenvolvimento de inteligibilidades e, por isso mesmo, corroboram com a mobilização, tanto à interpretação/compreensão, quanto para o estabelecimento das conexões necessárias entre a abstração-objetivação (no caso o labor camponês) vivenciadas nas práticas cotidianas e o concreto-pensado, o concreto-com-nexos concebidos (ainda no caso, o trabalho e o camponês

emancipado/omnilateral), porque "síntese de múltiplas determinações, isto é, a unidade do diverso/múltiplo". (MARX, 1987, s/n)[174]. E este se fazer transcende a miudeza singular de um ser permanentemente "inacabado", que nasce em um mundo dado e nele precisa aprender.

Assim, através da educação escolar (que é uma forma de conhecimento conectivo) se "hominiza, se socializa; entra em uma cultura; e se singulariza, torna-se sujeito" (CHARLOT, 2011, p. 18) em um mundo e ele mesmo em expansão. Neste sentido, a escola pública, quando organizada e realizada sob princípios emancipantes, como a exemplo da proposta de Educação do Campo, possibilita o movimento do pensamento na apreensão das determinações, e suas conectividades, que fazem a realidade ser o que é, enfim, lavra o "pensar certo" (FREIRE, 2004). Dessa forma, a condição camponesa tem forjado a busca dos trabalhadores pelas frinchas do modo de produção hegemônico, como forma de sua subsistência.

A alternatividade neste caso é o *lócus* do exercício da existência criativa humana, o que os tem mantido apesar de toda gama de adversidades, secularmente vivenciadas pelos camponeses. O fato é que o capitalismo, ao produzir-se produz também outras formas de relações econômicas, com as quais se é obrigado coexistir, não por uma dádiva deste, mas pela luta de mulheres e homens que sabem fazer brotar vida nos fundos de pasto, grotões, terrenos baldios, florestas, capoeiras, charcos, etc. E sabem cuidar do broto para que "dê flores e frutos"; sabem tecer vestimentas, telhados, paredes, adornos e redes; sabem das curas às dores; sabem das formas de vida humana porque o subumano está no seu domínio. Desgraçadamente, para os senhores do tempo presente, como insistentes inços nativos, estes homens e mulheres vivem e, em cada cria, revivem!

Para seguir, percorro os caminhos das formulações do ensino para populações do campo e os ideais educacionais do Movimento Camponês, para nelas observar o trato com a questão da sustentabilidade ecológica (congruentes ou divergentes) como uma intencionalidade formativa, que coopera com um modo de estar no mundo, consequentemente, de realização do trabalho camponês – alienado ou combatente à hegemonia do agronegócio – em sua tarefa histórica de produção de alimentos.

Após, *entro* na EEFF, um espaço de "aventura intelectual", no sentido lavrado por Charlot (2000; 2002), conquistado pelos sujeitos sociais que a compõem: trabalhadores camponeses e educadores, mas inserida no processo das lutas de classes que lhe impõe e lança as bases de sua transformação.

174 Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/criticadaeconomia.html. Acesso em: 20-01-2012.

5.3 - OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA

> A Educação do Campo é um projeto de educação que está em construção com nexos no projeto histórico socialista. É um projeto da classe trabalhadora do campo. Tem como protagonistas os próprios camponeses e trabalhadores do campo, suas lutas e organização e suas experiências educativas, que incluem a escola, mas vão além dela. Ela se contrapõe à educação como mercadoria e afirma a educação como formação humana. O papel da educação também é o de formar sujeitos críticos, capazes de lutar e construir outro projeto de desenvolvimento do campo e de nação. (TAFFAREL, ESCOBAR, PERIN, 2010, p. 183).

Neste item propus-me a fazer um recorte que evidenciasse o mundo daqueles que vivem do trabalho, cujos interesses são antagônicos aos das classes proprietárias-dirigentes. Assim sendo este trabalho aporta em uma perspectiva educacional que permita continuar avançando na luta histórica rumo à emancipação, que se traduz na busca de superação da falha sócio metabólica do capital, como cisão entre gênero humano e natureza. Dessa forma, firmo às perspectivas do *modelo camponês,* construídas a partir dos movimentos sociais organizados pela Via Campesina, por considerar que estas sintetizam, de forma ampliada, as aspirações desse grupo social, como sujeito histórico, ativador das lutas sociais no Brasil e, também, na América Latina.

Como então pensar a educação com esse arcabouço de saberes forjado na luta e na criativa existência de seus criadores, com relação direta à natureza/biodiversidade, sem desconsiderar o conhecimento científico-tecnológico hora compreendido como aquele que deve ser selecionado para compor o rol do que deve ser ensinado na escola "querida"?

Organizados no Movimento Social Camponês, trabalhadores do campo se fazem ouvir por inúmeros intelectuais e instituições comprometidas com a transformação social; com suas organizações e ações vêm plantando sementes fecundas neste "campo", ao delinear conceitos e firmar práticas, enfim, elaborar fundamentos de projetos que salvaguardam as especificidades dessa população em vias de crescimento, não somente devido à lógica da contradição capitalista em produzir seu oposto, mas, principalmente, fruto da incessante luta pela terra, meio de produção indispensável à produção de alimentos sem os quais não vivem os seres humanos, por maiores riquezas materiais que possam ter. Neste contexto, há preparação de um fértil solo que torna possível a germinação de uma agricultura respeitosa à sustentabilidade, mantenedora da produção de alimentos balizados pela biodiversidade necessária.

Nestes termos, há firme contraposição com os ditames do modelo do agronegócio o que gera incontáveis conflitos que adentram os mais diversos espaços de vivências dentre eles a

educação. Para pensar educação é necessário atentar às suas múltiplas determinações: sociais, psíquicas, culturais, financeiras, dentre outras. No que diz respeito à Educação do Campo, nascida e comprometida com as lutas do Movimento Camponês, esta complexidade acentua-se dado à especificidade e totalidade que se engendram. Amalgamam-se, fundamentalmente, ao menos um viés local: a Educação do Campo e um viés global, a luta por "relações sociais não-capitalistas". Neste sentido, Fernandes (2008, p. 64) elucida esta contradição que revolve os sedimentos do "campo" na Educação do Campo:

> O agronegócio está, ao mesmo tempo, avançando e agonizando. Seu modelo de desenvolvimento com base na grande escala, no envenenamento dos territórios, na produção de alimentos conservados e ruins para serem vendidos em todo o mundo tem se tornando uma opção para a vida moderna. Mas, a vida moderna também está fazendo outra opção, que é por alimentos saudáveis. E alimentos saudáveis são alimentos produzidos sem veneno, em pequena escala e vendidos em mercados locais e regionais. É desse campo que estamos falando, quando pensamos em educação do campo. Embora o agronegócio esteja se apropriando do termo Educação do Campo, ele jamais vai se apropriar do conceito, porque esse campo está definido por relações sociais não-capitalistas. São relações sociais camponesas, familiares, que estão retomando os rumos do desenvolvimento territorial rural, o rumo da vida digna no campo e na cidade. E para esta vida, é preciso um projeto de educação, de Educação do Campo.

Há necessidade de um *projeto* de Educação do Campo para, como arcabouço, contrapor à permanente investida das elites agrárias aos ainda minguados espaços de formação do campesinato, é urgente. Nessa mesma perspectiva, Caldart (2008, p. 74) contribui para ampliar a compreensão acerca da abrangência da proposta emancipatória da Educação do Campo como parte de um projeto para o campo que está na "base de sustentação da vida" e, consequentemente, consolida um projeto de país voltado ao combate das desigualdades sociais, e para isto, à defesa da sustentabilidade ecológica.

> [...] o campo não é qualquer particularidade, nem uma particularidade menor. Ela diz respeito a uma boa parte da população do país; se refere a processos produtivos que são a base de sustentação da vida humana, em qualquer país. Não é possível pensar um projeto de país, de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura, de educação.

Uma condição *sine qua non* para a constituição de um projeto de país que preze pela sustentação da vida é a sua produção de alimentos saudáveis, a sua soberania e segurança alimentar. Ironicamente, o setor de produção de *commodities*, mesmo auferindo altas taxas de lucro e os governos cada vez mais submissos a esse setor têm, conviventemente, deixado de orientar a população sobre os riscos dos alimentos contaminados pelos agrotóxicos, ficando

esta tarefa para o Movimento Camponês e Ambiental Popular[175]. Neste percurso, a formação do espaço/tempo de trabalho nas áreas rurais volta-se às pesquisas e cultivo de produtos geneticamente modificados num cenário com orientações neoliberais e de aparente minimização do poder regulamentador do Estado sobre o setor (STÉDILE, In BONAMIGO, 2007).

A ausência de uma visão de campo propositiva, participante nos rumos do país, onde se quer a soberania nacional e, nela, a soberania alimentar, um campo identificado com territórios de cultura, de saberes, de ensino intra e extra espaços geopolíticos, tem mostrado o *rural* como um contraponto ao urbano moderno: avançado, desenvolvido, industrial, *lócus* privilegiado das "gentes cultas". *Rural*, nesta compreensão, coloca-se como modo de vida sem requintes, isolado e com poucas exigências e vivências públicas, de trabalho madrugadeiro, mas de tempo contado um tanto quanto mais devagar, enfim, de trabalho eminentemente artesanal-manual e com ampla "necessidade" de se "desenvolver produtivamente". Essa forma de compreender tem adentrado as propostas de escolarização pública no geral e, especificamente, as propostas educacionais voltadas para as populações fora da urbanicidade pretendida.

Atentando mais à trajetória do setor educacional em relação às propostas de educação para essas populações, é possível constatar que, mesmo com o ensino voltado para o setor agrícola anterior ao reinado de D. João VI, no início do século 19, "a educação rural através da escola formal regulamentada pelo Estado, teve início pouco antes de proclamada a república, ou melhor, no final do Segundo Império (...) na primeira metade do século 20". (RIBEIRO, 2010, p. 170).

Contudo, a considerar a expansão da escola pública a partir das primeiras décadas dos novecentos, as populações habitantes dos territórios não urbanos (campos, florestas, ribeiras, pântanos) foram alijadas da redenção prometida pela escolaridade sob a explicação de que desnecessária seria àquelas mulheres e homens a destreza do lápis/caneta. Para "puxar a enxada" não haveria necessidade do entendimento perpassado nas letras. Conforme Ribeiro

175 Exemplo disto são as campanhas contra o uso de agrotóxicos em debate no País – AGROTÓXICO MATA. Estas têm partido exatamente desses movimentos sociais originários da luta pela terra e sua biodiversidade. É histórico o capital tentar desvincular os saberes – tradicionais, recentes ou inovadores - da materialidade da vida das pessoas. No campo, uma forma de aplicação dessa premissa é a desconsideração total dos saberes camponeses, vistos como atrasados, conforme já foi dito antes. Anula-se com isto sua experiência secular na lida com a terra, na vida em comunidades, na construção de valores pautados na solidariedade, na auto-organização, no controle do produto de seu trabalho. Atualmente, estamos vendo a acirrada disputa da produção científica entre setores da agroecologia e setores da agricultura convencional sobre os prejuízos da toxidade alimentar. Os dois lados amparam em pesquisas "científicas" para explicarem seus dados e produzirem argumentos para o convencimento público. Um grande conflito que certamente nos põe a pensar e, assim, a produzir novos conhecimentos, pois é dessa forma que a ciência avança, no embate direto e contínuo.

(2010: p. 39), na mesma obra, quando ocorria a escolarização denominada rural esta se restringia (e na maior parte das áreas rurais ainda se restringe) apenas às séries iniciais do Ensino Fundamental, comumente "através de classes multisseriadas de 1ª a 4ª série" e em condições sempre precárias. Até os anos de 1990 esta modalidade de ensino oferecida às populações rurais aparece "como apêndice da legislação educacional".

O texto constitucional de 1934 dispõe sobre a educação rural nos artigos n°121 e nº 156. Estes tratam da preocupação em "fixar" o homem ao campo como forma de evitar a crescente migração campo-cidade, bem como, da forma de financiamento dessa modalidade de ensino: "Para realização do ensino nas zonas rurais a União reservará, no mínimo, vinte por cento das quotas destinadas a educação no respectivo orçamento anual". Em 1937, no período do Estado Novo, a escola rural, como parte da estratégia de fixação das populações campesinas na terra, é amplamente debatida pelo que se denominou "ruralismo pedagógico"[176], como busca de permanência das famílias agricultoras no campo, uma forma de "contribuir" para o "desenvolvimento" do País.

Neste ínterim, vários foram os programas, planos e campanhas oficiais, como também, fundação de agências público-privadas com intuito de elevar a escolaridade das populações camponesas, contudo, sempre pautados no ensino para a preparação da força de trabalho ideológica e tecnicamente adaptada aos interesses do desenvolvimento do mercado nacional e internacional. Este investimento ocorreu tanto no campo da educação-escola quanto no campo da educação-extensão, este último, promovido por "associações" e agências, ligadas, principalmente, ao Ministério da Agricultura que, por sua vez, mantinha estreita relação com agências estadunidenses, estabelecendo inúmeros acordos de cooperação técnica com estas agências. É quando o modelo de "desenvolvimento rural" passa a estar centrado na produção agropecuária em "terra limpa", com vegetação devastada pelo uso das máquinas e com o uso de adubos e defensivos com os quais o capital gera a dependência dos agricultores.

O quadro que segue apresenta parte dessa ebulição que movimentou as institucionalidades no campo brasileiro durante os novecentos. São eventos, regulações,

176 Para essa fixação, os pedagogos ruralistas entendiam como sendo fundamental que se produzisse um currículo escolar que estivesse voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural, visando atendê-lo naquilo que era parte integrante do seu dia-a-dia: o currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano. (BEZERRA NETO, 2003, p. 11). Neste aspecto é interessante ressaltar a profunda e necessária reflexão sobre o que vem ocorrendo em várias escolas da região através das "atividades" voltadas para a implantação das "Hortas Escolares ou Pedagógicas". São excelentes para que as crianças e jovens aprendam os processos naturais da produção de um pé de alface, por exemplo, mas isto não basta à urgente compreensão das relações sociais vigentes que ao fim vem aniquilam a produção/produtos de alimentos limpos.

órgãos públicos, empresas privadas que, ao se entrecruzarem de forma interdependente impingiram outras vivências, nelas os saberes, às populações dos territórios não urbanos brasileiros, lançando as bases para o que temos nos dias atuais. Neste prisma, como forma de elucidar a presença, ou não, de um olhar educativo sobre as áreas florestadas, procurei apontar alguns eventos que demonstram o *reconhecimento* dessas áreas na estrutura organizacional do Estado brasileiro. Como tal, supõe-se, esse *reconhecimento* poderá (ou não) incidir como "matéria reconhecida" às propostas formativas encaminhadas às populações camponesas, dada à proximidade em suas origens (constam do mesmo órgão estatal: o Ministério que abriga as questões relacionadas à agricultura e não o Ministério da Educação).

Ano	**Órgãos/Políticas para o desenvolvimento do campo brasileiro**
1921	Criação do Serviço Florestal do Brasil (SFBr) - regulamenta o uso e a conservação dos recursos florestais – MAIC (Ministério da Agricultura Indústria e Comércio)[177]
1931	IV Conferência Nacional de Educação – diretrizes da Educação Popular no Brasil para difusão do ensino primário e profissional
1933	Campanha de Alfabetização na Zona Rural
1934	Decreto 23.793 – primeiro Código Florestal do País/MA
1935	1º Congresso Nacional do Ensino Regional
1937	Sociedade Brasileira da Educação Rural – propagação da educação rural – *escolas ambulantes*
1946/ 1947	Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) – pesquisas sobre questões econômicas, sociais e culturais.
1946	Decreto-Lei Orgânica 1613/de 20 de agosto de 1946, organiza o Ensino Agrícola/MA [178]
1947	Programas de Extensão Rural – EMATER
1947	Campanha de Educação de Adultos
Após 1945	Inúmeros contratos de "cooperação técnica" para transferência de tecnologias na área da agricultura
1948	Expansão do Extensionismo Rural
1952 a 1963	Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) – missões e centros rurais para formação de professores e agricultores (fruto do Tratado Brasil-EUA) **a)** Clubes Agrícolas (junto às escolas primárias do meio rural) b)- Centro de Treinamento (CT) **c)** Semanas Ruralistas (com forte apoio da igreja católica) **d)** Serviço Social Rural (SSR) **e)** Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR, hoje EMATER).
1953	Lei 1.806 estabelece a área da Amazônia Legal (AML) – objetiva integrar à economia nacional, via desenvolvimento da agropecuária, a Amazônia
1954	Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA) – foco na extensão rural
1956	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) – para coordenar o Serviço Brasileiro de Extensão Rural

177 O atual Ministério de Agricultura – MAPA – teve ao longo de sua história várias estruturações; elas representam um pouco dos contextos e dos conflitos existentes no "campo" brasileiro. De 1909 a 1930: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - MAIC; de 1930 a 1992: Ministério da Agricultura - MA; 1992 a 1996: Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária - MA; 1996 a 2001: Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MARA - e, finalmente, de 2001 aos dias atuais: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Para melhor compreensão do "campo brasileiro" vale lembrar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), também atuante nesse espaço, só foi criado em 1999.

178 Os cursos agrícolas técnicos, cada qual com a duração de três anos, destinam-se ao ensino de técnicos próprios ao exercício de funções de caráter especial na agricultura. São os seguintes: 1. Curso de Agricultura; 2. Curso de Horticultura; 3. Curso de Zootecnia; 4. Curso de Práticas Veterinárias; 5. Curso de Indústrias Agrícolas; 6. Curso de Lacticínios; 7. Curso de Mecânica Agrícola. Decreto-Lei 9613/46. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm. Acesso em: 10/10/2013.

1965	Lei 4.771 - Código Florestal Brasileiro/MA
Após 1965	Vários "contratos de cooperação" – Acordos MEC-USAID
1967	Lei 5.379/ - Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).
1969	Sistema Escola-Fazenda/MEC
1970	Escolas de Iniciação Agrícola (operários agrícolas) e Escolas Agrícolas (mestres)
1972	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA-MA), Lei 5881, dez. 1972[179].
1971	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 5692/71 (da ditadura militar)
1973	Dec. 72.434 Criação da Coord. Nacional do Ensino Agropecuário - COAGRI/MEC universidades
1975	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER)/MA
1976-86	Escolas Agrotécnicas
1981	Lei 6.938 - Política Nacional do Meio Ambiente
1985	Diretrizes de Funcionamento de uma Escola Agrotécnica Federal
1988	Promulgação da Constituição Federal
1989	IBAMA (nasce no Ministério do Interior e em 1992 vai para o MMA)
1991	SENAR - criado pela lei federal 8.315, de 23 de dezembro de 1991
1992	Lei 8.490 de 19 de novembro de 1992, criação do MMA
1996	LDBEN 9394 de 20 de dezembro de 1996, do MEC
2006	Serviço Florestal Brasileiro (SFB) - Lei 11.284/06 - Unidade da Estrutura Básica do MMA
2007	Criação do ICMbio – MMA (responsável em conjunto com MDA, pelo Manejo Comunitário Familiar Sustentável)

Ilustração nº. 21 – Órgãos/ações para educação no campo brasileiro

Ao observar o quadro acima é possível constatar que, nas origens da constituição dos espaços formativos da população do campo, já existia um tensionamento quanto ao foco dos estudos para o "desenvolvimento rural", na especificidade compreendida no âmbito da denominação "agropecuária". Por assim ser, mesmo que já houvesse algum "olhar" dos dirigentes do Estado brasileiro para o setor florestal desde 1921, representado pela criação do Serviço Florestal do Brasil (SFBr), este estava vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), que abarcava toda área considerada fora do espaço urbano; mesmo que esta área fosse composta eminentemente por florestas, podem ser considerados pouco relevantes os espaços criados para o seu debate na estrutura estatal. Segundo Fonseca (2009, p. 5), sobre o SFBr já estava dada a demanda para tal finalidade:

> ..se por um lado o SFBr tinha como competência **estabelecer e propagar os conhecimentos relativos à silvicultura**, para tanto atribuía-se à ele a responsabilidade de cuidar dos Hortos Florestais; do mesmo modo, para se executar a exploração das florestas modelo, ele organizava planos de exploração sistemático das florestas; **para propagar e introduzir as técnicas para o bom aproveitamento dos produtos florestais**, devia o Serviço Florestal instruir sobre o plantio, replantio e tratos culturais de cada essência florestal de cada região. [grifo nosso].

Contudo, os propósitos dirigidos à agropecuária acabarão por solidificar-se no ideário educativo e, consequentemente, se materializarem através de regulamentações pertinentes, como é o caso da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, pensada e estruturada a partir do Ministério da Agricultura. Interessante verificar este *esquecimento da floresta* pelos

179 Para aprofundamento sobre esta empresa ver: http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa. Acesso em 22-12-2013.

idealizadores da referida Lei, que "estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, *destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura*"! (DEL 9.613/1946). O ensino agrícola está, pois, determinado na intencionalidade do currículo inicial a não aprofundar os saberes nascidos da relação floresta-agricultura, a agrofloresta.

Nesse período, o do pós-guerra, sob a orientação da Constituição Federal de 1946, o Estado transfere ao setor privado rural a responsabilidade da manutenção escolar: "as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter o ensino primário gratuito para seus servidores e filhos destes" (Art. 168). Esta perspectiva privatista manteve-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 4024/1961, no Art. 32, que registra: "Os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades". Tanto na Constituição Federal de 1967, da ditadura civil-militar instalada no Brasil através do golpe de 1964, quanto na reformada pela mesma ditadura, de 1969, também foi mantido esse mesmo texto que é replicado na LDBEN 5692/1971.

Em suma, o Estado se exime da obrigação de ser o mantenedor prioritário da educação às populações campesinas. Para Leite (2002, p. 47), apesar de aquela Lei (5692/71) tocar na temática da educação rural, possibilitando abertura dos currículos para a formação profissional, ela ficou "restrita em seu próprio meio e sem contar com recursos humanos e materiais satisfatórios, distanciando-se da realidade sócio-cultural do campesinato brasileiro".

A influência dos EUA nesse nascedouro da organização da educação rural brasileira foi intensa e ocorria, principalmente, através dos contratos de "cooperação técnica" aonde equipes do MEC e do MA recebiam as orientações tanto em solo brasileiro quanto estadunidense. Os profissionais assim instruídos, conforme a proposta da agricultura empresarial implementada naquele país, deveriam ser os disseminadores do modelo em terras/agências educacionais brasileiras. Entendia-se assim, no momento (crença que permanece hegemônica ainda nos dias atuais), que seria aquele modo de agricultura o que melhor poderia contribuir com o Brasil, na sua corrida para galgar o posto de país desenvolvido. Como o "pacote de saberes tecnológicos" vinha de fora do país e das vivências internas dos camponeses e dos professores e/ou técnicos que iriam atuar nas áreas rurais, pouca participação popular fora solicitada à feitura dos tais programas educativos.

> Este "pacote tecnológico" intensificou a pobreza, as questões ambientais, a violência e a desigualdade. Tudo isto pode ser, hoje, precisamente identificado na situação dos grandes centros urbanos, que subordinou a agricultura brasileira à lógica do capital industrial, financeiro e comercial, e produziu um desenvolvimento desigual nos diferentes produtos e nas diferentes regiões. Além do mais, nega-se o conhecimento dos trabalhadores, fazendo com que eles percam o domínio das tecnologias da agricultura, gerando a perda da confiança dos agricultores em sua própria capacidade e no valor de seus conhecimentos. (TAFFAREL, 2006, p. 156).

Com isso, "as políticas sociais destinadas às populações camponesas, em particular a educação, tinham maior incremento e volume de recursos" quando havia, por parte das elites divergentes, interesses ligados à expropriação da terra e à conseqüente proletarização dos agricultores, combinada com a implantação de uma produção agrícola geradora de dependência científica e tecnológica dos trabalhadores.

> A educação rural, desse modo, funcionou como formadora, tanto de uma força de trabalho disciplinada, quanto de consumidores de produtos agropecuários, agindo, nesse sentido, para eliminar os saberes acumulados pela experiência sobre o trabalho com a terra. (RIBEIRO, 2010, p. 171).

No que toca aos "saberes acumulados" na vivência camponesa, salta aos olhos o isolamento imposto neste consumo de "pacotes de ensino" das práticas socioambientais. A impressão que se tem é de que naquele meado dos novecentos as áreas de agricultura já estavam consolidadas e que só bastaria aprender técnicas para lavrar a terra ou para a criação de alguns animais, já determinadas pelo costume interno ou externo. Isto é, o mundo rural visto como local de trabalho agropastoril e agrícola, apenas.

Sobre a lida com a grande área de vegetação ainda desconhecida, surpreendente (floresta, cerrado, caatinga, pampas, etc.) nenhum conjunto de técnicas fora ativado no campo do ensino, sequer para que o destino de nossa vasta biótica fosse além das cinzas. Sobre a diversidade da fauna, a dinâmica das águas, os espaços propícios à simples contemplação, enfim, nenhuma menção de destaque ao menos ao agro-extrativismo! Por quê? Não que já não houvesse um vasto conhecimento sobre a biodiversidade, construído e circulante na relação antropogênica, principalmente, das populações originárias. Mas sim, pela imposição do modelo para o qual, para a sua sustentação, o domínio político de suas orientações implicava a negação de outros modos de vida.

Nesta perspectiva, necessário se faz também a análise do processo de aniquilamento dos saberes sobre os modos geradores de vida dos territórios não urbanizados em sua relação com as áreas florestadas. Portanto, o registro que segue, mesmo que breve, trata desta perda de *conhecimentos* até mesmo entre as populações indígenas. Ali, junto às populações originárias

ainda sobreviventes[180] este *esquecimento* também é sentido. Conforme as "Palavras Indígenas" de Wautomoaba Xavante (apud RICARDO et al., 2011, p. 39):

> Muito antigamente, a gente andava muito no cerrado... como se a gente dividisse o espaço com os bichos. [...] Antigamente quando as pessoas ocupavam o espaço, andavam, faziam expedição[181], cada pessoa exercitava o seu conhecimento, quanto os homens em relação à caça, todo mundo exercitava seu conhecimento, era uma forma de aprender, era uma forma de viver a vida. (...) É assim que a gente desenvolve nossa habilidade e conhecimento, quem gosta de pegar o *sé*, vai pegar o *sé*, quem gosta de pegar outras frutas pega outras frutas.

Também Pewapa tem boas palavras sobre esta vivência e resistência ("não como nada"):

> Durante o *zöomo* 'ri, a gente procurava os lugares onde tinha muita raiz do cerrado. Essa alimentação de hoje está acabando com a gente, que é da geração antiga. Às vezes, eu como feijão e as coisas que meu genro traz quando vêm de Água Boa. Eu não sinto nada. Essas coisas que estão enfraquecendo a gente. Esse é meu segredo, eu não como nada. (apud CERQUEIRA, 2009, 120).

A asfixia aos modos de vida considerados impeditivos ao modelo de desenvolvimento, quase sempre, se dá em forma de massacre coletivo para imposição da hegemonia. Ainda com foco nas populações indígenas, o seu genocídio ocorrido no século 20 é exemplo disto e se eterniza, para nossa vergonha nacional, no registro conhecido internacionalmente como *Relatório Figueiredo*. Este documento trouxe à tona o horror no qual os povos originais da floresta foram submetidos para viabilizar "as frentes civilizatórias", inclusive, por aqueles a quem cabia protege-los, os agentes públicos no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão criado em 1910 e extinto em 1967 vinculado ao MAIC (sic!). São milhares de páginas de depoimentos e imagens que retratam as mais diversas atrocidades ocorridas em todo território nacional, o que é uma razoável amostra do tamanho da destruição físico-cultural que ocorrera naquele período. Os dois trechos que seguem dão a dimensão de tal prática em território mato-grossense:

180 Segundo CENSO/IBGE/2010, a população é de 896,9 mil, distribuída em 305 etnias que falam 274 idiomas. Ocupam 12,5% do território brasileiro sendo 36,2% na área urbana e 63,8% na área rural. (Disponível em: http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2194. Acesso em: 17-11-2013)

181 Essas expedições - *zöomo'ri* para os xavantes – "é uma forma de conhecer e explorar o território e os recursos naturais disponíveis" (CERQUEIRA, 2009, p. 106); de ensinar e aprender além fronteira próxima da aldeia como condição de sobrevivência, e; de estabelecimento de relação social com a biodiversidade existente, (Campinas, 18 de março de 2013 a 24 de março de 2013 – ANO 2013 – Nº 554 Disponível no site: http://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_554_pagina_09.pdf. Acesso: 13-11-2013.

> Mais recentemente os Cintas-largas[182], em Mato Grosso, teriam sido exterminados a dinamite atirada de avião, e a extricnina adicionada ao açúcar enquanto os mateiros os caçam a tiros e 'pi-ri-pi-pi' (metralhadora) e racham vivos, a facão, do para a cabeça, sobrevivente!!! Os criminosos continuam impunes, tanto que o Presidente desta Comissão viu um dos asseclas do hediondo crime sossegadamente vendendo picolé à crianças em uma esquina em Cuiabá, sem que a justiça Mato-grossense o incomode. [...] Na jurisdição da IR-6, Cuiabá, há postos que se notabilizaram pela crueldade para com os índios, citando-se – que ironia – o Fraternidade e o Couto Magalhães. (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967/68, p. 4917-19).

Esse massacre físico é, também, um aniquilamento cultural e ainda não cessou. Aparentemente, as "mentalidades" destas populações não favorecem o "empreendedorismo" (ZART, 2005) do metabolismo social do capital. São combatidas de forma veemente sob a *legitimação social* expressa na omissão e/ou na exclusão da *voz* dessas populações nos espaços definidores das políticas agrícolas. Exemplo disto são as recentes manifestações políticas destas populações contra, dentre outros, a PEC 215/2012[183] e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte[184]. Nestes casos, a contínua campanha para legalização, bem como, a efetiva expropriação do meio de vida dessas populações, a terra – *urihi* – vai se tornando costume culturalmente aceito e, até, defendido, como necessário à sobrevivência dos demais, nós, os não-índios.

Atualmente, é nítida a feitura (e a *feiúra*) da comoção-saturação geral externalizada nestes discursos institucionais de aparência democrática (afinal, tudo é feito cumprindo *os trâmites legais*), pois "um discurso se torna hegemônico porque ele consegue ancorar-se em entendimentos já presentes no senso comum e mobilizá-los, de modo que este seja a única forma de ver e viver o mundo social" (GANDIN, p. 07). A *ancoragem* se aporta nos princípios do modelo empreendido pelo agronegócio que, por sua vez, alimenta o metabolismo social do capital aqui traduzido como "inimigo" principal que, também, agride o modo de vida de outras populações campesinas, mas goza de grande visibilidade, defesa social e apoio governamental.

---

182 Sobre a etnologia dos Cintas-largas – povo Tupi-Mondé que habita o noroeste de Mato Grosso e sudoeste de Rondônia, conhecido pela sua sabedoria quanto aos procedimentos para a caça – ver João Dal Poz Neto. **No País dos Cinta Larga: uma etnografia do ritual**. Dissertação (Mestrado), São Paulo: USP, 1991.

183 Este Projeto de Emenda Constitucional objetiva transferir do Governo Federal para o Congresso o processo decisório sobre as demarcações das Terras Indígenas. Disponível em http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/ruralistas-instalam-comissao-da-pec-215-sob-protestos-de-indios-e-conivencia-do-governo, acesso em: 23-12-2013, e; de Renato Santana, "Ruralistas detêm 72% de comissão especial da PEC 215", disponível em http://www.brasildefato.com.br/node/26882, acesso em 25-12-2013.

184 Segundo Feliciano Pontes, do Ministério Público Federal do Pará, 30% das TIs na Amazônia serão atingidas de alguma forma pela avalanche de hidrelétricas em construção ou programadas para serem construídas nestas primeiras décadas. Sobre áreas que atingem as Terras Indígenas consultar o site abaixo: http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/59227/mais+de+30%25+das+terras+indigenas+na+amazonia+serao+atingidas+pelas+hidreletricas+diz+procurador.shtml. Acesso: 20-01-2014.

A negação, portanto, de qualquer forma de vivência fora das aspirações urbanoides se sobrepõe à existência possível de *outros mundos*; estes são significados produzidos e produtores dos nexos necessários à "instauração" da hegemonia como tal; é o senso de comum acordo (consenso) que, de tão comum, tem-se a sensação de ser "normal", de ser "natural", "o único no mundo". Há, então, um conjunto de idéias/operações que são difundidas com forte apelo de *convencimento* social, para que as ideias saturem os modos de vida e se tornem ideias dominantes.

É Raymond Williams, segundo Apple (2006, p. 38-9), quem melhor expõe esta síntese:

> A ênfase à hegemonia é uma grande contribuição de Gramsci, além de ele também tê-la entendido em um nível profundo que é, penso eu, raro. A hegemonia supõe a existência de algo verdadeiramente total, não meramente secundário ou superestrutural (como o sentido deficiente de ideologia), mas vivido em tal profundidade, saturando a sociedade de um modo tal e – como Gramsci observa – chegando a construir o limite do senso comum para a maior parte das pessoas sob sua influência, que termina por corresponder à realidade da experiência social muito mais claramente do que qualquer noção derivada da fórmula "base e superestrutural". Se a ideologia fosse apenas alguma noção abstrata imposta, se nossas ideias, suposições e hábitos sociais, políticos e culturais fossem meramente o resultado de determinada manipulação, de um tipo de treinamento aberto que pudesse ser simplesmente encerrado, então seria muito mais fácil mudar a sociedade do que tem sido na prática. Essa noção de hegemonia como algo que satura profundamente a consciência de uma sociedade parece ser fundamental [...] enfatiza os fatos da dominação.

Não é por um acaso do destino, portanto, que a *comidinha boa* da senhora Pewapa, mesmo sendo mais forte que os produtos da cidade, deixa de ser consumida pelos seus filhos/netos, quase da mesma forma que os filhos/netos dos habitantes de Porto Alegre, desconhecem o sabor da uva japonesa, que abunda em suas avenidas centrais. Há um conjunto de elementos discursivos e práticos que se retroalimentam na construção deste estabelecimento.

Ao cindir com o costume comum das excursões xavantes, pois as terras indígenas demarcadas (ou não) estão cada vez mais pressionadas pela agricultura de larga escala, os jovens ficam, também, privados do acesso às práticas educativas construtoras das tradições e não encontram sentido na defesa dos bens naturais então desconhecidos. Concomitantemente, avança sobre as populações indígenas, também, o apelo midiático, tanto para os produtos industrializados que demandam menos esforço para seu preparo, quanto para o silenciamento de suas atividades ou de ataque ao seu modo de vida e à cosmologia indígena. Isto tudo, na base do chumbo e da expropriação legalizada. O resultado, mesmo sob o protesto veemente de alguns (indivíduos ou grupos), não poderia ser outro senão a adaptação à hegemonia feita e

se fazendo socialmente e para a qual todos são partícipes e/ou influenciados. Daí porque se torna um grande "equívoco" pensar os "povos amazônicos" como:

> Populações animais reguladas – do ponto de vista de sua composição, distribuição e atividade – por parâmetros naturais independentes de qualquer atividade constituinte propriamente humana – parâmetros termodinâmicos, essencialmente. A sintonia indígena com a natureza, nessa imagem, seria uma espécie de sintonia infusa, imanente, inconsciente, orgânica. Estaria "no sangue": seria uma coisa "natural". [...] possuidores de uma quantidade de segredos da floresta inacessíveis à ciência ocidental. (CASTRO, 2011, p. 69).

Mas sim, necessário se faz compreendê-los como humanos em atividade que há milhares de anos ocuparam/ocupam a Amazônia e convivem com a natureza numa sintonia "social" (nem natural, nem sobrenatural) mediados "por formas específicas de organização sócio-política, uma vez que natureza é natureza para uma sociedade determinada, fora da qual se reduz a uma abstração vazia" (Idem). Essa atividade sócio-política fundamentada numa relação de "reciprocidade" e não de subordinação, entre o gênero humano e a natureza, seu corpo inorgânico, conflita com as perspectivas da modernidade, focada na produção industrializada.

É esse conflito de formas de lidar com a natureza – nosso corpo inorgânico -, mais do que o fato de "empreender", "não-empreender", que concretamente se entrincheiram tanto no nível prático, quanto no nível simbólico-político: as formas e as intenções de convivência com a floresta/biodiversidade. Um formato conectado, sentido/desejado/aceito metabolicamente interdependente, aonde o saber pode estar fundado em uma teoria instrumental das "relações de causalidade", mas que, ao mesmo tempo, está "visceralmente associado a uma imagem de universo que é comandada por categorias diferentes das de causa e efeito. É o pensamento indígena que compreende o cosmo de uma forma "sociomórfica" e toma-o como grande sociedade" com todos os seres ligados entre si.

"No saber indígena sobre a natureza, os humanos não são o único foco de voz ativa no discurso cosmológico" (CASTRO, 2011, p. 71), como afirma Matari Kaiabi: "Na nossa filosofia indígena, todos os seres que existem no mundo têm vida e espírito. Os seres que têm vida e espírito são: mineral, animal, vegetal, fungos e espirituais. Todos esses seres são respeitados pela nossa sociedade..." (LIMA, 2007, p. 42)[185]. Outro discurso é o fundado na

185 O povo Kaiabi, até a "desocupação da área" para o início do processo colonizatório da região norte de Mato Grosso, habitava vasta região nas cercanias do Rio Arinos, Peixe e Teles Pires, incluindo onde hoje se situam o município de Cláudia. Desde o final dos oitocentos sofrem especulações de suas áreas (o conflito mais recente vem sendo travado em uma de suas áreas, a TI situada nos municípios de Apiacás-MT e Jacareacanga-PA, cujo decreto de sua homologação pelo Governo Federal em abril de 2013 teve seu questionamento aceito pelo STF , em setembro de 2013, através da ACO 2224 ajuizada pelo Governo Estadual). Ao longo deste percurso, após 1950, a maior parte da tribo que vivia próxima ao Teles Pires foi transferida para o Parque do Xingu onde

modernidade ocidental, eminentemente instrumental e utilitário, onde um ser vivo só "merece" continuar a viver se nele se reconhece algum benefício para nós humanos, sujeitos *produtivos* da história planetária.

Mas, o que este *reconhecimento* dos entes tem a ver com a *Educação do Campo*, no que toca ao *Ensino da Floresta/Biodiversidade*? A relevância da questão indígena para compreensão de nossa forma de convívio "racional" com a floresta, da nossa relação e intervenção intencional com a biodiversidade, pondo sobre esta nossa capacidade criativa no sentido de promover as condições entendidas como melhoria de vida para os seres humanos, objetivamente, vai além das verificações sobre a expropriação dos territórios das populações originárias nesta parte do Planeta Terra. Há, também, ao negar, invisibilizar ou subjugar tais formas seculares de convívios a impossibilidade de se relacionar com os saberes dali gerados.

Nesta "transferência" evidencia-se o desprezar dos saberes fundantes da cosmologia indígena como também de outros componentes do conhecimento acumulado, resultante das práticas sociais do campesinato (caboclos, ribeirinhos, povos das florestas, pescadores, retirantes) em suas vivências com a exuberante biodiversidade brasileira. Com isso, criam-se condições para impossibilitar espaços à sua ampliação contínua deste o instante em que os punham dependentes de desconhecidas técnicas, instrumentos e insumos; assim, estrategicamente, o modelo transferido corroborou para supressão da autonomia camponesa (GRITTI, 2003; RIBEIRO, 2010) e, consequentemente, para aliená-la aos interesses nacional-desenvolvimentistas.

Ainda detendo-me sobre os saberes que contemplam a biodiversidade e com os quais os camponeses se relacionavam ativamente, ressalto que a sua negação no início do ensino formal às populações rurais tem sido o principal golpe expropriador à sabedoria do campo do País. O terreno fértil à "Revolução Verde" um título que identifica a política adotada no Brasil para a agricultura, no período pós-guerras, gerando a dependência de máquinas e insumos importados dos Estados Unidos (RIBEIRO, 2010), esteve se preparando ali mesmo naquele saque. É interessante observar que, por mais que as áreas florestadas ainda sejam consideradas "desconhecidas" na atualidade, o pouco do que se conhecia estava, principalmente, em mãos das populações do campo (caboclos, ribeirinhos, povos das florestas, índios, etc.). A sabedoria constituída na convivência com a biodiversidade estava emprenhada nos costumes vários: utilização da biomassa para produção de energia – produtos de limpeza como a "bucha

sobrevivem a partir de práticas agrícolas que se destacam pela complexa policultura, preocupação com a conservação da biodiversidade (interna e externa ao Parque). São, também, reconhecidos pela resistência e esforço no resgate cultural. (LIMA, 2007; SILVA, 2008, STF, 2013)

vegetal"[186], o sabão "de coada"[187] ou de tingui[188], o fogão à lenha, óleos diversos para azeitar as tochas de iluminação, a cura ou prevenção de doenças a partir de espécies ricas em compostos bioativos funcionais (uso veterinário e/ou humano), a construção de moradias adaptadas às condições climáticas e, principalmente, a alimentação com base na pesca, na caça, na criação de animais fora das cercas e frutas nativas.

Para que se efetivasse com êxito a "revolta verde", o corte raso e seu principal parceiro, o fogo[189] sem controle foi a tecnologia mais eficaz empregada neste trabalho em que se deu a troca das mantas vegetais que cobriam a superfície brasileira. Do buriti na Amazônia e dos pinhais do sul houve a aceleração da retirada da vasta biodiversidade para dar lugar a alguns cultivares que atualmente se consolidaram como *commodities* (milho, algodão, soja, pinus e eucalipto, principalmente). Com isto, imbricados no mesmo processo, a biodiversidade e os camponeses modificaram-se através da constituição e formação de trabalho relacionado àquela produção de *commodities*. Isto é, o camponês sem os meios de produção, terra com floresta em pé, e ideologicamente capturado pelo fetiche das "facilidades" (progresso) da produção em larga escala, para a qual o ensino formal encaminhado fizera o possível para prepara-lo, adapta-se e passa a acreditar nesse discurso. Com a absorção dessa racionalidade, o camponês *trabalha* e *educa-se* conforme o sentido marxiano:

> O trabalho é antes de tudo um processo entre o homem e a natureza, um processo no qual o homem por sua atividade realiza, regula e controla suas trocas com a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem à sua natureza corporal, braços e pernas, cabeças e mãos, para se apropriar das substanciais naturais sob uma forma utilizável para sua própria vida. Agindo assim, por seus movimentos sobre a natureza exterior e transformando-a, o homem transforma ao mesmo tempo a sua natureza. (MARX 2001, p. 211).

A célere expropriação tanto da matéria natural quanto dos saberes acumulados naquela vivência não se deu sem contestação e busca de um outro modo de projetar a vida. Naquele

186 Encontra-se em tramitação na Câmara Federal o Projeto de Lei n. 38/2011 que busca instituir o programa "A Bucha Vegetal Brasileira" com objetivo de "estimular o plantio e a expansão do mercado consumidor". Justifica-se por ser "importante para a preservação do meio ambiente e para a geração de emprego e renda para as comunidades rurais pobres". (BRASIL, PL 28, de 03 de fevereiro de 2011).

187 Sabão feito com água de cinzas (de madeira) coada – *água de coada* - e gordura animal. Os "sais minerais são retirados da terra pelas raízes e distribuídos pela planta. Como este material inorgânico não é combustível, após a queima, estes sais formam as cinzas". As cinzas contêm sais de sódio, potássio, cálcio, magnésio e outros. Os autores também defendem que tais tecnologias além de promover o encontro geracional necessário também estipulam práticas ecológicas, pois o material é de fácil absorção ao ambiente. Disponível em: http://www.portalseer.ufba.br/index.php/anaiseneq2012/article/viewFile/7869/5595. Acesso em: 08/09/2013.

188 (TELES, 2008, s/p)

189 A *roça de toco* é um manejo agrícola de tradição indígena ainda hoje muito utilizada pela população cabocla e campesina tradicional. Neste sentido, segundo Beltz (2011), "nos métodos utilizados nas roças de toco indígenas" é possível identificar "vários indicativos de sustentabilidade". Disponível em: http://siec.unemat.br/anais/. Acesso em: 24-12-2013.

pós-guerra também coincidia, no caso brasileiro, com o período chamado de *re-democratização* que proporcionou fertilidade à formação das Ligas Camponesas, idealizadas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1946, uma relevante organização política na história do campo brasileiro (MARTINS, 1981), e que, mesmo sob violenta repressão, perdurou até o início do regime militar em 1964. Com elas, a luta pela reforma agrária como condição para melhorar a vida dos trabalhadores do campo e redistribuição de terra no Brasil explicitou a expropriação, o que levou os militaristas aprovarem a toque de caixa, a Lei ordinária 4.504/1964, que define um novo Estatuto da Terra, reformulando a lei de Terras de 1850. A nova Lei, sustentada pela ditadura civil-militar, veio atender a burguesia nacional e os grupos estrangeiros.

Em que se pese constar naquele Estatuto que o acesso à propriedade da terra estaria vinculado ao atendimento de sua função social e que o desempenho integral desta deveria atender, dentre outros, simultaneamente, aos "níveis satisfatórios de produtividade" e assegurar "a conservação dos recursos naturais" (Art. 2º), o peso maior esteve nas possibilidades de expansão do capital agrário via atividade agropecuária. Nestes termos, a "educação, através de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional" (item XI, Art. 73) é apontada como um dos meios mobilizados para prestar "assistência social, técnica e fomentista e de estimular a produção agropecuária" com vistas à "proteção ao meio rural".

Exceto quando trata da possibilidade do *extrativismo* como atividade laboral rurícola, nada consta sobre outras formas de renda ou de convívio em relação à área florestada. Nem mesmo a atividade madeireira, um importante setor ainda hoje presente na balança comercial, fora de sua forma extrativista, recebe menção mais profunda seja na dedução de impostos em caso de investimento para ampliação da área florestada como está previsto para os custos na criação de gado ou na edificação rural (Art. 53 daquela Lei), no incentivo à industrialização ou no seguro à produção. Em plano inferior, sem os meios necessários para sua sustentação – a floresta em pé – a "agrosilvicultura", mesmo prevendo o uso *racional* das florestas – é uma área situada fora dos efeitos *erga omnes* do Estatuto regulador das relações do gênero humano com a natureza no campo brasileiro, o que se irá refletir nas políticas de assistência técnico-educacional do campo.

É neste cenário de combate-repressão popular e abertura econômico-cultural aos interesses estadunidenses, naquele momento, dirigente mundial das forças vitoriosas e temido inimigo bélico, que prossegue a verificação da forma como Estado brasileiro estruturou o ensino formal às populações do campo. Antecipo que, na segunda metade do século passado, o modelo latifundiário exportador de *commodities* se consolidou alavancado, tanto pelo regime

militar quanto pela governabilidade que se sucedeu a ele, onde "a ruptura deu-se no nível político e não no âmbito socioeconômico" (SAVIANI, p. 364). Por conseguinte, permaneceu a perspectiva da educação como promotora do desenvolvimento econômico, como bem queriam os defensores do modelo associado-dependente (FERNANDES, 2009), as elites nacionais, nutridas a conta-gotas pelo capital internacional.

O crescimento da demanda social por educação ao lado da repressão do regime militar, que se estendeu de 1964 a 1985, tornou-se fundamento da justificativa para os "Acordos MEC-USAID", fontes de investimento para formação técnica da força-de-trabalho. Com isto, se consubstanciou a reforma educacional para, assim, adaptá-la ao modelo econômico emergente através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) nos quais gravitava como meio fulcral de propagação dos ideais militaristas-desenvolvimentistas.

No intervalo de tempo que vai do recente pós-golpe até a primeira metade dos anos setenta, estruturou-se o modelo de ensino da área agropecuária alicerçada na racionalização produtiva, agora, já nas cercanias do Ministério de Educação (MEC). Várias denominações e formas de organização deste ensino – clubes, escolas, colégios – constituem uma trajetória na qual foi se conformando uma visão de campo excludente das florestas/biodiversidade. E é esta racionalidade que adentra e frutifica no campo brasileiro como um todo e nos projetos de colonização da Amazônia, especificamente.

Nestes termos, o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n° 5692/71 alargou tais caminhos às questões da educação do campo sem revogar os primeiros títulos da LDBN 4.024/61, principalmente, no Capítulo "Financiamento":

> Art. 47 As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino de 1º grau gratuito para seus empregados e o ensino dos filhos destes entre os sete e os quatorze anos ou a concorrer para esse fim mediante a contribuição do salário-educação, na forma estabelecida por lei. [...] Art. 49 As empresas e os proprietários rurais, que não puderem manter em suas glebas ensino para os seus empregados e os filhos destes, são obrigados, sem prejuízo do disposto no artigo 47, a facilitar-lhes a freqüência à escola mais próxima ou a propiciar a instalação e o funcionamento de escolas gratuitas em suas propriedades.

O que já se tornara comum, a entrega da educação de parte do campesinato – trabalhadores assalariados, sem-terra e habitantes de áreas destinadas para colonização privada, como é o caso da região norte de Mato Grosso – para o latifúndio expressa-se aí na letra da Lei. Muitos são os estudos sobre a dinâmica da rede de atendimento à educação do campo naquele período, e não cabe aqui recontar o conto. No entanto, supõe-se que muitas foram as influências do patronato agrário nas vivências escolares dessas populações, indo

desde a escolha da construção física da escola até as decisões do que nela poderia e deveria ser ensinado.

Contudo, a partir dos anos setenta, contrapondo-se a este movimento do capital no campo, o Movimento Camponês, segundo Ribeiro (RIBEIRO, 2010, p. 418), pressiona e são criadas diversas experiências voltadas para as populações do campo – a saber: as Casas Familiares Rurais (CFRs) e as Escolas Família Agrícola (EFAs), além da Fundação de Desenvolvimento Educacional e Pesquisa da Região Celeiro (FUNDEP), do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e da Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes (ENFF)[190]. Segundo a autora, "há uma retomada de experiências históricas de educação popular" fruto da inventividade da classe trabalhadora. Essa educação popular, sustentada pelos movimentos sociais populares, no caso, o Movimento Camponês, assume esse caráter emancipante com potencial de alavancador de rupturas.

> Esboços de um projeto de educação integral integram o projeto social dos movimentos sociais populares, sinalizando para uma sociedade em que as classes populares possam exercer a liberdade, ter autonomia em seus processos organizativos e conquistar a emancipação verdadeiramente humana. Isso é o que podemos captar nas experiências pedagógicas de trabalho agrícola e educação escolar, assentadas sobre a cooperação e na sua dimensão social, do movimento camponês, apesar das contradições que lhes são próprias enquanto integradas em uma sociedade capitalista.

Varias experiências prático-pedagógicas pautadas em demandas dessa natureza têm se realizado em várias regiões do País com o envolvimento de intelectuais organicamente comprometidos com as lutas dos Movimentos Sociais Populares. Há um tatear em construções de espaços institucionalizados, cujo impulso parte sempre da pressão destes movimentos que vêm captando olhares pela própria força da causa em questão: ensinar e aprender a consolidar o *Bem-Viver* no planeta como conteúdo, forma e projeto de humanidade. Para Carvalho (2008, p. 35),

190 As Casas Familiares Rurais (CFRs) surgem na França, nos anos trinta, e chegam ao Brasil no final dos anos sessenta como resposta às demandas das populações do campo por educação; As Escolas Família Agrícola (EFAs) constituem-se no início dos anos 1960, na Itália, e são criadas no Brasil no início dos anos de 1980. A Fundação de Ensino e Pesquisa da Região Celeiro (FUNDEP), o Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e a Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes (ENFF) estão vinculados à história do MST, embora incluam estudantes dos demais movimentos populares do campo. A FUNDEP e o ITERRA, situados no Rio Grande do Sul, e a ENFF em São Paulo, são instituições projetadas e implantadas no contexto da luta camponesa reascendida a partir dos anos oitenta do século passado e tem ativado a formação voltada para a transformação social de integrantes dos movimentos sociais camponeses de todo País (RIBEIRO, 2010).

> Nossas idéias ou conceitos organizam o mundo tornando-o inteligível e familiar. São como lentes que nos fazem ver isso e não aquilo e nos guiam em meio à enorme complexidade e imprevisibilidade da vida. Acontece que quando usamos óculos por muito tempo, a lente acaba fazendo parte de nossa visão a ponto de esquecermos que ela continua lá, entre nós e o que vemos, entre os olhos e a paisagem.

Estas "lentes" permitem-nos apreender que a compreensão da leitura que fazemos do mundo é mediação, mas, neste processo, entretanto, como compreender as próprias "lentes", a produção de nossas ideias/conceitos? Então, como vemos, a mediação não é tão visível podendo até, quando inadequada, distorcer o objeto observado levando-nos a leituras e ações fratricidas. Pensar que a realidade é só o que vemos na sua forma e intensidade é característica do modo de pensar dogmático, solo fértil às práticas autoritárias que tanto combatemos.

O pensamento hegemônico atual, segundo aquele mesmo autor (CARVALHO, 2008), é marcado pela visão "naturalizada" – a natureza como fenômeno estritamente biológico, autônomo, essencialmente bom, em oposição ao mundo humano, nefasto. A consequência desse modo de pensar "é a redução do meio ambiente a apenas uma de suas dimensões, desprezando a riqueza da permanente interação entre a natureza e a cultura humana" (Op. Cit., p. 37-38). Para superar essa dicotomia – natureza e sociedade – Carvalho (2008, p. 36) propõe pensar essa relação como um tipo de biodiversidade. "Nesse ponto de vista a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e co-pertença, formando um único mundo". Nisto o Movimento ecológico mundial crescente a partir dos anos setenta, já tratado no primeiro *Tomos* deste trabalho, também impulsiona os aproximações necessárias à superação da alienação capitalista.

De acordo com estudos de Machado (2003), Caldart (2004), Casagrande (2007), Camini (2009), Hack (2012) e Castell (2007) vários são os espaços educativos a forjar este novo ser humano, este novo camponês no interior do próprio Movimento Camponês. A "nova visão da natureza" estampa-se nos diversos sites das organizações que compõem a Via Campesina, nas lutas a favor da agroecologia, no combate aos agrotóxicos, na defesa das florestas, na solidariedade aos povos indígenas, na contestação às grandes obras do PAC, enfim, na sua mística presente nos milhares de encontros pelo país afora (CIANDRINI, 2010; BARCELOS, 2010). Por conseguinte, a escola pública, sobretudo, pode e deve contribuir à reflexão necessária. Segundo Caldart (2004, p. 18):

> [...] a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo, e, mais amplamente, *com* a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação *do* povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos *para* ele. [Grifos da autora].

Nessa busca de construir uma educação *do* povo do campo, muito de esforço tem sido feito no sentido de ultrapassar as barreiras impostas pelo modelo vigente. Algumas experiências obtendo êxito para os povos, outras nem tanto, ainda assim fazendo o movimento necessário às mudanças desejadas. De acordo com Machado (2003, p. 22):

> O MST em seu nascedouro não tinha uma proposta sistematizada de educação. É a partir do prolongamento do período de acampamentos e da presença de crianças, acompanhando suas famílias, que mães e professoras do próprio Movimento, espontaneamente, começam a organizar atividades educativas e culturais num sentido de cuidado com as crianças e de escolarização, visto que estas se encontravam ausentes das escolas oficiais.

Nas pesquisas de Caldart (1997, p. 45), somente em meados de 1983 é criada a primeira escola em um território conquistado pelo MST, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Em 1987 se materializa a busca de organicidade quanto às questões educacionais com a criação do Setor de Educação, composto pelo coletivo nacional com representação em sete estados da federação brasileira. Duas indagações sintetizam as aspirações do momento e serviram de móbil a este setor: "o que queremos das escolas do assentamento" e "como fazer a escola que queremos?". No início da década de noventa estrutura-se, ainda no estado de Rio Grande do Sul, o primeiro Curso de Magistério do Movimento, cujas bases teórico-metodológicas conjuminavam com os interesses no sentido da construção de um projeto social em que as desigualdades fossem subsumidas, inclusive as educacionais. A marca deste Curso deve-se ao fato de que permitiu "incorporar e gerar novas práticas de formação desenvolvidas nos diversos lugares da luta, bem como ser um espaço privilegiado de experimentação, criação e recriação das concepções e práticas pedagógicas do MST" (CALDART, 1997, p. 33).

Dessa forma pensada e implementada, a escola ganhou inúmeros adeptos nestes quase trinta anos. Hoje se encontra amplamente difundida junto aos setores educacionais com pleno reconhecimento. Pesquisadores, educadores, políticos das mais diversos matizes e níveis, em concordância ou não, legitimam a proposta educacional que é defendida não só pelo MST, mas por todos os movimentos integrantes da Via Campesina. O grande salto para este reconhecimento público foi a *I Conferência Nacional Por uma Educação do Campo*, realizada em julho de 1998, no Estado de Goiás. Incluía-se às lutas sociais decorrentes da efervescência política do momento. Uniram-se ao MST, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Universidade de Brasília (UNB), para juntos proporem uma Educação Básica do Campo "vinculada ao

processo de construção de um Projeto Popular para o Brasil, que inclui necessariamente um novo projeto de desenvolvimento para o campo e a garantia de que todo o povo tenha acesso à educação" (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2009, p. 161). O rol de "compromissos e desafios" é bastante amplo, a saber:

> 1- Vincular as práticas de Educação Básica do Campo com o processo de construção de um Projeto Popular de desenvolvimento nacional (...); 2- Propor e viver novos valores culturais (...); 3- Valorizar as culturas do campo (...); 4- Fazer mobilizações em vista da conquista de políticas públicas pelo direito à Educação Básica do Campo (...); 5- Lutar para que todo povo tenha acesso à alfabetização (...); 6- Formar educadoras e educadores do campo (...); 7- Produzir uma proposta de Educação Básica do Campo (...); 8- Envolver as comunidades nesse processo (...); 9- Acreditar na nossa capacidade de construir o novo (...); 10- Implementar a proposta desta Conferência." (Op. Cit. p. 161-163).

Nesta perspectiva, os participantes propuseram uma miríade de ações. Perpassam-nas os pressupostos de uma formação humana omnilateral centrada na relação primaz entre trabalho e educação, isto é insubmissa e combatente à perspectiva unilateral alicerçada na alienação, na divisão social do trabalho, base da sociedade burguesa. No entanto, em meio a tantas ações somente o item nº "3.L" irá tocar numa função do fazer-se mulher e homem do campo, vista dentre outras: "Ligar as políticas públicas sobre educação com outras questões do desenvolvimento social do campo tais como: estradas, serviços de comunicação, culturas, assistência técnica, *agricultura alternativa*, saúde, transporte e lazer, etc." (Op. Cit. p. 168).

O que é, no sentido de *Ser*, a relação entre a mulher e o homem do campo, para os quais se reivindica uma outra educação e a "agricultura alternativa"? Estará considerada aí a sua relação com a biodiversidade em um sentido menos utilitário e mais "cuidadoso"? O esteio dessa educação, a *omnilateralidade*, permitirá que o "aprendente" esteja aberto a apreender as relações com a natureza, mais do que a ganância de possuí-la e dominá-la? Especificamente, por ser o foco deste trabalho, a floresta está aí plantada, o que explica esta última pergunta.

Nas trilhas da luta é que foram se abrindo às novas conquistas da Educação do Campo Outro marco deu-se com a instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovada no dia 3 de abril de 2002[191]. O Parecer nº. 36/2001/CNE joga luz nessa busca de identidade:

> *A educação do campo*, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que *incorpora os espaços da floresta*, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é *um campo de possibilidades* que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (PARECER 36/2001, p. 1) [Grifo nosso].

191 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf. Acesso em 05-02-2012.

Cabe continuar observando que há um querer retirar desse espaço a pecha sacralizada desde que os colonizadores avistaram estas Américas: visão do paraíso, da mata virgem, como também, da imagética aterrorizadora da selva brava, fomentada pelas colonizações que aí se estabeleceram, ocupando a terra e matando ou subordinando seus habitantes ancestrais. Ao invés disto, de *locus* a ser desbravado, vejo um "campo de possibilidades" e, por isto mesmo, de impossibilidades, de conflitos, de enfrentamentos.

Poderia dizer que tal Resolução já orienta para o entendimento de que o campo é um espaço de mulheres e homens produzindo-se através *da* e *na* luta pela terra que, tal como eles mesmos, não é dada, no sentido freireano, como acabada; é uma construção natural-cultural, em que as relações socioambientais se estabelecem e ditam as condições de se seguir adiante... Será?

Ainda sobre a ressignificação da Educação do Campo, em agosto de 2004, novamente em Luziânia, Goiás, ocorre a *II Conferência Nacional Por uma Educação no Campo*, mais uma vez, demonstrando crescente força dos movimentos camponeses que a reivindicavam; dezenas de entidades assinaram o documento final[192] no qual o elenco de denúncias apresenta um cenário nada alentador:

> Temos denunciado os graves problemas da educação no campo e que continuam hoje: faltam escolas para atender a todas as crianças e jovens; ainda há muitos adolescentes e jovens fora da escola; falta infra-estrutura nas escolas e ainda há muitos docentes sem a formação necessária; falta uma política de valorização do magistério; falta apoio às iniciativas de renovação pedagógica; falta financiamento diferenciado para dar conta de tantas faltas; os mais altos índices de analfabetismo estão no campo; *os currículos são deslocados das necessidades e das questões do campo e dos interesses dos seus sujeitos*. (DECLARAÇÃO FINAL, 06-08-2004, p. 1)[193] [Grifo nosso].

Interessante notar que a intenção de se propor um "Projeto Popular para o Brasil" se especifica e, a meu ver, estreita sua relação com o sujeito histórico camponês. Embora estejam mantidos os ideais de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem, prescritos na I Conferência, na nova propositura: "Lutamos por um projeto de sociedade que seja justo, democrático e igualitário; que contemple um projeto de desenvolvimento sustentável do campo, que se contraponha ao latifúndio..." (Op. Cit., p. 2). Inscreve-se,

192 Entidades Participantes: CNBB, MST, UNICEF, UNESCO, UnB, CONTAG, UNEFAB, UNDIME, MPA, MAB, MMC, MDA/INCRA/PRONERA, MEC, FEAB, CNTE, SINASEFE, ANDES, Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Frente Parlamentar das CEFFA´S, SEAP/PR, TEM, MMA, MinC, AGB, CONSED, FETRAF, CPT, CIMI, MEB, PJR, Caritas, CERIS, MOC, RESAB, SERTA , IRPAA, CAATINGA, ARCAFAR, SUL/NORTE, ASSESOAR, Fórum Quilombola.
193 Disponível em: www.cnbb.org.br. Acesso em: 10-01-2012.

também, a preocupação com a manutenção das outras vidas, com a *sustentabilidade*, reafirmada em vários momentos, seja ao exigirem condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, seja na referência à sócio-biodiversidade: o campo como "terra de *Bem Viver*":

> Defendemos o campo como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, *cuidado com o conjunto da natureza*, e novas relações solidárias que respeitem a especificidade social, étnica, cultural e *ambiental* dos seus sujeitos. (...) O direito à educação somente será garantido se articulado ao direito à terra, a água... (Op. Cit., p. 03).

A ação também é orientada e o debate sobre a sustentabilidade parece ser legitimado como necessário à visão de desenvolvimento do campo que se deseja: "Articular uma política de Educação do Campo com as diferentes políticas públicas, para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo, priorizando os seus sujeitos." (Op. Cit., p. 5). Este é um debate que não se dá isoladamente, pois os grandes debates nacionais sobre as questões socioambientais estão ocorrendo neste mesmo período. Também o Movimento Camponês, outrora tímido quanto às questões ambientais, explicita seus compromissos com uma agricultura camponesa articulada à sustentabilidade, que pressupõe a agroecologia e a agrofloresta. Sendo assim, as entidades do Movimento Camponês, no geral, se voltam para o cuidado com a biodiversidade; neste viés o MST, no seu 5º Congresso Nacional realizado em 2007, se manifesta apresentando uma proposta de compromisso:

> Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de Agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno (MST, 2007, s/p).[194]

Já o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em sua Cartilha: *Agrofloresta Produtiva* destaca a "reconstrução ecológica da agricultura".

> A construção de sistemas agroflorestais onde a combinação de árvores, plantios agrícolas e animais formam um conjunto que produz alimentos, energia, protege os solos e água e gera renda para a família é um dos caminhos mais seguros para reconstrução ecológica da agricultura (MPA, 2007, p.16).

194 Sobre essa transição agroecológica enquanto discursividade no MST ver *Sérgio Botton* BARCELOS. *A formação do discurso da agroecologia no MST*, dissertação de mestrado, UFRRJ-ICHS, 2010. Afirma que a pauta da agroecologia abriu espaços de interação social para o MST: "Essa interação lhes proporcionou novas oportunidades de atuação política junto a uma gama maior de sujeitos que passaram ou ainda podem vir a apoiá-los" (p. 121).

Por sua vez, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), em Manifesto das Mulheres Camponesas – Via Campesina – Brasil à II Conferência Mundial da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO):

> Para nós, camponesas e camponeses, a terra deve cumprir função social não comercial, deve alimentar a vida não os lucros. Defendemos a agricultura camponesa que produz comida preservando a biodiversidade, respeitando a pluralidade cultural das populações e gerando trabalho, renda e dignidade para muita gente. (MMC, 8-3-2006, sn).

Como se vê, as relações sociais e políticas determinadas pelas relações de produção na dinâmica da luta pela terra é uma alternativa de mobilização social para os postos de trabalho que, também, engendra uma nova forma de estar no mundo. Esse pensamento socialmente manifesto adentra os ideais no campo da Educação do Campo e transpassa-os, retroalimentando o "estar no mundo" camponês, modificando-o continuamente. E, com isto, produzindo a internalização da hegemonia da agroecologia/agrofloresta como modelo de agricultura do Movimento Camponês, uma "bandeira de luta".

No caso da Educação do Campo ela está imbricada às demandas do Movimento Camponês, em sua luta pela vivência na terra, pela produção camponesa. Assim, segundo Picolotto (2008, p. 19):

> [...] como os movimentos camponeses internalizaram pautas ambientais em seus repertórios de ação, estes podem ser considerados atualmente como movimentos socioambientais, por tratarem tanto de questões propriamente "sociais", quanto ambientais. Essa mudança tem se traduzido principalmente na centralidade que as questões ambientais têm adquirido nos repertórios de ações destes movimentos e nas iniciativas tanto de enfrentamento das empresas capitalistas transnacionais, quanto na busca de valorização e resgate de conhecimentos tradicionais, sementes "crioulas", experiências de agroecologia, entre outras.

Diante desta realidade em que a luta camponesa anuncia também a necessidade de pensar uma escola que possa romper com os currículos distantes dos interesses desses sujeitos, cabe fazer a leitura de seu contexto para que os isolamentos sejam cada vez mais diminutos e possam, com isto, dar maior fruição entre o que se aprende na escola e a vida vivida.

5.3.1 Os fundamentos socioambientais da proposta de educação do MST

No Primeiro Congresso Nacional do MST, realizado em 1985 sob o lema – "Sem Reforma Agrária, não há democracia" – de forma tênue este Movimento aponta para a educação e a preservação ambiental. Ao Governo Federal caberia garantir que a produção, a ser realizada nos assentamentos, respeitasse a preservação do meio ambiente e que o MST acataria a indicação, por parte do governo, de técnicos agrícolas para atuar nas áreas de assentamento, desde que eles se comprometessem com uma agricultura de pequena propriedade e não com a do modelo capitalista (COSTA NETO; CANAVESI, 2003 apud CAVALCANTE MENDES, 2012).

Percebe-se aí que o debate sobre a ecologia é parte da luta pela Reforma Agrária. Vem em contraposição ao agronegócio, monocultor, devastador da biodiversidade e produtor de grãos que, efetivamente, não se transformam em comida para a Segurança Alimentar, tanto no Brasil quanto nos demais países. Com isto, diante do vertiginoso avanço daquele modo de promover a agricultura, o MST, ao realizar o III Congresso Nacional com a palavra de ordem "Reforma Agrária, uma lutas de todos", em 1995, aponta a visão da terra como um "um bem fundamental da natureza que não pode estar aprisionado pela propriedade privada absoluta, em que o proprietário faz o que quiser" (STEDILE, 2002). Seria necessário minimizar ao máximo os impactos da produção preservando e recuperando-a através da utilização de tecnologias apropriadas, trabalho familiar e sempre cooperativo.

Contudo, há uma oposição ao conservacionismo e à monocultura como base da produção agrícola hegemônica unindo suas vozes à tantas outras, especialmente àquelas que defendem a necessidade de, na atual vivência da crise climática, se ampliar os espaços/tempos educacionais dedicados à formação do sujeito histórico camponês ecológico. Para isto, fomentam a politização das questões ambientais e ampliam o diálogo com nichos das organizações não governamentais (ONGs) e setores da Educação Ambiental (EA) de base popular.

Em 1996 quando é lançado o *Caderno de Educação* n. 8, **Princípios da Educação do MST** são formulados os *Princípios Filosóficos da Educação no Movimento*, para subsidiar as concepções educacionais deste Movimento. De forma breve, os mesmos se caracterizam como:

1. Educação para transformação social;

2. Educação para o trabalho e a cooperação, que defende uma relação entre a escola e os desafios do seu tempo histórico;

3. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana;

4. Educação com/para valores humanistas e socialistas, e;

5. Educação como um processo permanente de formação/transformação humana. (Caderno n. 8, 1996).

Dentre os valores a serem observados, tais como: companheirismo, democracia, bem-estar coletivo, destaca-se: "a sensibilidade ecológica e o respeito ao meio ambiente". A busca de formação do camponês ecológico ali se manifesta, embora timidamente, em consonância com os demais valores societários e humanistas que compõem um importante marco, pois apontam para inteireza do humano em sua relação intrínseca à natureza. Ainda neste período, segundo Kuleska (2008, p. 9), na Resolução Final do Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em 1997, informa sobre as pretensões do Movimento da seguinte forma: "Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no *respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa"* (grifo da autora).

No IV Congresso Nacional – *Por um Brasil sem latifúndio* – realizado em 2000, foram aprovados os "mandamentos éticos" para vivências socioambientais nos assentamentos. Os participantes apontaram desde a necessidade de "preservar a mata existente e reflorestar novas áreas" à produção de alimentos "para acabar a fome no mundo". Com mais visibilidade, a questão ambiental é tratada no V Congresso Nacional em 2007 – *Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular*. Expressão disto são os princípios/compromissos difundidos (seis entre dezoito pontos), a saber:

> **1.** Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.
>
> **2.** Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bünge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país.
>
> **3.** Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.

> **4.** Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.
>
> **5.** Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.
>
> **6.** Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global[195].

Esta concepção agroecológica assumida pelo MST influenciou e foi influenciada pelos diversos movimentos e organizações que compõem a Via Campesina e que defendem uma formação do camponês agroecológico, observada no MMC, MAB, CPT, PJR (entidades que também se movimentam no norte de Mato Grosso).

Em 2012, apesar da tragédia prevista e ratificada na aprovação do novo marco regulatório das florestas, a Lei (12.651/25-05-2012), a efervescência do debate contribuiu para socializar conhecimentos/saberes florestais, até então desconhecidos para boa parte da população, inclusive a camponesa. Neste sentido, foram extremamente elucidativos e educativos e, ainda que não tenhamos uma pesquisa básica sólida a respeito, devido à proximidade do fato, não é arriscado afirmar que também contribuiu com a formação do pensamento ecológico brasileiro, consequentemente, para a formação do camponês agroecológico.

A pressão que se estabeleceu com o enfrentamento dos modelos de agricultura, pelo estreitamento do isolamento entre Movimento Camponês e o Movimento Ecológico, e pelo conhecimento gerado na disseminação das possibilidades de *Bem-Viver* humanos e não-humanos, criou as condições que possibilitaram optar por uma relação intencionalmente ecológica. A propositura de modificação do Código Florestal Brasileiro (CFB) foi a pá-de-cal à ainda possível hegemonia da Revolução Verde, junto aos integrantes daquele Movimento. Este modo de compreender é perpassado à educação e se manifesta nas suas escrituras. Exemplo disto, em agosto de 2012, ao calor do debate sobre as florestas, embutido nele, a relação atual com outros bens naturais, o MST, juntamente com entidades que labutam pela e com a Educação do Campo realizaram o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) por *Terra, Território e Dignidade!* Dentre os vários itens destaca-se a presença da causa ecológica no que se propõem (Manifesto):

195 - Disponível em: http://www.mst.org.br/especiais/10/ Acesso em 04-10-2013.

> A Educação do Campo está vinculada a um projeto de campo que se constrói desde os interesses das populações camponesas contemporâneas. Portanto está associada à Reforma Agrária, à soberania alimentar, a soberania hídrica e energética, à agrobiodiversidade, à agroecologia, ao trabalho associado, à economia solidária como base para a organização dos setores produtivos, aos direitos civis, à cultura, à saúde, à comunicação, ao lazer, a financiamentos públicos subsidiados à agricultura familiar camponesa desde o plantio até à comercialização da produção em feiras livres nos municípios e capitais numa relação em aliança com o conjunto da população brasileira. [solicitam]. Elaboração de políticas públicas que tenham como base um projeto popular para a agricultura brasileira, as experiências dos movimentos e organizações sociais e sindicais e os princípios da Educação do Campo.

A unidade do setor de educação dos diversos Movimentos Camponeses também se manifesta pelo FONEC em julho de 2013, quando a ameaça aos povos indígenas assume uma dimensão jamais registrada na contemporaneidade. A Moção de repúdio à violência contra os povos indígenas, em 2013 dá a dimensão desta luta conjunta.

Muitos outros exemplos sobre este adensamento das causas ecológicas repercutindo sobre as educacionais poderiam ser acrescentados. Todavia, o que importa neste momento é a constatação de que o percurso da escolinha rural, tida como um apêndice do grande projeto de desenvolvimento rural, alicerçado sobre os princípios tecnicistas e produtivistas da Revolução Verde, já não faz mais sentido. Esta é uma concepção elitista e centrada na monocultura agropecuária, que se abre à superação a partir das lutas campesinas, da escola em "movimento", itinerante, possivelmente afinada à formação emancipatória porque omnilateral, impregnada de compreensão ecológica.

5.3.2 A Escola do Campo e o possível encontro agroflorestal

> [...] Não posso aceitar uma sociedade na qual uma em cada cinco crianças nasce na pobreza, condição que piora a cada dia. Também não posso aceitar como legítima uma definição de educação na qual nossa tarefa é preparar os alunos para "funcionarem" facilmente nos negócios de tal sociedade. Um país não é uma empresa. A escola não é parte desta empresa, e sua função não é buscar produzir incessantemente o "capital humano" necessário para administrá-la. (APPLE, 2006, p. 28).

Dos anos vinte do século passado, quando se inicia a difusão dos estudos na área de currículo, para cá, uma gama de sistematizações podem ser aglutinadas em torno de três teorias: as tradicionais, as críticas e as pós-críticas, independente das divergências entre as formas de explicar e propor a organização do trabalho pedagógico. O que converge são as questões relacionadas à "matéria", o conhecimento, que, por ser legitimado socialmente, merece o carimbo escolar de "ótimo! Este passa!". Isto é, este "merece" o esforço sobre o

humano para ser apreendido com a mediação, não menos árdua, do ensino (TAFFAREL, ESCOBAR, PERIN, 2008, p. 14).

Seguindo as indagações sobre o currículo a Michael Apple, um dos maiores expoentes contemporâneos da Teoria Crítica, vamos problematizar a educação e o currículo levantando questões em que o eixo está menos no "como?"– grande preocupação contemporânea – e mais no "o quê ensinar?", "por que ensinar", "para quem?", "a serviço de quem?". Com isso se põe "em cheque o determinismo das análises economicistas – fundamentadas em uma vertente do marxismo – que falam da cultura e da educação como esferas diretamente determinadas pelas relações econômicas" (GANDIN, 2009, p. 17).

Apple trata de tais análises ao incluir o discernimento necessário à utopia também necessária e, aparentemente, abandonada nesta corrida com inúmeros obstáculos nos quais a humanidade está submetida sem aparente chance de vencê-los. Lança mão dos trabalhos de Antonio Gramsci e Raymond Williams, para ampliar "o espectro de análise do campo de currículo ao propor um conceito de ideologia que se relaciona diretamente com os conceitos de senso comum e de hegemonia" (GANDIN, Op. Cit.). Ou seja, mesmo em um contexto no qual as teses reprodutivistas compunham o arcabouço teórico das ciências sociais e educacionais – anos setenta e oitenta do século vinte – escreve *Ideologia e Currículo* (APPLE, 2006) e faz avançar o pensamento crítico da época, como confirma Paraskeva (2002, p. 112):

> [...] escalpeliza o contributo da Nova Sociologia da Educação, denunciando a feliz promiscuidade entre Ideologia, Cultura e Currículo e o modo como os movimentos hegemônicos (e também contra hegemônicos) se [re][des]constroem e disputam um determinado conhecimento decisivo na construção e manutenção de um dado senso comum com implicações diretas nas políticas sociais, em geral e educativas e curriculares, em particular.

Contudo, Apple não condena as formas de pensar consideradas "ideológicas", ou o "senso comum". Não as trata como "ideologia" servente à reprodução apenas. Para ele, ainda de acordo com Gandin (2009; p. 18), "a ideologia é parte da cultura vivida, encharcada de senso comum" forjado pelas relações materializadas no fazer humano relacionado (e também aos não-humanos, acrescenta). Esse conjunto de idéias gerado na vivência mantém-se menos devido à imposição daqueles que dominam os meios de produção da vida – os grupos econômicos – do que pelo fato de que "faz sentido" para maior parte da população a forma hegemônica do pensar. Assim, o desafio que nos chama é a busca da compreensão desses "sentidos" perpassados pela e produtores da cultura vivida.

Outra prática comum é o silenciamento das instituições de ensino dado à proximidade destes setores da produção e dos agentes que atuam nos setores nas unidades escolares/universidades. Este silenciamento das vozes situadas nas instituições de ensino e pesquisa concretiza-se através de financiamentos de eventos, de pequenos projetos – os tais "patrocínios" pendurados, nos quais muitas de nossas unidades educacionais e universidades têm se mantido. Enfim, são incontáveis as formas deste controle à autonomia popular, contudo, sem explícito ataque à classe economicamente hegemônica. Sem as determinações de mando e domínio como, às vezes, em nossa crítica transparece. Então, onde está a dominação imposta? Onde o império se alicerça para se edificar em nossos corpos/mentes e continuar crescendo às nossas custas? Através do aculturamento poderíamos dizer?!

O endeusamento do mercado, a ascensão do racismo, da xenofobia, as diversas formas de trabalho confirmando as desigualdades históricas condenáveis, as desigualdades de gênero, o erotismo, a forte permanência de práticas pedagógicas tecnicistas, e o sentido do trabalho para o trabalhador, na atualidade, são temas avidamente debatidos por aqueles que buscam contribuir para a transformação da realidade através do trabalho/intervenção na educação. Há necessidade de compreender esse processo de construção de uma visão de mundo que se faz presente não somente no campo das idéias – ideologias – mas, principalmente, que são vivificadas na experiência concreta de produzir a vida. Um processo em que há saturação de nossa consciência. Isto se constitui numa das formas de negar a diversidade, pois cria o equívoco do mundo único, das explicações limitantes de outras possibilidades que não a hegemônica. Sobre conceito de hegemonia Apple apóia-se em Raymond Williams que assim a define:

> [Hegemonia] é todo um conjunto de práticas e expectativas; nossa energia empregada em diferentes tarefas, nossa compreensão comum do homem e de seu mundo. É um conjunto de significados e valores que, quando experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Ela assim constitui um sentido de realidade para a maior parte das pessoas na sociedade, um sentido de ser absoluta porque experimentada [como uma] realidade a que a maior parte dos membros de uma sociedade dificilmente conseguirá ir além (apud APPLE, 2006; p. 39).

É ampla, soberana, entretanto, só se mantém cambiando sentidos *aprovados* pela população e, com isto, incorporados como costume-comum que, por assim ser, efetivou-se como tradição. Na forma atual de organização social, as instituições de ensino constituem-se como espaços importantes dessa ação mediadora na difusão e produção de conhecimentos considerados "válidos", ou socialmente legítimos. Aí está um grande problema do campo da educação: quem valida os conhecimentos considerados legítimos? Por quê? De que forma?

Mirando neste estudo, primeiro, quais textos discorrem sobre a *sustentabilidade* relacionada ao *trabalho camponês* e que são tratados na Educação do Campo? Como estes textos são contextualizados na escola aonde se dará a pesquisa empírica? Alice C. Lopes (2005, p. 53), com base em Basil Bernstein, afirma que a recontextualização é uma ação atuante na constituição do discurso e prática pedagógica, que:

> [...] tem se evidenciado como produtivo para o entendimento das reinterpretações que sofrem os diferentes textos na sua circulação pelo meio educacional. São orientações de agências multilaterais que se modificam ao serem inseridas nos contextos dos Estados-nação; são orientações curriculares nacionais que são modificadas pela mediação de esferas governamentais intermediárias e das escolas; são políticas dirigidas pelo poder central de um país que influenciam políticas de outros países; são ainda os múltiplos textos de apoio ao trabalho de ensino que se modificam nos contextos disciplinares.

Como então vem se dando a recontextualização das Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo, em conjunto com as orientações internas ao Movimento Camponês, no tocante às questões socioambientais? É necessário ter-se *clareza* sobre a significação dos conhecimentos que se devem perpetuar e serem reinterpretados, aos quais podem ser dados créditos ou, ao contrário, serem colocados sob uma suspeição de forma a não contradizer o *status quo*. Nesse sentido, a tradição mantida é resultado de uma ação engendrada na e para ação histórica humana. É fruto das relações sociais nas quais os sentidos são produzidos, aceitos ou não por todos, mas ainda assim constituídos como móbil organizador das vivências. É cria coletiva que se impõe como tal! Por isso, não é tão simples seu combate, não é apenas ideologia imposta. Nas palavras de Apple (2006, p. 40):

> Se o que aprendemos fosse meramente uma ideologia imposta, ou apenas significados e práticas isoláveis da classe governante, ou de parte dela, que se impusesse a outros significados e práticas, ocupando lugar superior em nossas mentes, seria – e ficaríamos felizes com isso – uma coisa muito mais fácil de se derrotar.

Continuando, na mesma obra, amplia sua compreensão sobre como a ideologia pode ser repassada pela escola, ao afirmar que:

> [...] uma das maneiras pelas quais as escolas são usadas para propósitos hegemônicos está no ensino de valores culturais e econômicos e de propensões supostamente 'compartilhadas por todos' e que, ao mesmo tempo, 'garantem' que apenas um número determinado de alunos seja selecionado para níveis mais altos de educação por causa da sua 'capacidade' em contribuir para a maximização da produção de conhecimento tecnológico de que a economia necessita. (Op. Cit., p. 101).

Então, a organização do ensino, suas formas de transmissão, o currículo escolar, tudo isso pode ser visto como uma dessas "crias" vivificadas do nosso tempo-social, como ele mesmo – o currículo – uma invenção histórica *consensuada* depositária do conhecimento *legítimo* que *todos devem ter* (Op. Cit., p.103). Um conhecimento *que todos devem ter* chega a esse *status*, em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais como a nossa, sempre vinculado aos interesses de poder em condições de ganho de sua defesa, ou seja, mesmo após apurados conflitos por possíveis divergências materializadas. Nisto há diversas variáveis que concorrem para a sua legitimação: econômicas, principalmente, mas também podem estar relacionadas à raça/etnia, ao gênero, à territorialidade, à nacionalidade, à religiosidade, dentre outras. Sobremaneira, a ciência, o conhecimento científico que, a partir da modernidade, tornou-se a "grande verdade planetária", onipotente e onipresente, inquestionável aos escolares!

Para Apple (2006, p. 116), o problema é que as classes mais baixas do estrato social são consideradas *culturalmente* incapazes de grande inteligência. Prova disso, estaria na ausência de oriundos dessas camadas sociais no exercício das profissões com maior *status* social (advogados, engenheiros, cientistas, etc.). Com o advento dos estudos sobre a estruturação do currículo escolar, o discurso do déficit/diferença cultural encharcado pela *linguagem aparentemente neutra da ciência* fortaleceu-se e influenciou profundamente a sua organização. "Controlando-se e diferenciando-se os currículos escolares, as pessoas e as classes também poderiam ser controladas e diferenciadas" (Op. cit., p. 17).

A tentativa de impingir um pensamento único em defesa, quase como uma profissão de fé, da ciência é ainda uma marca social muito forte. Teríamos muitos exemplos em diversos campos, mas, certamente, na produção da linguagem (da saturação?) científica atual a genética tem sido a grande "vedete" (termo antiquado!) do momento: os alimentos geneticamente modificados, as grandes produções na área da saúde, dentre outros, impressionam pela proximidade com o momento criativo dos "artefatos-naturais" que até pareceriam ter sido criados por Deus. Muitos falam que o homem está *brincando* de Deus, e tudo indica que falam sobre coisas bem concretas.

Entretanto, a batalha político-ideológica que se dá no terreno da produção científica e a interpretação de problemas socioeconômicos e, no caso em foco, também, socioambientais, por uma linguagem pretensamente *neutra* da ciência, como forma possível de construção de consenso nos dias de hoje, persiste. Enfim, há a idéia "de acordo com a comunidade" como um lugar para adaptações apenas, não como um lugar comum de conflitividade transformadora. Mas aquele estudioso acerca do currículo continua a nos chamar a atenção.

Assim, sobre a minguada prática política reinante na forma de pensarmos nossas escolas materializadas nos currículos (seja através do ensino aberto ou oculto), escreve:

> Tenho defendido que as escolas distorcem sistematicamente as funções do conflito social na coletividade. As manifestações sociais, intelectuais e políticas dessa distorção são multifacetadas. Podem contribuir de maneira significativa para a sustentação ideológica que serve para fundamentalmente orientar os indivíduos em direção a uma sociedade desigual (APPLE, 2006, p. 144).

Especificamente, o autor aponta que a seleção de itens destacados para o ensino nas áreas das ciências e dos estudos sociais, bem como a forma desse ensino contribui para conformação de uma indesejada quietude para quem busca a transformação do modelo societário vigente:

> Ambos fazem com que seja bastante difícil estar ciente da saturação ideológica que ocorre, pois, se os 'fatos' do mundo realmente repousam nas nossas teorias a respeito deles, então o mundo que as pessoas vêem e os significados econômicos e culturais que dão a ele serão definidos de tal maneira que passam a ser auto-justificáveis [...]. A função ideológica é circular. O poder e o conhecimento estão aqui íntima e sutilmente conectados por meio de raízes de nosso senso comum, por meio da hegemonia. (APPLE, 2006, p.145).

Por isso, aprofundar debates sobre tal conflito, intencionalmente selecionados e presentes em uma proposta curricular, fazendo isto a partir de uma decisão política, parece que não se estará criando discórdias porque elas já estão a existir. Poderá sim, além de romper com o cinismo dos ensinos parciais, de pensamento único:

> [...] trazer à consciência as regras mais básicas que governam a atividade particular sobre a qual há conflito, mas que estavam ocultas, isto é, executa a função singular de preparar os indivíduos para ver os imperativos ocultos presentes nas situações que agem para estruturar suas ações, liberando-os parcialmente para que criem padrões relevantes de ação em nível que não lhes era em geral possível. (COSER apud APPLE, 2006; 141).

O que se está dizendo com isto? Que dessa forma a escola cumpre com sua função social: fazer pensar sobre o que está posto e, ao conhecer, possibilitar a mudança de si, e da sociedade por consequência. Entretanto, quem é a escola "que faz"; "que cumpre"; "que propõe mudança"; "que ensina"?

Segundo Apple (1986), "a direita" – palavra do autor – seja nos EUA, seja no Brasil, cria "saídas" para as crises pontuais dentro da crise estrutural que se afunila. Uma crise cuja grande consequência é o aprofundamento da proletarização dos processos de trabalho que impacta mais ainda, dada a "crise fiscal do Estado", os servidores públicos dentre eles as/os professoras/os. Como vimos, Apple trata mais especificamente dessa maneira hábil do capital

produzir e manter sua hegemonia enquanto forma de pensar, ensinar a pensar e, com isto, produzir o modo de vida vigente. Nas palavras do autor:

> Tanto em Ideologia e Currículo quanto em Educação e Poder, dispus-me a esclarecer a relação entre o currículo, a pedagogia e as formas de avaliação nas escolas e as estruturas de desigualdade na sociedade, mais ampla. Argumentava naqueles livros que, embora tivéssemos de ser muito cautelosos para não cair na armadilha do reducionismo econômico, havia um conjunto muito real de conexões entre a escolarização e o poder econômico, cultural e político. Essas conexões poderiam ser mais completamente desveladas apenas se entrássemos na escola e no local de trabalho para ver o que ocorre de fato e se examinássemos tanto a relação entre a educação e o "estado" quanto a relação entre a cultura e a economia, naquilo que diz respeito à educação (APPLE, 1995, p. 09).

Na escola, Apple verifica que um controle altamente técnico se distancia daqueles que, ao nível macro, concebem as práticas e matérias escolares daqueles que, no chão da escola, executam o trabalho educativo.

Para entender a escola, portanto, é necessário desvendar o fato de que, além da classe, as características de gênero se entrelaçam de forma bastante sólida quando se trata do trabalho docente. No modelo atual, os homens "organizam" o trabalho que é realizado femininamente, pois na maioria dos cargos de gestão da educação consta, incontestavelmente, a presença masculina e é ali que se dão os processos de planejamento, elaboração e tomada de decisões. Ou seja, o controle da atividade profissional e dos elementos que constituem o ensino.

Neste contexto, se engendram as orientações de gerenciamento dos espaços de trabalho originárias do taylorismo, que não teve sucesso efetivo, no sentido de "enquadrar" os trabalhadores, mas, no espaço escolar, afirma-se junto àquelas que executam a atividade educativa ao retirar das mãos (mentes) dessas trabalhadoras os mecanismos de controle: planejamento e avaliação, por exemplo[196]. É esse o modo no qual se imbrica a desqualificação e a intensificação da prática pedagógica e põe (pelo menos se espera) seus agentes a apenas cumprir tarefas prescritas. Exige-se mais, que sejam prestadoras de serviços do que educadoras comprometidas com o sujeito aprendente, com a forma e o conteúdo desta aprendizagem a serviço da emancipação. (APPLE, 1995, p. 38-46).

A própria ênfase dada ao planejamento educacional, que fora tema de uma Conferência Internacional, realizada em Paris no ano de 1968, é confirmada ao registrar que "sob a égide da racionalidade seria o instrumento mais adequado e eficaz para adequar os países "em desenvolvimento" às mudanças gestadas no âmbito do capitalismo internacional. Nessa direção, os sistemas educacionais deveriam considerar, além da expansão quantitativa, as

196 Pode ser que hoje seja o toyotismo, aplicado após a crise do capital, dos anos 1970, mas não vamos nos alongar sobre isso.

inovações de qualidade" (SENNA, 1998, p. 57). Neste sentido, educar de forma a qualificar [e requalificar] os quadros necessários para o funcionamento e o controle político da economia (MÉSZÁROS, 2004).

Então, paradoxalmente, essa busca de mudanças propugna inovações sem, contudo, romper com a ordem estabelecida. A rentabilidade para o avanço do capital constitui as amarras geradoras de um permanente conflito sócio-educacional. Sendo assim, não é o fato de serem as mulheres a maioria dos que trabalham como professoras que possibilita este estado de coisas, mas sim, a trajetória do papel desse local – a escola – estreitamente vinculada à sociedade dividida em classes antagônicas, somada à especificidade do trabalho docente. Contudo, seja na realidade estadunidense e/ou inglesa (diria que também na brasileira):

> As professoras não têm ficado paradas, aceitando tudo isto [tecnificação, desqualificação/re-qualificação, intensificação]. Na verdade, nossa percepção de que elas tenham ficado passivas frente a essas pressões podem refletir nossas próprias crenças tácitas na passividade relativa da força de trabalho feminina. (APPLE, 1995, p. 45).

As mudanças nem sempre são constantes dos registros oficiais donde ocorreram. Seja na matriz (grade curricular), na definição de conteúdos necessários à formação omnilateral dos estudantes e docentes, na prática pedagógica; na intencional formação sócio-política, na inserção na mídia quando a escola conquista esta visibilidade, nas lutas trabalhistas e educacionais, na utilização do espaço físico escolar, ou em relação com outras instituições, a pauta emancipatória parece ser sempre o fim perquirido. Em suma, há uma fragilidade inerente às teses deterministas, contudo, sem negar a difícil tarefa de livrarmo-nos da hegemonia burguesa transpassada pela forma como a escola contemporânea está organizada e legitimada, ou a escola, tal como ela se materializa e se expõe na dinâmica da luta de classes.

Este percurso visceral para a escola que temos traz à realidade muitas vezes desalentadora desse *lócus* como possível espaço à necessária transgressividade educacional. Entretanto, as normas e saberes preestabelecidos pelo curso, qualquer que seja ele, geram conflitos com os quais se legitima a hegemonia, que é sempre convergência de disputas realizadas e mantidas através da ação, labor, eminentemente humano. Descobrir a ausência da onipotência e onipresença de tais criações – a escola, suas normas, saberes e agentes – talvez seja a grande tarefa necessária para consolidação de uma educação emancipadora, no caso em questão, a Educação do Campo. E, mais do que descobrir, superar estas onipotência e onipresença. Nesta perspectiva, para corroborar com a reflexão sobre este aspecto trago as contribuições de (TAFFAREL; ESCOBAR; PERIN, 2008, p. 183) que expõem:

> Concebemos o currículo como o projeto de uma prática concreta, real, histórica, resultado das relações sociais, políticas e pedagógicas, que se expressam na organização do trabalho pedagógico, no trato com conhecimentos vinculados à formação do ser humano, sob a responsabilidade da escola. Pressupõe a organização interativa de conhecimentos pautados na tradição cultural e científica do nível e/ou da área de formação, que são estabelecidos a partir das questões que emergem do contexto sociocultural [...].

Assim, no campo do materialismo histórico – Teoria do Conhecimento Materialista Histórico-Dialético – esses autores propõem uma organização do programa de ensino em "complexos", que possibilitam a compreensão das "relações recíprocas existentes entre os aspectos diferentes das coisas" e que "também se reflete nos programas de vida para a formação humana". Em suma, o currículo, nesta perspectiva, referencia a organização do trabalho pedagógico e dá "direção política e pedagógica à formação comum" (Op. Cit., p. 183-184).

Esta proposta baseia-se no "*Sistema de Complexo Temático*" desenvolvido pelo educador russo Pistrak (1981) no início do século passado. Neste sentido, Taffarel (2012, p. 2) faz um detalhamento:

> Pistrak nos apresenta o ensino pelo sistema dos complexos pelo qual se estudam os fenômenos agrupados, enfatizando a interdependência transformadora, essência do método dialético. Isso o leva a enfatizar o princípio ativo e a aplicação do principio da pesquisa ao trabalho escolar, condição para a transformação do conhecimento e concepções ativas. Pistrak concebe a escola do trabalho como um instrumento que capacite o homem a compreender seu papel na luta internacional contra o capitalismo, o espaço ocupado pela classe trabalhadora nessa luta e o papel de cada um, no seu espaço, para travar a luta contra as velhas estruturas.

Sobre isto temos ainda a explicação de Machado (2011, p. 201):

> (...) são [os complexos temáticos] os grandes assuntos e fenômenos que se inter-relacionam no processo de estudo e compreensão da realidade, compondo uma visão de totalidade multidimensional e complexa. A idéia dos complexos está diretamente vinculada à concepção do conhecimento como algo interdisciplinar, cujo desdobramento no processo ensino-aprendizagem exige um tratamento, também, interdisciplinar.

Nos termos de Pistrak (1981, p. 108): "O estudo dos complexos na escola apenas se justifica na medida em que eles representam uma série de elos numa única corrente, conduzindo à compreensão da realidade atual". Todavia, esta escola só tem sentido se:

> (...) situar o espaço do adolescente na luta que se trava no mundo. Nesse sentido, a finalidade do conteúdo do ensino consiste em armar o educando para a luta e criação de uma nova sociedade. O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade socialmente útil [...] As crianças devem também participar cuidando dos jardins e dos parques públicos, plantando árvores e conservando as belezas naturais, organizando campos de jogos e práticas esportivas, enfim, associando as iniciativas da escola às de outros órgãos

> administrativos. Em suma, a escola deve ser um centro cultural capaz de participar da vida social. (TRAGTENBERG, 1981, p. 10).

Até aqui busquei entrecruzar as questões relacionadas à sustentabilidade com enfoque no antropoceno, ao trabalho camponês, paradoxalmente penoso e prenhe de um devir emancipador, e à Educação do Campo, como *locus* educador resultante da dinâmica das relações de produção, sociais e políticas. Isto é, "tem uma conotação política de continuidade das lutas camponesas internacionais (RIBEIRO, 2010, p. 41), sendo potência intrínseca da conquista do *Bem-Viver* local e globalizado".

Assim, a grande questão que se mantém é: o que constituirá a base do conhecimento a ser tratado nas escolas do campo para o *devir* desta formação humana? Então, que recortes do conhecimento produzido historicamente pela humanidade, na relação entre si e com a natureza, legitimados (ou em processo de legitimação), são disponibilizados e construídos às populações camponesas, no caso em questão, os camponeses migrantes do norte de Mato-Grosso? Como este arcabouço, e as formas de sua transmissão e produção, tem contribuído (ou não) com o processo de emancipação das populações campesinas amalgamado à perpetuação para si planetária?

5.4 SOBRAS, SOMBRAS E ESPERANÇAS DE SOBRA: UM *CAUSO* DE ESCOLA PÚBLICA DO CAMPO

Um passarinho pediu a meu irmão para ser...
Um passarinho pediu a meu irmão para ser sua árvore.
Meu irmão aceitou de ser a árvore daquele passarinho.
No estágio de ser essa árvore, meu irmão aprendeu de
sol, de céu e de lua mais do que na escola.
No estágio de ser árvore meu irmão aprendeu para santo
mais do que os padres lhes ensinavam no internato.
Aprendeu com a natureza o perfume de Deus
seu olho no estágio de ser árvore aprendeu melhor o azul
E descobriu que uma casa vazia de cigarra esquecida
no tronco das árvores só serve pra poesia.
No estágio de ser árvore meu irmão descobriu que as árvores são vaidosas.
Que justamente aquela árvore na qual meu irmão se transformara,
envaidecia-se quando era nomeada para o entardecer dos pássaros
e tinha ciúmes da brancura que os lírios deixavam nos brejos.
Meu irmão agradecia a Deus aquela permanência em árvore
porque fez amizade com muitas borboletas. (Manoel de Barros, do livro: **O fazedor do Amanhecer**)

5. 4. 1 O *assentamento* da Escola Estadual Florestan Fernandes

Para este trabalho destaco a idéia de *estabelecimento* em dois sentidos básicos: de localização (um local e/ou o ato de por algo em algum lugar) e, também, de *instituir, dar existência a*. A intenção é juntar os elementos determinantes à compreensão do *modo de ser-viver-educar* da Escola Estadual Florestan Fernandes (EEFF), no que toca tanto ao aspecto físico (estrutura, localização geográfica), quanto os aspectos político-pedagógicos (o projeto educacional), como resultados de conquistas possíveis a anunciar a luta coletiva por escola como parte da luta pela terra e pelo *Bem-Viver*.

O *assentamento* da EEFF, neste prisma, é um processo de reconhecimento da voz das populações Sem Terra, organizadas a partir do *Levante Camponês da Amazônia* MT/2003. Há então, nesta busca do "pensar certo" sobre a EEFF, o entendimento de que esta se constituiu interna a uma rede de solidariedade demarcada por interesses de classe, da classe que vive do trabalho camponês.

Ao ocupar um espaço no cenário geopolítico-educacional se estabelecendo como uma instituição "de conhecimento/saber", aquela escola, e com ela seus educadores e educandos, se *estabelece* como lócus que guarda, cuida, aprende, distribui e/ou produz (este último ainda pouco reconhecido) conhecimentos/saberes importantes para a vida. Não é *qualquer um* ou *qualquer coisa*. São conhecimentos/saberes reconhecidos! *Reconhecidos*, inclusive com certificação, como necessários, sem os quais a sobrevivência torna-se muito mais penosa, neste sentido, para a população camponesa, na materialização de suas vivências, entendendo bem que isto é o viver sem escolarização.

Fora do mundo escrito, atualmente, pouca coisa há para se dizer com garantia de que haverá sustentação da coisa dita. Quando se é trabalhador Sem Terra isto é mais crível ainda porque a ideologia – processo dinâmico-dialético com a realidade – de que se é pobre devido a ausência de estudos soma-se àquela situação de carência total das mínimas condições objetivas de vida e a busca da escola "redentora"[197] de todos os males torna-se bastante presente.

197 A ideologia da escola remédio para todos os males sociais avançou no inicio dos novecentos e materializou-se no "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", em 1932: "A reconstrução educacional no Brasil". Segundo Saviani (2008, p.242): Dado caráter solene dessa abertura, o texto começa com a frase "Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação". Essa é a premissa-chave que justifica todo o empreendimento da reconstrução educacional de que trata o "Manifesto". Por isso, na sequência, trata-se de justiçar essa afirmação. Para isso, começa-se considerando que nem mesmo os problemas econômicos são mais importantes. Isto porque "é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção,

Em número mais reduzido, mas não desprezível, principalmente as lideranças que já compreendem, através da formação militante oferecida pelo Movimento, a importância da educação na luta pela emancipação. Mas também, devido à miscelânea de origens com a qual se compõe a população Sem Terra, sendo que uma boa parte dos trabalhadores que constituem esta população já passou pela experiência da vida urbana, aonde a escrita ensinada na escola é uma condição importante e constitutiva da urbanidade, o *estabelecimento* desta passa ser uma de suas primeiras exigências.

O *Assentamento da* EEFF amálgama essas determinações sociais, de entidade querida como redentora; é espaço onde se forjam emancipações; é coberta e sustentada pelo senso comum de que sua existência é quase *natural*, um indiscutível direito previsto juridicamente e, como no caso, conquistada a duras penas. Os questionamentos contrários à sua existência, quando há, tratam mais da forma de condução do que da forma e conteúdo da *matéria* com a qual lida e justifica sua existência e, cuja síntese, envolve o que é considerado "conhecimento socialmente *legítimo*" expresso nas formas de currículo.

Isto é bastante significativo. Para Apple (2006, p. 40), necessário se faz contrapor a alienação das formas de pensar-organizar a educação à atual estrutura escolar para "tornar problemáticas as formas de currículo encontradas na escola, de maneira que seu conteúdo ideológico latente possa ser desvelado". Para este autor, questões como: "De quem é o conhecimento? Quem o selecionou? Por que é organizado e ensinado dessa forma? E a este grupo em particular?" conectadas às "concepções concorrentes de poder econômico e social e de ideologias" contribuem para que tenhamos "uma apreciação mais concreta das conexões entre poder econômico e político e o conhecimento que é *disponibilizado* (*e o* que *não é disponibilizado*) aos alunos".

Além destas, trazendo para a especificidade deste trabalho, reavivo questões que o perpassam: o conhecimento/saber *tratado* pela EEFF (aqui *escola* significa um coletivo de trabalhadores: estudantes, independente da idade, *responsáveis* e educadores, independente do cargo) fazem sentido à formação do camponês-agroecológico/agroflorestal, conforme orienta o Movimento Camponês? Em que medida há legitimação social disto?

Dessa forma, em se tratando do *Assentamento da Escola*, ao menos duas balizas importam ao manejamento deste item. Uma lança mão às estacas que delimitam o território de sua abrangência e, outra, percorre a trajetória das premissas da Educação do Campo que,

---

sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do crescimento de riqueza de uma sociedade" ("Manifesto...", 1984, p.407). Fecha o texto uma referencia conclusiva considerando a educação como um dever mais alto, grave e penoso dentre os logos deveres que caracterizam a democracia.

oficialmente, sustentam naquela escola a *tradição seletiva*. Em suma, de acordo com Apple (idem, p.103) compreender que:

> ...o conhecimento que chegava às escolas no passado e que chega hoje, não é aleatório. É selecionado e organizado ao redor de um conjunto de princípios e de valores que vêm de algum lugar, que representam determinadas visões de normalidade e desvio, de bem e de mal, e da forma como "as boas pessoas devem agir". Assim, para entendermos porque o conhecimento pertence a apenas determinados grupos tem sido representado em primeiro plano nas escolas, precisamos conhecer os interesses sociais que frequentemente guiaram a seleção do currículo e sua organização.

Pois bem, para dar mais sentido ao que escrevo, a imagem abaixo retrata a *estrutura física* (materialização do trato da sociedade burguesa para com a educação das populações rurais na região de Sinop) da EEFF nos dois territórios campesinos em que ela se *assenta*.

Ilustração nº. 22: Imagens das unidades escolares da EEFF – julho de 2013

No que toca à localização da Escola Estadual Florestan Fernandes, "sua sede fica no PDS 12 de Outubro [Unidade 1] e possui *Salas Anexas* [Unidade 2] no PA Zumbi dos Palmares". (NOVOS TALENTOS, Projeto: Educação Científica, Agroecológica e Cultural do Campo, 2013)[198],"distante cerca de 80 quilômetros do 12 de outubro" (SEDUC-MT, 13-03-2012)[199]. A distância entre as Unidades e 1 e 2 é relativa, pois depende sempre do caminho que se opta por percorrer e das condições climáticas. Esta distância indicada pela SEDUC-MT refere-se ao percurso pela estrada vicinal com parte da rodovia estadual MT 423, ambas de chão batido e de pouco uso pelos membros da escola. Outras formas mais comuns para a circulação de uma unidade a outra são: "passar por dentro das fazendas". Já falamos com o

198 Disponível em: http://www.unemat.br/prppg/educacao/docs/projetos_docentes/2013/alceu_zoia_projeto_1.pdf. Acesso em 20-10-2013.
199 Disponível em: http://www.seduc.mt.gov.br/conteudo.php?sid=20&cid=12120&parent=20. Acesso em 15-07-2013.

gerente e este nos disse que: “se é para ir à escola, podem passar’. Então, apesar de ser uma estrada cheia de buracos, com a maior parte dela dentro das pastagens, é melhor passar por ali porque dá só uns 22 km de distância” (CASTANHEIRA, 2013) e MT 423 – embora seja a mais distante: 140 km. Outra via de acesso é a que conta com maior percurso de rodovias asfaltadas – BR 163.

Também estão jurisdicionados à área de abrangência da referida escola: o *Assentamento Nova Esperança*, a 5 km desta, bem como, médias e grandes fazendas no entorno desses assentamentos. Algumas crianças-estudantes filhas de trabalhadores destas fazendas chegam a percorrer mais de 30 km para chegar à unidade escolar.

Uma situação bastante interessante nesse *estabelecimento* da escola é sua localização. Apesar dos três assentamentos pertencerem ao município de Cláudia, devido à distância e às péssimas condições das estradas vicinais, o acesso à cidade de Sinop torna-se o mais viável: 12 de Outubro, 50 km; Zumbi dos Palmares, 75 km; e Nova Esperança, 48 km. Já para Cláudia distam a 100, 90 e 98 quilômetros, respectivamente.

Enfim, é cuidar da semente como promessa da floresta. Eis o movimento do *assentamento* da “Florestan Fernandes”!

Ilustração 23: EEFF-Unidade 1, Projeto “Embelezamento Escolar” – 10/09/2013

Para reverberações deste item recorri, também, às orientações sobre a pesquisa qualitativa em Thiollent (1985), Lüdke e André (1986) preocupada com a escuta de como os caminhos que levaram ao concreto concebido são interpretados por aqueles que atuam naquela escola.

Somado a esta perspectiva processual também corrobora Paulo Freire (1985, p. 34-5), quando orienta que os problemas de nossa práxis são “fundamentalmente políticos e ideológicos”. Por isto, mais do que um conjunto de dados ou fatos importantes aos nossos olhos, necessário se faz saber em que “consiste a *realidade concreta*” aos olhos daquela população envolvida. Se

> ...minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir grupos populares a mero objeto de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles um conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência quotidiana) se torna um novo conhecimento.

Desse modo, em diálogos mais demorados, denominados de *entrevistas*, foi possível acrescentar elementos para elaboração dos inventários sobre as vivências escolares; destes

destaquei os trechos de vozes que seguem tendo as vivências pedagógicas com a floresta (práxis educativa da EEFF), em relação à formação para/com a sustentabilidade ecológica com foco na formação do camponês agroecológico/agroflorestal. Assim sendo, solicitei que me contassem um pouco de suas vidas, de como chegaram a se constituir moradores e/ou assentados do *Assentamento 12 de Outubro*:

5. 4. 2 Vivências próximas à produção agroflorestal no Assentamento 12 de Outubro

Castanheira – Sou de origem camponesa e iniciei minha militância no Movimento na região oeste de MT. Aqui na escola a maioria dos educadores vê assim: plantar é uma coisa, o conteúdo de sala de aula é outra, colocam dois mundos diferentes.

Champagne – [...] lá no Paraná a gente morava em fazenda e plantava milho... E trabalhava também em outra colhendo café. Eu vim de lá para Colíder com sete anos, depois fomos para Sorriso, daí meu pai foi para o sítio e eu fiquei trabalhando na cidade foi quando eu casei com catorze anos [...] aqui sabem fazer de tudo: carpir, roça, artesanato, pintura, bolos... [produção] acerola, maracujá, abóbora, quiabo, mandioca, queijo, leite, abacaxi, banana, melancia, farinha...

Embaúba – Se tem alguém que não produz aqui é porque ele não tem cultura [camponesa]. A cultura do nosso povo, a minha também, sempre foi de trabalhar para os outros e ir para o mercado comprar.

Ingazeiro - Não tivemos nenhum curso, não. Você pega o seu facão e a foice e sai procurando as bolas [ouriço] das castanhas ajunta tudo embaixo de uma delas e quebra lá mesmo, aí ajunta e põe no saco... Também o pessoal da CPT trabalha com o artesanato do tucum. Então, hora e meia, você encontra alguém saindo da floresta com o "olho" [a palma ainda fechada] do tucum para fazer o artesanato. É também um meio de sustento.

Itaúba – Sempre tive envolvimento com o campo. Eu vim sair do trabalho no campo com vinte e dois anos [...] depois que fui para o acampamento participei de um curso sobre sementes lá da FASE. No lote não tem nascente, nem área florestada. Quero recuperar, mas não deu ainda.

Orquídea - Quando nos entramos aqui o sentimento das pessoas era mais do imediatismo mesmo porque as pessoas já trazem da própria dinâmica da região o extrativismo, 'eu vou entrar lá, vou tirar madeira, não importa se tem castanheira, etc. As pessoas que sempre puxaram essa questão de tirar a madeira, elas sempre tiveram a intenção de se beneficiar individualmente. Nunca foi pensado no coletivo. O pessoal que esta fora do grupo acha ruim, ele acha que também deveria ser beneficiado, mas por falta de condições dele tirar ou porque não sabe, ou não tem as ferramentas, em muitos momentos essas pessoas questionam [...] a maioria defende a floresta, muitos vivem da castanha, sabe que precisa dela para sobreviver. Por isso que nós da coordenação resolvemos intervir e denunciamos. Na época [2011] fomos ameaçados, perseguidos e em alguns momentos tivemos apoio da comunidade, de algumas pessoas do IBAMA. Hoje a retirada esta bem menos [...] mas nós, até hoje, não discutimos um projeto para floresta [...]

Esses trechos são bem representativos dos diversos diálogos que perpassam da escola aos espaços sociais no assentamento. A agricultura, o camponês, é, ainda, uma construção em vias de estabelecimento. No conjunto existe fazeres diversos que podem sem classificados

como *do campesinato tradicional*, entretanto, constata-se que, apesar de haver muitos *fazeres camponeses*, a "cultura" campesina é ainda um processo para a qual os educadores (professores e funcionários) e as lideranças do Movimento se mobilizam e buscam formas dela se consolidar já na perspectiva da agroecologia/agrofloresta.

Por esse caminho, a referência da atividade camponesa mescla num primeiro momento, a agricultura e o extrativismo, muitas vezes predatório e, num segundo momento, faz emergir em seus discursos uma realidade ainda incipiente, mas existente. Como um broto na semente expõe potência e fragilidades. O contraditório está em muitas situações: viver em território campesino sem as experiências do trabalho camponês; ter que autogerir sua "propriedade" quando o assalariamento é o costume; cuidar do que é destinado (ao menos hipoteticamente) para ser perene com a necessidade concreta, ou a ideologicamente criada pela hegemonia vigente, a apertar-lhes os estômagos e, principalmente, viver com os supostos (já desmataram bastante) "quatro mil hectares" de floresta ao lado, sem as mínimas condições objetivas de *conhecê-la* e manejá-la de forma sustentável.

Na circulação/rotatividade de humanos que entram e saem naquele território e entre os mais estáveis (a maioria), que entra e sai da floresta, os saberes *do trabalho* e da escola circulam, aparentemente, de maneira também frágil e cindida: "plantar é uma coisa, o conteúdo de sala é outra"; "o pessoal *da CPT* trabalha com o artesanato do tucum". Também, as oportunidades de aproximações à agricultura sustentável são eventuais e individualizados onde o "fiz um curso *lá* da FASE[200]" se encaixa ao "nunca foi pensado no coletivo" e "até hoje, não discutimos um projeto para floresta".

Aqui é a expressão do metabolismo socioambiental do capital, mesmo com o aparente acesso às condições objetivas para produção da vida camponesa, sem as condições subjetivas – o conhecimento e a cultura – como resultados de experiências humanas, de sua realização, eles não se desenvolvem com autonomia porque, na dinâmica social na qual vivemos, entre os objetos-coisas há o que *pensamos* destes e sobre estes.

Nesta perspectiva, a seguir, a síntese de como este *pensar sobre* implica o trabalho da educação na EEFF e corrobora os nexos necessários à compreensão daquela realidade.

5. 4. 3 Vivências pedagógicas: EEFF, a agricultura e a floresta

200 Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE).

Castanheira - Ela [a escola] fala que tem que ter mais cuidado com o meio ambiente, com o lixo, com a floresta, mas é preciso o fazer. Aí é aonde que a escola, juntamente com o coletivo, criou os projetos que possa ir levando, dinamizando, esse pensamento. Por exemplo, o bosque ecológico, eu penso que é um exemplo do falar e do agir, do fazer mesmo, porque ali os alunos vão, molham, tratam a planta como algo de sua vida. Eles começam a perguntar, 'professor, é o dia da gente molhar'? Passa a ter uma relação de amor, de cuidado. O frango, que é o outro projeto. Como que nós vamos trabalhando para que as pessoas vão percebendo essa questão da alimentação, da gente ir percebendo que também é um cuidado que a gente deve ter, a alimentação saudável. A horta é nesse pensamento também de nós, assim, mostrarmos para nós mesmos que é possível produzir sem o adubo químico, porque isso [a produção convencional] está impregnado na cabeça das pessoas que só se produz se a gente tocar veneno, se colocar adubo químico. Então é uma outra forma de se relacionar com a terra para que o ser humano e a natureza possam ter uma relação harmônica, que seja uma troca, onde o ser humano se alimenta dela e contribuiu para que ela se mantenha viva.

Champagne – meus filhos fizeram uma pesquisa na floresta, inclusive um trabalho com a semente [...] visitaram a floresta, tem ali até um papel que eu guardei do [filho] com umas sementes, tudo coladas... Elas servem para várias coisas, as sementes, desde o artesanato, o trabalho de escola... [Horta] todo dia eles vinham e falavam "mãe hoje nós plantamos alface, plantamos flores... Eles se sentiam um herói, gente grande, né? Eles chegam em casa dizendo 'mãe eu trabalhei, mãe'. Trabalhou em que neném? Ah! Hoje eu trabalhei, foi nossa tarefa hoje ... O tio Marcelo, a tia Teca, pegou nós para fazer nossa tarefa lá e, daí, nós molhamos tudinho os canteiros. [...] Teve um curso da piscicultura só foi para os sócios da associação, meu nome foi tirado da lista...

Embaúba – para mim é primordial é a defesa do meio ambiente [...] porque nosso assentamento tem 4 mil ha de reserva [...] A escola já está fazendo, já iniciou, mas isso que não pode faltar, tem que ser reforçado cada vez mais [...] uma outra coisa que não dá para ficar sem trabalhar nessa escola é a história do povo [...] essa história tem que estar inserida neste aprendizado para as pessoas não perderem a sua importância [...] essa história tem que falar da bandeira do povo [...] outra coisa é a agroecologia a produção, quando falo produção é produção de alimento, e a produção dessa comida tem que ser baseada nas linhas e princípios do nosso Movimento que é de garantir a agroecologia, né? Comida sem agrotóxicos [...]

Ingazeiro – [...] é um pouco complicado de trabalhar, mas tem como trabalhar sim. Eles falam que tem muitos animais que aparecem beirando a casa deles. Animais aqui da nossa região, que é o lobo eles ficam muito felizes quando a gente abre este espaço para falar de floresta, inclusive os conteúdos que eu trabalho eu sempre destaco a preservação do meio ambiente, dos animais, a importância dos animais, a importância das florestas, até alguns nomes de arvores, de animais, principalmente esta época do ano [agosto] por causa do fogo.

Itaúba – Em 2011, quando estava no Pró-Infantil, fiz um projeto sobre preservação das matas ciliar do Assentamento 12 de outubro. Aí, teve um dia que eu levei meus educandos da Educação Infantil lá no "seu Zé" [casa às margens do rio Panorama], outros professores foram juntos. Daí falei da importância dos rios, da nascente, alguns tomaram banho... É o que me lembro de quando eu trabalhava na escola.

Orquídea – este ano a gente tem o projeto da Reserva Florestal da escola, eu penso assim que trouxe um debate maior para o centro das discussões da própria escola. Até mesmo o sentimento da construção da própria hidrelétrica aonde parte da reserva vai ser destruído. Acho que esse debate fluiu cada vez mais, acho que a escola começou a se preocupar mais em discutir e trabalhar, e a elaboração do projeto serviu para aumentar mais o debate para que os alunos aprendam e dali possam levar para suas famílias e defender a reserva que ainda tem em seus lotes. [...]Tem pessoas que tem vontade de implantar o [Sistema Agroflorestal] SAF, mas concretamente ainda não tem nenhuma área. Ficou de a gente marcar outras oficinas para trabalhar com as famílias, mas nós ficamos muito consumidos com as ações da usina. Até hoje não fomos procurados por ninguém para dizer como será o futuro com a usina [...]

Para analisar estes trechos de falas é necessário fazer o registro de que, nas escolas estaduais de Mato Grosso, há o "Projeto Sala do Educador" que é um espaço de formação

continuada no local de trabalho com "foco na melhoria do ensino-aprendizagem"[201]. Sendo assim, a primeira reunião do "Salão" (tratam-no dessa forma), preparada pela equipe gestora, foi realizada no dia 20 de março de 2003. Nesta reunião onde estavam presentes os educadores, que para eles são professores e funcionários (aproximadamente 30% destes são estudantes), fui convidada para fomentar os debates sobre questões relacionadas à vivência camponesa no território *Amazônia*. Iniciamos, então, com aporte metodológico em Paulo Freire, problematizando as vivências no desafio de movimentar o pensamento, com vistas a conectá-lo àquele assentamento, àquela escola e à realidade concreta, isto é, aos problemas da produção/perpetuação da vida no mundo que vivemos.

Nesse processo produziu-se mais um elo do/no trabalho de educar numa escola do campo, que tem como propósito ser instrumento pedagógico de um projeto revolucionário. Digo mais um elo porque, na construção histórica daquela escola, fundada na luta travada com o metabolismo social do capital materializado na região, as intencionalidades de um vir a ser com sustentabilidade ecológica já estavam manifestas em vários discursos e, em alguns ensaios de práticas. E é ao *reconhecimento* disto que se refere *Embaúba*: "uma outra coisa que não dá para ficar sem trabalhar nessa escola é a história do povo".

Nesta perspectiva, quando *Castanheira* fala dos projetos criados naquele debate, (o "bosque ecológico", o "frango", a "horta", "ter relação harmônica" com a natureza) como forma de "nós, assim, mostrarmos para nós mesmos", ou quando o *Ingazeiro* diz que "é um pouco complicado de trabalhar", constata-se que havia uma mobilização com a finalidade de transformar algo que "está impregnado na cabeça das pessoas".

É interessante observar que, desse forjar de novos costumes, os educadores e líderes não se ausentam; eles se incluem, admitem-se parte dessa necessária mudança. E fazem isto, experimentando, se "desafiando", ousando. Vão desde a simples, mas rara, visita ao rio, do comum combate ao desmatamento/queimada até o desejo de aprender/ensinar para implantação dos Sistemas Agroflorestais (SAF) no Assentamento, mesmo que dentre as adversidades esteja inclusa a asfixiante luta pela regularização do território e um futuro onde está prevista a expropriação de, aproximadamente, 2.059 ha (mais de 50%) da área de Reserva ainda florestada, para se instalar a Área de Preservação Permanente da usina UHE-Sinop em construção. (EPE, 2013, apresentação verbal).

Assim, retornando aos projetos pedagógicos, além da vinculação aos propósitos das vivências no *assentamento da EEFF*, seguiram também as possibilidades metodológicas

201 Cf. http://www.seduc.mt.gov.br/download_file.php?id=9466. Acesso em: 12-01-2014.

previstas nas "Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais do Estado de Mato Grosso" (2012, p. 131):

> [...] podemos citar algumas iniciativas metodológicas, tais como: Pedagogia da Alternância, Complexo Temático, Pedagogia de Projetos, Tema Gerador e Pesquisa-ação, entre tantas outras Vale ressaltar que qualquer metodologia que a Escola do Campo venha a assumir no seu trabalho pedagógico, precisa ser coerente com algumas proposituras, tais como:
> **a)** Vinculação, articulação interativa com a vida e a realidade dos povos dos campos, suas lutas e experiências, seus saberes e suas organizações e seus movimentos e limites e suas potencialidades;
> **b)** Compromisso de realizar o processo ensino-aprendizagem respeitando, valorizando e incorporando saberes, experiências e conhecimentos dos povos do campo;
> **c)** Articulação e promoção dos diversos espaços e tempos pedagógicos;
> **d)** Compromisso com a transformação do campo, a partir dos projetos emancipatórios dos povos do campo.

Como encaminhamento para realização da "estratégia metodológica" adotada foi eleita uma coordenação inicial, de forma a que *todos* educadores se distribuíssem e estivessem participando da discussão sobre as orientações previstas no currículo. A tarefa primeira de cada coordenação seria a de organizar convidar pais e estudantes para somarem esforços na sua implantação. Também foi decidido que esta coordenação, uma vez divulgadas as intenções e juntados os interessados, organizaria um cronograma de trabalho para ser desenvolvido durante todo ano de 2013.

Nestas atividades previstas, professores, funcionários, pais e estudantes se debruçaram, alguns mais outros menos, independente do nível de escolaridade ou do vínculo empregatício com a escola. Assim, algumas mudanças já são visíveis a exemplo dos projetos de embelezamento escolar (sobre a comercialização solidária – CANTASOL – e a Reserva da EEFF os quais já citei neste trabalho). A partir do Projeto Pedagógico "Minha Escola é uma Flor", coordenado por funcionárias, há hoje flores e cores sobre as, outrora cinzentas paredes da escola de compensado em visível estado de apodrecimento, bem como, nos jardins, vasos-latas-pneus. Os passos dessa construção merecem ser avaliados como um olhar *para si* e *por si* necessário a um metabolismo sócio-pedagógico que se quer revolucionário e isto transparece nas palavras da própria equipe gestora:

> Talvez falte um pouco mais a gente trazer o grupo para refletir, essas avaliações... que a gente acaba não tendo todo tempo: ou a gente faz uma reunião pedagogicamente, ou faz administrativa. A gente não avalia os projetos, não pensa essas expectativas de superação (CASTANHEIRA, 2013).

Entretanto, o que também chamou muito minha atenção durante o período do Tempo de Convivência (TC) foram as dificuldades geradas em torno de três propostas que, organicamente, constituem em uma só: a construção da horta, do viveiro para árvores e os espaços das plantas medicinais. Este espaço pedagógico reservado para as experiências de trabalho, cujo resultado seria mais imediato, não se efetivou mesmo após várias argumentações nas diversas reuniões de que este seria, como fora em 2012, de fundamental importância ao trabalho pedagógico. Sobre isso ouvi vários depoimentos de como tinha sido importante a implantação da horta com o "cantinho" das plantas medicinais no ano anterior, inclusive, nos encontros de educação este feito é sempre citado – em palavras e imagens – como uma atividade pedagógica muito prazerosa para as crianças.

Para esta atividade de trabalho "pedagógico" até foi definida, cercada e preparada (capinação e calagem) a área, porém, ao findar o ano letivo, somente alguns poucos pés de cebolinha estavam ali nos canteiros. As respostas dadas para tal fato giraram sempre entorno de dois pontos básicos: as constantes "lutas" a que foram obrigados a realizar na BR e, por isto, se ausentaram constantemente da *sede* escolar, e também, o ataque forte de insetos (formigas, principalmente) que arrasou por diversas vezes as semeaduras.

Numa análise mais aprofundada, porém, o fato de findar o ano letivo sem que se efetivasse esse espaço horta-viveiro-canteiro medicinal, no contexto daquela escola – do campo e organizada por líderes atuantes do Movimento na região – foi um contundente sinal de alerta que, somado a outras leituras sobre a condição camponesa na região norte de Mato Grosso, fez emergir em mim vários questionamentos: qual o sentido de plantar alimentos, remédios e árvores (e dos demais projetos pedagógicos) para os camponeses/educadores do norte de Mato Grosso? Os estudos e o trabalho nos projetos pedagógicos são compreendidos como partes do trabalho que visa emancipações ou são estranhados exatamente porque *não* se vê o trabalho camponês, seja ele convencional ou agroflorestal, como algo que se perpetue? Isto é, qual a compreensão da centralidade do trabalho no projeto societário e, consequentemente, na escola do campo que se pretende partícipe na transformação social, no sentido macro, e do migrante-desbravador em camponês "agroecológico"/agroflorestal, no sentido micro?

Sem dúvida, estas são questões para continuar os estudos. Todavia, para a presente análise, os relatos retratam o pensar sobre o fazer pedagógico possível, limitado pelas condições reais de existência e, nisto, há algo mais profundo que é o fato de que tanto o conteúdo que se lê, quanto as formas-ferramentas demarcadoras dessa leitura são implicados

por pedagógicos-modos-de-fazer com os quais intencionalmente se combate, mas que, concretamente, reforçam o *status quo*.

Por assim ser, a forma/estratégia "projetos pedagógicos" só faz sentido como um modo organizacional de ações com vistas ao projeto pedagógico da escola em transformação em uma sociedade, também, em transformação. Sem a compreensão da escola que se quer, para a sociedade que se quer, os projetos pedagógicos não passam de mais uma invenção do mesmo, da fragmentação dos espaços de fazer/saber da qual a escola convencional é escrava.

Dessa maneira, as perspectivas de uma visão holística, como propõem as prescrições oficiais, sucumbe à divisão mercadológica do tempo ("não deu tempo", "nas férias as plantas morrem"), à divisão social do trabalho ("Ah! Mas eu não sou contratado/a para isto" ou "minha filha vai para escola para estudar e não para trabalhar") e à divisão *pedagógica* dos conhecimentos/saberes (cada qual no seu *projeto* sem tempo para estabelecer as devidas conexões), porque o trabalho educativo em tais projetos, fora da luta pela emancipação, se artificializa e torna um mero processo ilustrativo (PISTRAK, 2009, p. 216). E é essa ilustração do trabalho que, metaforicamente, põe no subsolo as sementes expostas aos fungos e produz o desalento do tempo perdido, mas não o efetivo processo educativo que, aí concretamente, se move apenas para melhorar a adaptação às estruturas postas. Sem romper com a lógica organizacional da escola convencional, onde a vida parece existir apenas intramuros e nos tempos letivos, as "plantações" caem em desuso tão logo outra peça esteja "na moda".

Assim, por vivenciarem um processo de *transição* que se quer emancipatório em uma sociedade alienada ao metabolismo social do capital, mesmo após os projetos pedagógicos serem definidos em comum acordo como imprescindíveis àquela proposta educativa, a "Horta Escolar", o "Viveiro", o "Canteiro das Plantas Medicinais", como o espaço de *trabalho imediato* com vistas à produção de alimentos/remédios e de *estudo* sobre este trabalho (Op. cit., p.217), foi submetida às sobras do tempo que, em 2013, não se fez para aquela proposta. Além disto, o fato de não se ter implementado estas atividades fora vivenciado mais como uma falta (causa) daqueles que estavam à frente da coordenação dos "projetos pedagógicos", do que como um problema coletivo, que os convidava ao debate da proposta educacional para, inclusive, abrir as grades do corporativismo, também elevado em situações conflitantes como as que são vividas naquele território.

Nesse contexto, o "mal estar" próprio dos processos-períodos de transição revela um *tornar-se* ocupado de esperanças, às vezes com alguns arroubos de ranços do processo colonizatório ("que esse assentamento aqui seja *o melhor* da região"; "ter os *mesmos direitos*

que uma escola da cidade tem"; ou "área boa, perto de Sinop, *a capital* do nortão!"), mas que, por outro lado, tem na escola o lugar privilegiado para experienciar o trabalho coletivo e/ou relações socioambientais que desafiam a hegemonia vigente, na qual a própria escola, como coletivo-educador, pode ser anúncio e elemento de transformação da cultura *desbravamentista* - individualista, alienada ao lucro, autodestrutiva, capitalista – para a "cultura" ecológica: cooperante, vinculada ao *Bem Viver*, emancipante, socialista.

Esse "mal estar," muitas vezes traduzido como "desafio", é síntese tanto das condições concretas das existências singulares, quanto das estruturas, forma e conteúdo, da qual a escola é fruto, mas, no caso da EEFF, corrobora com o intento de sua superação. Os camponeses/educadores/estudantes, aparentemente isolados, revolvem este solo fértil e expões essas contradições multilaterais e multifacetadas. Os excertos de fala que seguem traduzem um pouco mais esse processo dialético vivenciado.

5. 4. 4 Perspectivas na contramão para encontrar um caminho

Castanheira - Se as pessoas estão focadas no capital é uma contramão, por que eu vou plantar uma árvore se eu não vou viver para consumir? Quando a gente vê essa turma aqui da EJA, mesmo à noite, ir molhar as árvores na reserva é muito interessante [...] Tem que criar essa cultura [o cuidado da natureza] tem que mudar isso. [...] A própria escola não tem muito essa cultura... é o dia a dia da sala de aula, dos projetos aqui, internos aqui da escola, mas eu vejo um caminho iniciado. Muitas coisas boas se apontam no assentamento, de forma geral. Uma delas é da tomada de consciência de que a floresta é uma coisa boa... [vivenciar a biodiversidade]

Champagne – Meu sonho mesmo é reconhecer nosso corte dos lotes que nós cortamos por conta [...] ter o recurso para as famílias trabalharem para as famílias não precisarem sair fora para trabalhar [...] meu sonho é que esse assentamento aqui seja o melhor da região porque é perto de Sinop, perto da BR, porque ele deveria ser um *espelho* para outros assentamentos que estão aí prá esses fundão [...] A gente sonha que venha os cursos, as pessoas preparadas para as famílias aqui dentro [...]

Embaúba – A escola tem que ser um instrumento que vai ajudar na formação de uma cultura que vislumbre um aprendizado coletivo, a cooperação. A escola é para isso, para formar o cidadão, o cidadão que não pensa individualmente, pensa coletivamente e que sempre pensa na melhoria da sua realidade como um todo, e não só em sua vida pessoal. [...] Essa escola aqui para ser completa, como uma escola boa, primeiro ela tinha que ter os *mesmos direitos que uma escola da cidade tem* [também melhor salário e transporte escolar de qualidade].
Itaúba – Com os projetos da cooperativa, daí vai melhorar. Precisa, também, de energia, de regularização dos lotes...

Ingazeiro – É um desafio pra nós sobreviver aqui. Eu fico impressionado que ainda tenha tanta gente aqui. E é por isso que muitos entram na floresta [...] Estamos numa área boa, perto de Sinop, a capital do nortão (!), não tem nem a energia! Isto é uma falta de responsabilidade. Como essas famílias vão sobreviver? Como vão produzir? [...] A escola pode ajudar na organização e pode ajudar trazer projetos para apresentar para a comunidade, mas esses projetos precisam de legalização. É preciso que o assentamento esteja legalizado pelo INCRA [...] não tem melhor lugar do que este. Acho que a gente tem que continuar lutando para que isto melhore.

> **Orquídea** – [Setor de educação] ficou mais quando era no acampamento. Hoje ele trabalha numa outra dinâmica. A partir do momento que vai para o assentamento a escola é que ficou organizando o setor. Acaba sendo coordenado pela própria escola, por uma questão de sobrevivência também [...] Que não seria o certo. O certo seria continuar tendo os núcleos de família no assentamento e desses núcleos de família ter os representantes. Só que a gente tem enfrentado dificuldade de organizar esses núcleos dentro do assentamento porque essas famílias quando chegam ao assentamento, que elas pegam seus lotes, elas esquecem um pouco essa dinâmica da luta da organização. [...] Outra coisa é a falta de pessoas com a formação para estar organizando essas famílias, isso faltou também para nós porque ficamos com um número pequeno de pessoas porque foram vários assentamentos que surgiram e nós da militância não damos conta de acompanhar todos os assentamentos.

As contradições se expressam nestas ações-depoimentos onde senhores e senhoras, da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que saem pela estrada escura para levarem um pouco de água a alguns brotos de árvores plantadas, na incerteza de que ocorrerá a sua frutificação, e um dia seus frutos lhes servirão e, ao mesmo instante, lutam para que o desenho do parcelamento, o "seu quadrado", seja reconhecido. O desafio revolucionário de plantar pés de castanhas, pequis ou embaúbas, no espaço hegemônico da soja se esvai perante a força do capital, que lhes impõem a propriedade privada da terra como condição de acessarem os meios para obterem alguma autonomia.

Outra contradição expressa nestes excertos, e também observada no cotidiano, é a crítica contundente da escola convencional. O problema limitador de sua realização se resume ao espaço físico, aos salários dos educadores e à ausência de algumas matérias, como a história das lutas e a matriz produtiva de alimentos. Contudo, quando provocamos o movimento do pensamento sobre como deveria ser, esta escola imaginária que se quer está sempre em comparação com *as da cidade*, as convencionais, portanto! A escola que *ensina* tem seu reino institucional naturalizado e, quase com um viés sacro, fala-se em "doação" (do tempo que vai além do horário de trabalho e do salário) - "o educador na escola do campo é doação" (CASTANHEIRA, 2013) - à causa-escola como uma *missão* permeada por uma tênue convocatória ao compromisso revolucionário.

Este comportamento se compreende melhor a partir do que diz *Orquídea* (2003) sobre os *perigos* que solapam os fundamentos da práxis revolucionária iniciada na organicidade dos acampamentos e que, segundo eles próprios, é amortecida no momento da conquista dos *territórios*. Com isto *a base*, sempre vista como de frágil formação política (e há provas concretas disto) carece de proteção, algo aquém ou além trabalho pedagógico, um ação de abnegados:

> Nós estamos aqui num espaço de disputa política e ideológica até com o poder público mesmo, para manter a escola dentro dos princípios do Movimento, trabalhando dentro de um processo coletivo, visando uma formação dos educandos,

> *também, a gente tem que estar* em constante disputa com as pessoas de fora e também com os internos porque os interesses dos políticos de querer dominar, de querer vir para dentro e *aproveitar da luta do povo*. O que esses políticos querem é transformar o assentamento em curral eleitoral, é enfraquecer o movimento como espaço de resistência, porque, dominados, não vai ter o enfrentamento da propriedade privada da terra que, muitas vezes, esses mesmos políticos são donos dessas fazendas.

Este sentimento cristão, de proteção ao povo oprimido, nasce com o Movimento Camponês nos anos 1970/80, encontra eco na região, pelo processo histórico que o constituiu bastante próximo às instituições religiosas, e adentra a escola através de diversas marcações fortemente presentes junto à população campesina, bem como, à notável ausência de laicidade do Estado burguês. Então, contraditoriamente, reivindica-se a EEFF como uma escola revolucionária (durante a maior parte do Tempo Convivência (TC) esteve fixada no espaço denominado de "Refeitório", uma faixa com a popular frase de Florestan Fernandes: *Feita a revolução nas escolas, o povo a fará nas ruas!*), reivindica-se que não se perca dos estudos a história das lutas, porém, cantam, dramatizam, escrevem, lêem, se emocionam e festejam, com gorros vermelhos e decoração temática, muito mais *o Natal* do que o dia que tomaram de assalto o território em conquista, o dia cinco de dezembro de 2007. Por que esta data, como marco histórico, mesmo estando presente nas diversas "contações" de suas histórias (até os adolescentes reportam a este dia com orgulho) está invisibilizada? Quem poderá *lembrá-los* disto se, aparentemente, todos se movem no tempo contado pela escola que dizem negar?

Ainda reverberando a partir do diálogo com *Orquídea* a impressão que se tem é que há um trabalho educativo que se realiza na escola "para manter a escola dentro dos princípios do Movimento", e outro, de natureza distinta, que é o de se empenhar para vencer os conflitos internos e externos: "também, a gente tem que estar em constante disputa". Isto parece algo simples, mas não é!

Conhecendo a realidade desses educadores/lideranças do Movimento Camponês na região, principalmente quando são mulheres, e o formato da grade pedagógica que, presa ao chão da escola, a fundamenta e dá sentido às matérias e as práticas do conhecer, este "também" tem uma dimensão incalculável. Nele, além dos apontamentos já indicados aqui, está presente a divisão sexual do trabalho, a insegurança empregatícia e, principalmente, o que é recorrente nos excertos, a busca de formação técnica e política: "outra coisa é a falta de pessoas com a formação para estar organizando essas famílias" e, a causa consiste numa outra contradição: "porque foram vários assentamentos que surgiram e nós da militância não damos conta de acompanhar todos os assentamentos" (sic!). Que interessante fato sócio-histórico e pedagógico, conquistaram-se mais territórios do que organicidade – processos educativo-

formativos - do Movimento mesmo estando na coordenação dos processos educativos! Então, para que se tem a escola? Que práxis escolares são estas que distanciam os camponeses da compreensão de suas lutas? Como se movem os "aliados históricos" (os universitários, os sindicalistas) para que processos emancipatórios sejam construídos?

Mészáros (2005, p. 35) nos dá suporte para sustentar o *pessimismo do intelecto* que se intensifica quando fora de uma análise na perspectiva do materialismo histórico dialético. Ele aplaca a costumeira ansiedade militante ao discutir o papel limitado da educação na "transformação social qualitativa". Orienta que há um processo de "internalização" do metabolismo social do capital e isto funda o aceite, a concordância, na dinâmica social cotidiana que nutre o sistema, mas, em grande medida, passa despercebido às tentativas de reforma ou inovação educacional.

> É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito. [grifo nosso].

Ou seja, a alternatividade radical só tem sentido como *método* e *estratégia* existentes ou a serem inventados, sob a autogestão da classe que vive do trabalho, na construção da sociedade dos trabalhadores livremente associados. Este modo de fazer para Pistrak (1981, p. 218), na experiência da "Escola do Trabalho" não foi prescrito antecipadamente, mas sim...

> ...com erros e falhas, às vezes tropeçando e caindo, mas com necessidade inevitável, encontramos os caminhos necessários e no processo de trabalho, paulatinamente, formulamos nossos objetivos e tarefas para o trabalho escolar. Nosso ponto de vista não precedeu a organização do trabalho, mas partiu da tentativa de encontrar a organização correta.

É um constante *pensar sobre* o trabalho realizado e esta *avaliação* do "próprio trabalho (e dos outros)" é o "material do estudo e revisão crítica" (Op. cit.). Desse modo, para as análises do presente estudo, conclui-se que, as contradições postas no trabalho educativo da EEFF são expressões da escola do campo possível nas condições construídas pela dinâmica social vigente. Contudo, os sinais observados por *Castanheira*, "mas eu vejo um caminho iniciado, muitas coisas boas se apontam no assentamento de forma geral, uma delas é da tomada de consciência de que a floresta é uma coisa boa", na perspectiva da escola socialista, indicam uma construção em andamento que poderá ser mais revolucionária quanto mais amarras da escola burguesa forem capazes de romper.

5. 4. 5 Esses jovens camponeses estudantes

Os dados sobre as "intenções" dos estudantes para o futuro continuam este movimento do pensar a educação como resultado de um processo coletivo impregnado de contradições em que, ao mesmo tempo, ela é parte necessária do processo formativo, por sua vez, multifacetado mesmo quanto lhe quer emancipante.

Estes dados foram organizados a partir dos textos produzidos, a meu pedido, por estudantes do 3º ciclo do Ensino Fundamental e Ensino Médio (11 de julho de 2013) que foram escritos a partir do seguinte enunciado: *Você pode me contar sobre sua vida no assentamento e na EEFF (como você chegou, o que faz, o que estuda, convívios, problemas, o pensa para o futuro...)?*

Esta atividade foi desenvolvida em sala de aula, onde iniciei com um diálogo no qual apresentei brevemente o meu trabalho de pesquisa e perguntei para os mesmos se queriam contribuir. Não houve negativa em nenhuma das salas, então, solicitei que cada um falasse, também, de forma breve, sobre o que fazem quando estão fora da escola. Todos falaram e, independente da idade (13 a 15, no EF e de 15 a 50 no EM) e sexo, foram unânimes em dizer que trabalham em diversas atividades. Há pouco tempo livre em suas vidas. Após essa conversa, distribuí as páginas com o enunciado acima e aguardei que escrevessem sempre dialogando com os mesmos. Foram devolvidos entre as duas turmas dezessete textos. Alguns solicitaram para "entregar depois", contudo, isto não ocorreu mesmo tendo voltado às salas por mais duas vezes.

Dentre estes textos, sempre quando escreveram sobre o que esperam do futuro, responderam conforme o quadro que segue, sendo que em alguns textos esteve presente certa indefinição que apontava, por exemplo, para "eu quero fazer biologia ou psicologia". Aqui mantive todas as intenções manifestas nos textos.

O que pensam para o futuro?
3º ciclo do Ensino Fundamental
. Ir para cidade para aprimorar os conhecimentos; Manicure e ter o próprio salão; Advogada; Policial.
2º e 3º anos do Ensino Médio
Veterinária; Médica ou Juíza; Engenheiro Florestal (3); Engenheiro Civil; Professora de Matemática; Biologia ou Psicologia; Construir uma família; Continuar trabalhando com boi em fazenda; Ciências da Informação; Advogada; "Não me imagino morando na cidade porque **é aqui que quero ficar**"; "espero que o INCRA regularize logo este assentamento porque **quero ter meus animais e minha plantação agroflorestal** sem agrotóxicos e viver feliz".

Dois pontos são merecedores de destaque. O primeiro: as frases com as marcações de que **querem ficar ali** se deve à efervescência daqueles meses pós-audiência com a EPE e o INCRA no assentamento, ocorrida no dia 10 de abril de 2013. Nesta audiência pela primeira vez ouviram *oficialmente* que aquela área seria impactada em mais de dois mil hectares pela construção da Usina Hidrelétrica de Sinop (UHE-Sinop) e que, por ainda não terem o direito de posse, qualquer indenização seria paga para o INCRA, o "verdadeiro proprietário" da área. Isto gerou, e ainda tem gerado muita comoção entre eles. O segundo, a estranha ausência da agricultura no horizonte desses jovens! O único apontamento à atividade agrícola (plantação) e produção agroecológica é um senhor de cinqüenta anos. Os demais, todos com menos de trinta anos, sequer como um *pensador* dos processos agrícolas, ninguém se vê. Como pensar em processos formativos de camponeses que não aspiram a lida com a terra, nem mesmo para pensar sobre este trabalho? Estará o trabalho camponês fadado a sumir do mapa na região de Sinop? Numa outra face, estão áreas consideradas "do campo", a veterinária com uma menção e a engenharia florestal com três. Que sinais são estes? Por que esta preferência pela floresta?

Dos textos produzidos também foi possível constatar que a maioria conhece parcialmente as áreas de RL[202], sendo que dois afirmaram conhecer "todas" e três responderam "nenhuma". Dentre os que conhecem, os homens foram mais expressivos em explicar atividades de trabalho relacionadas à "tiração" de madeira, enquanto que as mulheres mencionaram mais a coleta da castanha, o artesanato e a feitura de produtos alimentícios.

Os produtos florestais mais citados, com os quais reconhecem poder trabalhar para sobreviver, foram: a castanha, tanto o fruto quanto a madeira; a itaúba e a canela/canelão, para fazer tábuas e lascas para cerca; o tucum, utilizado nas cestarias, as orquídeas, óleo de copaíba. Por fim, escreveram sobre o que a escola tem tratado a respeito da reserva/floresta:

202 Basicamente, são três áreas: "da entrada" do Assentamento, a dos fundos que fica às margens do rio Panorama, da CPT, segundo a forma que eles se organizam geograficamente.

- dos cuidados com essas vidas;
- do desmatamento (2);
- de não destruir a natureza;
- da poluição dos rios;
- dos nomes das árvores e para que servem;
- da importância da produção consorciada;
- da Reserva e dos problemas do assentamento;
- não ensinam, mas acham que deveriam aprender porque são dali (2);
- não comenta muito sobre a reserva, é mais comentado na reunião de agricultores.

Este ponto consiste no encontro entre as experiências do mundo vivido e as possibilidades de acesso aos saberes/conhecimentos possibilitados pelo processo pedagógico. As divergentes respostas entre o "ensinou" *versus* "não ensinou" são apenas uma manifestação de uma matéria ainda estranhada no âmbito coletivo. No entanto, o que é mais preocupante e soma às reflexões oriundas do Tempo Convivência, é a forma fragmentada como se apreende a floresta. Como se pode constatar, não há referência aos saberes necessários àquelas vivências concretas, àqueles conflitos reais, na relação produtiva que coloca em relação o camponês e a floresta, como território de trabalho.

Também, mesmo que os educadores já tivessem debatido desde março (2013) "com a comunidade escolar", sobre os projetos pedagógicos voltados para uma práxis pedagógica entendida como articulada com a vivência cotidiana do assentamento, mesmo que no momento do diálogo em sala que me forneceu estes dados já tivessem ocorrido várias atividades, esses projetos não são mencionados. No meu entender, atividades fomentadoras do necessário apreender-floresta, como: a abertura da "picada" delimitando a área da Reserva Escolar (1.200 m², aproximadamente); o plantio nesta área, em abril, de pés de pequi em homenagem aos Sem Terra que tombaram em Carajás e tendo iniciado o processo de aquisição de várias dezenas de pés de castanheiras com essa mesma finalidade, não foram feitas referência àqueles projetos. Nem quando houve a preparação da área para o bosque escolar e para o embelezamento da escola, e mesmo na oficina sobre agroecologia os mesmos "projetos" não são mencionados como "meios de ensinamentos" que a escola promove.

A declaração de uma estudante resume o fato: "[a escola] ensina só algumas coisas sobre as *lutas* e *hortas*, o mais importante não ensina, a sobrevivência na floresta" (Caderno

de Campo). Que mais sabem, querem saber, necessitam saber, esses estudantes da EEFF? São eles, mais do que os educadores que convivem com as áreas florestadas o que eles têm para ensinar a todos? Que dizem as mulheres e homens camponeses sobre a coleta de sementes? Sobre o artesanato? Sobre os bichos "do mato"? Quando é que esses "dizeres" do trabalho se associarão aos escolares? Quando é que esses "dizeres" do trabalho manifesto nos calos dos pés e mãos, nas cicatrizes da "leish[203]" expostas, nos dentes ausentes, nos semblantes nas reuniões de mães e alguns pais desolados, nas rugas precoces das peles queimadas, nos sons de telefones-sem-sinal, postos em mídia player durante as aulas; nos queixumes das dores físicas e mentais, definitivamente entrarão, com seus "donos" na escola para, com ela, à terra-floresta (*urihi*) retornarem?

5. 5 FLORESTA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CUIDADOS EM CONSTRUÇÃO

Ao se observar o modo tradicional de organização do currículo escolar, com suas disciplinas isoladas e desconectadas das vivências concretas observa-se que o mesmo reproduz, no interior do processo pedagógico, as mesmas relações do metabolismo social do capital, marcado pelo estranhamento entre os humanos e entre eles e a natureza. São "matérias"/disciplinas que deixam de fazer sentido a quem aprende, no caso, os camponeses, porque estão desvinculadas das necessidades da vida. O que ali se estabelece não passaria, então, de mera artificialização, memorização de textos, frases que têm a finalidade principal de servir às respostas dos exames seletivos, seja para o mercado de trabalho ou para a continuidade dos estudos que, por sinal, seguem esta mesma lógica. Então, constituem-se apenas numa chave para se abrir portas que os levarão, metaforicamente, aos corredores ou aos banhos de sol de uma mesma prisão.

Ainda com foco na *florestação*, se há necessidade de formar cidadãos ativos, onde estão os estudos relacionados às matérias que engendram emancipação dos camponeses-florestais nos territórios campesinos: PDS, Manejo Comunitário Familiar Sustentável, SAFs, Código Florestal, legislações ambientais, trabalho educativo em agrofloresta, etc.? Quais são as amarras impedem essa transformação?

203 leishmaniose.

Numa outra perspectiva, na prática da emancipação, para Taffarel, Escobar, Perin (2010, p. 195), o currículo escolar deve ser compreendido como um plano de vida, reconhecendo a relação entre o modo de produzir a vida e o modo de produzir o trabalho escolar, presente no plano curricular; este é o "primeiro passo" para propor sua alternatividade:

> o currículo, o programa escolar e os planos de estudos, devem estar articulados ao modo de vida do campo, aos seus sujeitos, ao trabalho, à cultura do campo na perspectiva da emancipação humana e social e da superação da lógica do capital, pela construção de outras relações sociais de produção.

Esta é uma reafirmação da perspectiva educacional proposta já lá na *I Conferência da Educação do Campo*, onde estabeleceu como um dos principais compromissos "vincular as práticas de Educação Básica do Campo com o processo de construção de um Projeto Popular de desenvolvimento nacional". Isto se constitui num enfrentamento das práticas educativas propostas pelo capital, e que se caracteriza pelo currículo objetivado como mais uma forma de controle do trabalho pedagógico. Segundo Apple (2002, p. 15) o currículo escolar é um conjunto bem organizado de formas de controle do trabalho pedagógico que expressa:

> ...grande parte dos esforços atuais por parte dos legislativos estaduais, dos departamentos estaduais de educação e dos "administradores educacionais" para racionalizar e padronizar o processo e os produtos do ensino, para prescrever conteúdos curriculares e currículos bem específicos, para definir todo ensino como sendo uma coleção de "habilidades" mensuráveis, e assim por diante, está relacionada a uma historia mais longa de tentativas para controlar o trabalho das professoras e das trabalhadoras em geral.

Para Aguiar (2014, mensagem pessoal), atuante no Centro de Formação e Atualização de Professores (CEFAPRO), "As Orientações Curriculares para a Educação Básica de Mato Grosso – Área de Ciências da Natureza" prescrevem um modo educativo dissociado das questões concretas:

> A linguagem marcante [...] é objetiva, o que por si demonstra o não envolvimento nas questões emergentes que permeiam o currículo escolar. [...] os conceitos referentes a uma sociedade sustentável e ao pensamento de desmatamento zero considerando a identidade terrena do ser humano, não estão evidenciados. Mesmo pontuando a autonomia da escola não infiltra uma educação que contemple a realidade vivenciada ou a multiculturalidade [...]. O conhecimento científico pautado nas Orientações Curriculares se materializa a partir da investigação científica, da metodologia científica e não na transformação da realidade vivida subjacente à educação para a sustentabilidade. O pensamento ecológico pode ser compreendido, e isso depende da concepção de cada professor quando, na metodologia, se apresenta a pedagogia de projetos. Porém, mesmo quando sugere algumas práticas de projeto,

> não deixa explícita uma orientação para as questões ambientais ou, mais ainda, da compreensão das causas da devastação antrópica.

A este respeito, o currículo, a EEFF se manifesta no registro do que pensa, como um coletivo, sobre o trabalho pedagógico, isto é, no seu Projeto Político Pedagógico:

> O currículo deve contemplar a diversidade cultural, social dos grupos sociais que compõem a escola. O currículo deve ainda garantir as discussões mobilizações dos movimentos sociais, já que a escola deve estar em luta permanente. A concepção de ensino e aprendizagem deve oportunizar ao educando que seja capaz **de construir seu próprio conhecimento**, com o educador fazendo o papel de mediador. (PPP, 2013).

Há uma intencionalidade posta no sentido da escola, no seu trabalho educativo, de se somar às lutas campesinas que se mescla à compreensão individualizada da construção do conhecimento e do educador, mais como aquele que estabelece os nexos entre o "educando" e que se aprende, do que o educador, também camponês-militante. Entende-se melhor a complexidade desta questão, quando se analisa o que se entende, no PPP, como *avaliação*: "A avaliação deve contemplar o educando como um todo, onde o mesmo seja capaz de identificar sua defasagem na aprendizagem, servindo como parâmetro norteador para verificação dos conhecimentos, de forma contínua".

Novamente o viés individualizante, centrado no educando que deve aprender coisas e não no coletivo, no projeto educativo, se firma como a norma que se estabelece embora o enunciado trate do sujeito que aprende "como um todo". Indo mais adiante, é possível verificar que o *perfil profissional* desejado tangencia a necessidade de se conhecer o território camponês e de que este trabalho seja prazeroso, porém a tarefa profissional é entendida como um trabalho de alguém "que sabe" para alguém "que não sabe", alguém para o qual se "aplicará", então, o saber:

> deve trazer consigo a simpatia e a sensibilidade para compreender a vida do campo, e na sua prática pedagógica a disposição para a aplicabilidade dos conceitos da agricultura familiar, agroecologia e como nós devemos pensar o campo. Assim compreendendo prontamente a realidade de vida dos seus educandos, sempre transparecendo uma imagem alegre e positiva.

Não há proposta de educação revolucionária que resista! Nestes termos, a educação proposta não ultrapassará o jargão educacional de 1971: "prepará-los para o exercício da cidadania através da prática do cumprimento dos direitos e deveres". Isto é, a florestação, o

plantio, a criação cuidadosa de outro modo de vida, de outras necessidades, de outros direitos, dificilmente acumularão a força necessária para romper com as amarras do capital.

Desnecessário se faz destrinchar todo o texto do PPP que tem um relevante significado não simplesmente porque é sempre lembrado como "documento de identidade da escola" (FILIPOUSKI; SCHÄFFER, 2005), mas sim, no caso da EEFF, por ter se constituído num espaço de amplo debate onde se envolveram mães-pais, educandos, lideranças do Movimento Camponês e educadores durante todo ano letivo de 2013. No entanto é preciso considerar que este texto-plano foi incluído no "sistema SEDUC" no mês de setembro, isto é, já estava ocorrendo uma movimentação com os projetos pedagógicos e um grande debate em torno dos graves problemas que aqueles assentados, *do Assentamento 12 de Outubro* principalmente, estavam enfrentando, inclusive com sérias ameaças de serem afastados da área devido à construção da barragem. Contudo, ao percorrer todo o texto, com seus inúmeros apontamentos previamente moldados por aquele órgão gestor, não se vê nenhuma menção a estes fatos, não há nada nas escrituras do Projeto Político Pedagógico que os identifique com a vivência camponesa no sentido da necessidade de apreender a floresta.

Para Apple (2002, p. 184) são as questões "técnicas" que cercam e adentram o trabalho pedagógico para os quais dedicamos boa parte do tempo educativo, "aceitando" que são estas as únicas formas de se educar (tempos escolares, rituais, conteúdos, avaliações da aprendizagem, reuniões de pais para informá-los que a escola é do jeito que é, relatórios, etc.) que compõem os elos da corrente que as ações pedagógicas acabam por fortalecer.

> As estruturas de exploração e dominação de classe, raça e gênero não estão lá fora, no abstrato, numa coisa chamada "economia". Elas nos rodeiam. Nós as experienciamos em nossas praticas de discursos cotidianos, nas famílias, nas escolas e nos trabalhos que as constituem. Começam, portanto, nesse nível. Mas como tenho repentinamente sustentado, no dia-a-dia, não é algo isolado. Ela deve ser organizada e vinculada com o trabalho de outros grupos e pessoas progressistas. Apenas dessa forma podemos fazer sentir uma diferença ao nível estrutural. [...] parte desse nível e estrutural é definido pelo processo de mercantilização, pelas inter-relação contraditórias entre o conhecimento como uma mercadoria e a forma econômica. Esse próprio conjunto de relações pode tanto ser reprodutivo quanto exacerbar tensões.

Aqui mais do que antes, no modelo produtivo da agricultura convencional, exige-se práticas cooperantes, o trabalho livremente associado e uma "consistente estratégia" com vistas à construção do metabolismo sócio pedagógico forjador do camponês agroflorestal. Sendo assim, alguns trechos do Projeto Político Pedagógico da EEFF são expressões de um querer emancipador se fazendo, mas ainda, com a palavra escrita acanhada diante da imensidão do que é realizado. Desse modo, mesmo que o escrito não traduza as

intencionalidades, neles estão postos os elementos que, concretamente, às vezes faz avançar, outras tantas, sinalizam o encontro entre as experiências vividas e a educação escolarizada ainda por se fazer.

Este texto foi incluído no "Sistema SEDUC" no mês de setembro, isto é, já estava ocorrendo uma movimentação com os projetos pedagógicos e um grande debate em torno dos grandes problemas que aqueles assentados, do *Assentamento 12 de Outubro*, principalmente, estavam enfrentando, inclusive com sérias ameaças de serem retirados da área devido à construção da barragem. Contudo, ao percorrer todo texto, com seus inúmeros apontamentos previamente moldados por aquele órgão gestor, não se vê nenhuma menção a estes fatos, não há nada nas escrituras do Projeto Pedagógico que os identifique com a vivência camponesa e nela a necessidade de apreender a floresta. Seguem abaixo alguns recortes do texto do PPP que deixam as questões analisadas mais claras:

- A Escola Estadual Florestan Fernandes por oferecer uma educação do/no campo busca uma sociedade justa sem dominados e dominantes, onde da importância e respeito aos valores. Uma sociedade que tenha como princípio o trabalho coletivo, que compreende o processo de formação. Para que isso se torne realidade, precisamos de seres humanos, com consciência de classe, participativo, que se sinta sujeito capaz de intervir na sociedade em que ele está inserido. Precisamos também conservar os valores, trabalho coletivo, onde se deixa explícito o respeito mútuo, o espírito de coletividade, solidariedade e companheirismo.

- O currículo deve contemplar a diversidade cultural, social dos grupos sociais que compõem a escola. O currículo deve ainda garantir as discussões mobilizações dos movimentos sociais, já que a escola deve estar em luta permanente. A concepção de ensino e aprendizagem deve oportunizar ao educando que seja capaz **de construir seu próprio conhecimento**, com o educador fazendo o papel de mediador.

- A avaliação deve contemplar o educando como um todo, onde o mesmo seja capaz de identificar sua defasagem na aprendizagem, servindo como parâmetro norteador para verificação dos conhecimentos, de forma contínua.

- É importante que o refeitório seja maior, bem iluminado e ventilado, com mobiliários adequados e que haja uma cantina com produtos diversificados, porém **sempre primando por produtos naturais e saudáveis produzidos no campo**.

- Que através desse documento seja assegurado que os projetos ambientais/educativos da Escola Estadual Florestan Fernandes (horta, viveiro de frango, coleta seletiva de lixo, reserva permanente, viveiro, embelezamento da escola, entre outros) tornam-se permanentes devidos à realidade do meio em que vivemos e a devida importância desses projetos para a comunidade em geral.

O planejamento pedagógico é elaborado com a participação de representantes de pais, educandos, educadores e equipe de apoio e gestora. Leva em consideração o nível de

aprendizagem de cada educando, com temas que contemple as necessidades da comunidade escolar. A interdisciplinaridade se dará através do **tema gerador, onde os temas deverão ser trabalhados em todas as disciplinas**, privilegiando a realidade da comunidade (Grifo da autora). A prática de planejamento deve ser constantemente avaliada pela equipe de profissionais da escola, através de reuniões, onde serão discutidos os pontos fortes e pontos fracos. O trabalho coletivo e a autonomia são construídos através da participação e da distribuição de responsabilidades entre os profissionais que trabalham na escola. Todos deverão se sentir como partes integrante da escola. O trabalho coletivo deve ser organizado através de um cronograma que privilegie a participação do coletivo.

PARA SEGUIR CAMINHANDO...

O objetivo deste trabalho foi analisar como se dá o fluxo entre as orientações do Movimento Camponês, da proposta de Educação do Campo e do Currículo desenvolvido pela Escola Estadual Florestan Fernandes com o foco na relação trabalho camponês e bioma amazônico .A intenção deste trabalho é, portanto, contribuir para a permanência na região da *Amazônia* mato-grossense, da vida dos Movimentos Sociais Populares que, se mantêm vivos, segundo Frigotto (apud RIBEIRO, 2010; p 13), "como um sujeito social na contracorrente de concepções que abstratamente decretaram seu fim". Nas palavras de Ribeiro, em outra obra (1998, p. 24):

> [...] penso que a luta dos ***trabalhadores sem terra*** tem um sentido original de constituição de um novo trabalhador, de uma nova forma de lidar com a terra, principalmente de uma nova forma de conviver, de relacionar-se entre si, com a natureza e com o mundo (grifos no original).

O que foi tratado aqui diz respeito à constituição de trabalhadores do campo que, através do processo colonizatório instaurado na região norte de Mato Grosso – bioma *Amazônia* – a partir dos anos setenta do século vinte, engendrou atividades de trabalho cujo desbravamento da Floresta Amazônica foi sua atividade primeira e se mantém no lastro do agronegócio, que os submete, enquanto um modo de produzir alicerçado no metabolismo social do capital.

Foram mais de quatro décadas de situação de "aprendentes" a partir da *necessidade* socialmente criada de "limpar", "amansar", "amaciar", o solo e "abrir" áreas em "mata fechada" à civilização daquele bioma. Aprenderam, "objetivamente", como classe que vive do trabalho, nas incontáveis experiências entre eles e a "natureza/floresta", olhando, observando, cheirando, saboreando, forjando *sentidos* para própria vida, bem como, para a classe que é exploradora/expropriadora. Transformaram o meio ambiente vazio-natural-selvagem, aos olhos migrantes presos às imagens do mundo conhecido, em municipalidades nas quais se viram, eles próprios, cerceados do acesso aos frutos plantados.

Neste percurso, transformaram também a si mesmos, através do ininterrupto trabalho e do fim-da-selva, em peças obsolescentes de um sistema altamente seletivo e excludente, o sóciometabolismo do capital: de desbravadores da sem-selva e, desta caracterização, a sem-terra, ao lado do latifúndio que pensava também ser seu. Alienados a este modo de produzir, as experiências vividas no "antagonismo do homem com a natureza e com o homem"

(MARX, 2014, p.105), adensado à ideologia do desbravamento, foram marcantes na formação do "ser do mato/mateiro" ou "roceiro", como os princípios e valores com os quais organizam ontologicamente sua existência concreta.

Assim, nesta negação concreta de si mesmos nas relações sociais estabelecidas dialética e historicamente, estes sujeitos podem formular – e formulam – possibilidades de negar esta negação de forma coletiva, solidária e contra a hegemonia imposta. Dessa forma, como estrato social da classe que vive do trabalho, e por isto mesmo, com ela produz inteligibilidades, interpreta a realidade desigual e prepara o seu combate que nada mais é do que a permanente disposição de continuar o processo de conhecer e dar a conhecer (a distribuição do bem sabido, da sabedoria) como forma de construir uma hegemonia alternativa, na especificidade do estrato, à emancipação da classe em si. A organização desta "nova" hegemonia possibilita acrescer novo arcabouço de ideias que sustenta estes sujeitos (nova ideologia) e isto transforma tanto a forma de pensar quanto de estar no mundo, e "determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento" (GRAMSCI, 1978, p.52).

Contudo, o metabolismo social do capital, mesmo em sua atual fase "decadente", de acordo com Mészáros (2008), é, ainda, hegemônico e se mantém através da saturação de sua ideologia. No caso estudado, ao buscar compreender a relação do migrante-camponês com a floresta, verificou-se que o resultado desta saturação (o ufanismo ao desbravamento e ao progresso) tensiona os trechos de áreas florestadas, consequentemente os *territórios de trabalho campesinos (em construção)*, conquistados a partir do *Levante Camponês de 2003* (grifos da autora). Além disso, muitas vezes, coloca o camponês diante da necessidade de *aprender coisas* diretamente relacionadas à sustentabilidade ecológica. Neste contexto, a escola pública e a vida em Movimento são fontes com as quais ele se relaciona numa condição ora dialógica, ora conflituosa, mas sempre *em construção.* Esses espaços de aprender, nesta tensão de ensinar o que ainda esta fora de "matéria", sua matéria de uso também se desafiam e, com isto, vão construindo outros sentidos para sua própria existência.

Então, a partir deste trabalho, concluiu-se que:

a) O mito do desbravamento tem sido forte impeditivo para a construção de um currículo da Educação do Campo orientado para uma práxis proximal camponês-floresta/biodiversidade, uma vez que a floresta é vista como *selvagem* e perigosa ao humano civilizado;

b) A luta pela terra-floresta não é, necessariamente, antagônica às lutas socioambientais;

c) Os migrantes, base do campesinato local, possuem pouco conhecimento do Bioma Amazônia, daí a necessidade premente da inclusão no Currículo da Escola de um trabalho pedagógico (conteúdos e métodos) voltados à compreensão dos Sistemas Agroflorestais importantes para manutenção da floresta em pé e, com isto, da vida dos camponeses e dos demais seres;

d) O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a Educação do Campo na região têm contribuído para formação omnilateral do sujeito histórico camponês, contudo, a perspectiva de se constituírem em "cuidadores da floresta" ainda é uma construção incipiente diante da hegemonia do agronegócio da soja;

e) A escola tem um papel relevante nesse processo de construção do camponês/terra/floresta, embora a pesquisa tenha mostrado que esta contribuição ainda está distante de se constituir como uma contradição definitiva. As forças convergentes e divergentes se mantêm em processo de luta, a escola é uma importante porta de entrada de outros atores em cena, por exemplo, a Universidade, através de projetos de Extensão e Pesquisa, a cooperativa dos assentados, associações de Educação, Cultura, Ecologia.

O horizonte político e educacional da escola torna-se animador no processo de se desenvolver estudos teórico e metodológico como práxis das contradições existentes nesta região contribuindo assim para a construção do *Bem Viver*, tendo a agrofloresta como unidade do modo de viver do campesinato regional.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia da biblioteca jardim.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tomo Editorial, 2004.

ALMEIDA, Djair Lázaro. **Educação moral e cívica na Ditadura Militar:** um estudo dos materiais didáticos. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2009.

ALONSO, Kátia M. Educação a Distância no Brasil: a busca de identidade. In: PRETI, Oreste (Org.). **Educação a distância:** inícios e indícios de um percurso; NEAD/IE-UFMT, Cuiabá, 1996.

ALVES, Luis Paulo Arena; ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Bem viver: uma categoria analítica necessária para compreender a vida? In: MARKUS, Cledes; GIERUS, Renate (Orgs). **Bem viver a criação.** São Leopoldo: Oikos, 2013.

AMORIM, Lídia. A Bolívia depois da tempestade. Disponível em: < http://revistaforum.com.br/blog/2012/06/a-bolivia-depois-da-tempestade/>. Acesso em 20 out. 2013.

ANDREOLA, Balduíno Antonio. Por uma pedagogia das grandes urgências planetárias. **Revista Educação.** v. 36, n. 2, mai/ago, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

APPLE, Michael. **Trabalho docente e textos:** Economia política das relações de classe e de Gênero em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Ideologia e currículo.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARAÚJO, Rosália Aguiar. Publicação eletrônica. Mensagem pessoal <rosabiog@gmail.com>. Recebida em 27-02-2014. Disponível em: https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-PT&tab=wl/ Acesso: 14 dez. 2013.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim:** Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARROYO, Miguel G. CALDART, Roseli Salete; Molina, Mônica Castagna. (Orgs). **Por uma educação do campo.** 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ARRUDA. Elismar Bezerra. A reinvenção necessária da escola imprescindível. In: SEMINÁRIO GRAMSCI E MOVIMENTOS POPULARES. 13 a 16/12/2010. **Anais.** Disponível em:

http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/ElismarBezerra_Arruda.pdf. Acesso em: 12 nov. 2011.

ASSENTAMENTO RURAL. In: MOTTA, Márcia. **Dicionário da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ASSENTAMENTO RURAL. In: CALDART, Roseli Salete, et al. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BARCELOS, Sérgio Botton. **A formação do discurso da agroecologia no MST.** 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

BECKER, Bertha K. **Amazônia.** 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

BOFF, Leonir Amantino; CONTE, Isaura Isabel. ; BIERHALS, Patrícia Rutz . A intervenção do local para a construção do currículo da educação escolar do campo. In: V Encontro da Rede de Estudos RURAIS, 2012, Belém. Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização: paradigmas e atores em conflito. Belém: Paka-tatu, 2012. v. 5. p. 1-12.

BONAMIGO, Carlos Antonio. **O trabalho cooperativo como princípio educativo:** trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/ RS, 2001.

BORGES, Juliano Luis. A crise do produtivismo e a transição agroecológica no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/mst-produtivismo-JulianoBorges.pdf>. Acesso em: 04 jul.2012.

BRANDÃO, Luiz Carlos. Conviver, aprender a ser recíproco. In: SCHÜTZ-FOERSTE Gerda Margit; FOERSTE Erineu; CALIARI, Rogério (Orgs.). **Educação do campo:** povos, territórios, saberes da terra, movimentos sociais, sustentabilidade. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2009.

_____; BORGES, Maristela Correia. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular.** v. 6, n. 1, UFU, 2007. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988. Acesso em: 12 fev. 2014.

BRASIL. Lei 9394/1996, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 jun. 2011.

BROWN, Stephen P. A.; WOLK, Daniel. Natural Resource scarcity and technological change. Federal Reserve Bank of Dallas. Issue, 2000.

CALDART, Roseli. **Educação em movimento:** formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **Pedagogia do movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMINI, Isabela. **Escola itinerante do MST:** um contraponto à Escola Capitalista? 2009. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009

CARVALHO, Horácio M. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CASAGRANDE, Nair. **A pedagogia socialista e a formação do educador do campo no século XXI:** as contribuições da Pedagogia da Terra. Tese (Doutorado em Educação). 2007. Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

CASALDÁLIGA, Pedro. Pedro Povo e Poesia. Não tem local: não tem. Terra Nossa Liberdade, 2013. 02:49min.

CASTELL, Cleusa H. G. Peralta. **Metaforizando a vida na terra:** um recorte sobre o caráter pedagógico do Teatro-Forum e sua mediação nos processos de transição agroecológica e de cooperação em Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

CASTILHO, Maria de Fátima; PHILIPPSEN, Neusa Inês. **Os sujeitos sociais grupos familiares e a (Re)significação do currículo da educação do campo.** Cadernos de Linguagem. UNB, PPG - Linguística,12(1), 2011.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A natureza em Pessoa:** sobre outras práticas de conhecimento. Povos Indígenas no Brasil*: 2006-2010.* ISA: São Paulo, 2011.

CASTRO, Eudson Ferreira. **Sem terra:** vida e luta. Ed.LUT, Cuiabá, 1987.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber.** Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. Relação com a escola e o saber nos bairros populares. **Perspectiva.** Ed. Especial: Leituras Sociológicas em Educação. Florianópolis, v.20, n. Especial, jul./dez.2002.

_____. A Pesquisa Educacional entre Conhecimentos, Políticas e Práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira**, v. 11, n. 31, jan./abr., 2006.

CHESNAIS, François. Novo capitalismo intensifica novas formas de exploração. **Folha de São Paulo,** 2007. 02-11-1997.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CLARK, Brett; FOSTER, Jonh Bellamy. A dialética do metabolismo social e ecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. **Revista Margem Esquerda** nº.14, mai. 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio; HENRIQUES, Luiz Sérgio (Orgs.). **Antonio Gramsci - Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002 (vol.3).

CRUTZEN, Paul. Poderemos sobreviver ao antropoceno? Disponível: <http://www.ecodebate.com.br/2011/02/24/%C2%BFpodremos-sobrevivir-al-antropoceno-por-paul-j-crutzen/>. Acesso em 05 fev. 2011.

CUNHA, Daysy. **A formação humana entre o conceito e a experiência de trabalho:** elementos para uma pedagogia da actividade. Laboreal, 2006.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.

CUNHA, Marion Machado. **O trabalho do professor e a Universidade do Estado de Mato Grosso em Sinop/MT na década de 1990:** sentido coletivo. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRGS, 2010.

DAL PAZ NETO, João. **No país dos Cinta Larga:** uma etnografia do ritual. 1991. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo: São Paulo, 1991.

DESCONSI, Cristiano. A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetória de migrantes do Sul do Brasil para Mato Grosso. In: Sociedade e Economia do Agronegócio. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. Disponível em:< http://campohoje.net.br/sites/default/files/livros/arquivos-download/volume_1.PDF>. Acesso em: 04 jan. 2014.

DOULA, Sheila Maria; KIKUCHI, Mário Yasuo. A estratégia da ocupação territorial da Amazônia: A cidade planejada de Sinop. V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. Anais. v. 5, n. 6, 2008.

DUPAS, Gilberto. O Impasse Ambiental e a Lógica do Capital. In: DUPAS, Gilberto (Org.) **Meio ambiente e crescimento econômico: Tensões estruturais.** São Paulo. Ed. UNESP, 2008.

FABRI, Gabriel; LÖWY, Michael Civilização capitalista é um trem suicida rumo ao abismo. **Revista Forum.** Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2013/11/michael-lowy-civilizacao-capitalista-e-um-trem-suicida-rumo-ao-abismo/>. Acesso em 10 out. 2013.

FALCHETTI, Sirlei Ana. **Percepções sociais do desenvolvimento e impacto ambiental - Sinop-MT - 1979/2009.** 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane; FABRINI, João Edmilson (Coords.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf.> Acesso: em 07 mar. 2011.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente:** as classes sociais na América Latina. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

FERRARO, Alceu Ravanello. **MOBRAL:** A "pedagogia dos homens livres" da Ditadura Militar. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Jorcelina et al. Análise do desmatamento na área florestal de Mato Grosso em 2012/2013. Disponível em<: http://www.icv.org.br/site/wp-content/uploads/2013/12/Analise-Dematamento-MT-Prodes-2013-ICV.pdf>. Acesso em 15 jan.2014.

FILIPOUSKI, Ana Mariza Ribeiro; SCHAFFER, Neiva Otero. Projeto político-pedagógico, documento identidade da escola contemporânea: In: FILIPOUSKI, Ana Maria Ribeiro; MARCHI, Diana Maria; SCHAFFER, Neiva Otero (Orgs.). **Teoria e fazeres na escola em mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FIORI, José Luís. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, José Luís. **O Poder americano.** Petrópolis, Vozes, 2004.

FOLADORI, Guilhermo. O metabolismo com a natureza. **Revista Crítica Marxista**, n. 12, 2001. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf. Acesso em: 30 out. 2013.

FORCANO, Benjamín. **Pedro Casaldáliga:** As causas que imprimem sentido à sua vida – Retrato de uma personalidade. Tradução Alda da Anunciação Machado. São Paulo: Ave-Maria, 2008.

FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso não é um caso:** o método etnográfico e educação. Anped, 1998. Disponível em < http://anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde10/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. > acesso em 24 jan. 2013.

FOSTER, John Belamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. 2. ed. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.

FUKUOKA, Masanobu. **A revolução de uma palha:** Uma introdução à agricultura selvagem. Trad. Isabel Lopes. 2. ed. ed. Via Ótima, Porto/Portugal, 2008.

FRANCIO, NILSO. **Solidariedade, trabalho e renda:** um estudo no Assentamento Wesley Manoel dos Santos. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PPG-Ciências Sociais, UNISINOS, Porto Alegre, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1991 (Coleções Polêmicas do Nosso Tempo, v. 4).

_____. **Política e educação:** ensaios. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleções Questões de Nossa Época).

_____. **Extensão ou comunicação?** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____.**Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 30. ed. Paz e Terra: Coleção Leitura, 2004.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado & sociedade.** São Paulo: Moraes, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: RIBEIRO, Marlene (Org.). **Movimento camponês, trabalho e educação:** liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FUHRMAN, Leonardo; TOSCANO, Camila. Veja a cronologia das mortes de membros do MST a partir de 2000. **Folha Online.** São Paulo, 24 abr. 2001.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o trabalho científico:** explicitação das Normas da ABNT. 17. Ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2013.

GANDIN, Luís Armando. Michel Apple: educação sob a ótica da análise relacional. **Revista Educação.** Editora Seguimento, 2009.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da questão agrária brasileira, Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/referencias.htm/ 2008. Acesso em 16 jun. 2011.

GONÇALVES, Carlos Walter. Disponível em:<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia>. Acesso em: 26 ago.2010.

_____. **Amazônia, amazônias.** São Paulo: Contexto, 2001.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho.** São Paulo: Tradução Estela dos Santos Abreu. Martins Fontes, 1996.

GUERIN, Natália e ISERNHAGEN, Ingo. (Orgs.). **Plantar, criar e conservar: unindo produtividade e meio ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde:** política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002.

HACK, Leni. A cultura Corporal no Curso Normal de Nível Médio no IEJC/MST. 2012. Tese (Doutorado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRGS, 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. Tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **A Luta pela terra.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

IBGE. Disponível em:http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=41. Acesso em: 04 jan. 2012.

_____. Mato Grosso-Cláudia infográficos: dados gerais do município. http://cod.ibge.gov.br/13JP. Acesso em 25 nov. 2013.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica.** Rio de Janeiro Imago, 1975.

JOANONI NETO, Vitale**. Fronteiras da Crença.** Da libertação ao Carisma. A presença Católica na Cidade de Juína (1978-1998). 2004. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2004.

_____ (Coord.) **Da esperança do El Dorado à degradação do humano:** mapeamento das redes de resistência e conivência em pólos irradiadores de trabalho escravo no estado de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, Vol. I e II, 1972.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEITE, Sergio Celani. **Escola rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

Decreto-Lei 9613/1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm

LIMA, Artema S. Almeida. **Cosmologia educativa:** a educação ambiental na vida dos Kaiabi do Xingu. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação), PPGEdu, UFMT, Cuiabá, 2007.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Avaliação institucional:** a experiência da UNEMAT: entrelaçando as vozes e tecendo os fios do silêncio. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRGS, 2002.

LOPES, Alice Cassemiro. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. **Currículo Sem Fronteiras.** v.5, n.2, pp.50-64, Jul/Dez, 2005. Disponível em: http://132.248.9.34/hevila/CurriculosemFronteiras/2005/vol5/no2/3.pdf. Acesso em: 04-08-2011.

LORENZETTI, Josemar Pedro. **O desenvolvimento da região de Sinop:** alternativa solidária e o papel da educação. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PPG-Ciências Sociais, UNISINOS, São Leopoldo, 2011.

LUDCKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Ilma F. **A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral.** 2003. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas. São Paulo, 2003.

_____. Um Projeto político-pedagógico para a escola do campo. Disponível em: <http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/11_projeto_politico_cp8.pdf.> Acesso em 25 fev.2012.

MARLI, Walker. **O Imaginário da terra em pátria Sem-Terra:** inferno e paraíso na poética do MST. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal de Mato Grosso. Mato Grosso, 2008.

MARRE, Jacques. **A construção do objeto de pesquisa.** Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná. Fundação Universidade do Paraná, 1991.

_____. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia.** v.3, n. 3 jan./jun. 1991.

MARTINS, Elizabeth Armini Pauli. **A Pedagogia de projeto numa visão transdisciplinar como estratégia de formação para o ensino técnico.** Dissertação (Mestrado). Universidade. Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

_____.**Expropriação e violência.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro 1. 8. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.(volumes I e II).

_____. **O Capital:** crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

_____.**Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____.**Contribuição à crítica da economia política.** Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____.**Manuscritos econômico-filosóficos** (primeiro). (2007) Disponível em http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/ Acesso em: 30 nov. 2013.

_____. Lei Complementar n. 50, de 1 de outubro de 1998. Disponível em: http://www.sintep.org.br/site_novo/Legislacao/LegislacaoVisualizar.aspx?id=3. Acesso em: 12 dez. 2013.

MELLO, Jaíza Lucena de. **Avaliação da contaminação por HCH e DDT, dos leites de vaca e humano, provenientes da Cidade dos Meninos.** Duque de Caxias/RJ. ENSP/ Fiocruz, 1998.

MEC-Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Agropecuária. 199? Relatório disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Agropecu%C2%A0ria%20MT.pdf. Acesso em 20 nov.2013.

MÉSZÁROS, István. A crise estrural do capital. 1998. http://www.meszaros.comoj.com/?q=node/31. Acesso em 06 jun.2013.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____ . **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Agroecologia: uma alternativa para a continuidade da vida. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br . Acessado em: 28 fev. 2008.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão.** Dimensões da modernidade brasileira. São Paulo: Cortez,1990.

MONTEIRO, André. A ilegalidade da exploração florestal em Mato Grosso. Imazon, 2012. Disponível em: <http://www.icv.org.br/w/library/85347andre_monteiro_ilegalidade_na_exploracao_florestal_em_mt_imazon.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2014.

MONTEIRO, André et all. Transparência manejo florestal do Mato Grosso. Disponível em: http://icv.org.br/w/library/48818boletimmanejo_mt_20102011.pdf. Acesso em: 25 ago. 2012.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso:**política e mecanismos de burla: 1982-1992. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Denise Gomes. **Mídia e corrupção:** a operação curupira na Amazônia. Dissertação (Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Brasília, 2006.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Manifesto das Mulheres Camponesas – Via Campesina – Brasil à II Conferência Mundial da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (FAO), 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/690>. Acesso em: 09 dez. 2012.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. Agrofloresta produtiva: alimento saudável natureza preservada energia nas mãos do povo (Cartilha do Movimento dos Pequenos Agricultores para implantação de sistemas agroflorestais para produção de alimento e energia), 2007. (Digitado).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. (2011) ONU: 2% concentram metade da riqueza mundial. Disponível em:< http://www.mst.org.br/node/3326.> Acesso em 15 jan. 2012.

NASSIF, Luis. O documentário sobre a falência do Mcdonalds na Bolívia. Disponível em: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-documentario-sobre-a-falencia-do-mcdonalds-na-bolivia>. Acesso em 01 jan.2012.

NASCIMENTO, Jorge Luiz do; CAMPOS, Ivan Braga. **Atlas da fauna brasileira ameaçada de extinção em unidades de conservação federais.** Brasília: ICMbio, 2011.

NEGRI, Paulo S. **A identidade ecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST:** o caso do Assentamento Dorcelina Folador no município de Arapongas-Paraná. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2005.

NOZAKI, Izumi; SOUZA, Maria Ivonete de. (Coords). A Morte da selva e a vida do homem (trabalho e educação). CNPq-UFMT/UNEMAT, 2005. Relatório. (digitado).

NOSELLA, Paulo. Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. **Educação & Sociedade.** v. 26, n. 90, Jan./Abr. 2005. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em 04 fev. 2012.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Do caipira picando fumo a Chitãozinho e Xororó, ou da roça ao rodeio. **REVISTA USP.** n.59, setembro/novembro, 2003.

OLIVEIRA, Cristiane (Org). **A Saga dos guardiões da floresta:** uma viagem emocionante a Historia do setor de base florestal de Mato Grosso. Sinop: SINDUSMAD/Print, 2011.

OLIVEIRA, João Mariano de. **A esperança vem na frente:** contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso - o caso Sinop. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo/FFLCH, São Paulo, 1982.

OLIVEIRA, Francisco Cesar Barbosa de. **Quando resistir é habitar:** lutas pela afirmação territorial dos kaiabi no Baixo Teles Pires. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília/ICS, 2010.

OLIVEIRA, Maria Rita de. Dos programas oficiais para educação rural aos projetos de educação do campo dos movimentos sociais. Revista n. 1, vol. 1-2008. Disponível em: > www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume1/MARIA_RITA.pdf>. Acesso em 10 set. 2013

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PALUDO, Conceição et all. Relações camponesas: Assentamento Remansão/TO e Comunidade Alto União/RS. In: PALUDO, Conceição; THIES, Vanderlei. **Desenvolvimento do campo em construção:** experiências em assentamentos e comunidades camponesas. São Leopoldo: CEBI, 2010.

PEREIRA, Alberto Sergio. Guarantã do Norte. Disponível em: <http://geofacil.blogspot.com/2010/01/guaranta-do-norte.html>. Acesso em: 30 ago. 2010.

PERIPOLLI, João Odimar. **Amaciando a terra** – o projeto casulo: um estudo sobre a política educacional dos projetos de colonização do Norte de Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul, 2002.

PERÓN, Darci. **Das glebas aos continentes:** um diálogo sobre indicadores socioambientais. 2010. Tese (Doutorado). PPG-Ciências Biológicas e da Saúde. Universidade de São Carlos. São Paulo, 2010.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90.** São Paulo: Xamã, 2003.

PESSOA, Fernando. Não digas nada! Disponível em: <http://casafernandopessoa.cm-lisboa.pt/index.php?id=2241>. Acesso em: 03-01-2012.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PIGNATI, Wanderlei Antônio; MACHADO, Jorge Mesquita Huet. Riscos e agravos à saúde e à vida dos trabalhadores das indústrias madeireiras de Mato Grosso. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.10, n. 4. 2005.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília, v. 81, n. 199, set./dez., 2000.

PISTRAK, E. **Fundamentos da escola do trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

PLANO INTEGRADO DE PREVENÇÃO E COMBATE AS QUEIMADAS E INCENDIOS FLORESTAIS. SEMA, MT, 2013.

PLOEG, Jan Douve van der. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes.** São Paulo: Cortez, 1981.

PRATES, Rodolfo Coelho. **O desmatamento desigual na Amazônia brasileira:** sua evolução, suas causas e consequências sobre o bem-estar. 2008. Tese (Doutorado). Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

PRETI, Orestes; ARRUDA, Maricilia C. C. de. Licenciatura plena em Educação Básica: 1ª a 4ª série do 1º Grau, através da modalidade de Educação à Distância: uma alternativa social e pedagógica. In: PRETI, Orestes (Org.). **Educação a distância:** inícios e indícios de um percurso. v.1, Cuiabá/MT: Editora da UFMT, 1996.

RABHI, Pierre. O progresso nos aprisiona. 2011. Disponível em:<http://www.ecodebate.com.br/2012/01/13/o-progresso-nos-aprisiona-entrevista-com-pierre-rabhi/#.TxApm2mEPb0>. Acesso em 13 jan. 2012.

REGO, Tereza Cristina; BRUNO, Lucia Emilia Nuevo. Desafios da educação na contemporaneidade: reflexões de um pesquisador - Entrevista com Bernard Charlot. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/53162047/2010-CHARLOT-B-Desafios-da-educacao-na-conteporaneidade-reflexoes-de-um-pesquisador>. Acesso em: 14 fev. 2012.

REIS, Ana Maria dos; SILVA, Marciano Manoel da. **A implantação da nova organicidade do MST no Acampamento Dorcelina Folador** - Avanços, limites Desafios. 2006. Monografia. Instituto de Educação Josué de Castro, Veranópolis, 2006.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL: Usina hidrelétrica de Sinop. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/MeioAmbiente/Paginas/EPEprotocolaEIARimadahidrel%C3%A9tricadeSinopnoMatoGrosso.aspx>. Acesso em: 20 out. 2010.

REVISTA VEJA. A capital do nortão. 24 ago. 2010.

RIBEIRO, J. Donizete. **Terra e garimpos:** um estudo da violência na consolidação do espaço da colonização. Alta Floresta-MT (1978-1983). 2001. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2001.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Souza. **A fome e a miséria na alimentação:** apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Marlene. É possível vincular educação e trabalho em uma sociedade "sem trabalho"? **Revista Educação.** Pelotas/RS, 8(1): 5-27 jan/jun., 1999.

_____. Migrante brasileiro: construindo a história, a vida e a palavra. **Revista Sociedade em Debate.** v. 4, n.3, p. 37-64, 1998.

_____. **Movimento camponês, trabalho e educação:** liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROCHA, Adriane. **Pátria Sem Terra.** Cáceres: Unemat, 2004.

ROSA, Rosane Duarte. **A constituição da escola como espaço de formação do colono junto aos projetos de colonização do norte de Mato Grosso:** Alta Floresta: 1976 a 1996. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Paraná,1999.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados.** v. 15, n 43, 75-82, 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a08.pdf >. Acesso em 15 jan. 2013.

SACRISTAN, J. Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Humberto Gonçalves dos et alii. Cultivo do arroz de terras altas no estado de Mato Grosso. **Sistemas de Produção.** n. 7, set/2006.

SATO, Michèle; JABER, Michelle. Polissemia dos conflitos ambientais do estado de Mato Grosso, Revista do PPGEA/FURG/RS. Disponível em: < http://www.remea.furg.br/edicoes/vol24/art30v24.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2012.

SCHAEFER, José Renato. **As Migrações rurais e implicações pastorais:** um estudo das migrações campo-cidade do sul do país em direção ao norte de Mato Grosso. São Paulo: Loyola, 1985.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA.** Ano 8, n. 7 jul./dez., 2005.

SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho visível e o invisível. **Trabalho, Educação, Saúde.** v. 9, supl.1, 2011.

SCHLESINGER, Sergio. Dois casos sérios em Mato Grosso: a A soja em Lucas do Rio Verde e a cana-de-açúcar em Barra do Bugres. FORMAD/Mato Grosso, 2013. Disponível em: < http://www.formad.org.br/wpcontent/uploads/2013/06/LIVRO_dois_casos_serios_agrocombustiveis_FORMAD.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

SEMA/MT. Portal Sisflora: Relatórios. http://www.sema.mt.gov.br/portalsisflora/index.php/relatorios. Acesso em: 06 dez. 2013.

SEMINÁRIO da Terra em Sinop. Sinop, 16 de agosto de 2003. 24horasnews. Disponível em: <http://www.24horasnews.com.br/esportes/>. Acesso em 02 jan. 2014.

SILVA, Carlos Alberto Pereira da. Precisamos nos livrar da palavra desenvolvimento, mesmo que ela venha acompanhada do adjetivo sustentável. Disponível em: < http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_entrevistas.> Acesso em: 20 dez. 2011.

SILVA, Emerson Lopes. Um lado morre, outro amplia negócios. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2011/10/um-lado-morre-outro-amplia-negocios/>. Acesso em: 28 nov. 2011.

SILVA, Geraldo Mosimann da. Uso e conservação da agrobiodiversidade pelos índios Kaiabi do Xingu. In: BENSUSAN, Nirit (Org.). Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade como, para que, por quê. Instituto Socioambiental, 2008. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/noticias/2008/11/28/um_lado_morre_outro_amplia_negocios/>. Acesso em: 07 ago. 2010.

SILVA, Regina Aparecida da. **Do invisível ao visível:** mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil. 2011.Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais.** As transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Edison Antônio. Sinop: **História, imagens e relatos:** um estudo sobre a Colonização de Sinop. 2001. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2001.

SOUZA, Helena Beatriz Mascarenhas de. Professores, alunos, escola aaber – relações atravessadas pela contradição: entrevista com Bernand Charlot. **Cadernos de Educação.** Maio/ago. 2011.
SOUZA, Maria Ivonete. Campesinato: Visões de muito trabalho e formação humana. ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. Disponível em:< http://redesrurais.org.br/node/1002>. Acesso em: 04 abr.2013.

_____. **Migração e rotatividade escolar na área madeireira em Sinop/MT.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2001.

SOUZA, Ernani Lucio P. **A organização industrial do setor madeireiro no município de Sinop, Mato Grosso:** uma análise da estrutura de mercado. 1999. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. Belém, 1999.

SOUZA, José Otávio Catafesto. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. 2002. Disponível em: <pid=S0104-71832002000200010>. Acesso em: 18 jun. 2011.

STRENTZKE, Izolda. **Inajá, Homem-Natureza, geração e tucum:** uma análise da proposta pedagógica de 1987 a 2000. 2011. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 2011.

STÉDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela reforma agrária no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

TAFFAREL, Celi Zulke; ESCOBAR, Michele Ortega; PERIN, Terezinha de Fátima. (Orgs). **Currículo:** programa de vida. Salvador: Editora, 2010. (Cadernos Didáticos sobre a Educação do Campo).

TAFFAREL, Celi Zulke et al. Formação de professores de educação física para a cidade e o campo. **Pensar a Prática.** v.. 9, n. 2, UFG. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/166/1482>. Acesso em: 23 dez. 2013.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1985.

THOMAZ JR, Antonio. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria: qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org). **Campesinato e Agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

THOMPSON, Eduard P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOREZZAN, Daniela. 47% da exploração da madeira ocorreu em área ilegal. Disponível em: <http://paginadoenock.com.br/estudo-indica-que-47-da-exploracao-de-madeira-em-mt-ocorreu-em-area-ilegal-claudia-e-uniao-do-sul-sao-os-municipios-que-mais-preocupam/>. Acesso em 30 nov. 2013.

TRAGTENBERG, Maurício. Pistrak: uma pedagogia socialista. In: PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** Tradução de Daniel Aarão Reis Filho, São Paulo: Brasiliense, 1981.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Valéria Oliveira. Quando a natureza educa: trabalho, família e espiritualidade às margens de rios amazônicos. GT-6, 33ª ANPED, Caxambu-MG, 2010.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Ocupar, resistir e produzir:** um estudo da proposta pedagógica do Movimento Sem Terra. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1992.

_____. **Terra, trabalho e educação.** Experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. 2000. Ijuí: UNIJUI, Ijuí, 2000.

VIDIGAL, Circe da Fonseca - **Sinop:** A terra prometida: Geopolítica da ocupação da Amazônia. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. **A reestruturação capitalista e o sistema mundial.** São Paulo: Perspectivas, 1998.

_____. La globalización no es algo nuevo. In: _____. **La crisis estructural del capitalismo.** México: Ed. Contrahistorias, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003.

ZART, Laudemir Luiz. **Encantos, caminhos e desencantos:** migração-colonização na Amazônia mato-grossense. Cáceres: UNEMAT, 2005.

ZETTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire.** Porto Alegre: EDiPUCRS, 2007.

ZIZEK, Slavoj. **Vivendo o fim dos tempos.** Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.

l, p. 147-161, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v36nspe/v36nspea12.pdf. Acesso em: 04-02-2012.
http://www.gta.org.br/noticias/policia-prende-suspeitos-de-extracao-ilegal-em-mt-e-trator-e-apreendido. Acesso em: 29-02-2012.
revistaovies.comhttp://www.revistaovies.com/artigos/2012/05/o-partido-como-ferramenta-de-luta-ofensiva-dos-trabalhadores/
http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=510305&search=mato-grosso|claudia|infograficos:-historico
http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/AtlasIDHM2013_Perfil_Claudia_mt.pdf
http://www.obt.inpe.br/deter/. Acesso em: 04-02-2013.
http://168.96.200.17/ar/libros/ecologia/neto.pdf

http://www.ecodesenvolvimento.org/noticias/mst-muda-o-foco-e-quer-lutar-por-uma-agricultura
http://outraspalavras.net/posts/a-importancia-da-imaginacao-pos-capitalista/
http://pt.scribd.com/doc/142787746/Relatorio-Figueiredo. Acesso em 10/09/2013.
https://www.mpmt.mp.br//storage/webdisco/2011/08/03/outros/2153eb3575d48955551d31dca59ad3fa.pdf